

Sumário dêste número

EDITORIAL: Utilidade da Geografia — Eng. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO (pág. 685).

COMENTÁRIO: A Ligação Ferroviária Cuiabá-Santos — Eng. FLAVIO VIEIRA — pág. 687).

TRANSCRIÇÕES: O Modelado de Campos — DÉCIO FERREIRA CRETTON (pág. 690 — Problemas e População dos Trópicos — T. LYNN SMITH (pág. 728).

RESENHA E OPINIÕES: Uma viagem de São Paulo a Goiânia — Estudo sobre as zonas de influência paulista — PIERRE MONBEIG (pág. 737) — O homem como fator geográfico — Prof. HILGARD O'REILLY STERNBERG (pág. 739) — O estado do Maranhão — SILVIO FRÓIS ABREU (pág. 743) — O "mato grosso de Goiás" — SPERIDÃO FAISSOL (pág. 745) — O nome do rio Acre — JOSÉ MOREIRA BRANDÃO CASTELO BRANCO (pág. 750).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: O Amazonas — Prof.^a MAGNÓLIA DE LIMA (pág. 752).

NOTICIÁRIO: CAPITAL FEDERAL — Câmara dos Deputados (pág. 759) — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Geografia (pág. 759) — Ministério da Guerra (pág. 760) — Ministério da Agricultura (pág. 760) — Universidade do Brasil (pág. 760) — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Instituto de Geografia e História do Brasil (pág. 760) — CERTAMES — I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia (pág. 760) — UNIDADES FEDERADAS — Rio de Janeiro (pág. 770) — São Paulo (pág. 770) — MUNICÍPIOS — Cuiabá (Mato Grosso) (pág. 771).

RELATÓRIOS DE INSTITUIÇÕES DE GEOGRAFIA E CIÊNCIAS AFINS — Relatório dos representantes estaduais apresentados à IX Reunião Ordinária da Assembléia Geral do C.N.G. — Bahia (pág. 772).

BIBLIOGRAFIA: REGISTOS E COMENTARIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros e periódicos (pág. 774) — CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRAFICA ESPECIALIZADA — Índice dos trabalhos sobre Colonização existentes no Arquivo Corográfico do C.N.G. (pág. 780).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário das leis e decretos publicados no período de 1 a 31 de janeiro de 1949 — Leis (pág. 787) — Decretos Executivos (pág. 787) — Integra da legislação de interesse geográfico — Leis (pág. 795) — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Integra das leis, decretos e demais atos de interesse geográfico — Decretos — Bahia (pág. 796) — Leis — Espírito Santo (pág. 796) — Minas Gerais (pág. 797) — Piauí (pág. 798) — Rio de Janeiro (pág. 798) — Resoluções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Geografia — Assembléia Geral — Integra das Resoluções ns. 182 a 191 (pág. 799) — Conselho Nacional de Estatística — Junta Executiva Central — Integra da resolução n.º 329 (pág. 809) — Diretórios Regionais — São Paulo — Integra das resoluções ns. 106 e 107 (pág. 814).

Boletim Geográfico

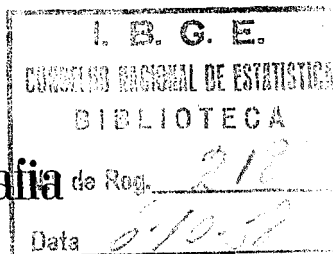
Ano VII

OUTUBRO DE 1949

N.º 79

Editorial

Utilidade da Geografia



E' notável a evolução que a geografia experimentou nos últimos tempos, agigantando-se, pela qualidade e pela quantidade da sua contribuição no sistema dos conhecimentos humanos.

A geografia moderna ostenta, assim, entre outras, duas primorosas características: o fundamento científico das suas investigações e o sentido humano dos seus objetivos.

Com a primeira, "característica de excelência", a geografia de hoje apresenta-se aprimorada no método, já que não se limita mais à estática descrição da superfície da Terra, porque se enveredou vitoriosamente pela pesquisa dinâmica, preocupada em explicar as causas, efeitos e correlações da distribuição terrestre dos fenômenos físicos, biológicos e humanos.

Com a segunda, "característica de utilidade", a geografia dos nossos dias firmou a sua preocupação no ser humano, de maneira tão profunda e expressiva que lhe valeu a adjetivação de humana, tal como hoje se inscreve no quadro das ciências.

Presentemente, a ciência geográfica estuda o ambiente natural não só em si, mas sobretudo para nêle situar o Homem, cuja atitude deseja conhecer em função do meio, com o objetivo prático de lhe indicar a atuação mais natural, mas de acôrdo com os elementos circundantes, vale dizer mais produtiva e mais feliz.

Essa a razão pela qual a geografia moderna penetra, de mais em mais, em todos os setores onde haja a preocupação do bem estar da coletividade humana, seja econômico, social, político ou administrativo.

Na "I Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia", realizada nesta capital, em que, pela primeira vez, se reuniram os geógrafos dos países americanos, convocados especialmente para o estudo de problemas comuns, sentiu-se bem nítida essa moderna orientação da geografia.

O temário inspirou-se profundamente nesse sentido humano da geografia e as discussões havidas revelaram o acêrto da orientação, porquanto os geó-

gráfos, vindos de diferentes nações das Américas, compreenderam-se, encontraram um denominador comum em torno do qual puderam harmonizar os seus pontos de vista, de conceito, método e aplicação.

Resultou dessa generalizada consciência a aprovação da norma geral a que deverá submeter-se a Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, na sua missão permanente de promover o desenvolvimento da geografia no continente.

Diz textualmente a Resolução:

"Quanto à orientação das atividades da Comissão, a Reunião encarece o seguinte:

a) que as iniciativas tenham, quanto possível, caráter objetivo, de modo que haja permanentemente a preocupação dos problemas de interesse comum para os países americanos;

b) que a geografia seja considerada como fator de progresso e de aproximação dos povos oferecendo contribuições efetivas à solução dos problemas regionais, nacionais e internacionais, que favoreçam o bem estar da sociedade humana".

Nessa norma evidencia-se a filosofia da geografia moderna, que está naturalmente fadada a nobres e gloriosos destinos.

CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO
Secretário-Geral do C.N.G.



A Ligação Ferroviária Cuiabá-Santos

Eng.^o FLÁVIO VIEIRA

Membro do Diretório Central do Conselho
Nacional de Geografia

A ligação de Cuiabá ao sistema ferroviário brasileiro figurou sempre nos planos de viação nacional, desde o elaborado em 1881, pelo engenheiro Honório Bicalho, até o que está presentemente em vigor, por força do decreto n.º 24 497, baixado em 29 de junho de 1934, pelo governo da República.

Por este último, a capital de Mato Grosso se vinculará à nossa rede de caminhos de ferro, através dos troncos TM-5 e TP-5, o primeiro ligando-a à E. F. Noroeste do Brasil, em Campo Grande, e o segundo articulando-a com a E. F. Goiás, cuja construção está alcançando Goiânia, no seu prolongamento para Araguaiana, à margem do rio Araguaia.¹

Recordemos que o Congresso Ferroviário Brasileiro de 1882 aprovou o traçado de um plano de viação, contendo, como o do Eng.^o Honório Bicalho, quatro grandes troncos: Grande Leste-Oeste, Grande Norte-Sul, Grande Noroeste e Grande Central-Sul.

Dêles, era o primeiro tido como o tronco principal do plano, por ser uma via de comunicação com caráter internacional, ante a possibilidade de seu prolongamento até a cordilheira dos Andes, através da Bolívia, previsão esta que, no momento, está se tornando uma realidade, com a construção da linha Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, apenas deslocada a diretriz Rio-Cuiabá para Santos-Corumbá.

Esse tronco passava pela cidade de Cuiabá, pois, partindo do Rio de Janeiro, atingiria pela Central do Brasil o divisor de águas das bacias do Prata e do Amazonas, tocaria em Goiás, Cuiabá e São Luís de Cáceres, e iria terminar na cidade de Mato Grosso, à margem do Guaporé.

No plano em vigor, a despeito de, como nos anteriores, possuir linhas mistas, isto é, com trechos terrestres e fluviais, a metrópole matogrossense seria entrosada na rede nacional somente por intermédio das paralelas de aço.

Agora, porém, na revisão e atualização desse plano, por ilustre comissão de técnicos, nomeada e presidida pelo ministro da Viação e Obras Públicas, foi abandonado o projeto de levarem-se os trilhos de nossa rede ferroviária até Cuiabá.

Pelo novo plano geral de viação nacional, chamemos assim o trabalho elaborado por essa comissão e que já se acha submetido ao Congresso Nacional — Cuiabá será atingida por linhas mistas, em que se coordenarão a via férrea com a fluvial ou a ferrovia com a estrada de rodagem, além da sua ligação direta a todo o sistema rodoviário brasileiro.

¹ No atual plano nacional de viação, adotaram-se, para designar os troncos e ligações da rede ferroviária, as iniciais TM, TP e L, com um número de ordem e significando: TM — todos os troncos cuja direção geral se aproxima da dos meridianos; TP — todos os troncos com orientação geral aproximada da dos paralelos; e L — todas as linhas de ligações, quaisquer que sejam as suas direções. A numeração dos troncos segue a ordem em que estes se sucedem, na carta geral do Brasil, de leste para oeste, em relação aos TM, e do norte para o sul, em relação aos TP. Quanto às ligações (L), sua numeração é consecutiva, começando do setentrão para o meridiano e seguindo sempre do levante para o poente.

Ir-se-á, assim, da capital de Mato Grosso a Santos, por exemplo, descendo as correntes potâmicas do Cuiabá e do Paraguai até Corumbá e, daí, pelas estradas de ferro que vão ter àquele grande porto atlântico. Se não se quiser utilizar a via fluvial, poder-se-á alcançar a E. F. Noroeste do Brasil, em Campo Grande, pela linha rodoviária MT-BR-16.²

O novo plano que constitui a rede rodo-ferro-aquaviária federal, pois a êle se incorporou, também revisado, o sistema rodoviário aprovado pelo decreto n.º 15 093, de 20 de março de 1944, adotou nova nomenclatura para as suas linhas.

Assim é que, quanto ao setor ferroviário, desapareceram as designações de troncos meridianos (TM) e paralelos (TP), passando os cinco troncos principais a serem qualificados pelas iniciais de seus nomes, a saber:

I — *Tronco Principal Norte* (TPN) — Rio de Janeiro a São Luís do Maranhão, via Belo Horizonte, Bahia, Aracaju e as capitais nordestinas, exceto Natal.

II — *Tronco Principal Central* (TPC) — Misto — Rio de Janeiro-Tocantins, via Pirapora (extremo superior do trecho médio navegável do São Francisco), Formosa e Peixe (extremo navegável superior do rio Tocantins). Linha flúvio-ferroviária.

III — *Tronco Principal Oeste* (TPO) — Rio de Janeiro-Araguaiana, passando por Lavras, Goiandira e Goiânia.

IV — *Tronco Principal Sul* (TPS) — Rio de Janeiro-Rio Grande, via São Paulo, Engenheiro Bley (Curitiba), Rio Negro, Lajes, Canguçu e Pelotas.

V — *Tronco Principal Transcontinental* (TPT) — Santos-Corumbá, passando por São Paulo, Campinas, Bauru e Campo Grande. (Trecho brasileiro da via férrea interoceânica Santos-Arica). Por este tronco é que se atingirá, pelos trajetos que já mencionamos, Cuiabá.

Além desses grandes troncos, o novo plano viatório contém sete outros, denominados "Troncos Secundários". São ramificações principais dos grandes troncos, especificados pela letra T seguida do seu respectivo número. Finalmente, vêm as linhas de ligação, em número de 34, designadas pela letra L acompanhada por um número de ordem.³

Acontece, porém, que, a despeito de tudo isso, os cuiabanos não terão de esperar por muitos anos até verem o primeiro trem ferroviário chegar à sua veneranda e tradicional cidade. Por que? Por dois acontecimentos muito promissores, não só para os matogrossenses como para todos os brasileiros.

Primeiro: o fato de haver o Congresso Nacional, a despeito do plano que lhe foi apresentado pelo governo da República, resolvido iniciar desde já a construção da linha Campo Grande-Cuiabá, de acordo com o plano de viação em vigor (segmento do tronco TM-5). Segundo: a notícia de que o atual governador do estado de São Paulo tomou a iniciativa, sem dúvida merecedora dos mais calorosos aplausos de prolongar uma de suas vias férreas até Cuiabá.

Essa auspiciosa notícia foi anunciada a propósito de recentes melhoramentos inaugurados festivamente por S. Excia. na zona araraquarense.

A estrada de ferro a que nos referimos é precisamente a Araraquara, que se entronca na Paulista e demanda o porto Presidente Vargas (ex-porto do Tabuado), à margem esquerda do rio Paraná, na fronteira São Paulo-Mato Grosso.

No seu avanço para esse porto, foram inaugurados e entregues ao tráfego público mais 37 quilômetros, pelo governador Ademar de Barros, como parte dos melhoramentos a que nos referimos. A E. F. Araraquara, com mais esse acréscimo, chegou à cidade de Fernandópolis.

O prolongamento desse caminho de ferro está estudado até a barranca do Paraná, onde uma ponte, que já está sendo locada, vencerá a larga calha potâmica, estabelecendo mais uma importante aproximação material entre São Paulo e o estado matogrossense.

² Este prefixo indica a linha longitudinal n.º 16, no estado de Mato Grosso (Vide nota 3).

³ As linhas integrantes do plano rodoviário nacional, que somam 37, serão denominadas no novo plano de: "Radiais", em número de cinco, "Longitudinais" (7), "Transversais" (18), "Ligações" (9) e "Ramais" (7). São designadas pelo prefixo BR, da palavra Brasil, precedido do prefixo da unidade federada por elas atravessada e seguido dum número de ordem.

Dai, então, depois de assentados os necessários entendimentos com os governos federal e de Mato Grosso, prosseguirá a E. F. Araraquara rumo a Cuiabá, passando, possivelmente, por Coxim, no rio dêste nome, localidade essa que se acha no traçado do tronco TM-4, que vai ter àquela capital.

Falando a respeito das inaugurações na zona araraquarense a que já aludimos, disse o Sr. Ademar de Barros:

"Caboclo, como os que vi em Fernandópolis, acostumado com o interior, senti em 1939, e sinto hoje, a necessidade de prolongamento dos trilhos. Por êstes dias, iniciaremos, assim, o prolongamento de Fernandópolis a Pôrto Tabuado e logo mais em direção a Cuiabá."

Posso informar-vos nesta "conversa ao pé do fogo", que, durante esta semana, ainda enviaremos aos poderes públicos do estado irmão de Mato Grosso, o pedido oficial para entrarmos em seu território, em princípio de 1950. Já estamos locando a ponte, que deverá ter um quilômetro de vão, sôbre o rio Paraná. Cuiabá ficará, assim, ligada ao pôrto de Santos através da Araraquarense, da Paulista e da Sorocabana".

Eis aí a palavra oficial de um dos grandes estados da união, êsse admirável São Paulo, cujas realizações progressistas tanto nos encham de patriótico orgulho. Ela encerra uma promessa que deve avivar as esperanças e acalantar um velho anseio dos motogrossenses. A distância que ainda separa a ponta dos trilhos da Araraquara de Cuiabá é considerável, andando por volta duns 900 quilômetros, mas o povo paulista tem capacidade para realizar tão notável empreendimento, no espaço e no tempo tornados indispensáveis ao mesmo.

Quanto à resolução do Congresso Nacional acima aludida, podemos adiantar que, ao escrevermos estas linhas, o Departamento Nacional de Estradas de Ferro está tomando as necessárias providências no sentido de se dar, imediatamente, início aos trabalhos para a ligação de Cuiabá a Campo Grande, na E. F. Noroeste do Brasil, em cumprimento ao disposto na lei n.º 749, sancionada em 27 de junho próximo findo.

Êsses trabalhos, vão ser atacados por duas turmas: uma partindo de Cuiabá para Campo Grande e outra, desta cidade para a capital de Mato Grosso.

Aos filhos de Mato Grosso a promessa de São Paulo e o cometimento do governo federal são, sem dúvida alguma, motivos de justo entusiasmo e grande júbilo. E, particularmente, ao meu mui prezado amigo e culto colega Virgílio Correia Filho, dos mais ilustres dentre êles, que certa vez se entristeceu ao lhe dizermos que tão cedo o governo federal não cuidaria da articulação ferroviária de Cuiabá ao resto do Brasil, não devem ser menos gratas e auspiciosas as notícias da ligação Cuiabá-Santos, que acabamos de comentar.

Terminando, digamos que, como aliás é conclusão evidente, uma vez atingida, seja pelo prolongamento da E. F. Araraquara, seja pela ligação de Campo Grande a Cuiabá, esta capital ficará vinculada também ao Rio de Janeiro e às capitais estaduais, que já se interligam através da nossa rede ferroviária à metrópole brasileira.

* Em 1939 o Sr. Ademar de Barros dera prosseguimento ao avanço da Araraquara, que se achava paralisada em Mirassol, e agora retomou êsse prolongamento em Votuporanga.

O Modelado de Campos

A SERRA, O TABULEIRO E A PLANÍCIE

DÉCIO FERREIRA CRETTON

Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro
— Diretório Regional do Estado do Rio de Janeiro — Conselho Nacional de Geografia —
I.B.G.E. N.º 1 — 1948 (Publicação feita com o concurso do Departamento Geográfico).

I — INTRODUÇÃO

"É preciso estudar o Brasil com os seus encantos e as suas tristezas, para amá-lo conscientemente: estudar a terra, as plantas, os animais, a gente do Brasil".

ROQUETTE PINTO.

O "município" é a primeira realidade nacional, concreta, tangível, física e humana; o municipalismo é a nossa forma primordial de socialização rural e urbana; é através da célula municipal que o homem entra em contacto directo com as nossas realidades de meio físico, social e político.

Os agrupamentos humanos, em face das percepções imediatas do homem e seus permanentes esforços de adaptação à natureza, só chegam a atingir geográfica e historicamente a perfeição social, dentro de limites precisos, determinados pelo meio e pela sociedade.

São esses limites, exigidos pela evolução social do homem, os próprios limites das municipalidades nacionais, forjados na luta secular travada entre o homem e a terra. Dentro desse espaço geográfico é que o brasileiro tem contacto com a terra — e sofre a sua grande influência; é aí que ele recebe a influência do poder central e do governo estadual, através das autoridades municipais.

Os problemas da vida nacional — da lavoura, da indústria, do comércio, das propriedades rurais e urbanas, do consumo, do transporte, do saneamento, da educação, do profissionalismo, etc. — evoluem e se definem naturalmente no âmbito dos municípios, porque aí todos os influxos se chocam e acabam por se hierarquizar em harmonia social.

A célula municipal "é a fonte viva e pura da nacionalidade, o seu primeiro núcleo e a sua primeira norma". E' vivendo a pequena humanidade de cada município que o homem compreende e ama a sua pátria.

E' de primordial importância para a solução dos problemas municipais o estudo de sua base física, isto é, de sua terra, do seu relevo, enfim, do "modelado municipal", porque ele constitui a realidade primeira — o fundamento de todas as outras, que a ela vivem submetidas.

Para a geografia, a história, a sociologia do Brasil é de um valor extraordinário o conhecimento do modelado de cada município, porque o relêvo da terra condiciona a ação do homem sobre o meio físico, só ele é capaz de responder às últimas indagações dos nossos geógrafos, historiadores e sociólogos.

Muito oportuna e valiosa é, pois, a preferência dada pelo Instituto Nacional de Geografia ao tema do modelado em cada município, ao assentar as bases do concurso de monografias municipais de 1943.

Dignas de menção especial são as normas baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia, para o estudo geográfico das questões orográficas dos municípios brasileiros. É perfeita a divisão das teses sobre o relêvo em três categorias: 1 — Tema do Modelado (superfície orográfica); 2 — Tema de Perfil (linha orográfica); 3 — Tema de Acidente (ponto orográfico). Estamos certos de que esses temas muito concorrerão para metodizar e facilitar o estudo fisiográfico das unidades territoriais do país.

Como já viéssemos estudando — com o intuito de conhecer melhor a base física — o relêvo do município de Campos, ao ter conhecimento das bases do concurso de monografias de 1943, do C.N.G., embora um pouco tarde, pusemos mãos à obra, no sentido de apresentar aos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional de Geografia o modesto trabalho sobre o modelado campista que aqui vai confeccionado.

A superfície orográfica de Campos presta-se admiravelmente para desenvolvimento do tema do modelado, porque dentro da sua unidade, mostra com clareza três degraus altitudinais bem diferentes na geologia, na topografia e na geografia humana: a “Serra”, o “Tabuleiro” e a “Planície”, correspondendo aos grupos arqueano, terciário e quaternário.

Nítido e muito interessante é o reflexo social, humano, da geografia física desse pujante município fluminense sobre a sua gênese, sua história, sua formação agrícola, industrial e comercial, sobre a sua antropogeografia.

O “campista”, o homem enrijado na luta secular com a terra fértil, mas insalubre, da planície, é um tipo distinto de todos os outros fluminenses; reflete ele muito bem a imagem geográfica do ser humano que criou uma nova paisagem social, tornando-se cicatrizado e prêso a ela pela própria força da sua criação.

Nas páginas que se seguem, procuraremos mostrar, em pinceladas rápidas, a atuação forte e dinâmica desse modelado *sui-generis* sobre o elemento humano que o conquistou, à custa de muito sacrifício, porém, com uma pertinácia admirável, digna de heróis, o que desmente, em terras tropicais, o preconceito caduco de que a civilização pertence às zonas temperadas dos continentes.

Expressamos o nosso reconhecimento a todos os que nos auxiliaram, de qualquer modo, na elaboração dessa despretensiosa monografia; especialmente aos Drs. Alberto Ribeiro Lamego, eminente geógrafo brasileiro, e Aristides Henriques de Oliveira, culto engenheiro de minas do S.G.M., que muito nos auxiliaram, com dados precisos, geodésicos, e informações utilíssimas a respeito da orografia campista.

Este pequeno trabalho foi feito nas horas de recolhimento da labuta quotidiana e com escassez de tempo, por isso, sai como o autor o foi corporificando ao teclado da máquina, sem lapidação; entretanto, se o continente está eivado de “relevo áspero”, o conteúdo é bem objetivo e nitidamente exato. Fica patente a boa vontade de quem o fez.

Protestando por um conhecimento seguro e cada vez mais profundo da orografia dos municípios brasileiros, subscreve-se modestamente o autor.

II — GEO-HISTÓRIA

"O Maciço Brasileiro é um dos territórios mais estáveis, mais rígidos e menos deslocados que existem no mundo".

LAPPARENT

"A história geológica deixou no Brasil um relevo que se deve essencialmente às falhas e à erosão".

DEFFONTAINES

A princípio, tudo era ígneo e fluido na superfície da terra.

Predominava na matéria a instabilidade dos elementos químicos, gerada pelo desequilíbrio atômico, reflexo direto da intensa mutação nas combinações eletrônicas. Possuía o nosso globo elevadíssima e imensurável temperatura.

Fiel às leis da mecânica celeste e sujeita ao sistema solar, seguia o seu ritmo dinâmico de translação e rotação, perdendo gradativa e superficialmente o primitivo calor para o espaço sideral e através do tempo.

Foi assim, pela irradiação térmica incessante, que na Terra se formaram mais tarde os elementos químicos com o equilíbrio dos átomos. No começo, viviam dissociados, mas a contínua perda de calor possibilitou as suas combinações, segundo as afinidades químicas.

Cristalizaram-se as primeiras rochas eruptivas, ilhadas no magma incandescente. Nasceu o *substratum* da crosta terrestre, iniciador básico da coluna geológica: o grande "Grupo Arqueano". O tempo notou a presença da litosfera e surgiu a longa "Era Azóica". Plasmou-se o "Complexo Cristalino Brasileiro", de Branner.

A crosta semi-fluida, lentamente modelada pela força centrífuga da rotação terrestre, apresentou o primeiro e grande continente: o "Equatorial". O Complexo Arqueano Brasileiro era-lhe parte integrante e representava a primitiva América do Sul — o primeiro continente a aparecer na superfície da terra (Gerber) e o último a entrar na História.

O Arqueano Brasileiro é a mais antiga e estável formação geológica sul-americana e mundial. E' o grande remanescente da primitiva crosta terrestre consolidada, de origem magmática, pré-aquática e absolutamente azóica, que estabelece nítida distinção entre este grupo e os posteriores, caracterizados pela mesma gênese, por rochas sedimentares e pela evolução biológica.

E' tão característico o nosso arqueano que a sua era formadora pode ser denominada "Era Brasilica", "a qual é distinta de tôdas as outras eras geológicas" (A. R. Lamego — *Teoria do Protognaisse*).

Todos os gnaisses das nossas cordilheiras arqueanas são produtos metamórficos originados de um plagioclásio-gnaisse fundamental, magmático e pré-aquático, denominado por Lamego, "Protognaisse".

Este protognaisse, que está assentado num batólito de granito, o qual aparece inúmeras vezes na superfície arqueana, foi trabalhado pelo Diastrofismo Brasília que formou os gnaisses secundários, antes do Lourenciano, o que afasta o Lourenciano para o início do Proterozóico, revolucionando os conceitos clássicos e universais da Geologia Histórica, segundo as fundamentadas e brilhantes conclusões da referida teoria.

As rochas arqueanas brasileiras foram originadas em condições especialíssimas que explicam a sua gigantesca uniformidade petrográfica.

Os dolomitos e a grafita das nossas formações mais primitivas não podem ser de origem orgânica, porque ainda não havia aparecido a vida na superfície da terra, quando se constituíram definitivamente.

Formada solidamente a primitiva crosta arqueana brasileira, começou a "Era Proterozóica", caracterizada desde o início pela primeira gliptogênese, completada pela primeira sedimentação de rochas nas bacias de origem magmática (litogênese), já em presença da água e dos agentes geológicos hoje existentes.

O Brasil fez parte do continente da "Gondwana" que na era primária reunia a América do Sul, a África, Madagascar, as Índias e a Antártida, e sofreu os profundos dobramentos huronianos e caledonianos que originaram as "Brasilidas" — "vastas cadeias de montanhas que foram completamente arrasadas

pela erosão desde muito tempo", porém, deixaram "a antiga orientação das dobras, reforçadas por falhas mais recentes, em muitos rios e cristais de montanhas", como diz Pierre Deffontaines.

Através da sequência dos diferentes ciclos evolutivos da crosta terrestre, que caracterizaram e dividiram a coluna geológica em 6 grupos, foi o arqueano, cada vez mais trabalhado pela geodinâmica, a grande fonte petrogenética que originou os demais terrenos.

Tomando por base a fossilização, a estratificação, a tectônica e o postulado da evolução morfológica da litosfera (a cada terreno sedimentar no sentido lato corresponde um mar existente quando se formou), pode-se sumariar e classificar a evolução da crosta brasileira em todas as eras geológicas.

A área geográfica que é objeto do presente trabalho passou, como parte integrante e dependente do Arqueano Brasileiro, por todos esses processos de evolução que acabamos de sintetizar.

O esboço geológico e topográfico do município de Campos e adjacências aqui anexo, fundamentado em estudos antigos e modernos e em observações reais e exatas, mostra com nítida clareza que, tendo por base a formação cristalina da cordilheira Marítima, a geodinâmica criou, ao seu lado, uma zona terciária, seguida de outra quaternária.

A geologia esboçada indica superficialmente a existência, na coluna geológica regional, de um salto súbito do arqueano ao terciário, que se tocam em toda extensão.

Onde estarão as formações sedimentares proterozóicas, paleozóicas (principalmente carboníferas e permianas) e mesozóicas deste trecho do nosso velho continente arqueano, que não emergem em parte alguma do modelado campista?

E' claro que os sedimentos terciários e recentes cobriram todos os vestígios da sedimentação anterior. Sob os sedimentos superficiais, há certamente, nesta bacia cristalina, rochas primárias e secundárias, que sondagens profundas deverão precisar.

E' notável na costa brasileira esta presença do terreno terciário ao lado do cristalino e dos sedimentos quaternários.

Deve haver sedimentação orgânica, de alto valor combustível, soterrada pelos sedimentos posteriores na fossa da planície goitacá. Formações petrolíferas, talvez de apreciável extensão, provavelmente existem no subsolo da planície campista, à espera da sua indústria.

O recondo baiano, que tem uma bacia de petróleo já demonstrada em várias sondagens, apresenta campo geológico de gênese semelhante ao do nosso objetivo, com a sequência: arqueano, terciário e quaternário. A identidade é perfeita.

III — O MODELADO

"Se não fôsse a crosta terrestre ter-se enrugado como se enrugou ou se o enrugamento tivesse tomado disposição diferente da que tomou, as águas teriam coberto toda a superfície da terra, e o homem teria ficado sem ter onde nascer".

— "O homem, portanto, não só deve a sua existência ao relevo do globo, como também vive na dependência desse mesmo relevo".

A.F. PROENÇA.

O tema do modelado em cada município da pátria brasileira eis o problema máximo da geografia nacional! Porque somente a base física é capaz de dar a última explicação dos fenômenos econômicos e sociais da nacionalidade. Estudar o modelado municipal é conhecer a terra de cada célula-mãe da nação; é fazer moderna geografia do Brasil, pela assimilação de sua base, de sua primeira unidade — a fisiográfica.

Esta é a tese das teses de brasilidade, porque é o tema primordial não só da nossa geografia, mas também da nossa história social, da nossa formação como povo civilizado, da botânica e da zoologia no Brasil, da nossa economia

agro-pecuária, de tudo aquilo que direta ou indiretamente depende do solo brasileiro.

O modelado, esta expressão do relevo total de determinada área terrestre, encerra a explicação final dos segredos da natureza e do homem que nela atua, sofrendo o determinismo do meio geográfico e plasmando a sua própria paisagem social, pela reação, com a força do seu braço e o poder extraordinário da sua inteligência.

Se o relevo do globo é a razão da existência dos continentes e dos mares, se condiciona o aparecimento do homem sobre a terra, é de capital importância o seu conhecimento para a antropogeografia municipal, estadual e nacional.

O estudo orográfico dos municípios brasileiros, fundamentado cientificamente nos dados geológicos e topográficos, deve ser a permanente preocupação dessas nossas unidades territoriais e humanas, por mostrar a evolução da paisagem local e apontar com equilíbrio as soluções dos problemas futuros.

A geografia física explica, em última análise, todos os demais ramos da ciência geográfica. A geomorfologia condiciona o desabrochar dos ciclos econômicos. A terra determina a civilização humana, suas culturas materiais e espirituais. A orografia municipal modela a vida municipal. E' preciso conhecer e compreender o relevo brasileiro para amar a terra, as coisas e a gente do Brasil!

O município de Campos é o maior e mais populoso do estado do Rio de Janeiro; para a superfície estadual de 47 000 quilômetros quadrados, apresenta a área de 4 774 quilômetros quadrados, portanto, um décimo da terra fluminense que está hoje dividida em 50 municipalidades. Dentro do seu território cabe três vezes o Distrito Federal e cinquenta vezes o município de Niterói.

A sua laboriosa população é calculada pelo Censo de 1940 em 295 000 habitantes, o que revela possuir Campos 1/6 da aglomeração total do território fluminense, orçada em 1 863 000 almas. Para uma densidade de população estadual de 40 habitantes por quilômetro quadrado — a mais elevada dos estados brasileiros — o município campista apresenta o índice muito significativo de 63 hab./km².

Dos municípios brasileiros é um dos mais habitados. Na vastidão continental do Brasil é um centro de primeira grandeza em população, agricultura, comércio e indústria. É, sem dúvida, o maior município agrícola brasileiro, magnífica expressão econômica e social de um grupo humano dos mais característicos da nossa pátria.

O conjunto desses dados foi concatenado a propósito, para objetivar de início a imensa importância do modelado campista — base física da geografia humana e da história de um dos mais interessantes núcleos da população do país.

O modelado em questão fica localizado na região litorânea e subtropical brasileira, no norte do estado do Rio de Janeiro, e tem como coordenadas centrais que cortam a cidade de Campos — a latitude meridional de 21°-45'-30" e a longitude oeste de Greenwich de 41°-20'-24".

São seus pontos extremos: ao norte, o rio Itabapoana em frente ao marco do Carabugu; ao sul, a barra do Furado, escoadouro da lagoa Feia; a leste, o cabo de São Tomé; e, a oeste, o pico da Divisa, ponto orográfico de referência de três linhas divisórias intermunicipais, contacto de Campos com São Fidélis e Santa Maria Madalena.

O pujante município campista limita-se, ao norte, com o estado do Espírito Santo, de que se acha separado pelo rio Itabapoana, e os territórios municipais de Bom Jesus e Itaperuna; ao sul, com o município de Macaé e o oceano Atlântico; a leste, com São João da Barra e em pequeno trecho com o Atlântico; e, a oeste, com os municípios de Cambuci, São Fidélis e Santa Maria Madalena.

A linha divisória municipal parte da "Barra do Furado", segue os rios do Furado e Barro Vermelho, até a nascente deste na lagoa de Dentro; daí, em ortogonal inflexível, alcança a foz do rio Macabu, na lagoa Feia; prossegue pelo curso do Macabu até a sua confluência com o córrego da Pedra Branca, que percorre inteiramente, iniciando o limite serrano.

Daí, corta pequeno divisor d'água e passa a correr por sobre o rio do Mundo, que acompanha até a sua foz o rio Imbé; dêse ponto, em nova reta (quase coordenada), vai ao "Pico da Divisa", e passa, em curvas graciosas, a tocar nos altos cumes dos divisores d'água das bacias dos rios Colégio, a oeste, Mocotó e Prêto, a leste, até o morro do Douro.

Descreve um ângulo reto e corta o rio Paraíba, que segue em curto trecho da margem esquerda até a meridiana do Rumo da Vala, que acaba no pico oriental da serra da Bandeira, corre neste divisor d'água até o pico do Sapateiro, de onde continua pelos marcos do Paiol, da Pedra dos Fundos da Carqueja e da Usina Gambá.



Fig. 1 — O vale e serranias do rio Prêto, vistos para SO. No primeiro plano, matações e seixos rolados, no leito do rio, erodidos mecânica e quimicamente. Ao fundo, a Pedra Goivada, com 650 metros. Maio de 1941.

(Foto A. R. Lamego)

Percorre o valão Grande, a vila de Paraíso e pequenos divisores equóreos até alcançar a nascente do rio Santo Eduardo, que acompanha ao encontro do marco da Pedra, de onde inflete para o "marco do Carabuçu" à margem direita do Itabapoana; desce este rio limítrofe do estado do Espírito Santo até o córrego do Juvêncio (marco I); sobe este último até o marco II; e, bordejando os morros do Baú e do Côco, apanha a estrada carroçável do Imburi, que a leva ao Rumo da Regaleira, reta que termina na lagoa da Cauaia.

Corta pelo centro esta lagoa e a do Campelo, insinua-se por todo o córrego da Cataia e toma, de novo, o Paraíba pela margem esquerda; atravessa a caudalosa corrente ao encontro da lago do Taí Pequeno; divide ao meio esta e as dos Jacarés e de Bananeiras até a nascente do rio Doce, de onde inflete-se, ortogonal, em busca da barra do Açú.

Entre a barra do Açú e a barra do Furado, banha o Atlântico e praia arenosa do modelado de Campos em que fica o cabo de São Tomé.

Fechada por esta linha imaginária já descrita, a superfície orográfica do município de Campos apresenta aspecto geral dos mais nítidos, quanto à sequência histórica da formação do seu relevo e o reflexo imediato na antropogeografia dos seus habitantes.

A superfície total do modelado campista, de 4 774 quilômetros quadrados, mostra-se, pelo seu aspecto topográfico, pela sua estrutura geológica e pela fertilidade do seu solo, perfeitamente dividida em 3 regiões diferentes: a "Serra", o "Tabuleiro" e a "Planície".

A Serra é a do Mar, no seu extremo setentrional, de escarpas abruptas ao lado de morros decompostos em calotas, ocupando a metade da área municipal, ou sejam 2 374 quilômetros quadrados; o Tabuleiro, ou melhor, os tabuleiros são

morros ondulados de argila vermelha e "recife", sedimentos terciários que cobrem 800 quilômetros quadrados ou um sexto do município; e, a Planície é a zona baixa, rendilhada de lagoas e rios, e separada do mar — no seu massapê ubérrimo e quaternário — por fitas de areia, as restingas. Representa ela um terço do nosso modelado, com 1 600 quilômetros quadrados, mas constitui o sustentáculo econômico da vida municipal.

Há, na área campista e adjacências, uma correspondência exata e extraordinária entre a sua fácies, o seu aspecto superficial, e a sua estrutura interna de profundidade.

Aqui a geologia fez a topografia: às formações geológicas correspondem, com uma nitidez impressionante, as diversas faces topográficas. A intimidade relacional entre o geológico e o topográfico é das mais perfeitas.

Aos 3 degraus geológicos do arqueano, do terciário e do quaternário correspondem as 3 fácies altitudinais topográficas: a Serra, o Tabuleiro e a Planície.

Esta incomum identidade geofísica reflete-se amplamente na vegetação rústica e nas culturas, sujeitando o resultado do trabalho agrícola ao "determinismo edáfico". É, por isso, que a geografia econômica encontra aqui a última explicação na geografia física.

O meio telúrico condiciona o meio econômico e reflete-se amplamente no meio social.

IV — A SERRA DO MAR (Arqueano)

"Predomina entre nós o tipo de *Relêvo de Erosão*... Explica-se isso pelo fato de ser a maior parte do maciço brasileiro formada essencialmente de rochas arqueanas".

DELGADO DE CARVALHO.

O elemento fundamental do relêvo brasileiro é o imenso planalto, de altitude variável entre 300 e 1 000 metros e de 3 000 000 de quilômetros quadrados, que constitui o nosso sistema orográfico meridional.

Este planalto, que confere à nossa pátria climas amenos cuja latitude não permitiria, é limitado pelas cordilheiras mais elevadas, a leste, do lado do Atlântico.

Esta parte da orografia brasileira é o "Maciço Atlântico", formado pelas serras do Mar, Geral e da Mantiqueira, limitado, a oeste, pelas bacias dos rios Paraná e São Francisco e, a leste, pelo oceano.

É este maciço o grande representante do "Complexo Cristalino Brasileiro", pela extraordinária abundância de rochas magmáticas (gnaisse e granitos) por ele apresentadas e de que são formadas, principalmente, as serras do Mar e da Mantiqueira.

A "serra do Mar" é a orla oceânica do extenso planalto brasileiro que caracteriza a faixa litorânea do nosso país nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Determina o longo S formado pela costa brasileira neste trecho do Atlântico.

Não chega a ser uma verdadeira montanha, é mais a escarpa costeira do nosso planalto. Como ensina Deffontaines, "Não é uma cadeia de montanhas com duas vertentes, é apenas uma escarpa abrupta para a costa; se assim se pode dizer, é uma "semi-montanha", como a montanha da Mesa, na África do Sul". Pela hipótese de Wegener, destacou-se mesmo do continente africano e "navegou lentamente para oeste", como parte integrante do Arqueano Brasileiro.

É constituída por duas linhas paralelas de cristas orográficas, uma continental e outra insular. A primeira se estende dos morros da Pedra Lisa e do Garrafão, no norte fluminense, até as serras do Erval e das Pedras Altas, no Rio Grande do Sul.

A serra do Mar, por causa da sua proximidade litorânea, só é divisor hidrográfico de pequena importância na extremidade fluminense, e a baixada do estado do Rio é irrigada por pequenos cursos d'água que nela nascem — à exceção da planície goitacá, que recebe o Paraíba.

No território fluminense, é nitidamente separada da serra da Mantiqueira pelo sinclinal do vale do Paraíba do Sul, cuja calha orienta, numa linha orográfica extraordinariamente ortogonal, o talvegue deste rio de planalto.

Esta formidável calha retilínea define bem a uniformidade da petrografia do nosso arqueano. Este sinclinal é cercado por grande massa gnáissica, com predominância do plagioclásio-gnaíse que apresenta geologicamente a mais perfeita uniformidade petrográfica, estratigráfica e tectônica.

E' a serra do Mar o *substratum* e a fonte geo-histórica de tôdas as formações do meio geográfico que serve de objeto a este modelado que focalizamos.

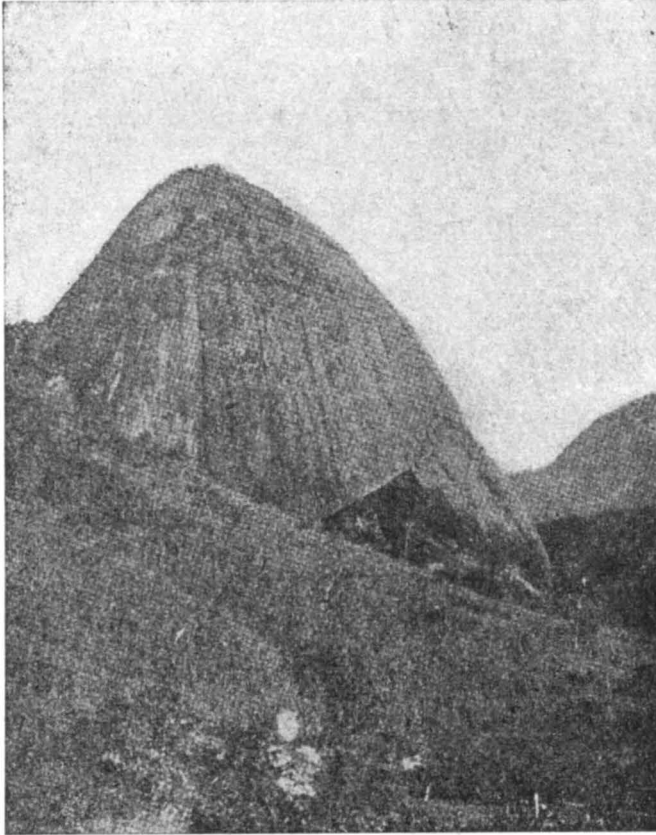


Fig. 2 — O "Pão de Açúcar" da serra do rio Preto, mostrando a erosão típica das escarpas íngremes da serra do Mar: por mudança súbita de temperatura, chuvas e vegetação., Julho de 1943.

(Foto de A. Maciel)

Só nos interessa aqui a sua extremidade norte-continental, dirigida de S para NE e responsável pela formação do campo geográfico em aprêço.

1 — Descrição Regional

"Desde os tempos primários, o complexo brasileiro permaneceu emerso sem que nenhum mar o recobrisse e o subtraísse à obra destrutiva; poucos territórios foram entregues durante tanto tempo aos agentes da erosão e esta foi ainda ativada pelas condições climáticas dos trópicos".

PIERRE DEFFONTAINES

A superfície serrana do modelado campista é a mais vasta de tôdas as formações geológicas e topográficas do município; abrange, aproximadamente a área de 2 374 quilômetros quadrados de montanhas escarpadas, gnáissicas ou

graníticas, morros decompostos profundamente em “meias laranjas” férteis ou em calotas graníticas e quase estéréis, e numerosos vales de rios.

As serras e picos mais elevados ficam justamente no limite oeste do território municipal, e daí, à proporção que se caminha para leste, vão perdendo altitude em degraus sucessivos até a zona ondulada dos tabuleiros. Ao norte, há pequenas exceções, como os picos da Pedra Lisa e do Garrafão.

Caracteriza-se o trecho da cordilheira Marítima por uma crista de serras mais elevadas, servindo de divisores de água, a oeste, e por serras muito mais baixas e freqüentemente isoladas, a leste.

A composição cristalina da cordilheira interior pontuada de picos íngremes apresenta grande dominância de formações gnáissicas. No século passado, Hartt examinou-as em diferentes lugares, achando sempre nelas apreciável uniformidade geral e muita semelhança com as do Rio: “observei um gnaíse cinzento, nitidamente laminado, de grã-fina e granadas abundantes”.

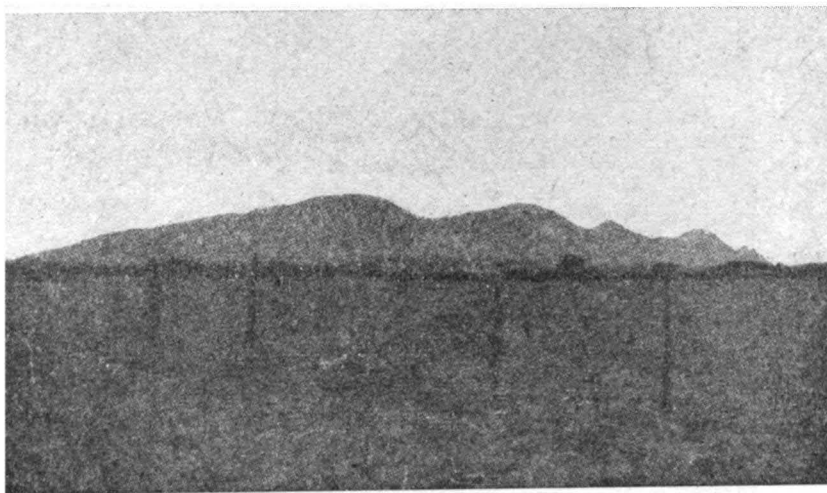


Fig. 3 — A serra da Itaoca, extremidade da península arqueana do mesmo nome que se projeta entre tabuleiros no sentido SO para NE. No primeiro plano, aspecto superficial das formações em tabuleiros. Julho de 1941

(Foto A. R. Lamego)

Lamego, estudando a zona calcária do Muriaé, submete à análise microscópica o seu gnaíse e acha: “Rocha mesocrática de textura gnáissica. Os elementos distinguíveis a olhos desarmados são: quartzo, feldspato, biotita e granada. Textura granoblástica de caráter gnáissico. Microscopicamente, os elementos constituintes são: microclina, quartzo, plagioclásio, biotita, apatita e zirconita — os quatro primeiros em abundância e os outros acessórios”. E, conclui “tratar-se de um plagioclasiognáisse, do tipo Engenho Novo (protognáisse), injetado de elementos graníticos mais recentes, o que mais uma vez testemunha a generalização da Teoria do Protognáisse pelo Arqueano Brasileiro”.

Entretanto, na orla oriental campista, a zona serrana mostra o batolito de granito em abundância, predominando nas formações arqueanas baixas e mais ou menos peninsuladas ou ilhadas nos sedimentos terciários ou quaternários.

Há no gnaíse descrito, ao norte do município, abundantes ocorrências de calcita e mármore, às margens do Muriaé, muito bem estudadas pelo Dr. A. R. Lamego e por ele calculadas em quinhentos milhões de toneladas (500 000 000 tons.) só na fazenda São Joaquim. Estão a céu aberto com exploração iniciada, e em breve sustentarão a primeira grande fábrica campista de cimento, da Cia. Portland Paraíso.

A grafita de origem inorgânica já tem sido encontrada várias vezes em pequenos veios na massa de gnaíse e até na calcita do Muriaé. Os maiores veios estão sendo explorados no vizinho município de São Fidélis há alguns anos.

E' freqüente ao pé das serras escarpadas de gnaíse, principalmente junto aos vales dos rios, a existência de séries de morros em "meias laranjas", decompostos, ricos em argila vermelha ou amarelada e baseados na rocha cristalina; são os altamente preferidos para as culturas de montanha: chegam a sustentar usinas de açúcar em plena serra.

"Tal decomposição resulta da ação das águas das chuvas violentas infiltrando-se através da rocha, carregando ácido carbônico, proveniente não só de ar como da vegetação em decomposição no solo, juntamente com ácidos orgânicos, nitrato de amônia, etc." (seg. Hartt). Ação auxiliada pela temperatura e pelo ácido nítrico (Claraz e Heusser). Na realidade, resultado dinâmico de um complexo erosivo sobre um complexo cristalino.

No poente, com a direção SO-NE, ao sul do rio Paraíba — o mais volumoso curso que corta o município de oeste para leste — ficam as serras mais elevadas do modelado, com suas escarpas abruptas e seus picos agudos e majestosos, tão característicos do nosso relevo arqueano.

Na divisa intermunicipal com São Fidélis, a partir do pico da Divisa (850 m) e servindo de "divisores de águas" entre os rios do Colégio, fidelense, e, Mocotó e Opinião (bacia do Imbé) e Prêto (bacia do Paraíba), campista, — estendem-se ericadas de cristas, as serras das Flores, da Salina, do Mocotó (1600 m); dos Três Picos e das Palmeiras — serra do Rio Prêto (800 m). Entre as nascentes dos rios Opinião e Prêto, a serra da Jacutinga divide-se em duas vertentes.

Separando as águas do Mocotó e do Segundo Norte (bacia do Imbé) alteiam-se as serras Grande (1100 m), da Grandeza, do Columbi e do Viana; o baixo Imbé e o Prêto são isolados pelas vertentes das serras do Cambucá e da Aleluia (550 m).

O ponto culminante do município de Campos é o "Pico de São Mateus", na serra do Mocotó, com 1605 metros, exatamente na linha divisória com São Fidélis. Mais ao sul, já no município de Madalena, fica o ponto mais elevado do norte-fluminense, o pico do Desengano (1800 m).

Ao norte do Paraíba, são notáveis as serras da Bandeira e do Sapateiro (900 m — em São Fidélis), caindo abruptamente sobre a margem esquerda do rio e dividindo as suas águas das do valão São Luís e seu coletor, o rio Muriaé. Acima de Cardoso Moreira, são dignas de menção porque formam as vertentes



Fig. 4 — A serra do Mocotó, de escarpas abruptas, com 1600 metros de altitude é digno monumento da cordilheira Marítima. A ela pertence o "Pico de São Mateus", ponto culminante do município de Campos, com 1605 metros. Julho de 1941.

(Foto A. R. Lamego)

das bacias do Muriaé e do Itabapoana e isolam os seus afluentes, as serras do Maribondo, das Duas Barras, da Prata, de Santo Eduardo e de Santa Isabel; os picos do Leitão, dos Prazeres, do Gambá, etc. escalando entre 300 e 600 metros.

Nesta zona, entre a serra do Funil e a margem esquerda do Muriaé, elevam-se acima do nível do rio os morros maciços de calcita e mármore de excepcionais qualidades.

Ocorrem com frequência junto dos vales dos rios citados e entre as montanhas dominantes da paisagem serrana, os morros arredondados e decompostos, acompanhados ou não de matações (*boulders* de Hartt) — são, juntamente com as várzeas ribeirinhas, as terras procuradas para as culturas da zona montanhosa.

A leste, as serranias baixas dividem águas dos rios do Mundo, Urubu, Macabu, da Prata e outros menores, à direita do Paraíba. Assim como à esquerda do grande rio, as serras da Onça (250 m), do Baú, de Santa Bárbara, etc., separam “valões” e “córregos” (nomes regionais de caminhos d'água naturais), afluentes do Muriaé, do Itabapoana e da lagoa do Campelo.

As últimas elevações orientais da serra do Mar — que terminam junto ao rio Itabapoana, e não do Paraíba — são, geralmente, graníticas e peninsuladas ou ilhadas nos sedimentos dos tabuleiros ou da planície. Deve-se destacar a península da Itaoca, estreita e comprida, situada a SO de Campos; originou ela, ao norte da cidade, a ilha granítica do Morro Alto, insulada no tabuleiro, depois de um mergulho coberto por sedimentos. Outro mergulho mais setentrional ilhou o morro do Mico. Os morros de Itereré e do Matutu e o pico do Imburi são as últimas elevações arqueanas em face do leito do Paraíba.

Merecem especial menção o íngreme e alto pico da Pedra Lisa, o ponto mais alto da zona setentrional do modelado, com 818 metros, “síntese miraculosa das ousadias tectônicas da cordilheira do Mar”, e o pico do Garrafão, a 3 quilômetros do Itabapoana, com 650 metros, e que Hartt achou dar “singular aspecto à paisagem, sendo visível do mar a considerável distância da costa”.

O vale principal que corta ao meio este trecho da serra do Mar é o do Paraíba, que, deixando a calha retilínea do seu sincinal, inflete para leste, na zona da Pureza.

Em Grumarim, encontrando a alta serra do Sapateiro, executa fechada curva em ângulo reto e, na direção N-S, corre até São Fidélis, onde retoma o sentido anterior, apertado entre as serras do Sapateiro e da Bandeira de um lado, e de São Fidélis e do Rio Preto de outro, até Ernesto Machado.

Parece que o Paraíba pleistocênico, impossibilitado de atravessar a serra do Sapateiro, corria no sentido de leste até o vale do Muriaé, abaixo de Cardoso Moreira, e, mais tarde, uma fratura (diáclase) abriu-lhe o novo caminho pela garganta muito abrupta do Sapateiro.

Em São Fidélis, deixa o rio as suas últimas corredeiras e entra no baixo curso navegável até a foz, em Atafona, depois de percorrer 1058 quilômetros de curso. Rio essencialmente de planalto, tem uma bacia de 63 793 quilômetros quadrados (Oliveira Roxo, M. G.), e um “itinerário intimamente ligado à estrutura das formações que atravessa; ... talvez o rio mais notável do globo, sob este aspecto geomorfológico: de correr inflexivelmente reto por cerca de 140 quilômetros”, segundo A. Lamego.

Nesta região, seus principais afluentes são, à margem direita, o Dois-Rios, formado pelo Grande e o Negro; o rio do Colégio e o Preto. A margem esquerda, destaca-se o Muriaé que nasce em Minas e corta a serra do Mar de NO para SE, recebendo numerosos afluentes de vales apertados e desaguando no Paraíba, a montante de Campos.

Mais para o norte, o vale do Itabapoana limita a cordilheira marítima e o território fluminense.

A depressão da lagoa Feia, vão ter as águas das bacias do Imbé e do Urubu que demoram na lagoa de Cima, de onde saem com o nome de Ururai, já na baixada; e as dos rios da Prata e Macabu, pantanoso a vários quilômetros da foz.

Todos esses rios têm as suas cheias no verão, de dezembro a março, coincidindo com as chuvas torrenciais que “cavam as rochas quimicamente mais do que mecânicamente”. E’ nesta época que o Paraíba volumoso e barrento passa por Campos; e, antigamente, invadia as aluviões da baixada que ele construiu no seu esforço milenar.

Vejamos, agora, de como o homem se adaptou ao clima tropical ameno e à terra das montanhas do modelado campista, conquistando-as e sobrepondo à sua paisagem rochosa e florestal, a paisagem humana das culturas, da indústria e do comércio.

2 — O Campista e a Montanha

“A geografia humana se resume numa subtração: Suponha de um lado o globo antes da aparição do homem, de outro, o globo atual com todos os seus retoques humanos; é precisamente esta diferença que constitui o domínio da geografia humana”.

JEAN BRUNHES.

A penetração e a conquista da serra, na zona antigamente dominada pelos bravos Goitacás e seus irmãos — os Puris —, só se deu dois séculos depois do início da colonização das iluviões fertilíssimas da planície, pelos colonos portugueses. O solo da baixada prendeu e atraiu dominadamente todas as iniciativas do europeu; e, só depois de viver o ciclo da pecuária e firmar o ciclo da cana do massapê — de adquirir pela luta bissecular com a terra a fibra de campista — foi que as suas gerações americanas perceberam a existência das montanhas e seus caminhos — os rios.

Quando o lavrador sentiu a necessidade de conquistar novas terras para os canaviais exuberantes da planície, em bandeiras sucessivas, acabou alargando pelos vales dos rios as plantações da útil gramínea.

A conquista, porém, não foi fácil. As densas florestas, os ferozes Puris, a insalubridade lendária e em parte real, os mosquitos e outros perigos dizimavam os pioneiros audazes que subiam os rios a caminho da serra. O Muriaé foi mesmo batizado como o rio das “carneiradas”, da morte epidêmica das entradas destemerosas.

Entretanto, a fibra assimilada na luta com o brejo já havia enrijado o campista, e este foi com segurança dominando as dificuldades e implantando as suas culturas montanha acima.

O principal caminho de penetração foi o vale do Muriaé, na segunda metade do século XVIII. Já nos fins do setecentos, fumegavam nas suas margens 20 engenhos de açúcar.

A era imperial, porém, veio marcar a penetração definitiva da serra pela bacia do Muriaé, e mais tarde, do rio Prêto. O sertão serrano marginal aos rios foi desbravado, povoado e cultivado pelo campista; surgiram os currais, os roçados e as queimadas, as culturas e uma cultura — a da cana —, as fazendas, os latifúndios, os engenhos.

José Lanes Brandão, José Ferreira César e João Lopes da Silva Lima são nomes de audazes conquistadores da montanha e dos vales de planalto no modelado de Campos — a história já os fixou.

Na conquista da zona serrana campista, o homem teve uma arma formidável na monocultura da cana, já gravada no subconsciente do lavrador há mais de um século. Deu-se aqui o que Pierre Monbeig afirma: “o mais das vezes, a paisagem se superpõe a duas ou mais regiões naturais... como reflexo da técnica agrícola ou industrial, da estrutura econômica ou social, e mesmo da psicologia do grupo humano”. E’ exatamente o que ainda acontece: a cultura da cana e a indústria do açúcar nasceram e se integraram na psicologia do campista, na planície; de lá, acabaram por se expandir pelo tabuleiro e pelos vales da serra — embora a cana seja planta de baixada, de massapê.

Os vales montanhosos do Muriaé e afluentes, do Santo Eduardo, do Itabaipoana e do Prêto, como cultura e indústria dominantes, apresentam hoje os canaviais (de aluviões ribeirinhas ou de “meias laranjas”) e as Usinas de Santa

Maria, São Pedro, Sant'Ana e Novo Horizonte, que turbinam nas safras anuais dezenas e dezenas de milhares de sacos de açúcar.

Em segundo plano, surgem as fazendas de pecuária (médias e grandes propriedades), os engenhos de aguardente, as culturas secundárias de café, milho, feijão, etc. Desenvolve-se agora o plantio do algodão.

A terra aqui é relativamente barata, custa em média 500 cruzeiros o alqueire, mas o transporte é difícil. Ao norte, há a E. F. Leopoldina e a recente estrada de rodagem do Muriaé, porém, a oeste, só a rodovia do Rio Preto. É por isso que os vales do Imbé, do Segundo Norte e do Mocotó ainda mostram a paisagem natural da mata serrana. Ali, o homem só chega a cavalo e transportando bagagem em lombo de burro.

Na classificação da *Fitogeografia do Brasil*, do Prof. A. J. de Sampaio, a serra pertence à Zona da Mata Costeira (Driades de Martius); entretanto, a floresta virgem já se encontra muito devastada, quer pelas culturas, quer pela exploração imprevidente dos "fazedores de deserto". Só mesmo a zona do Mocotó guarda as reservas da flora e da fauna da época do descobrimento.



Fig. 5 — Calotas arqueanas de decomposição no vale do rio Imbé, a montante da lagoa de Cima. São semi-estéreis, como mostra bem a vegetação rústica. No fundo, escarpas de serras. 23/9/937.

(Foto da antiga D.S.B.F.)

Os recursos minerais da montanha eram, até a bem pouco tempo, desconhecidos dos campistas. Exploravam-se dos morros mais próximos da cidade os gnaisses e granitos para as construções e o calçamento de ruas.

Atualmente, são numerosas as pedreiras em exploração, onde o homem, auxiliado pela máquina, prepara os paralelepípedos e brita a rocha que vai ser empregada nos alicerces das edificações.

A calcita e o mármore do município, já rudimentarmente explorados há alguns anos, encontraram no trabalho técnico e eficiente do Dr. Alberto R. Lamago, o seu verdadeiro descobridor, a interpretação que mereciam para a indústria nacional. O seu excelente boletim, intitulado *Mármore do Muriaé*, veio revelar a toda Campos e aos proprietários das imensas jazidas a céu aberto, o valor incalculável desses afloramentos dos últimos contrafortes da serra do Mar em território fluminense.

Surgiu dessa revelação a Cia. de Cimento Portland Paraíso, que aproveitará também a gipsita da Boa Vista, já estudada pelo Dr. Lamago, na baixada goitacá, e deverá dotar o Brasil de uma de suas maiores fábricas de cimento.

A alta qualidade dessa calcita é apontada, pelo químico Artur Beck, na análise seguinte:

Dureza	3
Densidade	2,73
CO ²	43,54
CaO	54,31
Fe ² O ³	0,008
SiO ²	2,110
Al ² O ³	traços
MgO	traços
	99,958

Resultado: Calcita (CaCO³), quase pura.

O mármore, de qualidade média e superior, juntamente com o cimento que se anuncia, poderá modificar com exploração perfeita o aspecto arquitetônico da cidade. Está sendo enviado para o Rio e São Paulo.

A grafita existe em pequenos veios, os afloramentos maiores ficam em São Fidélis, onde já são explorados.

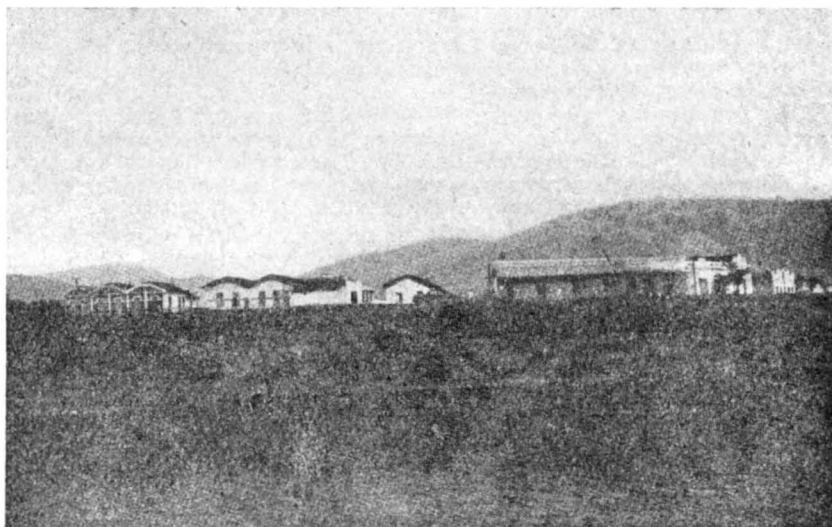


Fig. 6 — O vale do Muriaé em Cardoso Moreira. E' comum, nas cheias, a água penetrar nas casas, ao centro. São bem visíveis as "meias laranjas" da serra. Ai deixa o rio as corredeiras e entra no baixo curso navegável. Vista para SO, em abril de 1940

(Foto A. R. Lamego)

Na aba da serra do Rio Prêto, a fonte mineral da Pedra do Alecrim vem fornecendo água aos campistas há algum tempo.

A montanha apresenta em seus rios quedas e corredeiras que constituem apreciáveis fontes de energia hidráulica, até o presente momento quase inexploradas, mas que formam ótimos mananciais para indústrias do futuro. E' de se esperar que a Cia. de Cimento comece a marcha pelo aproveitamento dos rápidos do Muriaé.

O campista ainda não entrou na posse plena e desejada da região montanhosa, dos distritos de Monção (8°), Novo Horizonte (9°), Dorcas de Macabu (11°), Santo Eduardo (13°) Cardoso Moreira (14°) e Paciência (15°). Confie-mos na sua capacidade de explorar todos os seus recursos convenientemente.

V — O TABULEIRO (Terciário)

Nos tabuleiros, "o observador tem a impressão persistente de calcar o fundo recém-sublevado de um mar... tendo ainda esteriopizada naquelas camadas rígidas a agitação das ondas e das voragens".

EUCLIDES DA CUNHA.

A topografia arqueana, tipicamente caracterizada pelos relevos ásperos com montanhas de escarpas abruptas e vales estreitos, é substituída, de maneira súbita, pela superfície peculiar aos tabuleiros ondulados, que constituem o segundo degrau altitudinal do modelado.

O conceito de Tabuleiro advém da sua topografia original e é aqui o de uma peneplanície rasa e ondulada, que se eleva, em média, a 30 metros acima do nível do mar, formando a segunda zona geo-topográfica da região campista.

A origem sedimentar terciária emprestou-lhe o aspecto de um solo uniformemente ondulado, onde a paisagem é monótona e a superfície facilita os lances tangenciais das vias de comunicação. É típica a forma ortogonal ondulante das rodovias dêste solo, que serpenteiam exaustivamente pelos seus morros avermelhados.

O canal de Campos e Macaé foi muito bem traçado, em mais da metade longa tangente, as últimas elevações terciárias, constituindo até o Macabu os morros avermelhados.

O leito da Estrada de Ferro Leopoldina, que segue para o Rio, corta, em seu percurso, entre o tabuleiro e a planície quaternária, o que facilitou extraordinariamente a sua realização.

Dentro dos limites municipais, os tabuleiros ocupam a menor área, cerca de 800 quilômetros quadrados, situada entre as formações da serra e a planície argilosa, em ambas as margens do Paraíba. Para leste, chegam a tomar a largura de 30 quilômetros, no município de São João da Barra, onde representam a metade do território e encontram as restingas e o Atlântico.

De Manguinhos à foz do Itabapoana, o seu arenito de grande coerência forma pontas e barreiras, trabalhadas pelas ondas do oceano — são os chamados "recifes".

1 — *Fisiografia*

"O solo se levanta algum tanto acima do nível geral, é *ondulado*, semeado de imensos formigueiros em forma de montões... verificando-se que é constituído de *argilas terciárias e arenitos*..."

CHARLES FREDERICK HARTT.

A zona dos tabuleiros, geológica e topograficamente diversa das demais, está situada pela sua gênese terciária entre a serra (arqueana) e a planície (quaternário).

Os pontos de contacto das formações serranas com as dos tabuleiros formam uma linha sinuosa que se estende da foz do valão Serrano, no Itabapoana (município de São João da Barra) até os últimos contrafortes das serras da Itaoca, Serrinha, de Santa Catarina e de Cabiúnas, as duas últimas já em território de Macaé.

Esta linha de toque entre as rochas cristalinas e os sedimentos, é reconhecida, principalmente nas zonas duvidosas, pela presença de uma "canga" regionalmente chamada "recife", formada por argila vermelha de mistura com seixos rolados de quartzo.

Os seixos, tão perfeitamente rolados e abundantes, comuns mesmo na superfície do terreno, evidenciam a origem sedimentar dos tabuleiros. Foram eles que levaram Hartt a supor para essas formações terciárias, uma gênese glacial, hoje inaceitável.

A disposição horizontal e ondulada dos tabuleiros, contrastando com a verticalidade das formações serranas vizinhas, a sua superfície constituída de um

“solo vermelho de argilas e arenitos”, sua abundância em seixos rolados, e a sua posição geológica, provam completamente o seu caráter sedimentar.

Embora, até o presente momento, não se tenha encontrado nesta zona nenhum fóssil, mas apenas alguns testemunhos litorâneos de estratificação (como na praia de Imbetiba, em Macaé) tudo faz crer que se tratam de “formações sedimentares terciárias”.

O primeiro geólogo a colocar esta região de tabuleiros no Terciário foi Hartt, que, em viagem pelo litoral do Brasil, notou a sua presença de Cabo Frio para o norte; duas milhas acima da foz do Muriaé, e na margem esquerda, observou que “o solo se levanta algum tanto acima do nível geral, é ondulado... de terrenos que são constituídos de argilas terciárias e arenitos” — o que foi mais tarde confirmado pelas observações do eminente geólogo Orville Derby e, atualmente, pelo geólogo e engenheiro do D.N.P.M., Dr. A. R. Lamego.

O arenito dos tabuleiros muito se parece com o das barreiras, colocado por Djalma Guimarães no Plioceno, de acordo com as análises feitas por ele nas exposições desta rocha.

Entretanto, Lamego, que vem estudando profundamente a geologia regional há vários anos, ressalta a eventualidade de terem sido erodidos e depositados esses sedimentos no Mioceno.

Luciano de Moraes e Horace Williams, no mapa geológico do Espírito Santo, catalogam a faixa costeira dos tabuleiros capixabas, da mesma identidade, também no Terciário.

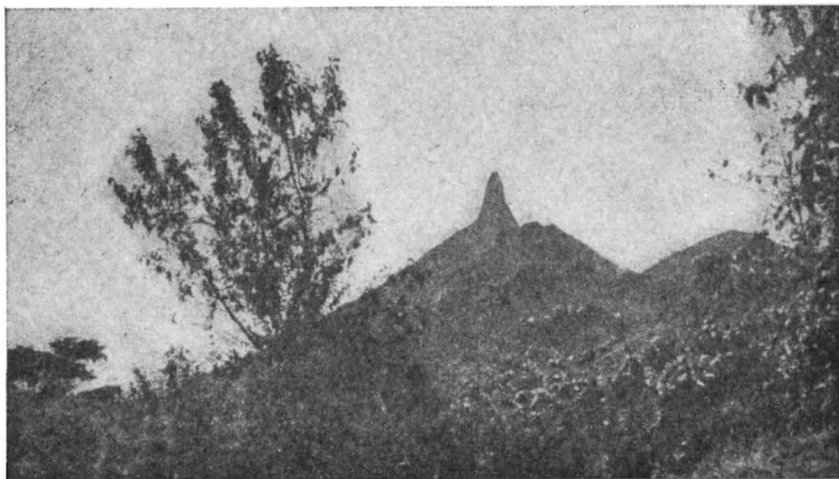


Fig. 7 — O pico da Pedra Lisa, com 818 metros, ponto mais alto do norte do município de Campos e o de maior altitude setentrional na serra do Mar — magnífico monólito donde se descortina largo horizonte para os vales do Itabapoana e do Muriaé. Novembro de 1941.

(Foto A. R. Lamego)

Ao norte do Paraíba, os tabuleiros constituem uma larga faixa (só interrompida pelas aluviões do baixo Muriaé), que se mostra com a largura de 20 a 30 quilômetros até às margens do Itabapoana. Ao sul, é muito mais estreito e frequentemente interrompido por aluviões e penínsulas arqueanas, até o vale do Macabu, na divisa do modelado campista com o de Macaé; depois desse rio, torna-se de novo largo e maciço, entre as primeiras elevações serranas e as restingas de Quicamã e de Carapebus.

Nas margens paraibanas acima de Campos, o tabuleiro cede o lugar às aluviões quaternárias; parece que aí foi quase totalmente destruído pelo mar, como provam sondagens feitas.

A cidade de Campos é localizada na extremidade de um seu pontal cortado pelo Paraíba. Os altos do Liceu, de São Bento, de São Salvador e da Lapa são formações terciárias desse tipo.

As ondulações terciárias que deveriam existir entre Campos e a lagoa de Cima, sofreram total erosão pelas águas do mar, num provável período de ascensão da costa, sucedido pela depressão que facilitou o depósito de areias marítimas, onde assentam as aluviões recentes. Provam isto as sondagens executadas na Usina do Queimado, ao sul de Campos, onde os sedimentos terciários não foram encontrados, acusando a sonda a presença do arqueano a 54 metros de profundidade, depois de atravessar 17 metros de aluviões e 37 de areia marinha, fina e uniforme.

A rede hidrográfica dos tabuleiros apresenta pequenos e numerosos cursos d'água, geralmente transformados em lagoas e brejos pelo represamento das embocaduras com as argilas fluviais (aluviões) ou com as areias marinhas (restingas).

Este fenômeno lhe deu um tipo especial de acidente geográfico: as "Lagoas de Tabuleiro", como as da Onça, das Pedras, de Cantagalo, da Saudade, da Cauaia, de Cima, de Carapebus, etc.

Sua gênese é de fácil explicação: são elas originadas em ribeirões, córregos e valões que, pela erosão das rochas terciárias, acabam por adquirir na foz o nível da planície quaternária, e em resultado, a barragem das águas pelas aluviões ou pelas areias das restingas.

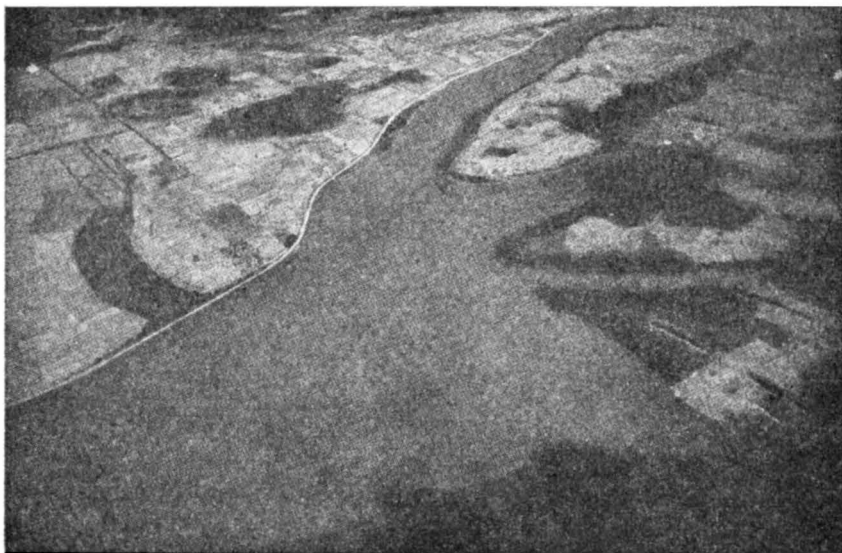


Fig. 8 — Zona dos tabuleiros de *Dores de Macabu*, mostrando os pontos de contacto entre as formações terciárias e os brejos quaternários. O solo de tabuleiro está intensamente retalhado pela cultura da cana. 18/10/38

(Foto aérea do D.N.O.S.)

Em Campos, a maior dessas lagoas é a de Cima, formada pelo represamento das águas dos rios Imbé e Urubu com as argilas milenarmente depositadas pelo Paraíba. O seu leito, de mais de um quilômetro de largura, é escavado no tabuleiro; daí sai o rio Ururá, riquíssimo em meandros, para a depressão da lagoa Feia.

"E" geral o represamento dos cursos d'água no tabuleiro. Praticamente todos os córregos não passam de brejais de tabua e de periperi até as suas cabeceiras". A inclinação dos leitos é sempre bem pequena. Os divisores de água não passam de morros de argila e arenito um pouco mais altos do que os vizinhos.

Tudo isto explica a existência dos longos brejais do Macabu e dos outros cursos que cortam ou nascem nos tabuleiros.

Esta hidrografia tão típica é, em grande parte, um mal para o zona; influi de modo decisivo na sua salubridade; nas águas dos brejos represados, reproduzem-se os mosquitos assustadoramente; a malária, inevitável pelo determinismo do meio, constitui o maior obstáculo a ser vencido pelo homem, na conservação de sua saúde.

2 — O Campista e o Tabuleiro

“Geógrafos e economistas são levados a admitir que os grupos humanos, apossando-se de uma região e valorizando-a, atingem-na tôda uniformemente, mesmo as *terras mais ingratas*”.

PIERRE MONBEIG.

Por ocasião do descobrimento, os tabuleiros eram cobertos de floresta densa e cortados em várias direções por rios, brejos e lagoas; habitavam-nos, com a sua existência primitiva e audaz, os ferozes índios Goitacases e Puris. Este ambiente hostil para os emigrantes europeus defendeu por dois séculos a sua terra virgem de civilização.

Os Puris, “vigilantes e de máximas mui atraícoadas, inclinados a tôda desumanidade”, na observação de Couto Reis, constituíram sério obstáculo, aliados à selva maciça e impenetrável, à conquista da zona colinosa dos tabuleiros, embora colados à capa riquíssima dos massapês da baixada que a colonização tomou em século e meio.

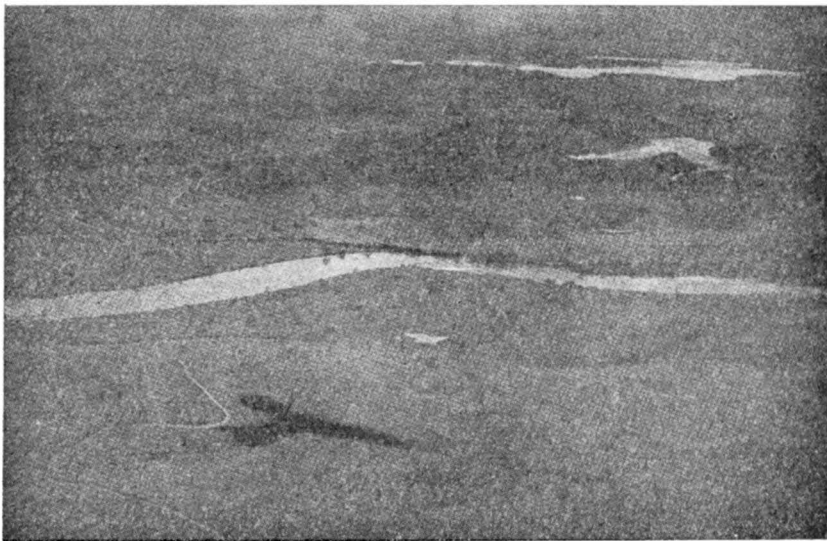


Fig. 9 — Tabuleiros e aluviões das margens do baixo Muriaé, que se vê ao centro. Vista para leste, a montante da ponte de Santana. No fundo, trecho da lagoa da Onça e pequena outra de tabuleiro. Em 9/2/939.

(Foto aérea do D.N.O.S.)

“Puri”, apelido pôsto pelos Tupis nesse índio feroz, é etimologicamente o “comedor de carne humana”, segundo Montóia. Nômades por excelência, erravam dos sertões de Cantagalo aos do Espírito Santo, em busca do mel, da caça, do peixe, da jabuticaba, do jaracatiá, do jenipapo, do bacopari, da grumixama, etc. Dos seus pequenos aldeamentos, apenas um permaneceu: o de Itaocara — hoje cidade fluminense.

Apesar da proteção os tabuleiros foram avidamente procurados no século XVIII pelas bandeiras campistas que andavam à cata de madeiras de lei (que já faltavam na planície) para as suas edificações e embarcações. As florestas espessas que cobriam as colinas terciárias eram muito abundantes em madeiras para todos os misteres, e os campistas, que já haviam devastado as matas do massapê para a cultura da cana, já iam encontrar os troncos indispensáveis às suas construções. A "Bandeira do Jacarandá", uma das mais importantes, ficou na história, como marco indelével das primeiras penetrações nesta selva tão útil.

Já nos fins do Setecentos, o desbastamento da floresta dos tabuleiros junto à planície, seguido da preparação do solo, permitia o plantio dos canaviais que sustentavam os engenhos de açúcar. A cana alastrou-se rapidamente pelos morros terciários, principalmente nas zonas vizinhas dos vales dos rios mais volumosos, em contacto direto com a vida atívisima do centro agro-industrial do plano goitacá.

A cultura canavieira e a indústria do açúcar invadiram o tabuleiro, ao norte de Campos, acompanhando as margens esquerdas do Paraíba e do Muriaé, até a serra, numa faixa que se alargava ano a ano, à proporção que tombava a floresta virgem, a ferro ou a fogo, para abertura dos campos de plantação ou para alimentar as ávidas fornalhas dos engenhos.

Um pouco mais tarde, a península terciária dos tabuleiros de Quicamã, ao sul de Campos, e próxima do mar, foi recebendo por sua vez o machado e o fogo, com o célebre acompanhamento dos canaviais e dos engenhos, a civilização típica que o campista firmou no barro do antigo delta paraibano.

A devastação incoerente, rápida e sem defesa, da floresta dos tabuleiros, presa em terreno muito diferente do massapê, fez-se sentir imediatamente na fertilidade do seu solo. Dentro em breve, percebeu o campista que a terra de suas colinas não respondia bem às culturas como o solo ubérrimo da baixada ou mesmo como a capa decomposta dos vales dos rios em plena zona montanhosa. Daí, a sua arrancada imediata para a serra, à procura de terras mais férteis, por ocasião de conhecer os tabuleiros.

De fato, cortada a mata nesta região, as chuvas tropicais carregam, em pouco tempo, o bom solo vegetal morro abaixo, deixando em seu lugar a argila avermelhada, compacta e endurecida, às vezes arenosa ou empedrada de "recifes".

A terra dos tabuleiros é a mais fraca, a mais pobre para a lavoura, em todo o modelado campista. O seu solo, pela composição e inclinação de suas camadas, não pode reter a água das chuvas, que escorre rapidamente pelas encostas, deixando a superfície dos morros e carregando a preciosidade do seu húmus. O tabuleiro, em geral, não responde bem às culturas.

Apertado, porém, em estreita faixa entre a planície e a montanha, a sua posição topográfica destinou-o à exploração e total aproveitamento pelo labor característico dos campistas.

Acabou sendo inteiramente devastado em todo o município de Campos e vizinhanças pela cultura canavieira; cortaram-no de estradas carroçáveis, estradas de ferro e rodovias modernas; sulcaram o seu solo com as enxadas e os arados; dividiram-no com as cercas em médias propriedades e pequenos sítios; ocuparam-no definitivamente para a economia do grande município brasileiro.

Em território campista, predomina em toda a zona dos tabuleiros a "cultura da cana", seguida da indústria do açúcar; quer no trecho mais largo, ao norte de Campos, quer nas fitas mais estreitas, às margens da lagoa de Cima ou junto da linha da Leopoldina que segue para o Rio.

No vizinho município de Macaé, também, todo o pontal terciário de Quicamã e a faixa colinosa de Carapebus, são cobertos quase exclusivamente de cana de açúcar, que alimenta duas usinas típicas de tabuleiro — moderníssimas e de respeitável produção: Quicamã — 170 000 sacos de 60 quilos, e Carapebus — 85 000 (num total de 255 000 sacos por ano).

Em Campos, para o cômputo geral de sua imensa produção açucareira, consideramos usinas de tabuleiro, as situadas às margens do baixo Muriaé, — Sapucaia, Outeiro e Sant'Ana, — que turbinam respectivamente por ano: 80 000, 130 000 e 45 000 sacos de 60 quilos, perfazendo um total de 255 000 sacos — exatamente igual ao das fábricas de Macaé.

Em tôda a região açucareira campista, essas usinas de tabuleiro alcançam para a produção global de açúcar, anualmente, a respeitável porcentagem de 19% enquanto as seis fábricas da serra atingem somente 13%. Os restantes 68% correspondem à base da produção e pertencem às grandes usinas da planície.

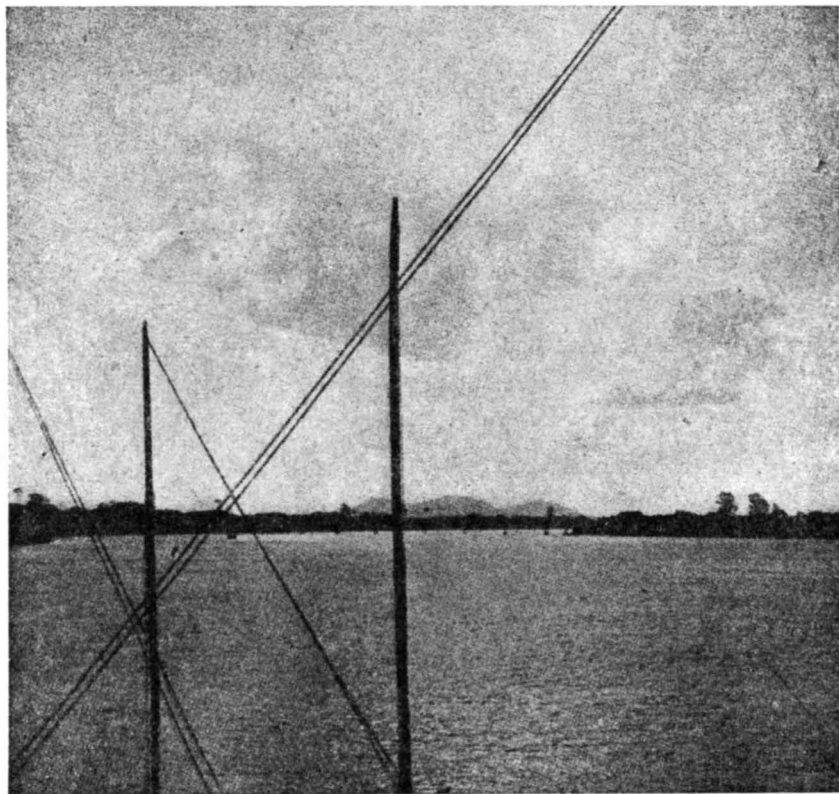


Fig. 10 — Cheia do Paraíba em Campos, na arte fotográfica do Sr. Afrânio Maciel. 19/1/1943. Ao longe, no sentido de oeste, a serra do Mar.

Apesar do solo dos tabuleiros ser pior, mais fraco do que o da zona serrana, as usinas baseadas na sua cultura produzem bem mais do que os engenhos da montanha. Explica-se o fenômeno, à primeira vista absurdo, porque a superfície cultivada nos tabuleiros é muito maior do que a plantada na serra; os primeiros podem receber a cana em tôda a sua extensão, enquanto a segunda só pode cultivá-la nos vales dos rios, nas aluviões marginais ou nos morros em “meias laranjas”. E’ o relêvo influindo imediatamente na cultura e na produção industrial. Na verdade, a cultura canavieira do terciário é mais pobre, a mais fraca de tôdas, porém, a sua área ondulada e bastante plantada, tudo explica claramente.

Em segundo plano, aparecem nas colinas dos tabuleiros as culturas das laranjas, da mandioca, do milho, das batatas, etc. As duas primeiras são mais desenvolvidas e, até o presente, as melhores e mais bem adaptadas ao solo desta zona. Os “laranjais” crescem bem e dão abundantes colheitas; já estão sendo explorados em muitas propriedades.

A “mandioca” (geralmente a brava — *Manihot utilissima*) desenvolve-se em ótimas condições, principalmente no solo argilo-arenoso, dando bom rendimento e magnífico resultado para exploração industrial do seu amido, abundante nos tubérculos das raízes. De há muito, vem sendo cultivada e empregada na

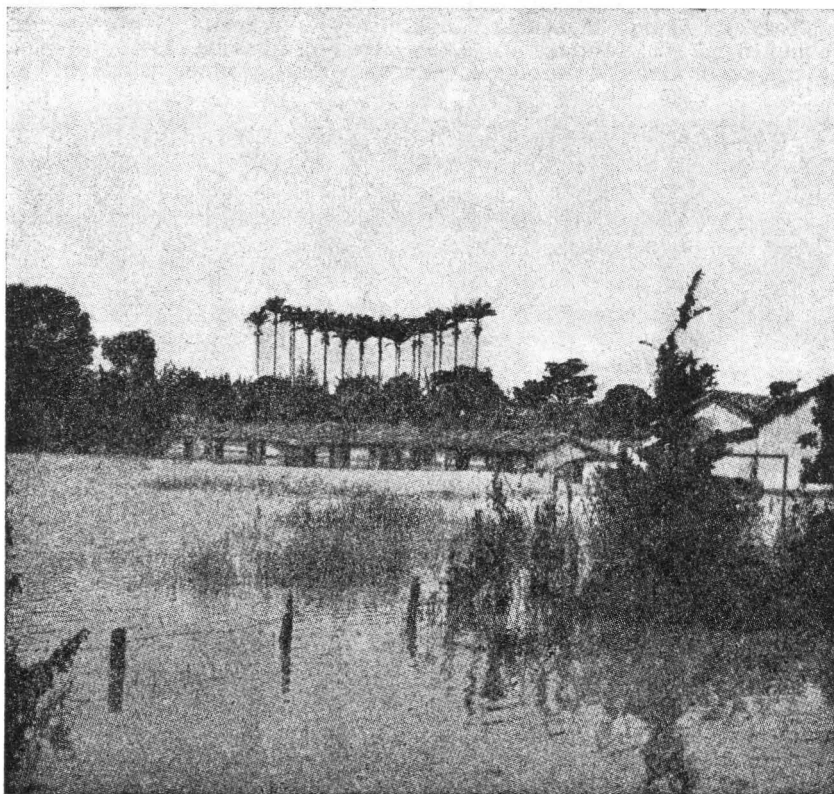


Fig. 11 — Visão da última enchente do Paraíba em Campos: notem-se o nível da água na cerca e nas casas e a aléia de palmeiras de antigo solar.

(Foto de A. Maciel, de 22/1/943)

fabricação rudimentar da “farinha de mandioca”, alimento de largo consumo para as populações rurais do norte-fluminense.

Há pouco, com máquinas modernas, foi posta em funcionamento, no vizinho município de São João da Barra, na vila de Barra do Itabapoana, à beira mar, a Empresa Tipiti, destinada à exploração industrial em alta escala do amido da mandioca. Esta fábrica em progresso aproveita hoje quase toda a produção dos tabuleiros ao norte de Campos, que transforma em toneladas de amido para consumo interno ou para exportação. Muito tem concorrido para povoar e elevar o nível econômico da faixa terciária do município de São João da Barra, onde veio a se localizar pela facilidade do tráfego marítimo.

O milho, as batatas, a abóbora, etc., são plantados em diminuta escala e somente para o consumo caseiro das fazendas e sítios.

A “pecuária” é francamente desenvolvida nos tabuleiros, servindo mesmo, em Campos, como segunda fonte de rendas (depois da cana) para os proprietários rurais. E’ até uma necessidade fazendária, porque equilibra os lucros das fazendas, servindo de base para o lavrador enfrentar as crises dos preços da cana e do limite da produção do açúcar. Daí decorre a paisagem generalizada na zona rural: em cada fazenda, os densos canaviais das variedades javanesas ao lado dos campos ou dos currais cercados por três fios de arame, onde o gado pasta indiferente ao seu elevado papel, como fator de equilíbrio da economia rural.

Um dos piores inimigos do homem, aqui, no cultivo da terra é a formiga, a terrível saúva, que há séculos impera em milhares e milhares de formigueiros

pela superfície dos morros. São os regionalmente chamados "murundus", típicos da paisagem do terciário, "constituídos de estrutura de argila, de forma abobadada muitas vezes arredondados, duros como pedra, e semelhantes a *boulders*, espalhados sobre a planície", segundo a definição de Hartt.

Os três distritos campistas do Tabuleiro, Travessão, Itaoca e Morro do Côco — 7.º, 10.º e 12.º — com a área de quase 800 quilômetros quadrados, já são bem explorados pela iniciativa do campista; em 1942, renderam só ao município a importância de Cr\$ 105 540,90 — mais de cem mil cruzeiros.

Aqui, o homem já tomou conta do solo e debastou completamente a floresta primitiva, facilitando a erosão da terra vegetal; mas, aproveita ao máximo o que ele pode lhe fornecer com as armas do momento. A floresta do Itabapoana, densa e exuberante, é magnífico remanescente da antiga flora dos tabuleiros; merece ser resguardada e protegida pelo Código Florestal em terras do município vizinho.

Temos a certeza de que o campista, inteligente e audacioso, da zona rural, acabará vencendo tôdas as dificuldades dessa terra ondulada — aumentando consideravelmente o celeiro do município de Campos.

VI — PLANÍCIE (Quaternário)

"Trabalho que o Paraíba, expulsando o Atlântico, ergueu para avigorar a evolução histórica do campista".

ALBERTO LAMEGO FILHO.

A Planície — base da geografia humana do modelado campista — estende-se, invariavelmente plana, desde as últimas ondulações orientais dos tabuleiros até o oceano Atlântico, abrangendo nas suas formações marítimas, as restingas, partes dos vizinhos municípios de São João da Barra e Macaé.

Dentro dos limites municipais de Campos ocupa a superfície de 1 600 quilômetros quadrados — exatamente um terço da área do próspero município fluminense, — quase toda formada de argila e riquíssima em lagoas, brejos e alagadiços, que chegam a tomar quase a metade da sua extensão, ou sejam uns 700 quilômetros quadrados. Só a área da lagoa Feia, uma das maiores do Brasil, equivale a 1/3 de toda a superfície do plano argiloso.

Somente o pequeno trecho marítimo do município, que se estende da barra do Açu à barra do Furado, apresenta as fitas arenosas das restingas, separando a baixada fértil, das aluviões do Paraíba, do mar atlântico. Já de mistura com a argila podem citar-se também os vestígios municipais das velhas restingas das zonas de Campelo, Barcelos, Guriri, Ponta Grossa e da ilha dos Pássaros.

O levantamento anterior dos terrenos terciários dos tabuleiros e os efeitos da geodinâmica, concorreram, na Era Quaternária, para a formação da fertilíssima planície dos Campos dos Goitacases.

Começou a sair do mar no Pleistoceno, à custa do trabalho secular, ou melhor, milenar, do curso do Paraíba, e no período atual continua a crescer com o auxílio das correntes oceânicas secundárias (origem das restingas) e a enxugar o seu barro aluviônico pelo acréscimo de novas camadas ou pelo saneamento.

Veremos, pois, em síntese, o trabalho geológico formador da sua paleografia pleistocênica e o seu aspecto atual, nitidamente subdividido em duas zonas: a das aluviões argilosas fluviais e a das areias marítimas de restingas.

1 — Gênese Pleistocênica

"... aí pelo fim da estação chuvosa, o Paraíba, saindo do seu leito, transborda pelos campos. A inundação, começando na embocadura do rio, somente cessa a 10 léguas do oceano".

AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE.

A fecunda planície dos Goitacases começou a emergir do oceano no início do Quaternário, justamente quando o homem apareceu sobre a Terra, para coroar a escala zoológica.

No fim do Terciário, o mar dominava toda a região, onde hoje se estende a planície maravilhosa com os seus canais, as suas usinas, as suas lagoas e restingas.

Imaginemos, numa dessas profecias retrospectivas, tipo Huxley, as ondas chocando-se ruidosamente com as últimas elevações dos tabuleiros e da serra do Mar. De manguinhos até os outeiros de Campos, batiam as vagas na costa livre ou nas enseadas do Campelo e do Brejo Grande.

A península de Campos fechava a baía do Paraíba, que, correndo pelo baixo vale do Muriaé, aí desagava volumoso pelas alturas do Outeiro.

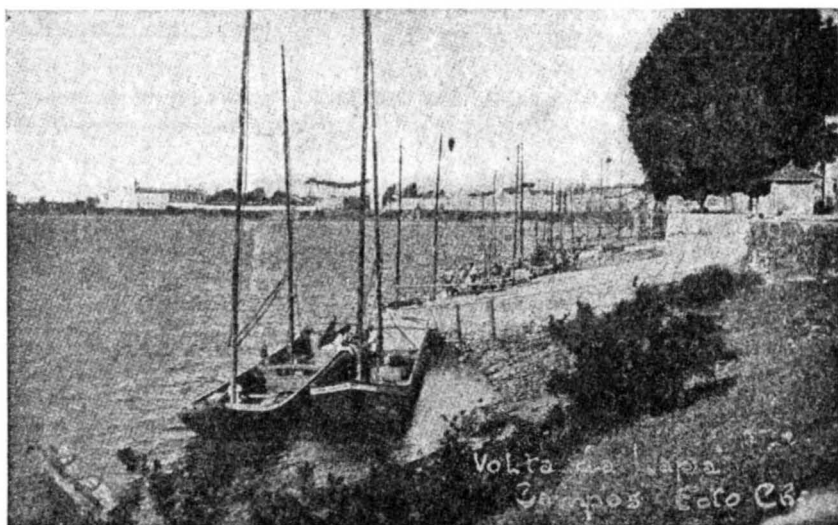


Fig. 12 — Cidade de Campos: o cais de “pranchas” e a curva da Lapa. No centro, embarcações típicas, de dois mastros e três velas triangulares que navegam pelo baixo Paraíba. À esquerda, a igreja da Lapa, do século XVIII. Visão para leste, em 15 de dezembro de 1942.

De Itereré a Carapebus, passava o litoral pela Itaoca e pelos brejais do Guriri, do Prata e do Macabu. As penínsulas arqueana e terciária da Itaoca e de Quicamã miravam emersas a imensidade do Atlântico. Na lagoa Feia e no cabo de São Tomé tudo era mar.

Chega o Pleistoceno, e a planície goitacá vai surgindo lenta e seguramente das águas revoltas do oceano.

O complexo arqueano brasileiro começou a sofrer intensa atividade geodinâmica de chuvas tropicais que, avolumando as correntes dos rios, erodia e transportava as formações cristalinas para a bacia marinha.

O rio Paraíba tinha então no seu alto curso uma imensa lagoa de 120 quilômetros que, da Mantiqueira se estendia até a Bocaina, cobrindo vasta depressão continental (segundo Eusébio de Oliveira e Betim Pais Leme). Daí, escoava o Paraíba, volumoso e pleno de corredeiras, retificado na extraordinária calha gnáissica até as vizinhanças de Pureza, onde infletia para leste cambando em busca da foz.

Intensamente alimentado, drenava o grande rio toneladas e mais toneladas de gnaisses, granitos, chistos e quartzitos pulverizados para iniciar a gênese da baixada campista.

Em contacto com o mar, floculavam as argilas coloidais, precipitavam-se os suspensóides, e o quartzo erodido passava às massas incoerentes das areias. E o rio, auxiliado pelo mar, começou a sedimentação de seu delta.

Um levantamento post-terciário do litoral nesta ocasião concorreu para facilitar o avanço deltaico do Paraíba pelo mar a dentro.

Amparadas pelas formações arenosas que as correntes marítimas secundárias aí depositavam, as águas barrentas do rio, diluvianas na época das enchentes, sedimentavam pouco a pouco o solo argiloso sobre as areias acamadas. Dêsse complexo geodinâmico foi surgindo a terra dos canaviais.

Durante milhares de anos, os meandros deltaicos do grande rio foram penetrando pelo mar e alevantando a vastidão plana e alagada.

Por esta época, o Paraíba devia passar ao norte da serra do Sapateiro, continuando para nordeste o seu curso médio até receber, em curva graciosa, o Muriaé, e, com a direção NO-SE, lançava-se no mar.

Então, o seu trecho de São Fidélis a Campos não existia.

Foi por isto, que o delta do Paraíba pleistocênico sempre se orientou no sentido de sudeste, para a atual barra do Furado, em continuação ao seu baixo curso. Esta é a direção da planície argilosa, de origem fluvial, que se nota logo à primeira vista, no mapa anexo.

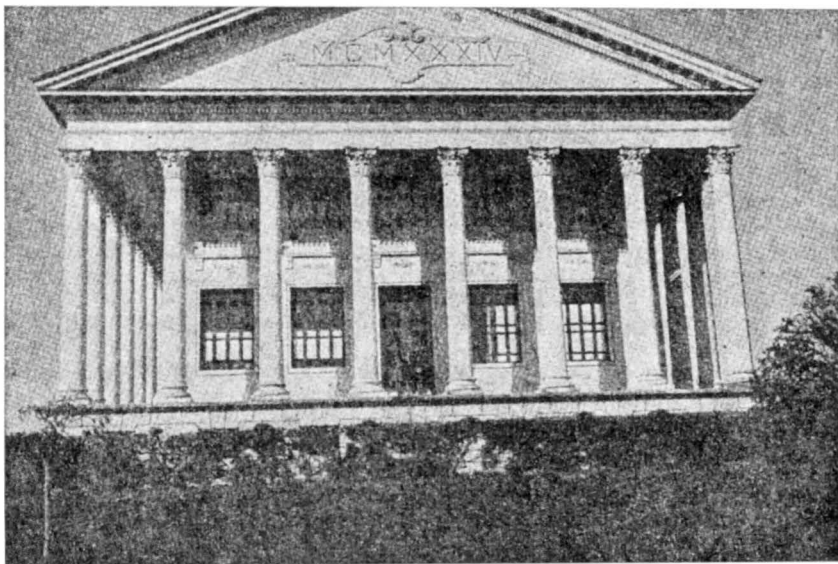


Fig. 13 — *Fachada do fóro campista, modelado pelo romano, com amplas instalações; é um dos mais belos edifícios de Campos. Em 26/10/1941.*

(Foto R. Cretton)

Depois de Campos, o leito principal era o “córrego do Cula”, outrora navegável (como afirmou Couto Reis, em 1785) e hoje quase sêco e aterrado, que a ferrovia de Santo Amaro acompanha. Dêsse eixo, partiam lateralmente, os braços deltaicos que penetravam, à esquerda, no golfo do Tai e, à direita, no golfo da lagoa Feia.

Os estudos e observações regionais do Dr. Alberto Lamego, fundamentados na petrografia, na topografia e na geodinâmica, comprovam êste aspecto da planície no Pleistoceno e o antigo curso do Paraíba-Muriaé, que muito concorreu para sua formação.

A altura intransponível da serra do Sapateiro, a grande quantidade de seixos rolados existentes entre Grumarim e Cardoso Moreira, o vale aberto e intensamente erodido do baixo Muriaé, a direção do Cula e das aluviões argilosas e o remanescente do delta no Furado e suas condições potamográficas, provam conjuntamente a paleografia descrita.

Em fins do Pleistoceno, uma diáclase abriu a garganta do Sapateiro, onde entrou o Paraíba a cavar o seu novo leito, apertado entre as serras de São Fidélis e Ernesto Machado.

Encontrando agora o pontal terciário de Campos na direção W-E, cortou-o nos outeiros do Fundão, de São Bento, de São Salvador e da Lapa, rasgando a calha atual.

A jusante dêste corte, não mais achando resistência petrográfica, inflete para nordeste, no sentido do equador, solicitado pela rotação da Terra, de acordo com a lei de Baer, deslocando a sua foz para o golfo largo do Taí. Esta mudança se fez com dificuldade até que as aluviões alteassem e protegessem as margens do novo leito.

A Planície continua a crescer e o mar recua agora em saltos repentinos, acumulando extensas praias de areias. Aparecem inesperadamente as "restingas" pela vez primeira.

2 — A Planície Argilosa (Fluvial)

"Sam Humas Campinas Fermosissimas
d'Alguas vinte ou mais leguas d'espaço,
quase todo *tam raso* como o mesmo Mar, *tam*
verdade enfeitado e retalhado da Natureza...
e sam chamados os Cãpos dos Goitacazes".

PADRE SIMÃO DE VASCONCELLOS — (1658).

A fertilíssima planície das aluviões argilosas emergiu das ondas atlânticas, plasmou-se, à custa do labor geodinâmico do rio Paraíba do Sul. A terra goitacá é um presente do Paraíba!

Foi o seu baixo curso pleistocênico o grande elaborador milenário das planuras argilosas e alagoadas dos históricos campos dos índios Goitacases.

Distinguem-se, perfeitamente na baixada campista duas zonas agrícolas, topográfica e geologicamente diferentes: a planície de argilas e a planície de areia (restingas). A massa sedimentar coerente e alagada das argilas é de formação fluvial, alevantada pelo Paraíba. As restingas de areia são de origem marítima.

A ampla planície argilosa fica quase totalmente situada ao sul do Paraíba, onde forma uma longa faixa de terrenos ubérrimos.

Ao norte do rio, são notáveis apenas dois trechos seus: a baixada de Sapucaia, entre o Paraíba e o Muriaé, apertada nos tabuleiros, e a planura de São João, confinada entre as ondulações terciárias e as restingas do Campelo. Entre êles, projeta-se o pontal terciário, em cuja extremidade se desenvolve a cidade de Campos. A fertilidade de suas terras sustenta as usinas de Sapucaia e São João.

A faixa aluvial campista limita-se com as formações terciárias dos tabuleiros e os últimos morros arqueanos, ao norte e a oeste, e com as restingas, a leste e ao sul.

A topografia da planície goitacá é típica e excepcional em toda a Baixada Fluminense, tanto pela extensão do seu plano como pela extraordinária riqueza dos depósitos de vasas dos seus rios.

Estende-se imperturbavelmente a terra planíssima, repetindo no continente a horizontal geométrica das equôreas superfícies tranqüilas.

Ao sul de Campos, o olhar circunvagante passeia livremente pela terra chã e recortada de lagoas, até se perder na amplitude remota das distâncias imensuráveis. É um mar verde de canaviais e campos de pecuária: fontes primordiais da economia campista.

De longe em longe, alteiam-se ilhadas, pequenas matas, relíquias da antiga floresta que a civilização do açúcar rapidamente gastou. Espetam os aliseos, estípites elegantes de palmeiras em aléias marcando a presença dos solares fidalgos dos senhores de engenho. Balizam o espaço as chaminés fumegantes das usinas, anunciadoras da faina industrial do açúcar, servindo de pontos de amarração às visadas da topografia regional. É a paisagem humana que substituiu a paisagem natural.

A planície aluviônica é coberta por uma capa de argila amarelada, que alcança 5 metros de espessura nas margens do Paraíba, por causa da maior sedimentação das águas que, nas enchentes, perdem velocidade ao abandonar



Fig. 14 — Vista parcial de Campos e da planície, à margem direita do Paraíba, tirada de avião no mesmo sentido do sul, em março de 1939. Notem-se a aglomeração central, circundada pelas chácaras e, na periferia, os bairros novos, como o do Turfe. (Foto aérea de A. R. Lamego)

o leito, a caminho das depressões laterais. Em geral, a camada argilosa vai se afinando à proporção que se aproxima da lagoa Feia, chegando a atingir menos de 1 metro ao tocar nas restingas. Assenta essa capa de argila sobre um lençol de areia fina, que acusa a gênese oceânica.

O processo de precipitação das argilas levantou o leito do Paraíba e suas derivantes nas cheias e gerou o perigo das enchentes, em que o rio, volumoso, invade de repente a planície fecunda para o Campêlo e o brejo Grande, ao norte, ou para a lagoa Feia, ao sul. As inundações, prejudiciais, mas fertilizantes, hoje evitadas pelo saneamento, efetuavam-se anualmente no verão (nos meses de dezembro a março), quando as chuvas abundantes, drenadas pelas serras do Mar e da Mantiqueira, faziam transbordar o rio.

Estando em média a 6 metros acima do nível do mar, a baixada tem a altura de 10 metros junto do rio, em Campos, e de 1,5 metro apenas no arcaico delta, onde o dédalo de córregos apresenta leitos de 0,5 metro abaixo do nível marítimo.

Baseado nesta peculiaridade topográfica, foi que o eminente campista Saturnino de Brito criou o seu plano de evitar o transbordamento do rio por um dique e de aliviar o excesso d'água por canais que o levassem, em leitos definidos, à depressão da Feia — Sistema hoje executado em linhas gerais pelo governo federal, através do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, sob a orientação competente do Dr. Camilo de Meneses e outros engenheiros patricios. Uma grande obra de são patriotismo!

A planície das argilas ubérrimas é também a terra das "lagoas de aluviões". "A lagoa é o motivo centralizante de qualquer ponto em que se contemple o cenário camposino".

A deposição aluvial irregular do Paraíba originou numerosas lagoas e brejos, que se comunicam por caminhos d'água naturais ou artificiais, multiplicados nas enchentes.

Variadíssimas na forma e no tamanho, piscosas e belas, as lagoas de aluviões adornam o cenário das planuras e ligam, de maneira impressionante, o homem à paisagem, como fizeram as de Saquarema, dos Coqueiros, de Tocos, da Piabanha, do Capim, etc. Carneiro da Silva, em 1819, assim descreve a "Finlândia Fluminense": Esta região é muito pantanosa, de maneira que os brejos, rios e lagoas ocupam quase que igual porção de território ocupado pelas terras de lavouras e campinas.

Na extremidade meridional, à esquerda da lagoa Feia, alarga-se um dédalo potamográfico separado do mar por estreita faixa de restingas que é temporariamente rompida na barra do Furado — escoadouro importante das águas represadas, aberto pelo braço colonizador. E' com tôda a evidência o remanescente do delta pleistocênico do Paraíba, que o Serviço de Saneamento está agora drenando pelo canal da Flecha. A esquerda, ficam os campos naturais da Boa Vista com ocorrências de gipsita. Além dêste minério, já se conhecem as jazidas de diatomita da lagoa de Cima, estudada por Fróis Abreu, e pequenas e médias turfeiras espalhadas pela baixada.



Fig. 15 — A planície maravilhosa do "massapé", vista para nordeste, na zona de Mineiros, cuja usina se vê junto à linha da Leopoldina. E' clara a intensa divisão do solo em pequenas propriedades, pela cultura da cana. Ao fundo, as lagoas de Taí Pequeno e Bananeiras.

(Foto aérea do D.N.O.S., em 27-5-39)

As águas turvas e amareladas do rio trazem, há milênios, dos gnaisses da serra, principalmente os feldspatos decompostos e as micas removidas para a elaboração das fertilíssimas aluviões quaternárias da terra goitacá.

"Os campos se acham cobertos de espessas camadas de vasa, depositadas pelo rio", sendo por isto, "o solo muito apropriado à produção da cana de açúcar", como disse Hartt, quando por aqui passou.

O solo arável da planície argilosa é o "massapé" ubérrimo, formado das argilas amareladas depositadas pelas águas fluviais, enriquecido por copiosa matéria orgânica (húmus) e servido por um subsolo mais ou menos compacto. Constantemente umedecido, forma nesta latitude o terreno ideal para a gramínea da sacarose.

Os fatores ecológicos edáficos da planície goitacá, associados aos bióticos e aos climáticos, formam, numa harmonia dinâmica, o ótimo de Schimper, e todo o complexo ambiental de Setchell reúne as melhores qualidades para a cultura da cana de açúcar.

E' o "massapé" que alimenta, com a sua maravilhosa fertilidade, há 3 séculos, a geografia do açúcar na região de Campos, sem adubos de qualquer espécie. O campista com êle se identificou para sempre e adquiriu assim a fibra do lutador.

O "massapé" fez de Campos a ideal terra brasileira para cana de açúcar e a canaã da Baixada Fluminense.

Esta maravilha de solo transformou em positivas as condições físicas da terra embrejada e fez o homem vencer o brejo e fixar a sua civilização em meio hostil.

O parque industrial açucareiro de Campos repousa sobre esta base providencial!

3 — A Planície Arenosa (Marítima)

"Tôdas as terras planas e alagadiças, entremeadas de lagoas... são de formação muito recente... e emolduradas por uma praia de areia comprida e solitária".

CH. F. HARTT.

A zona litorânea do quaternário campista é estruturada por um tipo especial de formações costeiras do Brasil: "as restingas arenosas", onduladas junto ao mar e planas no interior.

Essas praias dos sedimentos incoerentes das areias são de "origem marítima" e diferem das dunas eólicas, porque a ação dos ventos é para elas de pouco valor.



Fig. 16 — Dique de argila, à margem direita do Paraíba, a jusante de Campos; trabalho do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, que protege a planície das cheias do rio. Ao longe, as palmeiras de Atrises e a chaminé da destilaria de Martins Laje, do I.A.A.

(Foto de SO-NE do D.N.O.S., em 12-3-41)

A gênese das restingas é explicada pelas "correntes litorâneas secundárias" que, carregadas de areias, marginam costas baixas onde perdem velocidade e depositam os sedimentos numa longa fita paralela à praia. Tôdas as vêzes que nasce uma restinga, o mar recua um espaço igual ao da sua largura; é a regra geral.

Concorrem para a sua rápida formação a presença de rios carregados de detritos arenosos e a pouca profundidade da costa seguida de curvas do litoral com firmes "pontos de amarração", como pontais cristalinos ou de arenito, parcéis submersos ou até correntes fluviais volumosas, como no caso da foz do Paraíba.

Descreveu Hartt em meado do século passado que os depósitos litorâneos de areias dos grandes rios trabalhados pela agitação das ondas originam restingas que podem ser alinhadas em pleno mar durante os fortes temporais, fechando lagoas. Isto aconteceu há pouco (1926) em Gargaú, onde forte suetada fez uma restinga em algumas semanas, isolando uma lagoa com o recuo do mar.

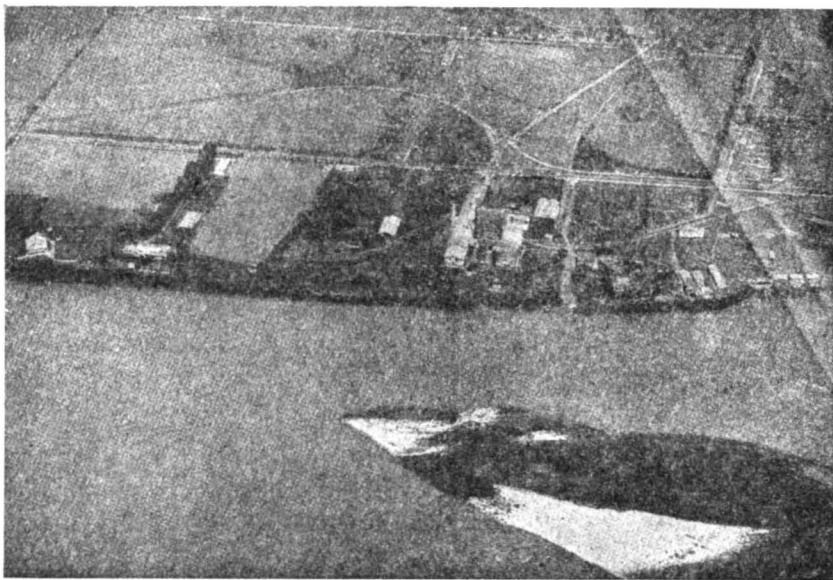


Fig. 17 — Instalações da usina de Santa Cruz, à margem direita do Paraíba, uma das maiores da planície. Notem-se o banco de areia ilhado e coberto de vasa, edifícios da fábrica, residência, vila operária, canaviais e vias de comunicação.

(Foto do D.N.O.S., em maio de 1940)

No litoral campista e sanjuanense, onde as correntes costeiras mudam de sentido com os ventos dominantes (nordeste e sueste) e a sedimentação é volumosa, constituíram-se largos trechos de restingas, apoiadas de N para o S no tabuleiro de Guaxindiba ("recifes"), na massa equórea do Paraíba, nos parciais submersos do cabo de São Tomé, no delta pleistocênico e no pontal terciário de Quiçamã.

Em plena capa argilosa notam-se os areais remanescentes do Guriri, do Prata, da Ponta Grossa e dos Pássaros, marcos indeléveis do recuo sucessivo do mar pleistocênico.

A planície arenosa fica limitada entre o plaino argiloso e os tabuleiros, de um lado, e o mar do outro. É notabilíssima na topografia das restingas a geometria do seu "paralelismo" para com a linha da praia. Seguem-se em todos os sentidos, acompanhando as suas sinuosidades.

Esse quaternário é caracterizado pela sucessão paralela e invulgar de fitas arenosas mais altas — cômoros — intercaladas de lagunas ou baixadas. O seu comprimento pode atingir muitas léguas e a largura varia de alguns metros, nas mais recentes, a mais de um quilômetro.

Estas faixas de areia são sempre mais altas e um tanto onduladas na costa e se abaixam e nivelam em planuras, sob a ação eólica, à proporção que chegam para o interior. Assim se formaram os campos da Praia, da Areia, e do Papagaio, próximos a Taí, naturalmente aplainados para pouso de aviação.

A fisiografia peculiar da zona aponta um tipo especial de acidentes — "a lagoa de restinga" — subdividido em três categorias: 1 — uma, originada no fechamento de braços do mar pelas areias; 2 — a outra, paralela às fitas de

areia, é a própria depressão que separa os cômodos, alagada; 3 — a terceira, perpendicular, forma-se pela barragem da foz dos pequenos rios.

A lagoa Feia, batizada pela primeira bandeira dos Sete Capitães, que a viram muito agitada — uma das maiores do Brasil — saiu do mar cortado pelas flechas arenosas que do Furado vão a Quicamã.

Formações exclusivamente de restingas são as lagoas da segunda categoria, compridas e estreitas, como as de Campelo, Taí Grande e Taí Pequeno, Jacarés, Bananeiras, Gruçuai, Quipari e Salgada, a sudeste de Campos na maioria; e as da Ribeira e da Praia de Ubatuba, ao sul de Quicamã. Exemplos nítidos de lagoas perpendiculares às restingas, temos nas de Carapebus e Paulista, ricas em turfa, pequenos cursos d'água do tabuleiro, barrados junto à embocadura.

Aliás, todos os rios da Baixada Fluminense, que vão ter diretamente ao oceano, sofrem na foz a pressão das massas de areias das restingas e se deslocam até achar um ponto de apoio, que mantenha aberta a saída das águas.

O Paraíba volumoso reage sempre a êsse dinamismo negativo das restingas, deslocando ano a ano para o norte a sua foz, em luta com as línguas de areia, que tentam represá-lo.

Êste é um fenômeno que constitui um dos sérios problemas do saneamento da baixada que o canal da Flecha procura vencer no Furado, aberto em 1688, pelo capitão José de Barcelos Machado.

A construção de um novo porto em São João da Barra é afetada extraordinariamente na sua parte técnica por essa dinâmica da restinga, que tende a barrar a foz do Paraíba, sempre em reação de deslocamento para o norte.

A “flora das restingas” apresenta dois tipos muito diferentes de associações (sinécias) justapostas respectivamente aos cômodos e vales paralelos das faixas arenosas. Distinguem-se uma vegetação “xerófila”, lenhosa e alta das elevações de areia pura e seca de grãos de quartzo, e outra, “higrófila”, herbácea rastejante ou aquática, das baixadas úmidas, dos alagados ou das lagoas, forrados de argila negra misturada com areia. Acrescente-se a flora “halófila” excepcional dos mangues nas faixas costeiras atingidas pela maré. Esta flora heteróclita tem grande valor na estabilização topográfica das restingas e foi já muito bem tratada pelo eminente botânico campista, Prof. A. J. de Sampaio.

O observador que viaja por rodo ou ferrovia, de Campos a Atafona, ao cortar transversalmente a zona das areias, nota numa seqüência chocante o paralelismo das avenidas naturais desnudas dos baixios e os cerrados psamófilos dos cômodos. Mais impressionante ainda é a visão aérea em que inúmeras linhas claras e escuras se sucedem geomêtricamente paralelas à praia.

Na restinga, a monotonia exaustiva da paisagem corresponde, mais uma vez, aos fatores geológicos, que geraram a sua incomum topografia seguida da típica flora. A terra, aqui, é hostil ao homem; o “muxungo”, seu habitante (sanjuanense, campista ou macaeense), à espera de um eixo de produção, repete o trabalho indígena da pesca, da caça e da cultura rudimentar da “mandiba” e das abóboras.

O homem nem desbastou a vegetação rústica primitiva, porque o solo é mesmo muito pobre.

A restinga faz o papel de grande isolante marítimo da ubérrima planície campista dos massapés. A intensa cultura da cana pára de chôfre sobre as areias. Ao imenso parque açucareiro de Campos justapõe-se, isolando-o do mar, a orla solitária e quase desértica das restingas; mas, a fibra heróica do campista tudo levou de vencida.

Depois de drenar os brejos, subjugar a terra e plantar a sua civilização interior no vasto plano deltaico, teve aqui o homem, num esforço derradeiro e titânico, de abrir a via da sua indústria e do seu comércio para com o mundo exterior. O homem luta e vence a terra e o mar, porque foi o oceano que barrou a sua saída com o deserto das restingas.

A vida intensa do porto de São João da Barra — o escoadouro do passado — comprovou essa vitória.

4 — O Campista e a Planície

"As planícies desenvolvem essencialmente as grandes culturas".

EDMOND DEMOLINS.

"O grupo social que aí se formou, é o mais característico, mais específico, mais vivo e vibrátil do estado".

OLIVEIRA VIANA.

A capitania de Paraíba do Sul estêve abandonada desde o malôgro das tentativas dos Góis (Pêro e Gil de Góis), na Vila da Rainha e no baixo dos Pargos, em face da resistência dos índios Goitacases; quando, em 1627, catequizados em parte pelos jesuitas, os "Sete Capitães" Miguel Aires Maldonado, Gonçalo Correia, Duarte Correia, Antônio Pinto, João de Castilho, Manuel Correia e Miguel Riscado, por serviços prestados à Coroa, durante 30 anos, requereram ao governador Martim de Sá, como sesmaria, "as terras situadas entre o rio Macaé e o cabo de São Tomé".

Deferida a justa petição, os 7 capitães reuniram-se em cabo Frio, em 1632, e efetuaram a primeira viagem de conhecimento e exploração das suas ricas terras e, no ano seguinte, repartiram-nas, dando início à criação do gado em suas "nativas pastarias".

Tendo, então, notícia da prodigiosa fertilidade dessas terras, o general Salvador Correia de Sá, prestando não apresentarem os capitães o roteiro das sesmarias, arranjou um acôrdo pelo qual as terras dos cobiçados campos ficavam assim divididas: 4 quinhões e 1/2 para os sete capitães e seus herdeiros, 3 para o general, 3 para os padres da Companhia de Jesus, 1 para o capitão Pedro de Sousa e 1/2 para os frades de São Bento.

O general levantou, em 1650, "um engenho de açúcar" no sítio onde existe a fazenda do Visconde, e deu início decisivo à cultura da cana em suas terras.



Fig. 18 — Restingas ao sul do Paraíba (em São João da Barra), cortadas por caminhos d'água. São notáveis o seu paralelismo e confluência para o cabo de São Tomé (ao fundo). Cada fita de areia é um recuo do mar.

(Foto do Dr. Camilo de Menezes)

Entretanto, apesar do impulso tomado desde o começo, a monocultura canavieira só se tornaria absoluta um século depois; porque, até meados do Setecentos o elemento colonizador teve, como arma principal, na conquista dos campos nativos da baixada campista — “o boi”. Durante um século, o primeiro, da penetração e tomada da terra embrejada, o português encontrou no “pastoreio” a melhor atividade de fixação no ambiente hostil.

Iniciada na região de Campo Limpo, a pecuária se alastra pelos pastos nativos aluvionicos e pelas restingas, e, embora não penetre na floresta, a começo, expande-se na conquista dos campos alagados, obrigando o homem a sanear, a melhorar a terra.

Trava-se a luta secular entre o homem e a baixada. Retira-se o gado, em todos os estios, quando sobem as águas. Os brejos canalizados tornam a descer. Voltam as manadas. E’ preciso, porém, todos os anos, “combater no gado o carbúnculo, a tocação, as câmaras e a morrinha”; no homem, “as febres podres, maligna, sezões”.

Continuam crescendo, entretanto, os rebanhos tangidos pelos rudes campeiros. Aumenta continuamente a população das campinas. Chegam sempre novas levas de imigrantes, que se dispersam por entre as lagoas numa atração irresistível.

E’ o “ciclo do pastoreio” que dura um século e prepara o campista para se fixar à terra em pequenas propriedades, ao se identificar com ela através da cultura da cana.

A evolução da paisagem, em Campos, confirma a dinâmica da nossa colonização, na qual “... não há agente mais poderoso e eficiente do que o pastoreio. Ele é a vanguarda da nossa expansão agrícola. O curral precede a fazenda e o engenho. Depois do vaqueiro é que vem o lavrador; o gado preludia o canavial...”, na observação exata e brilhante de Oliveira Viana. A região, que chegou a exportar 15 000 cabeças, anualmente, para a Guanabara, passa mais tarde a importar o boi de que muito precisam agora os engenhos e o consumo da gente.

A ação do homem sobre a paisagem natural da planície no ciclo da pecuária, foi muito superficial, e se limitou quase à ocupação e drenagem dos campos nativos, conservando quase intacta a vegetação alta e densa das florestas interiores das aluviões.

A base física regional da planície argilosa, que descrevemos estava predeterminada a ser, pela sua geomorfologia, pelas insuperáveis qualidades de seu massapê fertilíssimo e pela sua posição litorânea na capitania de São Tomé, o núcleo mais original da cultura da cana de açúcar em território brasileiro.

A planície de aluviões era, no começo da história colonial, um espaço geográfico milenarmente preparado em disponibilidade para receber o homem civilizado e, dêle, uma grande cultura civilizadora.

Dir-se-ia que êsse encontro, de grandiosas conseqüências sociais, entre a terra e o homem, através da cultura da cana na região de Campos, já se achava secularmente marcado para originar em terras brasileiras um núcleo agrícola e industrial dos mais vigorosos. Logo de início a terra recebeu a cultura e se identificou com ela maravilhosamente.

As condições regionais de solo e de clima se completavam em harmonia ecológica perfeita para fornecer à cana o seu *habitat* ideal.

Porém, é sobretudo à terra que se deve a imediata adaptação da utilíssima gramínea, porque o solo que se lhe ofereceu é o “massapê”, o barro negro de argila e de húmus, compacto e untuoso, das aluviões que o Paraíba construtor depositou no seu delta pleistocênico.

E’ o mesmo massapê de que nos fala Gilberto Freire no *Nordeste*... “que puxa para dentro de si as pontas de cana, os pés dos homens, as patas dos bois, as rodas vagarosas dos carros... os alicerces das casas e das igrejas, deixando-se penetrar como nenhuma outra terra dos trópicos pela civilização agrária dos portugueses”.

Fixada no massapê intervalado de lagoas e florestas, iniciou a cana imediatamente a sua migração colonizadora, irradiando-se com segurança impressionante

pela terra a dentro: devastando as matas a ferro e a fogo, invadindo as pastarias e tangendo o gado para os morros ou fechando-o em pequenos currais.

Ao ciclo da pecuária justapõe-se o “ciclo do açúcar!”

Alastrou-se por toda a planície aluviônica, subiu e se plantou no barro vermelho e menos fértil dos tabuleiros, acompanhou os vales dos rios, atravessando as gargantas, e galgou a serra para se alargar sobre o solo arável e úmido de pequenas mesopotâmias, onde continuou sempre a sua obra de plasmar engenhos para levantar usinas.



Fig. 19 — *A foz do Paraíba em Atafona (braço direito). Vê-se bem o pontal e seu esporão arenoso batido pelas ondas e voltado para o norte; à esquerda, a Conviência, ilha de pescadores, com novo esporão. Assim vão surgindo as “restingas”.*

(Foto aérea do D.N.O.S., em 18/11/39)

De vários pontos do Brasil acorriam colonos, traídos pela sedução da fertilidade pasmosa do massapé. As “almanjarras” se sucediam no centro das pequenas lavouras. Processava-se, por vários motivos, a divisão do solo — já retalhado pelos numerosos brejos, lagoas e rios —. Dominou a “pequena propriedade”: origem das mais características da monocultura canavieira de Campos.

Partilhas testamentárias, alienação de terras aforadas e o aspecto topográfico típico, concorreram para a divisão da terra em pequenos lotes, cada um com o seu senhor, que mesmo assim era bem pobre.

Os lavradores, com sua família, com poucos ou sem escravos, cultivavam o solo, plantavam e moíam sua cana, fabricavam seu açúcar. Nem todos, porém, eram possuidores de engenhos.

O apêgo ao solo, gerado pelas dificuldades tremendas que representava a sua posse, a fertilidade da terra que retribuía muito bem todos os sacrifícios, deram em consequência a “monocultura da cana”, produto que a todos ultrapassou em lucros, correspondendo às necessidades do homem. Daí, a observação clara de Lamago: “A aluvião predestinada impõe o enfeixamento de todas as iniciativas para um fim único” — a cultura da cana e a fabricação do açúcar.

A planície foi pequena para conter a expansão da cultura; daí o avanço ascensional das plantações pelo tabuleiro e pela serra, uma vez tomado o lençol argiloso e inigualável do massapé. A história da penetração agrícola dos vales dos rios na zona de Campos mostra, como peculiaridade interessante, o “encontro de duas grandes monoculturas nacionais” e suas típicas civilizações — a da cana e a do café —; a primeira, sempre subindo a estrada líquida, por ser

cultura de planície, e a segunda, acompanhando a corrente, como planta de serra, de terreno ondulado.

O predomínio absoluto da lavoura sôbre a pecuária deu-se pelos fins do século XVIII, marco inicial do ciclo do açúcar, na fase das engenhocas a tração animal, quando um grande número de almanjarras erguiam suas fumegantes chaminés. Essa intensa atividade individual nada tinha, porém, de metodizado; era dispersiva pelas condições mesológicas e essencialmente povoadora da região selvagem.

Para os trabalhos árduos da agricultura incipiente, grandes levas de negros africanos chegavam às terras de Campos. O rude lavrador não cuidava do conforto das instalações, tudo fazia para fabricar mais. "Para a casa da fábrica que comumente é a mesma da vivenda, tudo serve. O fim principal é moer cana e fazer açúcar...", segundo Couto Reis.

As pequenas fazendas abrigavam o senhor, a mulher, os filhos, os escravos e o gado; tinham, enfim, os seus próprios canaviais e fabricavam só com os seus recursos o açúcar.

A prosperidade da lavoura e à conquista do meio, nesta primeira fase do ciclo açucareiro, correspondia cada vez mais um número crescente de pequenas fábricas de açúcar:

1650	1ª engenhoca do general
1737	34
1750	50
1778	113
1801	280
1820	400
1828	700 número que deve ter sido um pouco ultra- passado.

Só depois de alcançar êsse progresso industrial, foi que o homem rural, tocado pelo intercâmbio pessoal e comercial mais intenso, começou a polir-se exteriormente ao menos, a ponto de dêle se dizer que se entregava a "um luxo desenfreado" (Saint-Hilaire, em 1818).

Para abater a iniciativa individualista apareceu, então, um novo fator poderoso, que veio mudar o ritmo da vida dos primeiros tempos do ciclo da cana: — "a máquina". Surge a "fase dos engenhos de vapor", promovendo o trabalho coletivo do homem, criando aos poucos uma nobreza, de função eminentemente notável na mudança dos costumes, das idéias, dos métodos de viver da sociedade, enfim.

Os últimos tempos coloniais e o primeiro império marcaram a introdução dêsse elemento novo, marchando de par com a antiga força motriz dos engenhos — o boi —, mas, no segundo reinado o seu domínio foi absoluto. Os senhores de engenho, dotados de tão precioso auxiliar, foram adquirindo terras, expandindo seus domínios e constituindo grandes fazendas: formavam-se os latifúndios, que representam na baixada goitacá um fenômeno social característico — a "regressão da pequena propriedade ao feudalismo". Tal é a força da máquina.

Os pequenos proprietários das engenhocas foram desaparecendo e, em lugar dessa multidão de senhores, surgiu uma "selecionada nobreza rural", poderosa e potente, cônsua de sua responsabilidade e do papel que lhe cabia no panorama social. A vida agrária convergiu para o solar — foco de projeção cultural, centro brilhante de irradiação intelectual.

A produção aumentava dia a dia com o auxílio poderoso da máquina de vapor, e os produtos da cultura canavieira enriqueciam aquêles que os trabalhavam em monopólio exclusivo. Adoçava-lhe a vida, enobrecendo-os; eram os barões, os viscondes, etc., que dominaram na política da Côrte Imperial.

O senhor de engenho exercia um patriarcado protetor e esclarecido, de que dimanavam tôdas as iniciativas progressistas, e a cuja sombra se abrigava a população, hierarquizada e educada pelo exemplo. A face dos engenhos de vapor foi a época da história fluminense em que, na planície goitacá, reinou o maior equilíbrio entre as diversas classes.

A população rural nesta fase cresceu rapidamente, enquanto a da cidade manteve-se quase estacionária, como aponta a estatística:

Anos:	População rural:	População urbana:
1752	12 000	6 080 habitantes
1814	50 000	7 000 "
1880	91 800	9 200 "

São João da Barra — o pôrto — com seus estaleiros, estava no auge de sua grandeza. Exportava todo o açúcar de Campos, e o Paraíba era intensamente navegado no seu baixo curso. Em 1818, escrevia Saint-Hilaire que umas 60 embarcações eram ocupadas no transporte de açúcar e cachaça, fazendo numerosas viagens e levando de 50 a 60 caixas de açúcar.

Como o pôrto de Macaé fôsse mais seguro e ficasse mais próximo da Guanabara, construiu-se o canal de Campos a Macaé, seguido em 1875 da ferrovia de igual trajetória que logo o substituiu. Por esta ocasião, abriram-se também as estradas de ferro de São Gonçalo e a do vale do Muriaé, inaugurada na estação de Cachoeiro pelo Imperador D. Pedro II.

A fase dos engenhos de vapor estava, porém, com os seus dias contados. Um novo fator poderosíssimo veio fazer-lhe concorrência tão vantajosa que logo a sobrepujou e impôs, como a marca de novos tempos, o seu monopólio exclusivo na planície. E' a "usina" — o grande estabelecimento industrial, trazendo com o seu capital, a máquina aliada à ciência. A mecânica e a química, num dinamismo impressionante, revolucionam a sociedade estabilizada do senhor de engenho. Nasce o século XX.

As médias propriedades começaram a ruir; o nobre senhor dos, agora, pequenos engenhos desceu de sua hierarquia, passando a "lavrador e fornecedor de cana para" a guela insaciável das moendas colossais.

A coadjuvar essa queda cujas conseqüências repercutiram tão intensamente no ritmo da vida de Campos, rebentaram-se de chôfre as cadeias que prendiam à lavoura os braços viris dos negros — base humana e dinâmica de toda a economia senhorial do açúcar.

Começou a época das usinas, operando-se a transformação do regime de trabalho, da economia regional e da paisagem social.

A 12 de setembro de 1877, entrou a funcionar o 1.º engenho central do Brasil — em Quicamã — seguindo-se-lhe no ano seguinte a usina de Barcelos, inaugurada pelos imperadores, e sucessivamente até 1884: a Central Limão, o engenho do Queimado, e o de Cupim, as usinas Figueira, Conceição de Macabu, São José, Colégio e Cláudio, Mineiros, Fazenda Velha, Coqueiros, Santa Cruz, Santo Antônio, São João, Sapucaia, Pedra Lisa, etc. A maioria fixada no barro fértil da planície.

E' a era da "concentração industrial" caracterizada pela vitória do capitalismo açambarcante, pela formação de latifúndios apoiados no poder absorvente da máquina. Só no começo houve a separação da parte agrícola da fabril; em pouco tempo, os tentáculos das "estradas de ferro" das usinas, de bitola estreita e longo alcance, foram absorvendo as terras vizinhas e o engenho passou a adquirir canaviais.

Apesar de tudo, o campista do massapê, identificado com ele em luta trissecular, resistiu galhardamente ao ataque das usinas e manteve e mantém até hoje, o solo da planície retalhado por milhares de "pequenas propriedades" onde impera a monocultura da cana e a pequena pecuária, fechada em currais. O número atual de "propriedades" rurais no município de Campos é de 19 142, destinadas na sua quase totalidade à cultura da cana. Para a superfície de 4 774 quilômetros quadrados é uma boa divisão de terras. 60% dessas propriedades estão na planície, onde predomina a "pequena fazenda", de 10 a 20 alqueires, base estrutural peculiaríssima da vida econômico-social de Campos, através do ciclo açucareiro, que merece inteira proteção.

O solo da planície, pelo seu alto valor, pela renda que é capaz de dar em pouca extensão, tornou-se "caríssimo" em plena zona rural: a média é de Cr\$ 10 000,00 (dez mil cruzeiros) o alqueire, havendo lugares (como em São

Gonçalo) em que a terra custa 25 a 30 mil cruzeiros o alqueire. Dificilmente encontraremos igual preço em zonas rurais de outros municípios fluminenses ou mesmo brasileiros.

Felizmente, a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool e a promulgação recente do "Estatuto da Lavoura Canavieira", vieram defender os legítimos direitos do pequeno lavrador da cana e, em Campos, reconhecer e garantir a pequena propriedade do campista que lutou e venceu a terra embrejada, criando um dos núcleos mais expressivos da civilização açucareira do Brasil.

Para que se possa avaliar a capacidade da indústria açucareira do município de Campos, no momento, damos abaixo a produção de suas usinas e destilarias na safra de 1941/42:

FÁBRICA	Açúcar (Sacos de 60 kg)	ÁLCOOL (litros)	
		Anidro	Comum
Cambafba.....	142 831	—	503 350
Cupim.....	165 521	3 155 000	45 000
Mineiros.....	147 947	—	—
Novo Horizonte.....	21 709	—	82 000
Outeiro.....	162 254	2 017 427	86 110
Paraiso.....	151 825	544 405	—
Poço Gordo.....	137 236	—	—
Queimado.....	230 756	645 100	317 992
Santana.....	57 619	—	190 800
Santa Cruz.....	181 828	4 077 573	—
Santo Amaro.....	115 331	—	—
Santo Antônio.....	64 388	—	—
São João.....	145 182	—	779 466
São José.....	303 751	5 441 354	369 246
Sapucaia.....	85 740	—	1 046 880
Destilaria Central do I. A. A.....	—	12 159 884	180 126
TOTAIS.....	2 113 918	28 040 743	3 600 970

Produção de álcool anidro	28 040 743
" " comum	3 600 970

Total 31 641 713 litros!

Somente o município de Campos, na safra de 1941-42, fabricou em suas usinas: 2 113 918 sacos de açúcar e destilou 31 641 713 litros de álcool. Isto representa 70% de toda a produção açucareira fluminense e 90% de todo o álcool fabricado pelo estado do Rio. Assim mesmo, porque várias usinas da antiga comarca de Campos foram cedidas a municípios vizinhos.

Para a produção total do Brasil, Campos concorre anualmente com 15% de todo o açúcar e 42% de todo o álcool destilado. Excetuando-se Pernambuco e São Paulo, ultrapassa todos os estados brasileiros na produção açucareira e alcooleira. É uma potência econômica a terra campista.

Deve Campos sua implantação, desenvolvimento e capacidade de produção industrial, à fertilidade assombrosa do "massapê" da sua planície argilosa. Dá êste a última explicação do valor econômico e social do grupo humano campista.

As usinas campistas são naturalmente divididas pelo modelado (pela exuberância da cultura canavieira e sua superfície de plantação) em três tipos distintos: "usinas de planície", de máxima produção; de "tabuleiro", com resultado médio; e, "usinas da serra", de produção mínima. As fábricas da planície produzem muito e estão aglomeradas no massapê — não há mesmo em outro ponto do Brasil maior concentração açucareira de usinas do que em Campos —; do total campista, respondem por 68%.

O relêvo campista mostra muito bem como o homem, aqui, lutou, venceu e implantou no meio geográfico a sua civilização, auxiliado por uma grande cultura — a monocultura da cana.

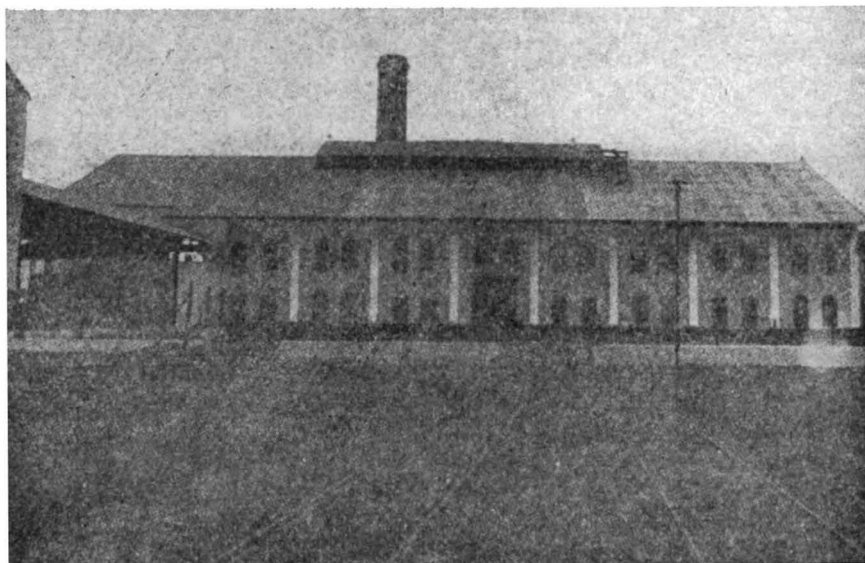


Fig. 20 — Engenho Central São José, a maior usina do município de Campos, situada no "massapé", com a capacidade anual de 300 000 sacos de açúcar e 6 000 000 de litros de álcool: uma potência industrial. A fachada, a esteira e a estrada agrícola, de bitola estreita e longo alcance. Visada para o norte.

(Foto A. Campos, em 18/3/1940)

Campos, cidade natural, nascida das necessidades de trocas comerciais da região para com o mundo exterior, é hoje um importante centro urbano do litoral brasileiro, com 70 000 almas. Serve, também, de importante núcleo de vias de comunicação, em contacto contínuo com as capitais da República e do estado do Rio, com todo o norte fluminense e os estados de Minas e Espírito Santo. E' entroncamento ferroviário e rodoviário de primeira categoria.

Situada às margens do Paraíba, na planície e sobre outeiros do pontal terciário de Guarulhos, São Salvador de Campos, cortada pelas pontes municipal e da Leopoldina, é um ativo centro agrícola, industrial e comercial, "empório econômico" fluminense e do próprio país.

Até a época das usinas, crescia pouco: porém, tomou com a era da concentração industrial um surto formidável. Possui atualmente 10 900 prédios, dentre eles lindos palacetes, 205 ruas, 8 praças públicas, vários largos, etc. Bairros novos estão sendo abertos no momento.

Conta 12 filiais bancárias, além de outras em construção ou projetadas, o que demonstra a sua importância econômica.

No terreno cultural, Campos também é foco de intelectualidade e bom gosto artístico. Aquela fulguração maravilhosa dos solares do Império, fluiu para a cidade, de onde se projeta em numerosos sentidos para toda a pátria.

Muitos grupos escolares e escolas isoladas ministram a instrução primária. Duas escolas industriais, uma federal e outra estadual, transmitem o ensino técnico pela moderna orientação. O ensino comercial é também dado por dois estabelecimentos: o Instituto e a Academia.

Seis ginásios, um estadual e cinco particulares, com a elevada matrícula de 3 000 alunos, ministram a educação secundária à mocidade de Campos e municípios vizinhos.

A Academia Campista de Letras, a Associação de Imprensa, a Sociedade de Medicina e Cirurgia, a Escola de Direito Clóvis Bevilacqua e os dois conservatórios de música, são outros tantos aspectos brilhantes da alta cultura da sociedade campista.

Na paisagem citadina, a arquitetura e a escultura encontram-se magnificamente representadas nas igrejas seculares de São Francisco, do Carmo, do Têrço, do Rosário, de N. S. da Mãe dos Homens, na majestosa Catedral Diocesana, no Fôro, nos solares antigos e em palacetes modernos.

Campos fica situada no 1.º distrito da planície, que por sua vez apresenta duas zonas. Os outros, Goitacases (2.º), Santo Amaro (3.º), Barão de São José (4.º), Muçurepe (5.º) e Guarulhos (6.º) completam os distritos da baixada de massapê, os mais ricos e geralmente os mais rendosos para os poderes públicos, por causa das qualidades da base física.

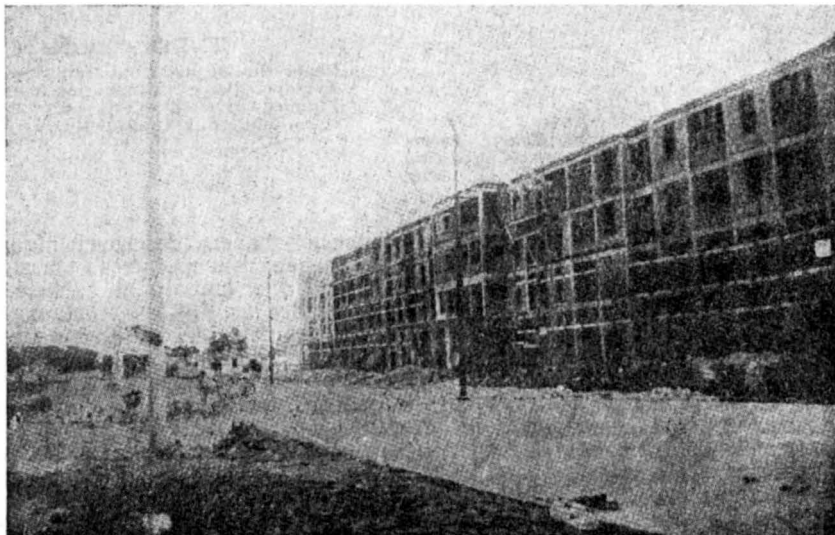


Fig. 21 — A nova Santa Casa, em construção, orçada em Cr\$ 3 000 000,00 e levantada pela iniciativa de um só usineiro campista — Sr. José Carlos Pereira Pinto —; terá 350 leitos e modernas instalações. Reflexo da geografia do açúcar em Campos.

(Foto Dr. F. Júdice)

O valor social e a potência econômica do município de Campos evidenciam-se, finalmente, pela magnífica arrecadação que fornece aos cofres públicos. No “ano de 1941”, a estatística completa das rendas campistas revela:

RENDA FEDERAL:	Cr\$ 16 602 600,10
RENDA ESTADUAL:	Cr\$ 14 091 040,30
RENDA MUNICIPAL:	Cr\$ 5 316 840,40
ARRECADAÇÃO TOTAL de 1941	Cr\$ 36 010 480,80

Graças à excelência das terras do seu modelado, Campos é o maior município agrícola brasileiro. Ultrapassa São Bernardo, no estado de São Paulo, e alguns estados da federação, em suas rendas públicas. Os números acima dispostos expressam a grandeza e fertilidade da terra, e o dinamismo e organização do seu ativíssimo núcleo social.

O campista tem o orgulho de afirmar que trabalha febrilmente as terras do seus modelado, pela grandeza da sua pátria.

Por um Brasil próspero e imortal!

Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria (Praça Mahatma Gandhi, 14 — Edifício Francisco Serrador - 5.º andar — Rio de Janeiro) que lhe atenderá pronta e satisfatoriamente.

Problemas e População dos Trópicos^(*)

T. LYNN SMITH

Chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia e diretor do Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de Vanderbilt (Nashville, Tenn.)

The Proceedings of the Fourth International Congresses on Tropical Medicine and Malaria, Washington, D.C., May 10-18, 1948

Conforme a incumbência recebida, empenhei-me em descrever alguns dos principais desajustamentos demográficos que se deparam nas áreas classificadas como tropicais. Desejo, contudo, frisar de início que, embora as características demográficas e os processos associados comumente às regiões tropicais, sejam salientadas nas páginas seguintes, seria falso admitir que os desajustamentos resultam primariamente dos fatores climáticos. É certo que o calor e a umidade predominantes de maior parte da área territorial situada entre o Trópico do Câncer e o Trópico do Capricórnio, podem concorrer para criar o tipo de culturas em que os inimigos minúsculos mais terríveis do homem logram prosperar e multiplicar-se; entretanto, as experiências na Zona do Canal demonstram que até as partes mais pestíferas dos trópicos podem ser convertidas em áreas extremamente saudáveis, desde que se lhes aplique a técnica científica em doses suficientes. Se o *laissez-faire* fôsse a regra em assuntos sanitários de áreas tropicais, estas sem dúvida apresentariam muito mais expressões demográficas patológicas, do que as regiões temperadas. Todavia, no século vinte, a presença da febre amarela num porto latino-americano, uma assolação violenta da malária na costa da África ou um surto de cólera no Egito são tidos e havidos como uma ameaça a povos de muitas regiões. As autoridades sanitárias das grandes nações da zona temperada não consideram tais coisas como interessando apenas aos habitantes da zona tórrida.

Interpretando os dados demográficos referentes a secções tropicais da terra, deveria ter-se sempre em mente que muitas delas são áreas coloniais. Nalguns casos, como na Malaia Britânica, seus recursos econômicos são explorados por um país muito distante, de que são uma dependência; noutros, como na grande bacia amazônica, a exploração poderá provir da própria região, mas a firmeza do controle exterior e o afastamento das sedes no Rio de Janeiro, Lima ou Bogotá, podem tornar a condição colonial virtualmente constituída; e ainda noutros, como nas Filipinas ou Índia, resta saber a extensão em que as relações coloniais, estabelecidas de há muito, podem ser substituídas por formas racionalmente determinadas. Em qualquer caso, porém, os trópicos são, no século vinte, grandes áreas em que o capital, capacidade de direção e a tecnologia da civilização ocidental, estão em franco progresso. O pessoal supervisor e os trabalhadores qualificados provenientes da Europa ou dos Estados Unidos, servem de focos que infestam as populações nativas com os rasgos culturais, expedientes e valores, e particularmente os vícios da civilização ocidental. Isto acarreta um embate de costumes e a desorganização e confusão social resultantes, que caracterizam as zonas de fronteira em geral. A promiscuidade nas plantações e concentração de operários atraídos de áreas consideravelmente apartadas, tanto geográfica como culturalmente, vêm agravar ainda mais os

¹ Nota — *Publicação Miscelânea N.º 1*, "Institute for Brazilian Studies", Vanderbilt University.

N. — Traduzido para o Português pelo Sr. João Milanez da Cunha Lima, da Secção de Publicações do C.N.G.

desajustamentos e conflitos. São precisos séculos para que tais elementos dissemelhantes possam fundir-se numa sociedade bem integrada. A maior parte dos problemas que afligem a população dos trópicos deve atribuir-se à confusão e desorganização social que caracterizam tais áreas coloniais ou de fronteira, bem como à precária difusão ali dos aperfeiçoamentos modernos na medicina e profilaxia.

DEFICIÊNCIA DE DADOS

O primeiro e mais indiscutível problema de população dos países tropicais é a falta deplorável de dados concernentes a essas áreas, e a péssima qualidade das estatísticas de que se podem dispor. Em muitas terras tropicais, particularmente da África, partes da América e Ásia carecem-se até de cálculos aceitáveis da população, para não mencionar os dados acerca de seus característicos relativos ao processo vital ou imigração. Corrigir-se-á parcialmente essa lacuna, quando se completar o censo das Américas de 1950, mas provavelmente várias décadas terão de passar, antes que a parte tropical da África, sul da China, Sião, Indochina Francesa e outras áreas tropicais, deixar de ser terra de ninguém do ponto de vista demográfico. Entrementes, ao manipular dados demográficos sobre áreas tropicais, deverá reconhecer-se que são muito menos seguros do que os referentes a estados europeus ou norte-americanos.

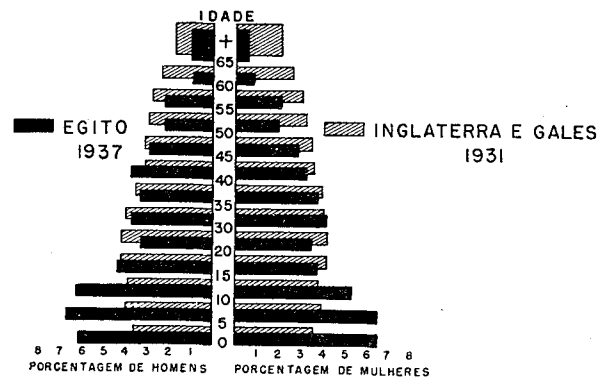
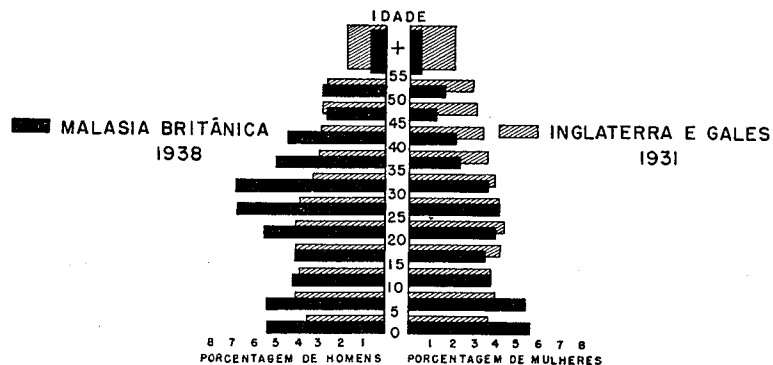
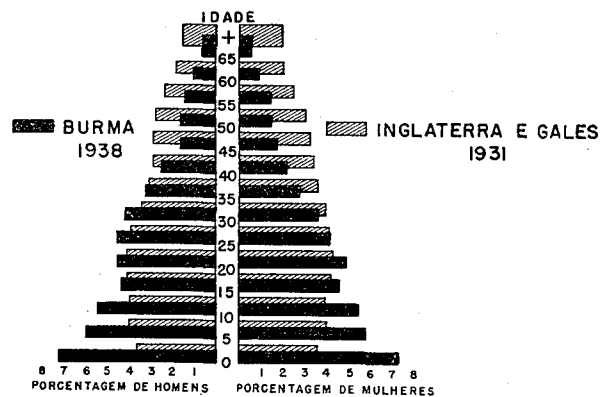
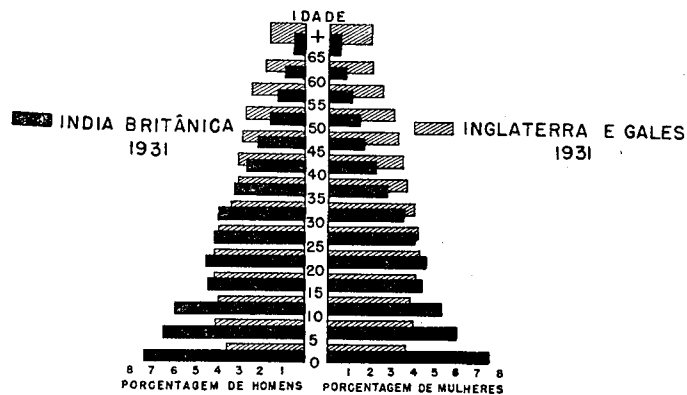
CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO, ASPECTOS DO PROBLEMA

Muitas das facetas patológicas das populações tropicais surgiram das características ou composição de tais populações. Chamam-nos logo a atenção ao seguinte:

Raça — Não poucos problemas de população da zona tórrida devem sua presença à composição racial extremamente heterogênea das populações das zonas tropicais. Assim como em épocas primitivas, ondas consecutivas de migração transformaram a Índia num imenso cadinho racial e cultural, assim também, nos tempos modernos, grandes deslocamentos de população, desde 1500, converteram as zonas tropicais da América e da África em redutos de matizadas legiões de povos. Representantes das raças vermelha, negra e branca, nos trópicos americanos, foram postos em estreito contacto físico e social, uns com os outros, numa dada região, ou ainda numa só comunidade, isso em escala que não tem similar em qualquer outra região do mundo. Nos trópicos africanos, os contactos têm sido principalmente entre brancos e negros, mas a posição daqueles como casta dominante, conferiu-lhes uma força na miscigenação racial que se deve sempre levar em linha de conta. Tanto na África como nas partes tropicais da América, o contacto de europeus, como senhores, com a população de cor escravizada, servos, peões, e outras categorias da condição servil ou semi-servil, fornecem cruzamentos e caldeamentos capazes de preencher toda a gama numa escala de cor, que vai do preto ao branco. Que os povos tropicais constituem uma colcha de retalhos de todos os tipos humanos e gradações possíveis, é um fato populacional que não é para subestimar.

Ainda mais significativa, provavelmente, é a confusão suscitada pela aceitação ampla da superioridade cultural do homem branco, particularmente nas próprias áreas tropicais, como a demonstrar uma superioridade biológica inerente. A íntima aproximação física e social em que se acharam grandes massas de homens brancos e de cor, a par da confusão que existiu entre superioridade racial (ou biológica) e trem cultural, conferiu tremenda significação ao fator racial nos trópicos.

Um certo período de observações em tais áreas é o quanto basta para indicar que não é mister que as atitudes e idéias sobre cor e raça predominantes entre os povos ocidentais durante os séculos dezenove e vinte assumam a forma extrema que tomaram com os nazistas para que em muitas comunidades tropicais se instale um inferno vivo. O embaraço a que as pessoas de cor se sujeitam quando deixam seus pagos tropicais para viajarem ou residirem na zona temperada são por demais aparentes e numerosas. Prescindem, pois, de descrições pormenorizadas.



DES.- LUCIA DUTRA MACEDO

Idade — A população das regiões tropicais caracteriza-se em geral por pirâmides de idade-sexo extremamente longitudinais. Distribuições de idade deste tipo resultam inevitavelmente quando ambas as quotas de nascimento e mortalidade são muito altas.² Significa isto que essas populações contêm elevadíssima proporção de crianças, relativamente poucas pessoas em idades produtivas e escassíssima percentagem de pessoas idosas. Em consequência, cada obtentor de meios de subsistência (*breadwinner*) tem mais bocas para alimentar, do que em outras áreas onde as pessoas em idade de dependência não somam a tanto na população. Em virtude, também, desse fato é que muitos jovens, grande parte dos quais não passam de crianças, se vêem atirados ao mundo e entregues à sua própria sorte. Isto também leva a crer que tão acentuada é a proporção de energia feminina comprometida no processo fisiológico da reprodução que o cuidado e alimentação dos filhos, sua criação e educação passam a ser, desastrosamente, negligenciados.

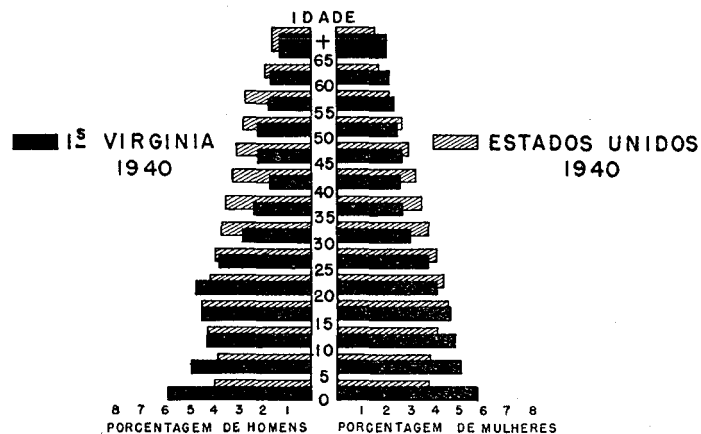
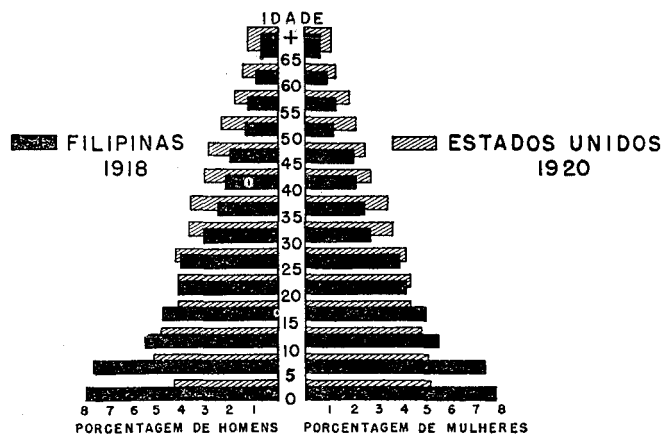
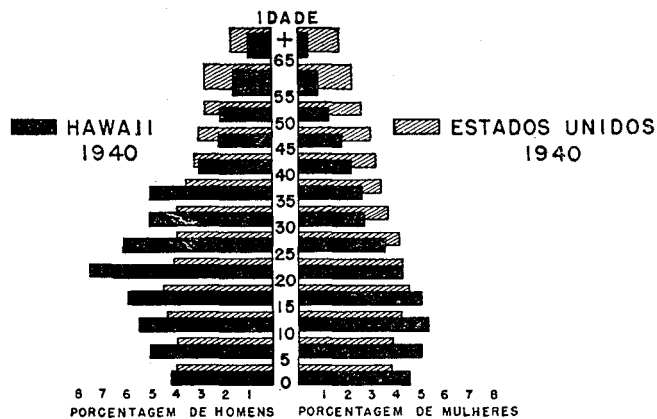
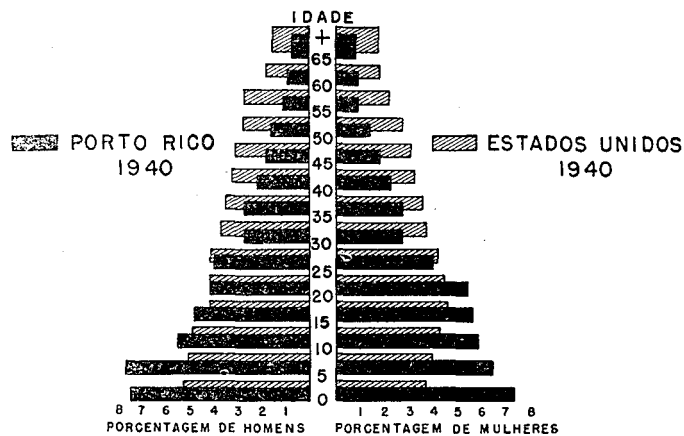
Consideremos alguns dados. As figuras 1, 2 e 3 foram elaboradas no propósito de facilitar a observação do problema. Emprega a primeira a pirâmide comum de idade-sexo, a fim de demonstrar como as distribuições de idades são representadas por uma extrema desproporção da base em relação ao vértice relativamente à Malásia Britânica, Índia Britânica, Burma e Egito, ao contrário do que se dá com a Inglaterra. A figura 2 indica que existe a mesma sorte de diferenças entre as pirâmides de idade-sexo, referentes a Havai, Filipinas, Porto Rico e Ilhas Virgínia, de um lado, e a relativa dos Estados Unidos, de outro. A ilustração 3 mostra que as populações dos países tropicais da América Latina (Brasil, Colômbia, El Salvador e Venezuela) também se concentram nos verdes anos numa extensão maior do que nos Estados Unidos. Enquanto na Europa Ocidental e América do Norte a percentagem da população composta de pessoas abaixo de 15 anos, fixa-se numa média de 25 (25 nos Estados Unidos em 1940 e 23,9 na Inglaterra e País de Gales em 1931), nalguns países tropicais as porcentagens apresentam-se como segue: Índia, 40 em 1931; Burma, 38,7 em 1938; Egito, 39,1 em 1937; Brasil, 41,5 em 1940; Colômbia, 41,9 em 1938; Venezuela, 40,3 em 1936; El Salvador, 40,2 em 1930; Porto Rico, 40,5 em 1940 e Filipinas, 43,3 em 1918.

Se se consideram as pessoas cujas idades variam de 15 a 65 anos, como constituindo a classe produtiva, e as que se encontram abaixo de 15 e acima de 65, como integrando a categoria de dependentes, temos, então, a possibilidade de computar uma taxa muito acentuada de dependentes em relação aos válidos. Nesta base, encontramos na Inglaterra e País de Gales apenas cerca de 45,6 dependentes para cada 100 indivíduos produtivos ou válidos, sendo a taxa aproximadamente a mesma para os Estados Unidos, a saber, 46,6. Esses índices representam apenas cerca de metade dos algarismos correspondentes relativos à Índia Britânica, Burma e Filipinas, a saber, 73,703 e 85,5, respectivamente. Tais índices são também muito altos em partes representativas dos trópicos americanos, pois temos: Brasil, 75,4; Colômbia, 77,9; Porto Rico 78,8; El Salvador, 75,7 e Venezuela, 74,5.

Para não se incorrer numa interpretação errônea, não é demais repetir que não encaramos essas diferenças como sendo meramente ou mesmo consideravelmente de origem climática. Derivam antes de todo um conjunto de fatores sociais que são responsáveis pelos atrasos culturais que mantiveram elevadíssimas as taxas de nascimento e de mortalidade na maior parte das áreas tropicais.

A quota de sexo — Um grande excedente de varões na população é uma das características mais marcantes de uma sociedade de fronteira, onde e quando quer que se apresente. Já ultrapassamos a época em que partes importantes das zonas temperadas, tais como as áreas ocidentais dos Estados Unidos e Canadá, partes da Sibéria, os Pampas argentinos e importantes setores da Austrália e Nova Zelândia, incluíam elevadíssimas percentagens de varões nas suas populações. O mesmo ocorre agora em relação aos pontos de colonizações recentes

² Recusamos, por nos parecer completamente infundada, a proposição, segundo a qual tal pirâmide de maior diâmetro na base representa uma população "progressiva", ao passo que seu contrário, a pirâmide alongada, indica "retrogradação". Vide Rupert B. Vance, *All these peoples*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1945, p. 49. Tais proposições, quando cercadas de um simulacro de autoridade científica, podem ser muito nocivas, especialmente quando delas se apoderam ditadores ousados como Mussolini, e são usados para "provar" a "decadência" de países como os Estados Unidos ou a Inglaterra.



no Alasca e outras partes do Ártico. Contudo, no século vinte, em virtude de as atenções e energia das nações ocidentais se terem canalizado crescentemente para a exploração das áreas tropicais, suscitaram-se na zona tórrida alguns dos maiores desequilíbrios entre os sexos já registados.

Assim é que na Malásia, Inglêsa, em 1938, havia 145,6 varões para cada 100 representantes do sexo feminino, incluindo-se pessoas de todas as idades e um índice de sexo de 169,4, se apenas se consideram as de 15 a 65. Análogamente, no Havai, havia em 1940 136,5 varões para 100 do sexo feminino na população total e um índice de 155,6 entre pessoas compreendidas entre as idades de 15 a 65.

Os fatores responsáveis por isso são desde logo advertidos. O sistema de plantação praticado nessas regiões necessita de avultada força de trabalho, que se recruta nos quatro cantos da terra. Os "braços" transportados para as plantações de borracha da Malásia, para as plantações de açúcar e abacaxi do Havai e seus equivalentes noutras áreas tropicais, são principalmente homens. Sua vinda compromete sensivelmente o equilíbrio entre os sexos, nos estados ou territórios nos quais são introduzidos.

Todavia, a menos que essa força de trabalho seja continuamente recrutada, cedo desaparecerão das áreas tropicais tais desequilíbrios entre os sexos, como aconteceu nas zonas temperadas. Assim é que, em 1920, no estado do Amazonas, que encerra o âmago do grande vale amazônico, havia 117,5 varões para 100 indivíduos do sexo feminino no total da população, proporção que aumenta para 172 se se consideram apenas os indivíduos de 15 anos para mais. Após um interregno de 20 anos, durante o qual a produção de borracha da Amazônia decaiu quase ao ponto morto, em 1940, o índice de sexo na população total caíra a 106,3 e entre pessoas de 15 anos de idade a mais, 108,6.

Análoga é a situação na úmida e nublada Chocó, e, a despeito disso, a parte mais tropical da Colômbia. Quando iniciaram os espanhóis a exploração das minas de ouro na área, os trabalhadores, constituídos quase exclusivamente de escravos negros, eram sem dúvida em sua maioria do sexo masculino. Contudo, no último século, a força de trabalho do território recebeu pouquíssimos contingentes de fora. Consequentemente, havia, em 1938, em Chocó, apenas 100,7 indivíduos do sexo masculino, para 100 do sexo feminino, englobando todas as idades, ou seja 99,8 para a parte da população de 20 a 59 anos, inclusive. Da mesma sorte na "montaña" peruana, os territórios de Amazonas, Loreto e Madre de Dios não contam atualmente a mesma proporção de varões que caracterizam as zonas fronteiriças de expansão rápida.

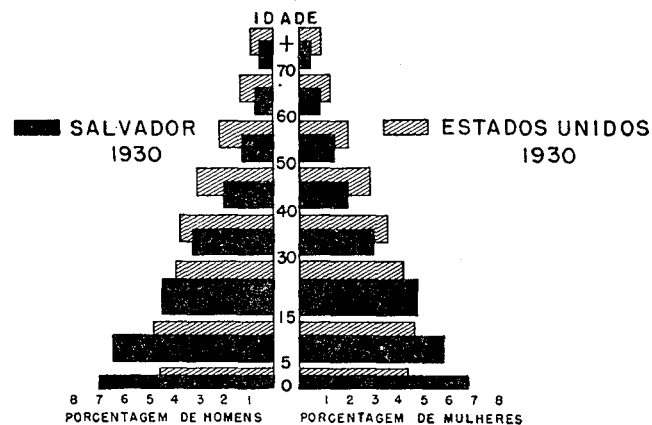
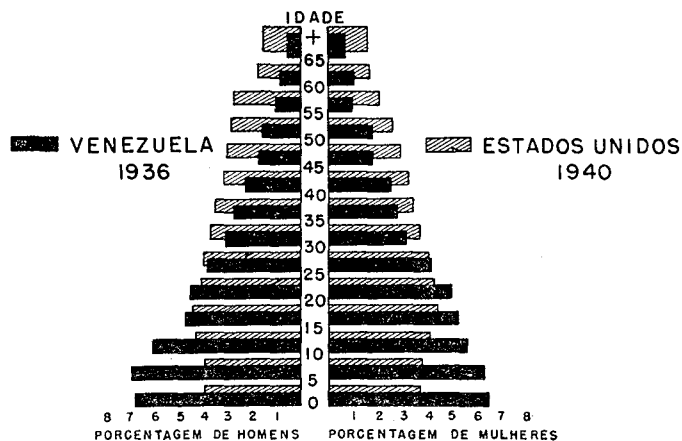
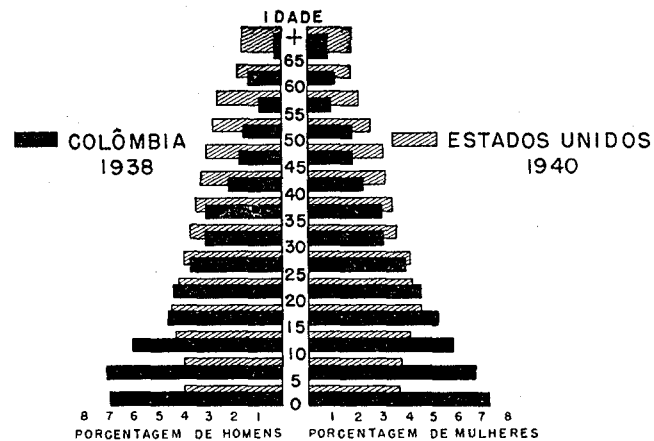
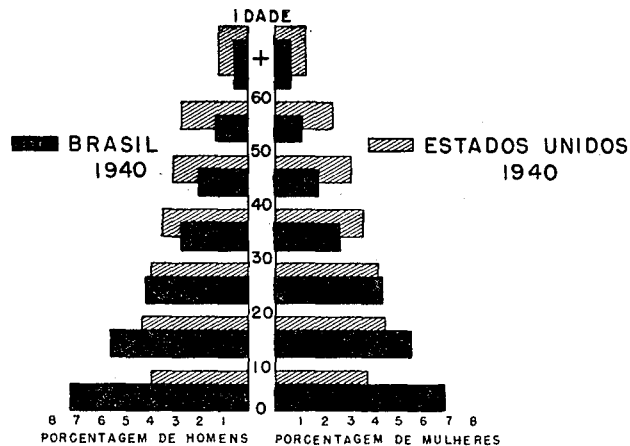
Estado conjugal — Alguns estudos dos países latino-americanos mais tropicais, revelam alguns aspectos sobre o estado conjugal, que provavelmente são de certo modo representativos das áreas tropicais em geral.

Comparados com seus vizinhos das zonas temperadas, situam-se os habitantes do Brasil, Colômbia e El Salvador, numa classe à parte, na extensão em que evitam os laços matrimoniais. Em comparação com o povo dos Estados Unidos ou da Europa, mostram-se esses latino-americanos refratários ao estado civil de casado em qualquer idade, casam-se tarde em média, e apresentam tendência duplamente maior para levar toda a vida sem se consorciar de acordo com as formas legais prescritas.³ Relações conjugais instáveis e vida familiar desorganizada, atingem provavelmente seu máximo nessas áreas tropicais para as quais se aliciam trabalhadores para as plantações de todas as partes da terra.

AUMENTO NATURAL

Aproxima-se rapidamente o tempo em que o aumento natural da população dos trópicos poderá tornar-se de grande interesse, não unicamente no seio dos próprios países tropicais, mas também para todo o mundo. Como tão bem se demonstra no caso de Porto Rico, quando processos culturais modernos como a teoria microbiana da doença, práticas aperfeiçoadas no cuidado e alimentação

³ Cf. T. Lynn Smith: *People and Institutions*, Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1946, p. 217; e T. Lynn Smith, *Population Analysis*, New York: McGraw Hill Book Co. 1948, p. 136.



das crianças e conhecimento médico, sanitário e especializado qualquer, são trazidos a operar na vida das áreas tropicais, o coeficiente de morte decresce aceleradamente. A queda da natalidade, por outro lado, processa-se muito mais lentamente, com o resultado de que tal área pode achar-se na iminência de precisar colocar-se o aviso: "Sómente sala de estar". Porto Rico é uma pequena ilha que não oferece maior interesse mundial. Todavia, é uma área em que se pode dizer que a interferência "continental" no controle das doenças, resultou em milhares de novas bocas para alimentar. Ao mesmo tempo, não houve reforma fundamental no sistema vicioso das relações entre o homem e a terra, herdado dos espanhóis, que relega a massa da população à categoria de trabalhadores agrícolas, a mais baixa posição na escala social. Portanto, o índice atual de aumento da população de Porto Rico constitui um dos grandes problemas do hemisfério ocidental. Mas os coeficientes de aumento natural também se elevaram agudamente no Brasil, Cuba, México e outros países latino-americanos; e se a cultura ocidental exercesse igual influência na Índia e sul da China, só a mais rigorosa restrição das migrações poderia impedir uma "onda crescente dos povos de côr", como conjecturaria um teórico radical.

A quota de natalidade — Os países tropicais, em geral, figurando entre os mais recalcitrantes em adotar os rasgos culturais da moderna civilização ocidental, são também os únicos que lograram manter os coeficientes elevados de reprodução que, geralmente, predominavam um século atrás.

Assim é que, em 1939, antes que a guerra se tornasse um fator atuante, a quota de natalidade na Inglaterra e País de Gales era de apenas 14,8 por 1 000, em confronto com a de cerca de 42, no Egito, 41 na península da Malásia, 33 na Índia, 32 em Burma, 36 no Ceilão e 33 em Jamaica. (Vide quadro 1). Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos, a quota bruta de natalidade decaía a 17,3, enquanto era de 22,6 no Havaí e de 32,4 nas Filipinas. Em muitos países latino-americanos, apenas uma fração dos nascimentos consta de registo, mas mesmo assim, as quotas referidas para 1949, são as seguintes: México, 44,6; Colômbia, 31,7; Costa Rica, 42,3; Nicarágua, 32,5; Porto Rico, 39,6; Salvador, 41,6 e Venezuela, 35,8. Meus próprios estudos realizados no Brasil, convencem-me de que o coeficiente neste país seja ao menos de 40.

Evidenciam os dados que, ao irromper a segunda guerra mundial, o índice de fertilidade na Inglaterra e País de Gales era menos de metade do que predominava nas áreas tropicais compreendidas no Império Britânico. Ao mesmo tempo, no Havaí e especialmente nas Filipinas, os índices de natalidade continuaram a exceder consideravelmente os registados nos Estados Unidos. Embora, não levando em conta a imperfeição dos registos, apresentavam regiões latino-americanas situadas na zona tropical, índices de reprodução na razão de mais do dobro dos correspondentes aos Estados Unidos ou da Inglaterra. Ademais, não se verificou nenhum decréscimo repentino na taxa de natalidade, entre 1911 e 1939, comparável ao que ocorreu na Inglaterra, Estados Unidos e outros grandes países da zona temperada no período entre a deflagração da primeira guerra mundial e o começo da segunda. O terem aumentado os coeficientes nos países latino-americanos, deve-se atribuir a registos mais eficientes e não a um acréscimo real na taxa da reprodução; o que não invalida o fato de o índice de natalidade decrescente, tão característico da civilização moderna, ainda não ter logrado afirmar-se entre os povos que habitam os trópicos.

A taxa de mortalidade — Muito diferentes, porém, foram os efeitos da difusão da cultura ocidental sobre as cifras de mortalidade dos países tropicais. Conforme indicamos acima, o coeficiente de mortalidade foi prontamente abalado pelo conhecimento científico de que foram portadores os povos ocidentais que o difundiram nas secções tropicais dos Estados Unidos ou Inglaterra. Em relação a muitos países latino-americanos e partes tropicais da África, a insuficiência dos dados não permite comparação significativa. Contudo, as tendências advertidas nos países em que há dados disponíveis, são impressionantes. E' certo que o índice de mortalidade era já comparativamente baixo nos Estados Unidos e Inglaterra, ao deflagrar-se a primeira guerra mundial, o que torna maiores reduções menos prováveis do que em países que ainda carecem da aplicação das práticas higiênicas e sanitárias mais rudimentares. Mas o fato é que, enquanto o coeficiente de mortalidade nos Estados Unidos decaía a 25% e na Inglaterra e País de Gales apenas a 13%, muito maiores porcentagens de

decréscimo eram registados na maior parte das áreas tropicais. E' esta baixa na taxa de mortalidade, sem uma correspondente redução no índice de reprodução, que poderá em breve tornar o aumento da população em outros países tropicais um problema da mesma magnitude do que se produziu em Pôrto Rico.

QUADRO 1

Variações nas quotas de natalidade de determinados países, 1911-1913 a 1939¹

PAÍS	QUOTA DE NATALIDADE POR MIL		VARIAÇÃO	
	1911-13	1939	Pontos	Porcentagem
Inglaterra e Gales.....	24,1	14,8	-9,3	-38,6
Estados Unidos.....	25,1	17,3	-7,8	-31,1
Ceílão.....	2 { 36,5	36,0	-5	-1,4
Federação dos Estados Malaio.....	26,6	41,0	+14,4	+54,1
Índia.....	36,8	2 { 33,0	-3,8	-10,3
Filipinas.....	32,9	2 { 32,4	-5	-1,5
Costa Rica.....	47,0	42,3	-4,7	-10,0
Jamaica.....	37,7	31,6	-6,1	-16,2
Pôrto Rico.....	38,3	39,6	+1,3	+3,4
Salvador.....	49,0	41,6	-7,4	-15,1
Trinidad and Tobago.....	35,0	31,0	-4,0	-11,4

¹ Fonte: *Statistical Year Book of the League of Nations, 1942/44, The League of Nations, 1945*, table 8, pp. 40-41.

² Os dados se referem a 1921-25.

³ Os dados se referem a 1938.

QUADRO 2

Variações nas quotas de mortalidade de determinados países, 1911-1913 a 1939¹

PAÍS	QUOTA DE MORTALIDADE POR MIL		DECRÉSCIMO	
	1911-13	1939	Ponto	Porcentagem
Inglaterra e Gales.....	13,9	12,1	1,8	12,9
Estados Unidos.....	14,1	10,6	3,5	24,8
Ceílão.....	31,8	21,8	10,0	31,4
Federação dos Estados Malaio.....	36,9	2 { 17,5	19,4	52,6
Índia.....	29,9	22,0	7,9	26,4
Filipinas.....	19,1	16,5	3,6	18,8
Costa Rica.....	25,0	18,3	6,7	26,8
Jamaica.....	23,0	14,8	6,2	35,7
Pôrto Rico.....	21,0	17,7	3,3	15,7
Salvador.....	25,0	18,4	6,6	26,4
Trinidad and Tobago.....	26,2	16,0	10,2	38,9

¹ Fonte: *Statistical Year Book of the League of Nations, 1942/44, Geneva: The League of Nations, 1945*. Quadros 8, pp. 42-43.

² Dados atinentes a 1938.

 O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se este à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sobre o território brasileiro.

Resenha e Opiniões

Uma viagem de São Paulo a Goiânia — Estudo sobre as zonas de influência paulista *

Antes de tudo, devo algumas palavras de explicação sobre o título desta comunicação: com efeito, alguém poderia perguntar onde se encontra o término dessa viagem, essa Goiânia, que não figura em nenhum atlas, nem mesmo nos grandes mapas brasileiros. E, no entanto, trata-se da capital de um dos estados do Brasil, a nova capital do estado de Goiás, de apenas quatro anos de idade. Essa jovem cidade está situada a uns sessenta quilômetros a sudoeste do atual término da via férrea São Paulo-Goiás (a estação de Anápolis), não longe do ângulo S.O. do retângulo que todos os atlas indicam como o futuro distrito federal. No decorrer do ano passado, tive, por duas vezes, ocasião de viajar em direção a Goiânia: a primeira vez, partindo de São Paulo, em automóvel, fui até a fronteira dos estados de Minas e Goiás, ao rio Paranaíba, à pequena cidade de Santa Rita; outra vez, em avião, sobrevoei as mesmas regiões, indo até Goiânia. Ora, essa estrada São Paulo-Goiânia não é outra senão aquela descrita por Saint-Hilaire: velha estrada de carros de boi e de tropas de mulas, ao longo da qual se fixaram as cidades, hoje pontos de escala dos aviões.

E talvez ofereça ela atualmente mais interesse que há um século, porque, enquanto, então era pouco frequentada, quase adormecida depois dos belos anos da busca das minas, em nossos dias, reencontrou uma nova juventude, como via de penetração do litoral para o sertão. Em conclusão de minhas duas viagens pelo velho caminho de Goiás, três fatos essenciais me parecem dever ser retidos (na esfera da geografia humana). E' primeiro a sucessão de zonas agrícolas, caracterizada pela degradação crescente da ocupação do solo; em seguida, no fim da viagem, é o fenômeno urbano de Goiânia e,

por último, a ligação de tudo isso: a estrada e o caminhão, agentes de influência paulista.

O vôo, algumas semanas depois da viagem de automóvel, permitiu-me demarcar a série de paisagens rurais desde São Paulo até o coração do Brasil, e distinguir dois aspectos totalmente diferentes nitidamente localizados de um lado e de outro do rio Grande, o rio que serve de fronteira entre o estado de São Paulo e o de Minas Gerais. Com efeito, até essa fronteira, no conjunto, não se sai de uma zona de grande ocupação do solo, de agricultura intensiva. Pequenas cidades e fazendas isoladas ali não estão nunca muito afastadas umas das outras. Todavia, falta muito para que a tomada de posse do solo seja por toda parte igualmente forte, ao longo desse percurso de cerca de 500 quilômetros: a zona mais deserdada é também a mais vizinha da metrópole paulista, na cadeia de montanhas que a separam de Campinas. Ali, a 100 quilômetros somente da capital, o viajante entra em contacto com a zona das culturas, mas o matiz da paisagem indica visivelmente que se trata de uma região valorizada há muito tempo, onde as plantações de café quase não passam de reliquia. Mais longe, no cume da *cuesta* de grês e diabásio de Santa Rita de Passa Quatro, se descobre, numa vintena de quilômetros, uma porção de território inculto, com uma vegetação de "cerrado", onde não se pratica senão uma fraca criação de gado. E' somente nas proximidades de Ribeirão Preto que aparece a paisagem das plantações de café, cobrindo as superfícies planas dos platôs recobertos de terra vermelha, enquanto nos fundos, onde circulam os rios em abundantes meandros, se alinham as casas dos colonos. Café, algodão, cana de açúcar, na margem esquerda do rio Grande, marcam a intensidade da ocupação do solo no estado de São Paulo.

O contraste com a margem direita do rio Grande é brutal: de um lado, vastos campos de cana, de casas, de outro, algumas pequenas capoeiras, nas vertentes que descem para o rio, e, no platô, quase o deserto. Entra-se num outro domínio: o da criação de gado.

* Trabalho publicado, originariamente em *Bulletin de l'Association de Géographes Français*, traduzido para o português pelo Prof. Henrique Miranda.

E' a região conhecida sob o nome de "Triângulo Mineiro", zona de platôs de solo arenoso, com uma vegetação de "cerrado" que, muitas vezes, se transforma em prados, em "campos". Uberaba me pareceu marcar o termo extremo de culturas (a do arroz sobretudo) e daí por diante, mais ou menos até a altura de Uberlândia, tem-se a impressão de uma zona de criação extensiva, é certo, porém organizada. A fazenda de criação, rodeada de altas palmeiras, facilmente distinguível da fazenda de café pelos currais que as rodeiam, é a única forma de *habitat* nos fundos do vale, cujo verde claro, sublinhado pela fila sinuosa das palmeiras babaçu, ressalta no cinzento do cerrado. Mais longe ainda, além de Uberlândia, sobretudo depois da travessia do rio Paranaíba (pois o grande vale fluvial traz consigo algumas pequenas culturas), a marca do homem na paisagem é ainda mais frágil: os animais são cada vez mais raros, as fazendas cada vez mais distantes e as vilas cada vez mais miseráveis. Ali, a ocupação do solo é fragmentária, provavelmente não mudou desde Saint-Hilaire, se é que não recuou.

A surpresa é tanto maior quando surgem as silhuetas muito "arte moderna" de Goiânia, o pósto avançado da civilização, como se gosta de dizer no Brasil. Trata-se de uma criação recente e puramente arbitrária. As primeiras casas datam de 1934-35 e a cidade foi fundada a fim de substituir a velha capital de Goiás, que as febres tornavam malsã. Sua situação é a de um vasto platô desflorestado, muito fracamente inclinado, sêco e áspero. Já disse que a via férrea fica ainda a uns sessenta quilômetros. E é, no entanto, ali, em condições totalmente ingratas, que se edifica uma capital, conforme às mais modernas regras do urbanismo americano. Os construtores previram uma nítida separação dos diferentes quarteirões: quarteirões de residência, zona administrativa, zona comercial, zona de diversões, zona de indústria leve e zona da indústria pesada.

Chegou-se a prever, para tempos futuros, uma zona residencial, entrecortada de jardins, de um tipo semelhante ao dos belos quarteirões de São Paulo e, ao redor da cidade, será feito um perfeito reflorestamento, com essências do estado de Goiás. Que vemos, porém, atualmente nessa Goiânia? Quais são os resultados de quatro anos de esforços e despesas? Podem-se já colher os

índices do que será a função dessa jovem cidade?

Contavam-se, há seis meses, mais de 200 edifícios modernos e uma população de 8 000 almas, das quais um bom número reside ainda nas cabanas e casas de madeira edificadas pelos primeiros agrimensores, lenhadores, etc. Os primeiros edifícios construídos foram as sedes administrativas da cidade, do governo do estado e dos serviços federais; ao mesmo tempo, erigia-se um hotel confortável, luxuoso para um tal sertão, mas que impressiona favoravelmente aos visitantes. Depois vieram as casas de comércio e as vilas de funcionários. Todas essas residências e construções oficiais, cujas linhas são sempre muito modernas, se espalham ao longo de largas avenidas arenosas, margeadas sobretudo de terrenos vagos. Atualmente, ainda, um bom número de funcionários que trabalham durante o dia em Goiânia, têm residência a alguns quilômetros, na velha aldeia de Campinas, que assim ganha uma atividade inesperada. Até o presente, Goiânia é sobretudo uma cidade de funcionários, um centro administrativo, e é muito provável que durante muito tempo ainda sua função não ultrapassará esse estado. Seu futuro está ligado à valorização do estado de Goiás, certamente dotado de *illimited possibilities*,¹ mas que esperam ser exploradas. Riquezas agrícolas: criação de gado, sobretudo, mas também terras suscetíveis de produzir algodão, além de culturas de produtos como o arroz, o milho, a mandioca, e o crescimento de Goiânia já atraiu mais ou menos um milhar de famílias rurais, que não somente vendem na cidade mas exportam para São Paulo, riquezas do subsolo principalmente o níquel e o rutílio, cujas jazidas não muito afastadas da nova capital, são suscetíveis de grandes rendimentos. Quando esta valorização fôr realidade, Goiânia poderá conhecer um surto prodigioso, tal como Belo Horizonte outrora, cidade igualmente artificial. Deve-lo-á também à sua posição, em contacto com três zonas de influência: a de Belém do Pará, que toca o norte do estado de Goiás; a do sertão da Bahia, que já lhe fornece mão de obra, e sobretudo a de São Paulo.

Em todo o Triângulo Mineiro, em todo o sul e sudoeste de Goiás, até o leste de Mato Grosso, tudo o que se consome vem de São Paulo, e tudo o que se pode exportar vai para São Pau-

¹ Em inglês no original. N. do T.

lo. Por que meios? A via férrea, atualmente com término em Anápolis, é insuficiente: seu traçado não permite rapidez, sua falta de material rodante é proverbial. Uma mercadoria, expedida por trem de Goiânia para São Paulo, não chega em menos de três semanas; pela estrada de rodagem chega em quatro ou cinco dias.

De vinte anos para cá, a estrada e o caminhão transformaram as condições de vida e de economia de toda essa zona do Brasil. Nos platôs cobertos de ervas e arbustos, o estabelecimento de pistas de automóveis não oferece dificuldade, os percursos na floresta se limitam à travessia dos principais vales. Com gastos reduzidos, empresas particulares puderam abrir estradas, que põem à prova os caminhões, mas que bem ou mal permanecem praticáveis mesmo na estação das chuvas. Até 1920-1925, o carro de boi era o único meio de transporte utilizado em Goiás e no Triângulo Mineiro; sua substituição pelos pesados caminhões Ford e Chevrolet foi rápida e teve curiosas conseqüências. Desde logo, é preciso registrar uma modificação nas correntes de tráfico desde o estado de São Paulo até as regiões orientais e mesmo nortorientais de Mato Grosso; antes da era do caminhão, tudo que se destinava ao sertão oriental de Mato Grosso ia pela via férrea até Campo Grande, depois em carros de boi, passando por Coxim, que era uma etapa importante, mas, logo que foram abertas pistas para automóveis em Goiás, o deslocamento da corrente do tráfico foi imediato, para lucro das cidades do Triângulo Mineiro. E esse tráfico rodoviário se beneficiou com a descoberta de novos terrenos diamantíferos às margens dos afluentes do Araguaia, em Mato Grosso. Duas cidades lucraram particularmente com essa reviravolta dos transportes: Uberaba e Uberlândia. A primeira, que não era senão um velho centro de criação de gado, animou-se, subitamente, tornando-se entroncamento de estradas, mas não pôde resistir à concorrência de sua jovem rival, e o contraste é muito vivo entre as duas cidades: Uberaba é uma cidade rica, porém estabilizada; ao contrário, Uberlândia dá a impressão duma cidade em pleno desenvolvimento, com seus vastos armazéns, onde se abastecem os motoristas e onde se amontoam as mais heteróclitas mercadorias; suas ruas são extraordinariamente animadas todas as tardes, e o dinheiro parece rodar ali

tão facilmente quanto nas lendárias cidades do Far-West americano; ao lado do velho quarteirão de ruas calçadas, ornadas de casas coloniais bem construídas, nascem zonas de avenidas muito largas, de casas alegres ao lado das quais se erguem as garages dos pequenos proprietários de caminhões. Cidade ativa, "dinâmica", como lá se diz com arrogância. Isso se reproduz mesmo no campo político: enquanto Uberaba conhece as rivalidades dos grandes criadores filiados aos velhos agrupamentos políticos brasileiros, parece que Uberlândia viu florescer os agrupamentos extremistas. E os mesmos fenômenos se reproduzem no termo da via férrea, em Anápolis, e talvez dentro de alguns meses, venhamos a registrá-los em Goiânia.

Enfim, um último meio de comunicação, mais moderno ainda, parece poder contribuir para dar a Goiânia uma função mais ampla do que a de um simples centro administrativo: o avião. Já, cada semana, um trimotor liga a cidade a São Paulo, porém outras rotas de aviação comercial estão em estudo e serão abertas este ano ainda ou em 1940: uma ligará Goiânia aos centros de garimpeiros em Mato Grosso e a Cuiabá; outra passará pelo vale do Tocantins-Araguaia para chegar a Belém do Pará, fazendo de Goiânia uma escala da rota aérea transcontinental, de Miami a São Paulo, Assunção e Buenos Aires.

Tendo em conta tudo isso, parece-me que a impressão de Donogo-Tonka, que Goiânia pudera nos dar, se deve apagar. A região do interior está solidamente ligada às zonas agrícolas de São Paulo e não é impossível que Goiânia seja amanhã uma grande cidade, ativa como Belo Horizonte ou Ribeirão Preto, mas sempre pôsto avançado da influência paulista.

Pierre Monbeig

★

O homem como fator geográfico *

Com referência ao tão interessante problema do binômio Homem-Meio, André Cholley, deão da Faculdade de Letras de Paris e diretor do Instituto de Geografia, em recente artigo publicado nos *Cahiers Internationaux de Sociolo-*

* Discurso oficial do Prof. Hilgard O'Reilly Sternberg, recepcionando os novos sócios, empossados a 3 de outubro corrente na Sociedade Brasileira de Geografia.

gie, sublinha, de maneira feliz, a necessidade que há em distinguir-se uma ecologia natural ou primária de uma ecologia humanizada. Seja-me permitido alinhar aqui alguns exemplos da ação do homem na paisagem geográfica, ação esta compreendida no segundo tipo de ecologia, referido por Cholley e que me proponho tomar como *leitmotif* das palavras que, por honrosa incumbência do senhor presidente da Sociedade Brasileira de Geografia, embaixador José Carlos de Macedo Soares, devo proferir, ao receber os valores que hoje fazem sua, como sócios de honra, correspondentes e titulares, esta casa de tanta tradição na cultura brasileira.

As multifárias atividades do homem se espelham de modos os mais diversos sobre a morfologia terrestre. Seja, por exemplo, a modificação, intencional ou não, dos contornos das terras emersas. Lá estão os *polders* da Holanda, a atestarem a força da vontade humana na criação de um solo agrícola, conquistado ao mar. Comparem-se com os atuais, os contornos da planície carioca como no-la mostram mapas antigos; os pântanos, lagoas, canais e enseadas das crônicas coloniais, com a topografia do presente — e veremos a extensão das modificações. Não seria despropositada, a esta altura, uma referência ao espírito fino de Machado de Assis, que, pelos lábios de Aires, já profetizava, em fins do século passado, o destino da enseada de Botafogo: "Talvez os homens venham, algum dia, a atulhá-la de terra e pedras para levantar casas em cima, um bairro novo, com um grande circo destinado a corridas de cavalo".

Novas formas côncavas e convexas também são impostas ao relevo terrestre. O homem abre grandes crateras, como, por exemplo, a mina de cobre de Utah, de onde já se extraíram cerca de 200 milhões de toneladas de minério; como as minas de ferro nas coxilhas de Mesabi; como ainda em Kimberley, onde grandes buracos, cuja boca corresponde a uma área de 80 000 a 180 000 metros quadrados, marcam de maneira permanente um grande período da história africana. Já Vítor Hugo dizia que a população da ilha de Guernsey acabaria por destruí-la, pois que a vendiam, pedra após pedra, aos ingleses. O nosso agente geomórfico arrasa morros e montanhas: ali, a natureza constrói em poucos anos o Parícutin; aqui, o homem dissolve o morro do Castelo e prepara-se para eliminar o de Santo

Antônio; mais adiante, a riqueza em minério dos picos do Cauê e de Itabirito lavra-lhes a sentença de morte.

Não se limita, porém, o homem ao papel de agente de erosão, como queria Camille Vallaux. De fato, não é sempre que "a atividade humana, longe de contrariar a evolução superficial terrestre, enquadra simplesmente o seu mecanismo particular em um mecanismo geral infinitamente mais potente". Há numerosas exceções — provam-no as saliências erguidas por ação do homem sobre a superfície da terra. Muitas dessas formas convexas, vestidas de vegetação, confundem-se com os morros da paisagem natural; vejamos, por exemplo, os sambaquis, alguns dos quais, cubam dezenas e até milhares de metros cúbicos. Segundo Krone, o sambaqui de Boguacu, na baía de Paranaguá, cuba 120 000 metros cúbicos. No sambaqui da Carniça, no rio Tubarão, há meio século se vem extraíndo conchas, sem que — é Oton Leonardos quem no-lo conta — sem que a colina pareça ter sofrido com isso.

Grandes são as modificações introduzidas pelo homem na hidrografia. Coloca lagoas artificiais, alcandoradas, a dominar pântanos que ele enxugou. Alguns lagos produzidos por arte humana atingem dimensões surpreendentes. O açude Orós foi projetado para uma capacidade de três e meio bilhões de metros cúbicos, volume d'água maior que o da baía de Guanabara. A barragem do rio Grande, afluente do São Francisco, se um dia fôr levantada, na serra do Boqueirão, formará um lago cujo volume se tem estimado em nove e meio bilhões de metros cúbicos, isto é, aproximadamente quatro vezes a massa de água existente em nossa baía.

Não satisfeito com a trama hidrográfica tecida pela natureza, introduz-lhe o homem modificações e acréscimos. A transposição de águas de uma bacia para outra, com o fim de concentrar o potencial hidroelétrico, já se vai generalizando no Brasil, sobretudo depois da bem sucedida experiência de Cubatão. Nem têm faltado planos dramáticos para transpor grandes volumes de água com finalidades irrigatórias, como no caso do rio São Francisco, que, para alguns, estaria destinado a fornecer uma transfusão ao Ceará, exangue e ressequido, ainda que, para tal, suas águas houvessem de ser erguidas por sobre a chapada do Araripe ou varar-lhe as entranhas em extenso túnel.

Quando um curso d'água natural ou uma parte dêle pode ser usado como via de comunicação, não tarda a idéa de prolongar o rio, essa "estrada que caminha". Apela-se para a construção de canais. Lá estão êles: modestos regos, como no Amapá, a estabelecer a ligação entre o lago Novo e o rio Araguari. Outros há grandiosos, mas que não passaram de projeto, como aquêles destinados a fundir numa só a bacia amazônica e a platina, ou aquêles outros que deveriam contornar as corredeiras do sistema potâmico Madeira-Mamoré.

O homem, entretanto, não executa apenas alterações no traçado hidrográfico: altera também o *processus* geomórfico, introduzindo modificações que atingem o perfil mesmo do rio. Tenha-se em conta, por exemplo, o efeito da barragem de um rio sobre os seus afluentes, no remanso: seus vales inferiores, alagados, se transformam em *rias*, repercutindo a elevação de seu nível-de-base sobre o balanço erosão-sedimentação de seus leitos.

Não sômente das águas superficiais se assenhoreia o homem; interfere até no regime das águas subterrâneas. Exemplo interessante nos é fornecido pela cidade do Bountiful, no estado de Utah. Esgotando-se as camadas aquíferas em virtude do crescimento da população, que delas obtém água, para irrigação e outros fins, por meio de centenas de poços (a maioria dos quais artesianos), vem sendo tentado, desde 1941, o recarregamento artificial das camadas de rocha aquífera durante a estação em que se não procede à irrigação. Em poços (não artesianos) próximos ao canal de recarregamento, o nível da água subiu mais de 5 metros durante o período da operação.

Não há necessidade de comentar a construção de grandes cavernas subterrâneas pelo homem — as galerias de suas minas —, porém quero referir fato interessante, onde êle aparece como agente involuntário na ampliação das cavernas naturais. Na cidade de Orlando, Flórida, os dejetos humanos transbordados dos tanques sépticos e os resíduos industriais foram encaminhados para as numerosas cavernas do subsolo calcário. Os ácidos provenientes das fábricas de conservas de frutas cítricas chegaram mesmo a ampliar algumas cavernas. Além disso, alguém que hoje perfura um poço em busca de água poderá topar com cascas de laranja, restos de jornais e outros des-

pejos. Os gases que se vêm acumulando durante várias gerações, constituíram, por baixo da cidade um campo de bolsas flatuosas, o qual ocupa uma área de vários quilômetros quadrados. Alguns cidadãos de iniciativa, tendo encontrado gás, ao executar perfurações em busca de água, tem-no captado e aproveitado como combustível.

E a atmosfera? Todos falam acêrca do tempo, sem nada fazer a respeito — dizia Mark Twain. Já deixou de ser verdadeira esta afirmação do célebre humorista. Assim, por exemplo, o sistema britânico de dispersão de nevoeiro (conhecido pelo nome de "Fido"), desenvolvido durante a guerra, permite a decolagem em aeródromos tomados pela névoa. Na Califórnia, há muito se vem empregando queimadores de óleo cru (*smudge pots*) e grandes ventiladores, para impedir a geada, de efeitos fatais para a produção cítrica. Anunciam de Schenectady, U.S.A., que, em certas condições, os relâmpagos podem ser eliminados pela transformação de nuvens em neve, empregando-se, para êsse fim, pulverização com gelo seco. Enquanto isso, o problema da chuva artificial apaixona homens de ciência e lavradores, se bem que, após cuidadosas experiências, a Air Force e o Weather Bureau dos Estados Unidos acabem de divulgar parecer pouco otimista: são de importância econômica relativamente pequena, as chuvas até agora obtidas. Seja qual fôr o alcance das modificações artificiais das condições meteorológicas em um instante dado, é inegável que a atividade do homem exerce uma influência sobre o clima, pelo menos sobre o micro-clima. Podem citar-se, por exemplo, os dados coligidos por Maximilien Sorre sobre o clima urbano; entre outros fatos, refere o autor de *Les Fondements de la Géographie Humaine* a presença de uma "atmosfera urbana", rica em poeira e fumaça, a qual, em Paris, se eleva até 300 metros de altitude; regista, ainda, as recentes pesquisas sobre a ionização, as quais mostram o contraste existente, do ponto de vista elétrico, entre a atmosfera de cidades e campanha. Em São Paulo, José Setzer, estudando a alteração da marcha das temperaturas e das chuvas, registadas em dezenas de localidades diferentes, disseminadas pelo planalto paulista, conclui serem as mudanças observadas "tanto mais acentuadas, quanto maior tiver sido a devastação das matas", enquanto Teodoreto Camargo pensa ser talvez

possível relacionar a desfavorável alteração havida no regime dos ventos em Campinas, com o intenso desnudamento da região.

Muito embora saibamos ser a litosfera uma casca relativamente delgada, profunda impressão nos causa o conhecimento de que o homem — microscópico em relação à vasta superfície terráquea, — por obra sua, tivesse deformado a estrutura íma de nosso planeta. Quando determinada área de terra sofre sobrecarga considerável, como no caso dos grandes pacotes sedimentares — fossa da ilha de Marajó, por exemplo, — ou no das calotas de gelo, verifica-se, naquela porção de crosta, um movimento descensional, em virtude da compensação isostática. Até agora, as atividades do homem não tinham implicado em mudanças de carga de magnitude tal que resultassem semelhantes ajustamentos. Ou, pelo menos, estes ainda não haviam sido constatados. A represa de Boulder (Hoover Dam), no rio Colorado, que dá origem ao lago Mead, onde se represa uma massa de dezenas de bilhões de toneladas, parece abrir a primeira exceção. O United States Coast and Geodetic Survey, na antecipação de que essa carga excepcional pudesse causar movimentos da crosta, estabeleceu, em 1935, um nivelamento de precisão, com o propósito de determinar subsequentes movimentos verticais, e um programa sismológico, para o registro e a localização de eventuais tremores de terra. Sismos locais começaram a ser sentidos em 1936 e, desde então, os períodos anuais de maior sismicidade vêm ocorrendo, logo depois de atingido um máximo de acumulação, ou quando o espelho líquido se aproxima rapidamente de um tal máximo. Pela localização dos epicentros de meio milheiro de tremores locais, conclui-se que eles se localizam ao longo de antigas falhas, quiescentes durante o Pleistoceno e o Recente, mas reativadas quando a sobrecarga do lago artificial fez afundar a crosta terrestre mais de 12 centímetros (1935-1941).

Eis, porém, que a ciência, intrometendo-se na constituição íntima da matéria, põe em marcha uma nova força, ainda mal conhecida. Se esta, por um lado, contém a esperança de, submissa à vontade do homem, transformar em jardins floridos e dadi-vosos, a superfície da Terra por outro lado, leva em seu bôjo a ameaça de,

escapada ao controle de seu irrequieto conquistador, destruir toda a civilização, quicã a humanidade inteira, deixando a terra entregue talvez aos insetos, possibilidade recentemente admitida — sem dúvida, com certa dose de humor britânico — pelo ilustre historiador Arnold J. Toynbee.

Esse quadro cataclísmico é o último de uma série de exemplos, mais ou menos espetaculares, que visam mostrar a ação do homem sobre o meio. Poderia parecer um fecho apropriado para as considerações que venho tecendo. Pairem, entretanto, ameaças sobre a humanidade, que, talvez por serem destituídas da dramaticidade das desintegrações atômicas, passam despercebidas da grande maioria. Derivam do uso inconsciente dos recursos naturais e comprometem basilaramente a civilização. Muita razão assiste a Vallaux quando critica a aritmética falsamente precisa de Malthus; peca, entretanto, — e gravemente — quando encara a “economia destrutiva” como mera teoria abstrata, como fruto do princípio maltusiano das populações, como procedente das especulações e do espírito de sistema da economia política, teoria nascida de uma “ideologia abstrata” e formalista, e não de uma ciência do concreto. Repelindo o conceito da “inesgotável fecundidade da natureza”, emitido pelo eminente autor de *Les Sciences Géographiques*, quero referir-me especialmente ao esaurimento do solo.

Com efeito, a magnitude da destruição operada pelo abuso do solo brasileiro não tem sido compreendida, senão por uma reduzida minoria.

E, no entanto, os seus efeitos estão aí, testemunhos lancinantes para quem souber interpretá-los. São rios outrora navegados e hoje reduzidos, grande parte do tempo, a filêtes anastomosados, pachorrentos sobre os aluviões despejados em suas madres. São cheias que alcançam violência antes desconhecida. São as terras ferazes de São Paulo, e de outros estados, que vão, em ritmo acelerado, juntar-se ao delta do Paraná, a entulhar o estuário do Prata. São voçorocas em movimentos de conjunto do solo que abrem chagas vermelhas ou brancas no verde das pastagens e das culturas. São açudes cuja utilidade finda com o enxurro de detritos que lhes rouba a capacidade e não deixa lugar para a água preciosa. São barreiras que correm, fechando estradas, ceifando

do vidas, desarticulando comunicações. E' a diminuição progressiva das safras, com todo o seu séquito de terras abandonadas e migrações internas. E' o êxodo das populações rurais — esvaída, não raro, no lençol de águas cuprinas, a possibilidade de se alçarem sobre o nível desalentador a que, por um complexo de motivos, se viram relegadas...

Eis apenas alguns efeitos dessa inconsciente e destrutiva *Raubwirtschaft*, praticada pelos "caçadores de húmus" ou, usando o epíteto incisivo que lhes aplicou Euclides, "fazedores de desertos" (cuja presença um pouco por toda parte não deve ser para nós consólo embalador).

A conservação do solo é responsabilidade de todos os homens, sem uma única exceção em todo o globo terrestre. Em meio de geógrafos, seja-me permitido lembrar especificamente a responsabilidade dos que se dedicam à Geografia, bem como a identificação desta especialidade com o problema da erosão do solo, não só em seus aspectos geomorfológicos, mas também em suas feições geoeconômicas. Em verdade, conforme lembra Carl Sauer, chefe do Departamento de Geografia da Universidade da Califórnia, se o processo patológico, responsável pelas "características suicidas de nossa atual economia comercial", é de natureza física, o mais é econômico, é social. Estamos justamente em que a Geografia — ciência-ponte, que tem um encontro no campo das ciências físicas e outro no das ciências sociais — pode oferecer uma contribuição respeitável, se não para a solução última, pelo menos para o equacionamento desse problema, que compromete a estabilidade, quicá a sobrevivência das futuras gerações.

Eis porque, senhores, ao observar as numerosas profissões representadas na lista dos novos sócios, ocorreu-me aflorar este, um dos temas que deve ser de interesse comum, um problema para cuja solução cada um desses elementos de escol pode contribuir com alguma coisa. A Geografia se destina a fornecer um ângulo de visão apropriado ao exame do drama nacional e, como já entendia Estrabão, suas pesquisas devem estar a serviço da coletividade. Benvindos, pois, a esta Sociedade, onde se congregam homens que desejam ser partícipes e não apenas espectadores daquele drama. Esta casa é um repositório de tradições caras à nacionalidade, e seu presidente, uma cultura polimorfa que se alonga sin-

gularmente na dimensão tempo: imerge no passado, quando se entrega, com monástica paciência, àquelas pesquisas histórico-geográficas, que já nos deram, entre outras, a valiosa obra *Fronteras do Brasil no Regime Colonial*; projeta-se no futuro, quando, com visão desobstruída, mãos seguras, conduz os destinos desta instituição. Sinto, com efeito, no incessante chamamento de novas luzes, a preocupação do senhor embaixador Macedo Soares em dar um sentido dinâmico às tradições deste cenáculo, para que a casa antiga, arejada, não seja bolorenta; para que seu passado seja força acumulada para a obra do presente, e não carga molesta; para que seus sessenta e seis anos de existência ininterrupta signifiquem madureza, e não decadência, estímulo e exemplo para novas conquistas, e não estagnação.

★

O estado do Maranhão *

O estado do Maranhão, ao norte do Brasil, não é somente interessante porque seu território foi durante algum tempo uma colônia francesa (sua capital, São Luís, construída nos primeiros anos do século XVII, recebeu esse nome em honra ao rei de França), mas também porque apresenta uma fricante individualidade geográfica. Limita com três grandes regiões naturais do Brasil: a Amazônia, o Brasil Central e o Nordeste. Para melhor o apreciarmos, recordemos rapidamente os traços característicos de cada uma das cinco grandes regiões naturais brasileiras: Amazônia, Nordeste, Região Oriental, Região Meridional e Região Centro-Occidental.

A Amazônia é a mais vasta região natural do Brasil: mais de 3 milhões de quilômetros quadrados. Essa imensa planície regada pela formidável rede do Amazonas é o domínio da floresta equatorial úmida chamada "Hiléia" por Alexandre de Humboldt. Diz-se no Brasil que a Amazônia é grande demais para o homem; a imensidade o desencoraja, só os brasileiros do Nordeste tiveram a audácia de penetrar na floresta virgem para explorar a borracha e a castanha do Brasil. Nessa região, não há estradas, sendo os rios o único

* Trabalho publicado, originariamente, em *Bulletin de l'Association de Géographes Français*, n.º 78, abril, 1934, traduzido para o português pelo Prof. Henrique Miranda.

meio de circulação, com a rede dos "furos" e "igarapés" que se comunicam uns com os outros. Não há grandes culturas nem criação, dominando a economia destrutiva: colheita do látex da *Hevea brasiliensis* e de frutas oleaginosas, das quais a principal é a *Bertholletia excelsa* (castanha do Brasil). A população muito rarefeita (menos de um habitante por quilômetro quadrado) é composta de índios que vivem na floresta e de imigrantes do Nordeste que se entregam à indústria florestal.

O Nordeste é o oposto da Amazônia. Nesta existe água em abundância, naquele o homem luta contra a seca. É uma região semi-árida, que mereceria ser estudada segundo as idéias de De Martonne sobre o índice de aridez. A bem dizer, não há florestas, o manto vegetal é reduzido à "caatinga" que é uma associação de plantas de pequeno porte, de folhas caducas e providas de meios de defesa contra o excesso de evaporação. O solo, na sua maior parte, é gnáissico, portanto, impermeável, coberto duma pequena camada de argila insuficiente para reter a umidade. A aridez do Nordeste é, a meu ver, devida mais à constituição do solo, incapaz de reservar água, do que à mediocridade das precipitações. O aspecto geral é o de um platô granítico-gnáissico descendo lentamente do interior, com alguns testemunhos de uma antiga cobertura sedimentar. O traço mais notável refere-se à geografia humana: o tipo humano resulta das heranças tupis e cariris influenciadas profundamente pelo meio físico.

A Região Oriental. A costa tem um clima quente e úmido que dá ensejo ao desenvolvimento da floresta, uma floresta menos úmida do que a da Amazônia. Para o interior, há cadeias de montanhas mais ou menos paralelas à costa: a serra do Mar, granito-gnáissica forma a escarpa do platô interior; separada da precedente pelo vale do Paraíba, a serra da Mantiqueira apresenta o ponto culminante do Brasil (2 884 metros); mais para o interior, a serra do Espinhaço é bem diferenciada das outras por causa da estrutura dobrada e falhada das camadas sedimentares paleozóicas. As regiões elevadas do interior diferem muito da costa por causa do clima temperado e da extensão dos prados. Se a região do NE nos apresenta a maior densidade de população, é na região oriental que se encontra o maior número de habitantes; é também a região mineira por exce-

lência; ouro (Nova Lima), manganês (Conselheiro Lafaiete), diamante (Diamantina). Contém também a maior reserva de minério de ferro do mundo.

A Região Meridional. Compreende a região de São Paulo, e se estende até as fronteiras do Uruguai e da Argentina. Com exceção de uma estreita planície litorânea, compõe-se dum platô de 750 a 1 200 metros de altitude, cuja escarpa forma a Serra. Para Cubatão, Santos, De Martonne demonstrou a analogia com *L'Epinouse* do Maciço Central Francês e atribuiu sua formação a fraturas do grande escudo granito-gnáissico. No interior, o platô é composto de séries sedimentares do devoniano até o cretáceo e apresenta uma considerável extensão de lençóis de augito-porfiritos, dando por decomposição a terra-vermelha, bem conhecida pelo que chamamos "terra roxa", e que se parece com o *regur* da Índia. É a esse solo que se deve, em grande parte, o êxito da cultura do café em São Paulo e no Paraná. É a região de colonização estrangeira (italianos e japoneses, estes em número de mais de 120 000, alemães, poloneses e espanhóis).

A Região Centro-Occidental é a terra dos platôs centrais, imensas extensões quase desertas, incultas, domínio da savana. As florestas limitadas às margens dos rios são florestas-galerias. A topografia é quase sempre suave; os rios não perfuraram gargantas profundas e deixam os planaltos em quedas que constituem a riqueza hidroelétrica do país. A maior parte dos planaltos são formados por camadas de grês cretáceo, às vezes cobertos por "cangas" ferruginosas.

O estado do Maranhão apresenta, reunidos numa mesma unidade política, aspectos da Amazônia, da região do Nordeste e da região Centro-Occidental. É a fitogeografia que mais vivamente mostra as diferenças do meio amazônico com o do NE e da Região Central. A parte ocidental é ocupada pela grande floresta, do tipo amazônico que, ultrapassando a bacia do grande rio, chega até o Mearim. Encontra-se aí a *Hevea* (na região do alto Turiaçu), o cacau selvagem, as madeiras amazônicas e, como índice do limite de extensão da fácies amazônica, o cumaru (*Dipterix odorata*), a fava "tonca" das Guianas. Pude verificar a existência dessa essência a alguns quilômetros apenas do Mearim, numa floresta fria (isto é, úmida), separada por alguns quilômetros duma vegetação já xeró-

fila com os caracteres das "caatingas" do Nordeste. A savana, que chamamos "cerrados", ocupa uma grande extensão do Brasil e predomina na parte central do país, a menos úmida. Como na África, apresenta variações no seu aspecto: nossas savanas são mais homogêneas e têm quase sempre certas plantas típicas, como a lixeira (*Curtella americana*), o barbatimão (*Stryphnodendron barbatimão*), etc. Nos planaltos do sul do Maranhão, o cerrado típico se estende exatamente à semelhança do que se observa nos de Goiás e de Mato Grosso. Basta descer de 50 a 100 metros, para logo penetrar numa fâcies diferente: a parte noroeste do estado apresenta um caráter semelhante ao do Nordeste do Brasil: um clima já mais seco, uma vegetação já xerófila; no litoral dunas com coqueiros, mais ao interior, a "caatinga" em certos lugares e a palmeira carnaúba (*Copernicia cerifera*), muito característica do Nordeste.

Se se considera a repartição da população do Brasil, o litoral aparece como a mais importante região de povoamento; o Nordeste é densamente povoado (justamente na região mais árida, em virtude de uma elevada natalidade), o Centro e a Amazônia, ao contrário, apresentam uma insuficiência demográfica muito acentuada: menos de um habitante por quilômetro quadrado. E' no Centro e na Amazônia que se encontram os últimos agrupamentos indígenas (com exceção de algumas centenas de indivíduos nas florestas orientais). Há numerosos grupos de índios das tribos Gê e Tupi que habitam as savanas e as florestas do Maranhão. Encontra-se no sertão (interior) o tipo dos vaqueiros do Nordeste, vestidos de couro para se defender dos espinhos da "caatinga", montados nos pequenos cavalos da região. Os aspectos antropogeográficos, portanto, também assinalam, no estado do Maranhão, a presença de três grandes regiões naturais do Brasil e deixam ver bem seus contactos.

Silvio Fróis Abreu

★

O "Mato Grosso de Goiás" *

O presente trabalho é o resultado de três viagens ao estado de Goiás, nos anos de 1946, 1947 e 1948, durante as quais percorremos quase 5 000 quilô-

metros de automóvel, em percursos não repetidos, além de termos sobrevoado grande parte da região, em avião cedido pelo governo do estado.

Durante todo este tempo o governador do estado Dr. Jerônimo Coimbra Bueno e vários de seus auxiliares com quem tivemos relações, nos prestaram sempre uma grande ajuda sem a qual não poderia ser feito o trabalho.

O objetivo principal destas viagens foi preparar mapas de vegetação, população e uso da terra na região denominada "Mato Grosso de Goiás"; além disso usamos tôdas as oportunidades para fazer trabalho de campo e recolhemos um grande número de informações das Prefeituras Municipais, do Departamento Estadual de Estatística e de inquéritos feitos junto a fazendeiros e colonos.

O mapa acima referido acha-se em elaboração no Conselho Nacional de Geografia e é baseado principalmente em plantas de fazendas existentes na Divisão de Terras e Colonização do estado de Goiás.

Estas plantas constituem uma documentação geográfica de primeira ordem, muito superior aos mapas municipais, pois nêles se acham localizados os tipos de solos e vegetação, habitações, estradas e rede hidrográfica.

O estado de Goiás será talvez o primeiro estado do Brasil a contar com um mapa organizado nestas bases.

O "Mato Grosso de Goiás" é uma extensa região florestal, situada na parte centro-sul do estado, com uma área superior a 20 000 quilômetros quadrados, com partes dos municípios de Goiânia, Goiás, Anápolis, Anicuns, Itaberaí, Jaraguá, Pirenópolis, Mataúna, Trindade e Inhumas.

A sua forma é irregular com reentrâncias e com algumas manchas de campo cerrado dentro da mata.

O relevo da região é um tanto acidentado, podendo-se distinguir dois aspectos principais: o do norte, da bacia do Tocantins de relevo mais acidentado devido à mais forte dissecação dos afluentes deste grande rio, e a do sul de relevo mais suave, devido ao fato de os afluentes do Paranaíba estarem em um nível mais elevado e perene, por isso, dissecando menos o Planalto.

A região, no conjunto, se apresenta como um extenso planalto dissecado, onde algumas serras se sobressaem, sempre com o aspecto de montanhas isoladas, que quase sempre constituem morros residuais ou cristas monoclinaes.

* Tese apresentada à 1.ª Conferência Brasileira de Imigração e Colonização.

Em todo o conjunto há uma variedade grande de rochas, desde as eruptivas básicas como o diorito e o gabro, como também vários tipos de gnaisses básicos e até micachistos e filitos. O clima da região é de duas estações: uma quente e chuvosa, entre outubro e abril, e uma seca e fresca entre maio e setembro. Os meses de outubro e abril são de transição entre as duas estações. O elemento principal do clima da região, isto é, aquele que mais de perto influi na sua vida, é a chuva, ou melhor, a distribuição da quantidade total de chuvas caídas durante o ano.

A diferença entre as duas estações, quanto ao total de chuvas é de 15 vezes mais na estação das águas que na seca.

Esta diferença atua fortemente na vegetação, — principalmente no caráter da folhagem e nas atividades econômicas, influndo no tipo de culturas adotado — de crescimento rápido.

— Há dois tipos principais de vegetação em Goiás: a mata e o campo, que correspondem a dois tipos principais de solos: o solo da mata e o solo do campo.

Estes dois tipos têm variações, como veremos: A mata pode ser dividida em mata de 1.^a e de 2.^a classe, e às vezes, mesmo de 3.^a. Esta é a classificação dos fazendeiros da região, confirmada pelas nossas observações de campo. O campo comporta várias divisões, sendo os principais o campo cerrado e o campo limpo.

— O solo da mata é considerado bom para a agricultura, ao passo que o solo do campo é considerado bom apenas para a criação extensiva do gado. Muito poucas vezes observamos algumas culturas nos campos. A principal característica da mata, tanto de 1.^a como de 2.^a, é o seu caráter semi-decidual. Na mata de 1.^a classe a abóboda foliar é constituída por árvores altas, de 20 a 30 metros, destacando-se entre estas o jatobá (*Hymenaea* sp.) e a peroba (*Aspidosperma* sp. apocinácea), que são as mais altas.

O sub-bosque é formado por árvores menores, entre 15 e 18 metros.

O solo, em geral, apresenta-se coberto de uma espessa camada de folhas secas. Na opinião do Prof. Leo Waibel "Esta camada de folhas secas é talvez o fenômeno mais característico destas florestas. Daí resulta que o fogo invade facilmente a mata no fim da estação seca e tem um efeito grandemente deteriorante sobre a vida vegetal e animal". (R.B.G. — Julho-Set. 1948 p.

11). A sombra quase que total é outra característica da mata de 1.^a classe, onde aparecem também algumas lianas, ligando os vários andares. O solo é bastante fértil, rico em húmus e em sais minerais e com boa constituição física. A mata de 2.^a classe é mais decídua que a de 1.^a, mais aberta e as árvores são menores e mais finas. O sub-bosque é mais desenvolvido. O solo é mais pobre em húmus, mais seco, árido, muito mais arenoso e com menos riqueza mineral. Os solos têm uma profunda repercussão sobre a ocupação humana, que nesta região é um dos capítulos mais interessantes.

O povoamento de Goiás foi baseado quase que exclusivamente na exploração das aluviões auríferas situadas em várias partes do estado. Começou ele desde os princípios do século 18. O esgotamento destas aluviões provocou um sério retraimento no povoamento e uma decadência acentuada na vida econômica de todo o estado. Somente depois da primeira grande guerra começou a se esboçar uma nova era de progresso, já agora baseada na agricultura e na pecuária. Esta fase teve um grande impulso com a chegada da Estrada de Ferro Goiás, que em Anápolis, desde 1935, abriu novos horizontes e provocou um tremendo desenvolvimento no "Mato Grosso de Goiás". De 1920 para 1940, o aumento da população na região foi de 150%. O maior progresso foi posterior a 1940, quando se intensificou de uma maneira surpreendente a imigração para Goiás, especialmente para o "Mato Grosso de Goiás".

A cidade de Anápolis se tornou o entreposto desta vasta região e é atualmente a capital econômica do estado.

A população rural é a mais densamente distribuída do estado, representando mais de 20% do seu total.

A composição da atual população rural é variada, mas o elemento mineiro entra com o maior contingente entre os imigrantes. Existem relativamente poucos estrangeiros; apenas um pequeno núcleo de italianos em Goianar, a antiga Nova-Veneza.

O grande aumento da população rural teve como consequência imediata, a valorização das terras e a divisão da propriedade.

O preço das terras em 10 anos dobrou e em algumas áreas triplicou, especialmente depois de 1940. As propriedades rurais foram muito subdivididas e hoje quase 25% das propriedades rurais registradas estão no "Mato

Grosso de Goiás". Esta porcentagem representa mais de 15 000 propriedades, das quais 10 000 são de menos de 100 hectares.

A base do grande desenvolvimento por que passou e está passando o "Mato Grosso de Goiás" é a imigração.

Esta imigração vem sendo feita, espontaneamente, em uma escala nunca antes registrada em Goiás, continuamente, à procura apenas de terras de mata para derrubar e para plantar o arroz, o milho ou o café.

Praticamente todos os municípios da região sofreram o influxo da imigração, especialmente depois que a Estrada de Ferro Goiás atingiu Anápolis e a estrada federal para a Colônia Agrícola foi construída.

A maior parte dos imigrantes são constituídos de mineiros, baianos e alguns paulistas.

A primeira área a receber imigrantes foi a de Anápolis-Inhumas, que estava bem próxima da estrada de ferro.

Com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás e o início da construção da estrada de ferro federal para a sua sede, a chamada "Mata de São Patrício" começou a ser objeto de cogitação e, à medida que a estrada ia prosseguindo, a região ia sendo povoada por uma nova classe de homens: os imigrantes lavradores. Muitas das áreas agora povoadas são velhas zonas de mineração abandonadas.

Ao mesmo tempo que os imigrantes iam ocupando novas áreas, iam fundando povoados (Uruana é uma vila fundada por imigrantes mineiros). Todo êste movimento migratório está sendo realizado espontaneamente, sem direção e sem planos, limitado apenas pela extensão das matas não derrubadas e incentivado tão somente pela sua existência e pela perspectiva de um futuro melhor para os seus desbravadores.

No entanto, em um ponto, — na Colônia Agrícola Nacional de Goiás — está sendo feita uma tentativa de colonização, orientada por técnicos do Ministério da Agricultura.

Foi ela criada por decreto de 19 de fevereiro de 1941, em terras devolutas do estado, doadas à União para êste fim. Abrange uma boa parte da chamada "Mata de São Patrício", no rio das Almas e São Patrício.

O objetivo fundamental da Colônia é colonizar esta área, tornando-a uma região de agricultura moderna, fixando

o homem à terra e substituindo a rotação de terras pela rotação de culturas.

A Colônia fornece aos agricultores reconhecidamente pobres, mas trabalhadores e bem comportados, lotes variáveis entre 23 a 30 ou mesmo 32 hectares. Além disso a administração da Colônia fornece a cada um dos colonos uma casa de tijolos e telhas, além de um pequeno auxílio inicial. Estas são ainda em pequeno número, pois as verbas disponíveis são ainda muito pequenas e o afluxo de gente está sendo muito grande.

Os lotes e as casas são dados ao colono, livre de qualquer pagamento, mas inicialmente a título precário, havendo a condição de reter uma reserva florestal de 20 a 25%. Não há nenhuma cláusula que obrigue o colono a permanecer no lote contra a sua vontade, mas há cláusulas que permitem a sua expulsão quando êle se torna indesejável, pelo seu procedimento. É obrigatório o cultivo da terra e o respeito à reserva florestal de 20 a 25% da área do lote.

Os colonos têm assistência médica e farmacêutica gratuita, ferramentas e sementes de graça. Têm também isenção de impostos, além de terem preferência para os trabalhos assalariados na Colônia.

Esta Colônia é dirigida pelo Dr. Bernardo Saião Carvalho de Araújo, que é responsável por todo o trabalho. A sua preocupação inicial foi construir uma estrada que ligasse a Colônia a Anápolis, a fim de garantir o abastecimento e assegurar o escoamento da produção agrícola. Quando a estrada atingiu a margem direita do rio das Almas, em frente à sede da Colônia, a produção era ainda muito pequena, parecendo, à primeira vista, não ter compensado construir uma estrada de 142 quilômetros, para não ter o que transportar por ela.

Já na região que ficara para trás, a sua influência foi decisiva para o reerguimento econômico, podendo ser facilmente verificado em Jaraguá ou na própria estrada pelo movimento de caminhões. Hoje, a quantidade de caminhões que circulam por esta estrada é enorme.

Em 30 de março de 1944, quando ficou concluída a estrada, havia no local 10 famílias e em julho de 1946 êste número havia crescido para 1 600 e, em 1947, já havia ultrapassado a casa dos

dois mil, com mais de 10 000 habitantes.

Tôda esta gente é constituída de imigrantes, sendo que cêrca de 60% de Minas. O estado físico geral dos imigrantes é péssimo, mas a sua moral é muito elevada. São otimistas e estão dispostos ao trabalho. Em geral, poucos anos depois, a sua vida se transforma completamente, e êles às vêzes têm já um certo conforto. Os mais antigos já possuem uma casa, muitos dêles já plantam legumes, frutas no quintal e a maior parte já tem um aspecto muito melhor, depois de um ano.

O principal produto agrícola cultivado na Colônia é o arroz, e em seguida o milho e o feijão. O café ainda não está sendo plantado, embora haja um plano de cultivo de café, com um máximo permitido por família de 4 000 covas.

Atualmente o café está sendo muito recomendado, como processo de fixação do homem à terra. Está-se depositando uma grande confiança neste processo, sem se cuidar da transformação dos métodos agrícolas, que constituem o melhor processo de fixação do homem, pois transforma a agricultura semi-nômade em agricultura permanente.

Mais recentemente começaram a aparecer os primeiros sinais de um novo surto de colonização dirigida, agora pelo governo estadual. O atual governador, Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, está organizando um grandioso plano de colonização, em colaboração com o Conselho de Imigração e Colonização e com o auxílio de técnicos estrangeiros.

Êste plano abrange o estudo pormenorizado de duas regiões consideradas preferenciais:

a) O "Mato Grosso de Goiás";

b) As matas do vale do Paranaíba e região do rio Verde. O plano deverá prever a localização de grande número de famílias de agricultores nas duas regiões. Para os estudos de pormenores está sendo organizado um instituto de terras e colonização que também deverá orientar a agricultura racional em todo o estado. Para a organização dêste instituto estão sendo contratados técnicos europeus e brasileiros; o instituto vai representar, sem dúvida, a primeira grande tentativa de orientar cientificamente a colonização no estado de Goiás. Esta iniciativa merece todo o apoio e boa vontade para o seu completo êxito, pois o seu malôgro será

um desastre tremendo para o estado de Goiás e em consequência, para todo o país.

Não é a primeira vez que se pretende fazer colonização dirigida em Goiás, mas é a primeira vez que se pretende fazê-la em tão grande escala. Antes de se tomar a decisão final em tôrno do assunto, é preciso que todos os pontos tenham sido focalizados; do contrário, será correr o risco de ver tão importante iniciativa periclitarse ou mesmo malograr por falta de previsão e planejamento.

O estudo geográfico que ora fazemos do "Mato Grosso de Goiás" — uma das regiões escolhidas tem apenas a pretensão de ser uma contribuição ao conhecimento da região. Um estudo semelhante deverá ser feito para o vale do Paranaíba, além de mais estudos em ambas, sôbre questões específicas, desde que solicitadas pelas pessoas indicadas para organizar os planos.

A agricultura e a pecuária são as duas formas de atividades econômicas mais freqüentes na região, e que maior renda dão aos municípios.

A agricultura é muito mais desenvolvida que a pecuária no conjunto da região, mas existem algumas áreas onde a pecuária predomina, ou, pelo menos, é um fator muito importante na sua economia.

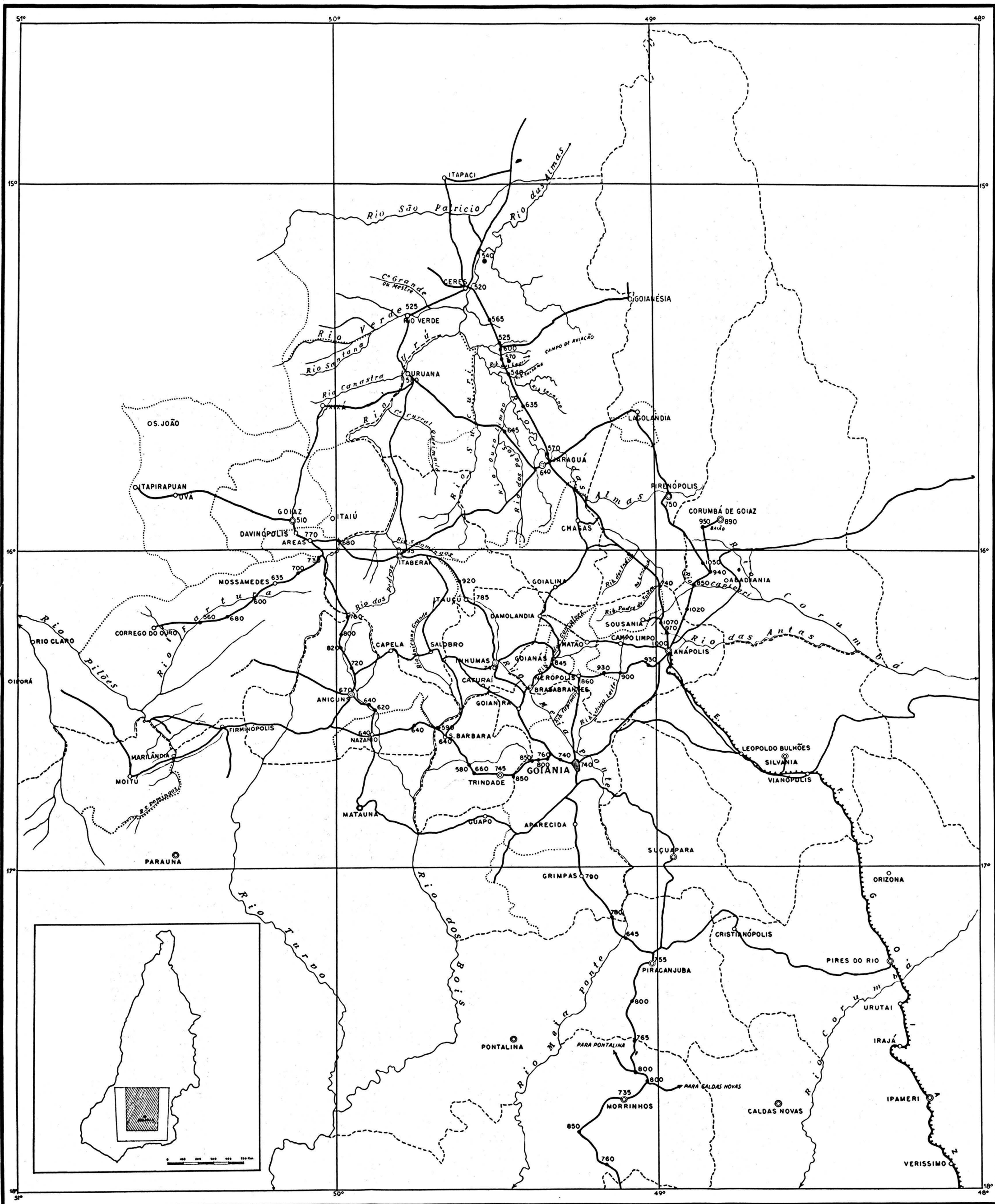
Em nenhum ponto, no entanto, são elas atividades ligadas uma à outra, como em algumas colônias européias do sul do Brasil.

A pecuária é muito freqüentemente um sucedâneo da agricultura; quando os solos já estão meio cansados, semeia-se o conhecido capim jaraguá, que é uma excelente espécie forrageira para a criação e engorda do gado.

Os principais produtos da agricultura são o arroz, o milho e o café, sendo que o primeiro e o último são os de exportação.

São êles cultivados ainda pelo primitivo processo da rotação de terras e das queimadas. Em praticamente nenhum ponto da região se usa o arado, e os adubos são desconhecidos. Esta produção agrícola é escoada através de três estradas principais, — que ligam Ceres, Goiás e Firminópolis a Anápolis — e por um grande número de estradas subsidiárias a estas estradas. Antes de finalizarmos, devemos acrescentar que o "Mato Grosso de Goiás" é a região mais importante do estado, tanto sob o ponto de vista da sua realidade atual como de suas possibilidades futuras.

REGIÃO E ESTRADAS PERCORRIDAS



CONVENÇÕES

CAPITAL DO ESTADO

SEDE DE MUNICIPIOS

SEDE DE DISTRITOS E POVOADOS

PONTOS GOTADES



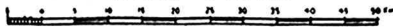
ESTRADAS PERCORRIDAS

LIMITES MUNICIPAIS

LIMITES DISTRICTAIS

LIMITES DA C. A. N. DE GOIAZ PERCURSOS A CAVALO

ESCALA GRAFICA



Tem ela a maior produção agrícola de todos os produtos básicos, como o arroz, o feijão, o milho e o café. Representa quase a metade da produção do estado, em uma área que fica em torno do 8%.

Quanto às suas possibilidades futuras deve-se salientar que, embora já seja atualmente a região com maior densidade de população do estado, muitas áreas florestais ainda estão esperando povoamento, podendo ser portanto objeto de uma colonização bem organizada.

Conclusão

Conforme ficou dito na última parte deste trabalho o "Mato Grosso de Goiás" é a região mais importante do estado.

É uma região florestal, com solos agrícolas férteis resultante da decomposição de rochas eruptivas básicas.

O relevo é um tanto acidentado, mais ao norte que ao sul. O clima é de duas estações: uma quente e chuvosa e outra fresca e seca, ambas bem marcadas. Tem uma repercussão muito intensa nas atividades econômicas da região, especialmente na agricultura e na pecuária, bem como na situação dos transportes que são difíceis na época das chuvas.

Tanto a agricultura como a pecuária se fazem em função da existência de uma estação seca acentuada.

O povoamento desta região é relativamente antigo, mas ela foi alvo, recentemente, de uma forte imigração que a transformou na mais ativa zona pioneira do Planalto Central.

Apesar disso, muitas áreas ainda estão pouco povoadas, constituindo, por isso, excelentes áreas para a colonização. Nelas, deverão ser localizados colonos que se adaptem bem às condições naturais e culturais que se lhes possam oferecer.

Muito pouco se tem feito pela colonização nesta região: até agora somente a Colônia Agrícola Nacional de Goiás foi fundada com o objetivo de colonizar a região em que ela se situou — a Mata de São Patrício.

Quando tratamos da imigração e da colonização, deixamos claro que esta Colônia Agrícola era, até o momento, a mais importante tentativa de colonização em Goiás, não se levando em conta a antiga e malograda experiência de Uvã-Itapirapuã.

Ainda é muito cedo para se dizer qualquer coisa sobre os resultados dessa

colonização, mas a nossa recente experiência no sul do Brasil, leva-nos a fazer sérias reservas a respeito, baseadas principalmente no tamanho dos lotes em relação aos métodos agrícolas usados.*

No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, observamos áreas colonizadas por europeus há cerca de 50 anos, com lotes de 25 hectares, tais como os da Colônia Agrícola. A atual situação de algumas destas áreas é de estagnação, quando não de decadência; esta situação deve ser atribuída aos métodos agrícolas usados — rotação de terras em pequenas propriedades —, que terminam esgotando os solos e provocando a diminuição da produção agrícola, como aliás observamos em várias colônias no sul do país.

Se novos fatores não alterarem a evolução normal da paisagem agrícola na C.A.N.G. dentro de cinquenta anos mais ou menos, teremos o esgotamento dos solos e, conseqüentemente, a produção diminuída e a emigração para novas áreas florestais.

Isto aconteceu no sul e acontecerá em Goiás, a não ser nas áreas de propriedades maiores, onde houver margem para o uso extensivo da terra na agricultura e na pecuária, como já se passou no vale do Paranaíba.

O que se faz atualmente com a terra é simplesmente espoliá-la, retirando toda a riqueza que possui e nada lhe devolvendo; mas o que se deve fazer é tratá-la com o cuidado necessário para que ela produza sempre e se mantenha permanentemente com a sua riqueza original.

Duas soluções me parecem razoáveis e capazes de preservar esta riqueza, manter o alto nível da produção agrícola atual e de fixar o colono definitivamente em seu lote:

1.º) — Manter o atual sistema de rotação de terras, porém, melhorando-o com a aplicação do arado e de maiores cuidados aos campos cultivados. Para o êxito deste sistema, é preciso que a área do lote permita o descanso da terra por um período de tempo que lhe restaure integralmente a fertilidade original. Este período pode ser avaliado em vinte anos, e a área do lote não deve ser inferior a 100 hectares, baseado em que cada família poderia cultivar entre 10 e 15 hectares por ano,

* O prof. Leo Waibel em conferência pronunciada no auditório do Min. da Educação, sobre os "Princípios da Colonização no Sul do Brasil" estudou minuciosamente o assunto.

deixando a terra em descanso após três anos de cultivo.

2.º) — Procurar substituir o atual sistema de rotação de terras pela rotação de culturas, estudando de acordo com as possibilidades do mercado e as necessidades do solo, o tipo de rotação a ser adotado. O uso generalizado da adubação — química, verde ou de curral, ou mesmo conjugada — deverá ser um complemento lógico da adoção deste sistema; é ele o mais adiantado, o mais intensivo e o que melhor daria para uma agricultura permanente.

A conjugação deste sistema com a criação intensiva de gado estabulado, com o aproveitamento do estérco, deverá ser o objetivo final a ser atingido.

Isto é mais urgente e mais importante mesmo que a mecanização tão desejada.

E' para este objetivo que se devem volver tôdas as atenções, de particulares e de governos, se quiserem fazer algo de útil à terra e à gente do "Mato Grosso de Goiás..

Speridião Faissol

★

O nome do rio Acre

A propósito de um artigo de José Carvalho sobre "a origem do nome Acre", venho trazer ao tema versado o pouco que sei.

Carvalho afirma que João Gabriel, depois de explorar e reconhecer o rio "Aquiri", escreveu uma carta ao visconde de Santo Elias, comerciante no Pará, a quem de fato, a Amazônia muito deve, pedindo mercadorias destinadas à "Bôca do Rio Aquiri" e acrescenta, "Essa carta — como facilmente se deve prever não era propriamente escrita — era garatujada!", pelo que no escritório, em Belém, os empregados da casa, inclusive o chefe, não puderam decifrar o nome do rio e como ele se aproximasse muito de "acre" apesar de haver "mais alguma coisa; o nome era maior, divisavam-se nêles mais alguns caracteres", mas "tão complicados, indecisos e incongruentes" que se não podendo interpretá-los bem, adotou-se o nome de "Acre", que foi pincelado nos volumes de mercadorias e escrito nas faturas e conhecimentos dirigidos a João Gabriel, sem tardança.

Já conhecia a narração, aliás confirmada por Napoleão Ribeiro, no seu livro *O Acre e os Seus Heróis*, mas,

contestada por Soares Bulcão, no jornal de Fortaleza *Correio do Ceará*, na sua edição de 12 de agosto de 1931, onde este escritor, publicando cartas do referido João Gabriel, procura demonstrar não ser ele tão ignorante a ponto de só fazer garatuñas indecifráveis, devendo a origem desse nome, aliás grosseiramente deturpado, ser obra "de algum de seus companheiros, talvez do próprio Alexandre de Oliveira Lima, o decantado barão da Bôca do Acre", que "ferrava" o seu nome "Lixandre Liveira Lima, pelo que também o apelidaram "Barão dos Três Eles".

Napoleão Ribeiro adianta que apesar de João Gabriel ter boa letra, teve que escrever ao visconde de Santo Elias apressadamente, devido à atitude do comandante do vapor "em que subi, querer baixar logo" e "tais garatuñas imprimiu" que a carta passando de mão em mão, foi interpretado o nome do rio como sendo Acre.

Os primeiros exploradores do rio Acre, como o amazonense Manuel Urbano da Encarnação e o inglês William Chandless que o descobriram na sétima década do século XIX, percorrendo, aquele, grande trecho do mesmo e este indo até próximo à sua nascente, trouxeram-nos o nome de *Aquiri*.

O engenheiro brasileiro J. M. Silva Coutinho, o norte-americano A. D. Piper, o presidente amazonense M. C. Carneiro da Cunha, o escritor Tavares Bastos, o geógrafo peruano M. F. Paz Soldan, o coronel A. R. Pereira Labre, todos anteriormente, à carta de João Gabriel, grafaram dessa forma a palavra.

Excetuando o engenheiro Coutinho, o presidente Cunha, o escritor Bastos e o geógrafo Soldan, os demais ouviram-no da própria boca dos *Ipurinãs*, grande nação indígena que imperava num enorme trecho do rio Purus, a montante e a jusante da boca do rio Aquiri.

O nome provinha do dialeto desses silvícolas que aliás pronunciavam *Uwákürü*, segundo J. R. Polak (A grammar and a vocabulary of the Ipurinã language) ou *Uakiry*, consoante A. R. P. Labre, grande conhecedor das gentes amerabas do vale do Purus e o mais esclarecido dos brasileiros que ali viveu no início do seu povoamento.

De sorte que, quando João Gabriel de Carvalho Melo, chegando ao baixo Purus antes de Labre, mas só aportando à foz do Aquiri depois deste, em

1878 e não 1877, como escreveram alguns informantes, a bordo do Anajás, amigos como eram ambos, não devia ignorar aquêle o verdadeiro nome do rio a que se destinava com uma grande leva de nordestinos e um considerável carregamento de mercadorias, tudo facilitado por Elias J. Nunes da Silva, o visconde aludido.

Ele, realmente, quis escrever *Aquiri*, porém, não sendo um quase analfabeto como quer José Carvalho nem um meio letrado como aduz Soares Bulcão, escreveu — Acri, conforme explicou-me Newtel Maia, fundador do seringal “Emprêsa”, em 1882, acrescentando ter visto a carta referida, ou Aqri, segundo o Dr. Francisco de Paulo Assis e Vasconcelos, ex-interventor do território

do Acre, filho de Francisco Assis Vasconcelos, explorador e proprietário de seringais na alta bacia puruense, amigo do autor da missiva ao dito visconde de Santo Elias, o qual afirmava haver assim grafado João Gabriel por julgar acertado, pois, o velho explorador pronunciava *Aquiri*.

Qualquer desses étimos é admissível, pois, daria facilmente “Acre”, como parece aos interpretadores do escriptório do visconde que, reduzindo a expressão, ou apenas modificando, criaram uma palavra que se propagou não só no comércio como oficialmente, vaticinando, talvez, sem atinarem com o sentido do termo, que a longínqua e opulenta região era realmente rude, áspera, acre.

José Moreira Brandão Castelo Branco

O Amazonas (*)

Prof.^a MAGNÓLIA DE LIMA

Na depressão vastíssima que se abre entre o maciço das Guianas e o planalto brasileiro, corre em seu majestoso leito o Amazonas, rio central da maior e mais portentosa rede hidrográfica do mundo.

Não é fácil dizer-se, com segurança, quais as verdadeiras nascentes do rio Amazonas. Até pouco tempo, considerava-se seu formador o rio Maranhão, que nasce no lago Lauri ou Lauricocha, nos Andes Peruanos. Hoje, porém, prefere-se considerá-lo oriundo do planalto La-Raya, onde aparece com o nome de Vilcanota e se prolonga com o de Ucaiali.

Da sua extensão total de aproximadamente 5 800 quilômetros, ultrapassada apenas pela do Nilo e a do Mississipi-Missuri, se considerarmos os dois últimos em conjunto, mais da metade o Amazonas os percorre em território brasileiro, desembocando no Atlântico, por uma larga abertura, num dos trechos mais interessantes, sob o aspecto físico, de todo o litoral do Brasil.

Nessa grandiosa foz, que segundo a maioria dos historiadores, recebeu do navegador Vicente Pinzon o nome de "Mar Dulce", uma complexidade de furos e canais, que separam as numerosas ilhas, algumas de grande extensão, tem o aspecto de um labirinto. O nome mostra bem a impressão causada pela grande massa de água doce, e, para torná-lo mais interessante, observa-se aí a "pororoca", curioso fenômeno de luta entre as águas do mar e do grande rio. De ambos os lados a quantidade de lagunas costeiras é grande, e, em certos trechos de suas costas pantanosas, não se sabe onde termina a terra e começa a água.

Porém, não se deve esquecer que esse trecho do litoral brasileiro, como também toda a Amazônia, é resultante dos movimentos positivos e negativos do mar no período Quaternário. O que existe atualmente é consequência de um abaixamento geral da costa, seguida de uma invasão das águas oceânicas, roendo os contornos e as ilhas. O mar continua erodindo, destruindo ilhas, alterando a topografia das várzeas e campos alagados que pode alcançar.

Ao lado disso, o Amazonas vai modelando o seu próprio leito, realizando um simultâneo trabalho de construção e de destruição, formando ilhas, lagos, paranas, furos e igarapés.

No seu longo percurso, tanto a largura como a profundidade são muitíssimo variáveis. Ao entrar em nosso país, em Tabatinga, 2 700 metros separam as suas margens; dêsse ponto até a confluência do rio Negro alarga-se, para apertar-se mais adiante; em Óbidos, apesar de ser o ponto de maior aproximação entre as duas margens, ele tem ainda 1 quilômetro e meio de largo.

Enquanto isso, a profundidade nunca é menor que 20 metros, tornando-se cada vez mais profundo da confluência do Tefé até a barra, onde, em alguns pontos deste trecho, chega a 200 metros, sendo por isso facilmente navegável por grandes vapores desde a foz até Manaus, e até Iquitos, no Peru, por embarcações de menor tonelagem.

O Amazonas é um rio privilegiado. Embora possante como outros grandes rios, é equilibrado; não conhece grandes estiagens e só excepcionalmente é

* Palestra lida no Curso de Férias da Associação Brasileira de Educação, na Série "Os Grandes Rios e sua Influência Civilizadora".

atingido por fortes cheias. Por ter o curso próximo e quase paralelo ao equador, os seus afluentes se acham colocados uns no hemisfério norte, outros no hemisfério sul, e, portanto, sujeitos a diferentes épocas de chuvas. Essa distribuição geográfica dos tributários explica a sua regularidade. Quando as chuvas que caem no verão do hemisfério sul deixam de alimentar os afluentes da margem direita, os da esquerda têm as águas aumentadas pelas chuvas de verão do hemisfério norte. Mesmo quando a abundância de chuvas coincide com o derretimento das neves dos Andes e têm lugar as maiores inundações, o fenómeno não toma proporções devastadoras, como se poderia esperar, dada a imensidão da grande bacia.

Cada um dos grandes afluentes do Amazonas, muitos dos quais se alinham entre os rios mais extensos da terra, não só representa por si uma vasta bacia, mas possui regime próprio, e características resultantes de feições topográficas e geológicas peculiares. Entre eles, encontram-se rios curtos, encachoeirados, de águas límpidas, entre os quais se distinguem o Negro, o Tapajós e o Xingu, em contraste com os rios barrentos, de pequena declividade, navegáveis até longa distância, com meandros divagantes, dos quais o Purus, o Juruá e o Madeira, constituem os melhores exemplos.

A grande rede hidrográfica, formada por rios oriundos dos Andes, do maciço das Guianas e do planalto brasileiro, drena a mais vasta bacia fluvial — cerca de 6 500 000 quilômetros quadrados — que se destaca dentre as grandes regiões naturais da terra pela amplitude e grandiosidade de seu quadro natural. Lembra ela a antiga bacia interna que, segundo se diz comumente, se comunicava a oeste com o Pacífico e, posteriormente, encontrou saída para o Atlântico quando do aparecimento dos Andes na era Terciária.

Tendo suas cabeceiras na cordilheira andina, sobre a qual desenvolve um trajeto considerável, o rio alcança a planície de seu nome, onde movimentos da crosta construíram verdadeiros terraços, que, trabalhados pela erosão fluvial, deram a atual topografia, mostrando de distância em distância, testemunhos de formas tabulares ou arredondadas, de pequena altitude.

O Amazonas e seus inúmeros afluentes abrem caminho através da mais vasta floresta equatorial — a famosa Hiléia de Humboldt. Vasta e espessa, rica em espécies de grande porte, permanece durante todo o ano revestida de folhas. Encontram-se a cada passo palmeiras e lianas; o sub-bosque é bem desenvolvido e difícil a penetração da luz.

Esse revestimento florestal, apesar de, à primeira vista, dar uma idéia de uniformidade, apresenta variações. Nas margens dos rios, aparecem as árvores gigantescas de 40 metros e crescem algumas palmeiras e gramíneas, que se cobrem de água durante as inundações; nas matas de terra firme, até onde as cheias não alcançam, há maior variedade, sendo características as madeiras preciosas.

A mata, também, não é contínua em toda a Amazônia. Frequentemente se limita às “pestanas” do rio, isto é, às faixas um tanto mais elevadas que separam o leito propriamente dito das planícies aluviais, formadas pela deposição dos sedimentos mais grossos, que em sua maior porção caem ao longo das margens, constituindo solo mais rico.

Observam-se ainda, sobretudo no baixo Amazonas, interrupções representadas por alguns campos, uns pobres, que indicam a presença de terrenos arenosos, e outros mais férteis na margem esquerda do Amazonas, no Pará, e, no alto Rio Branco.

Se a flora é rica em espécies e número, a fauna também o é, sendo maior a representação de vida aquática. Nos rios e alagados vivem desde pequenos peixes até o pirarucu e o peixe-boi, e, em suas margens, encontram-se tartarugas e jacarés. Por entre as árvores enroscam-se serpentes, enquanto os macacos saltam de galho em galho, e a grande variedade de aves enche a mata dos mais variados sons.

Essa luxuriante floresta é consequência, primeiramente, do clima equatorial. E' na bacia amazônica que encontramos as condições mais típicas desse clima. A temperatura média é elevada em todos os meses, não havendo propriamente estações do ano. No entanto, se os dias são quentes, as noites são relativamente frescas e longas, fato importante para a adaptação do homem nessa região,

cuja condições climáticas são muito mais suportáveis do que comumente se supõe. E' interessante observar-se que, apesar de estar sôbre a linha equatorial, não é nessa área que se verificam os mais fortes calores do Brasil.

Há quem pense que o clima aí é insuportável. Afirmam viajantes autorizados que não. "Não conheço", dizia Agassiz, "lugar no mundo mias rico, mais cheio de atrativos, mais soberbo e mais próprio para vir a ser a sede duma numerosa população do que este magnifico vale do Amazonas"; e Wallace: "o clima do vale do Amazonas é notável pela uniformidade da temperatura e por uma provisão regular de umidade". Referindo-se ao Pará, acrescenta — "Provavelmente, não existe no mundo clima mais igual".

De fato, aí, as chuvas marcam a evolução do dia. O sol, que nasce um pouco tarde, tem seus raios toldados pela neblina intensa. À medida, porém, que a temperatura vai aumentando, esta desaparece; o céu começa a cobrir-se de núvens e, em geral, entre as 14 e 15 horas, desaba uma grande chuva. Logo após, a temperatura, que tinha atingido o máximo, começa a descer, tornando-se agradável. Daí dizer-se comumente que o paraense marca seus encontros, visitas e passeios para "antes da chuva" ou "depois da chuva".

O clima amazônico é, portanto, quente e úmido, mas não é nem tórrido, nem incondicionalmente insalubre. O que o torna, inconfortável é a elevada umidade atmosférica. Porém, os ventos aliseos, provenientes do oceano Atlântico, varrem com facilidade a planície de leste para oeste, contribuindo assim para amenizá-lo. Por vêzes, os ventos frios do sul, durante o inverno, atingem a parte ocidental, produzindo aí o fenómeno de "friagem", com repentinas quedas de temperatura.

Essas chuvas abundantes durante todo o ano, e mais o degêlo dos Andes, garantem ao Amazonas o primeiro lugar, pelo volume, entre todos os rios do globo. Por sua larga foz, passa uma tal quantidade de água que é considerado o rio de maior descarga. Nesse ponto, suas águas encontram espaço aberto e se expandem em ondas até que se lhes depare a corrente marinha que, depois de costear o litoral brasileiro, vai levar os materiais arrancados pelo "rio mar" de seu leito, de suas próprias margens e ilhas, a novas praias, a novas terras.

II

Apesar da importância de sua foz e a sua grande acessibilidade, o Amazonas foi primeiramente percorrido de cima para baixo, quando o espanhol Francisco Orellana, em 1542, enviado por Pizarro para pesquisar o fabuloso "país do ouro e da canela", o alcançou depois de penosas marchas nos Andes, da travessia de espessas florestas e de alguns rios, continuando por êle até o oceano.

O seu nome, conforme a narrativa de frei Garpar de Carvajal, que acompanhava essa expedição, vem do fato de os componentes da mesma terem entrado em contacto com os índios, nos quais julgaram ver "as amazonas", descritas pelas antigas lendas gregas como audazes mulheres guerreiras.

A Espanha, porém, não fez nenhuma tentativa séria para tirar proveito de sua descoberta. Em 1637 ocorreu o grande feito de Pedro Teixeira, o qual subiu o Amazonas, em viagem inversa à de Orellana, conseguindo, em menos de um ano chegar a Quito, de onde voltou com mais um nome para o grande rio — Solimões — como é chamado de Tabatinga até a confluência do rio Negro, alguns quilômetros acima de Manaus.

Logo depois se sucederam outras expedições, que, como era costume entre os portugueses, iam deixando fortificações nos pontos máximos de sua penetração, para atestar-lhes a passagem e firmar-lhes a posse, pois desde que se haviam estabelecido no forte do Presépio, origem da cidade de Belém, foram atraídos pelo "rio mar", que lhes permitiu e facilitou a penetração nessa vasta e estranha região. Isto, depois de tremendas lutas contra os concorrentes franceses, ingleses e holandeses, que já haviam estabelecido algumas feitorias nas proximidades da foz do Amazonas.

Com a necessidade de povoamento, tiveram início expedições destinadas a conquistar os silvícolas e, em meados do século XVII o movimento de colonização foi incentivado com a chegada das missões jesuíticas, que tomaram a defesa dos índios, destacando-se o papel do padre Vieira.

Com as missões, as populações que viviam de cultura da mandioca e da cana começaram a explorar a pesca e a criação de gado, e teve início a lavoura do cacau. Nessa época foi fundada a fortaleza de São José do Rio Negro, hoje Manaus.

No fim do século XVII já se distribuíam às diferentes missões as terras amazônicas. Porém, no começo do século seguinte, estenderam-se as terras portuguesas para oeste, repelindo as missões espanholas já estabelecidas. Foi inaugurado, então, um sistema de colonização militar para substituí-las. Soldados eram improvisados lavradores e cultivavam as terras de parceria com os índios. Africanos foram introduzidos no Pará. Desenvolveu-se o comércio e a criação; aclimou-se o café pela primeira vez no Brasil.

Verificada a existência de cacau, de especiarias e da grande variedade de plantas medicinais no vale do Amazonas, passaram esses artigos a ser objeto de comércio com Portugal, que assim via a possibilidade de substituir os fornecimentos recebidos primitivamente da Ásia pelos da nova colônia. Foi este comércio que permitiu a ocupação da bacia amazônica, e, ao ser negociado o tratado de Madri, em meados do século XVIII, grande parte dela se achava ocupado por aldeamentos que reconheciam a soberania portuguesa.

Enquanto no sul do país, a barreira montanhosa fez sentir seus efeitos, atrasando a penetração, ao norte, o relevo menos acidentado, permitiu a penetração rápida, a qual acompanhava o vale dos rios. Assim se explica a forma cartográfica do Brasil, largo ao norte e estreito ao sul. Lá a planície, e conseqüentemente, a facilidade de navegação nos rios, permitiu fácil e rápida expansão; aqui, a escarpa do planalto retardou a penetração que, ao se acelerar, já encontrou o espanhol nas bacias do Paraguai, Paraná e Uruguai.

A ocupação da bacia amazônica tem sido desde o descobrimento subordinada a ciclos econômicos, isto é, à procura de matérias primas. Depois do chamado "ciclo das drogas do sertão", o seu povoamento foi incentivado com a indústria extrativa da borracha. Os nordestinos, principalmente os cearenses, fugindo à seca que assolava sua terra aí se estabeleceram e, misturando-se com os índios, vieram a formar o grosso dos componentes da atual população da Amazônia, população essa que permanece ainda escassa, como sempre foi.

Mas, a floresta densa e o clima super-úmido não são os únicos responsáveis por esse ralo povoamento. Além da falta de reservas alimentares para subsistência e de recursos higiênicos, existe a falta de transportes que faz com que a população emigre para outras regiões mais prósperas do país, desde que cesse a causa momentânea de atração.

Se, no passado, esse rio e seus tributários serviram de caminho de penetração, concorrendo ainda para a fixação de populações ao longo de suas margens, no presente constituem vias de comunicação, realizando sua função de "estradas que correm".

Os caminhos constituídos pela rede fluvial amazônica são do mais alto valor social e econômico. O Amazonas, navegável até Barranca e Puerto Limon, no Peru, é o rio central de toda uma rede de navegação, que de ambos os lados, limitam as cachoeiras que se encontram ao subir os primeiros degraus da cadeia andina, do maciço das Guianas ou do planalto brasileiro.

O Amazonas é também uma via internacional e o raio de suas frotas mercantes abrange o departamento peruano de Loreto, cujo porto principal é Iquitos. Em meados do século XIX, a sua navegação foi objeto de um acordo especial com o Peru, mas diante da insistência de potências estrangeiras para obter vantagens, foi declarada aberta a todas as nações. Atualmente, há linhas diretas de Iquitos à Europa e aos Estados Unidos, estando as mercadorias em trânsito isentas de direitos alfandegários no Brasil.

Os rios da vasta rede fluvial do Amazonas continuam ainda hoje sendo as vias de comunicação por excelência; oferecem todas as possibilidades para o transporte, que se realiza por numerosos tipos de embarcações, desde a montaria, pequena embarcação a remo, assim denominada por ser o que o cavalo é para o caboclo, até a ubá e a igarité, canoas grandes, a chata, os vários tipos de gaiolas e vaticanos e mesmo os transatlânticos.

Como navegação caracteristicamente local cabe menção a que é feita, em grande escala, pelos regatões — pequenas embarcações pertencentes a firmas

comerciais ou a indivíduos e que viajam demoradamente, penetrando pelos meandros, parando nos portos de lenha e diante dos barracões dos seringais, comprando produtos da região, vendendo mercadorias diversas.

Essa vasta bacia hidrográfica, permitindo por toda parte a aquatização, tem facilitado ainda o estabelecimento de linhas aéreas praticadas por hidroaviões.

Além dessas, poucas são as vias de comunicação. Os caminhos terrestres, as rodovias e as ferrovias não existem em quantidade e distribuição apreciável, atravessando as "terras firmes" inter-fluviais.

E' muito pequena a extensão rodoviária quase que só existindo estradas de rodagem em torno das duas maiores capitais, Belém e Manaus, e alguns caminhos pequenos ao redor das cidades mais importantes.

Conta apenas com três ferrovias: uma ao norte do Pará e outra situada à margem esquerda do rio Tocantins, com a finalidade de evitar a travessia, por embarcações, do trecho encachoeirado desse rio, estabelecendo, assim, ligação entre os dois trechos navegáveis. Além dessas, há uma outra, construída também para evitar o trecho encachoeirado do rio Madeira, e que se desenvolve pela margem direita deste e de seu formador Mamoré; sua finalidade principal foi tornar a Bolívia tributária da navegação amazônica.

Daí as cidades, em geral pequenas, como também as vilas e povoados, ficam sempre às margens dos rios. Antes de entrar no Brasil, destacam-se as cidades de Barranca, Iquitos e Leticia. No Brasil, Manaus, em plena mata, à margem do rio Negro, e Belém, à margem do rio Pará, portos organizados, centralizam a maior parte do comércio da região, devendo-se lembrar que a primeira, devido às ótimas condições de navegabilidade é atingida por transatlânticos. O desenvolvimento da capital amazonense é a melhor prova de que as condições de salubridade, embora não sejam excelentes, não são tão más como se costuma dizer. A vida econômica próspera dessa região no tempo do apogeu da borracha ainda pode ser vista nas construções sólidas e ricas ali existentes. O Teatro de Manaus, cuja ornamentação é das mais notáveis do Brasil, acolheu grandes artistas, o que demonstra a importância cultural dessa cidade. Em Belém, à porta do Amazonas, salienta-se o Museu Goeldi, fundado pelo cientista de igual nome. Esta capital, pela sua situação geográfica, facilmente ligada à capital do país, aos Estados Unidos e à Europa, é o ponto de passagem obrigatória de todo o movimento comercial e cultural da Amazônia.

Acham-se, pois, intimamente ligados ao aproveitamento da grande rede hidrográfica, o passado e o presente da vasta região amazônica, cuja população é pequena e contrasta com a grandiosidade da via fluvial.

III

Se os rios determinam a localização das cidades e a floresta em grande parte é responsável pela fraca densidade de população, ambos — o rio e a floresta — condicionam os gêneros de vida dos habitantes da região.

Essa rala população, sem forças suficientes para dominar o meio ambiente, para utilizar um sistema de economia produtiva, tem vivido até hoje quase que exclusivamente num regime de economia destrutiva. Predomina, ainda, a economia mais primitiva, que é a coletora.

E' assim que encontramos como principal atividade econômica da região a indústria extrativa da borracha, que foi desde o início, um dos incentivos do povoamento.

A borracha, obtida de várias árvores, tem como fonte principal a seringueira, nome proveniente das "seringas" que os índios fabricavam quando La Condamine, explorando a floresta no século XIX, a encontrou. Árvore alta, reta, pouco copada, mas de tronco largo, encontrada não só nas matas de várzea, alagáveis, mas também nas terras altas argilosas, não forma bosques, o que facilitaria a sua exploração. Por isso os seringueiros ligam as árvores umas às outras por picadas ou estradas, no centro dos quais levantam o seu barracão. Aí, o látex é defumado, e em bolas, desce pelos rios embarcado ou mesmo flutuando, até Manaus e Belém, os grandes centros de concentração de todo o produto disponível para ser exportado, além do que é usado aí na fabricação de vários artigos.

A exportação da borracha, que atingiu o apogeu com a vulcanização, nos primeiros anos do nosso século, já teve também o seu período de crise, ocasionado pela concorrência das plantações feitas no Oriente. Hoje, no entanto, nota-se um reerguimento por meio da utilização racional dos seringais nativos e a proteção às plantações. Fordlândia e Belterra, na região do rio Tapajós, são resultados desse empreendimento.

Ao lado da borracha, encontra-se a indústria extrativa da castanha, fruto apreciado nos mercados estrangeiros com o nome de "noz do Brasil", e cujas possibilidades econômicas são consideráveis, principalmente pelo seu grande valor alimentício.

Com a tendência de se agrupar, a árvore da castanha, é encontrada por toda a Amazônia, nas matas de terra firme, formando as "pontas de castanheiras".

Interessante é o processo de sua colheita. Enquanto o seringueiro, armado de faca, balde e tigelinha, vai de árvore em árvore, à procura do látex para a preparação da borracha, o trabalhador do castanhal arma uma simples barraca por entre as castanheiras e, dentro dela, espera o momento em que, dos galhos agitados pelos ventos ou pelas chuvas se desprendem os ouriços maduros. Assim recolhidos, são os frutos levados em embarcações ao barracão do proprietário ou arrendatário do castanhal, e daí aos centros exportadores.

Uma planta muito interessante existente na região, é o açaizeiro, que cresce nos igapós e margens dos riachos de terra firme. Representa para os que aí vivem quase o mesmo que a carnaúba para os nordestinos. Dá ao homem a madeira, o óleo, a cêra, a palha, o palmito, a água, o fruto e o vinho. É o açaí apreciado por todos e tem a fama de prender à terra onde nasce, todos que o provam; pelo menos assim dizem canções populares locais.

Também se extraem da floresta amazônica o guaraná, a jarina e madeiras, entre as quais se destacam, pelo seu valor, a maçaranduba, a peroba, o cedro e o jacarandá.

Mas, não é somente da exploração vegetal que o homem se ocupa. Outra atividade econômica importante é a pesca. A grande variedade de peixes, principalmente o pirarucu, o chamado "bacalhau brasileiro", é explorado pelas populações ribeirinhas, habitantes das "palafitas", as casas construídas sobre estacas em cima d'água, e das "choças ambulantes", os barcos que lhe servem de moradia permanente. O progresso da pesca fluvial tem diminuído a importação estrangeira de pescado, outrora tão considerável.

Além da pesca, a fauna amazônica oferece ao homem outras fontes de renda: as tartarugas, apanhadas à mão e os jacarés, arpoados em massa, ambos na beira dos rios. A caça da tartaruga, na época da postura, coincide com as vazantes dos rios. O homem a espera na praia, onde ela vai cavar os buracos para pôr os ovos; vira-a então de costas e a imobiliza. Além do casco e da carne, são aproveitados os ovos na fabricação de manteiga. Merece também menção a indústria de peles e couros de animais da floresta.

Na criação de gado encontram os habitantes da região outra fonte de recursos, principalmente nos campos do alto rio Branco, e na ilha de Marajó, onde se cria o gado bovino.

Durante as épocas de inundações anuais as águas sobem e renovam o limo das terras de pastagens, mas quando as enchentes são anormais os efeitos desastrosos prejudicam muito a criação. Nos campos inundáveis as águas obrigam os vaqueiros da ilha de Marajó a levarem seus rebanhos para os "tesos", partes altas dos campos, não atingida pela inundação, ou colocá-los nas "marombas", tabladros de madeira construídos para esse fim pelos criadores.

Além dessas atividades, o homem da região, utilizando processos rudimentares, dedica-se em algumas zonas à cultura de certos produtos, como a mandioca, o milho, o arroz, o feijão, o cacau e o fumo. É a agricultura nômade de queimada, legada pelo índio, e que também se encontra em outras partes do Brasil. No clima quente e úmido da Amazônia, onde o solo lavado pelas chuvas constantes é sujeito a esgotamento fácil, o homem destrói pelo fogo a fonte de húmus que é a mata, e empobrece o solo. O resultado é um sistema agrícola atrasado, em que o homem, é obrigado a se deslocar, no fim de poucos anos, deixando atrás de si apenas capoeiras. Na várzea, de solo mais fértil, o trabalho

é difícil; ela só pode ser cultivada entre os períodos de cheias. Últimamente, entretanto, certas culturas, como a do milho e do arroz, tem se desenvolvido, principalmente na chamada Zona Bragantina.

Com êsses poucos recursos se constitui o tipo de alimentação do homem da área amazônica, que apresenta até hoje, em suas características, uma grande influência indígena — a farinha de mandioca, alimento básico, usado sob as mais diferentes formas. A insuficiência dêsse regime alimentar, além de explicar a chamada “preguiça” dos povos equatoriais, reflete-se na estatura abaixo do normal, que apresentam os componentes da população amazônica.

A bacia amazônica é, portanto, uma área com inúmeras fontes de recursos vegetais e animais, apenas não totalmente explorados, sobretudo em virtude da pequena densidade de população, considerada por alguns a primeira tragédia geográfica da região. No entanto, seria possível aproveitando a própria *grande rede fluvial navegável*, vencer essas dificuldades e desenvolver o seu povoamento, a fim de que o homem venha a tirar proveito de tôdas as possibilidades.

 O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sobre o território brasileiro.

Noticiário

Capital Federal

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DISCURSO SOBRE O PROBLEMA DA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL DA REPÚBLICA — Na Câmara Federal dos Deputados, o Sr. Diógenes Magalhães, representante do estado de Goiás, proferiu, a 14 do corrente, um discurso no qual tratou do problema da transferência da capital da República para o Planalto Central. Referindo-se ao projeto originário da Comissão Especial designada para estudar a medida, justificou o orador duas emendas de sua autoria, apresentadas à proposição em causa, como substitutivo dos seus dois primeiros artigos. A primeira destas emendas determina que deverá constituir o nosso Distrito Federal o retângulo de Cruls ampliado para leste, até encontrar as divisas com o estado de Minas Gerais e estendido a oeste até aproximadamente o meridiano de Pirenópolis e para o sul até a altura do paralelo de Anápolis. Quanto ao segundo artigo, reza textualmente: "Fica o Poder Executivo autorizado a mandar proceder, na área do Distrito Federal, aos estudos definitivos para a escolha da nova capital federal. Outra emenda apresentada pelo Sr. Diógenes Magalhães, aditiva ao § do artigo 7.º dispõe que, se a data para a mudança não fôr marcada nos dois primeiros anos da vigência da lei que está sendo elaborada, a transferência da capital se fará dentro de dois anos seguintes, para a cidade de Goiânia, devendo a União, para esse fim, entrar em acôrdo com o estado de Goiás".

★

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

COLONIZAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE — ANIVERSÁRIO DO "JORNAL DO COMÉRCIO" — EXPOSIÇÃO DE LIVROS GEOGRÁFICOS NO ARQUIVO NACIONAL — O BRASIL NA ESTATÍSTICA MUNDIAL — CENTENÁRIO DE BARRA MANSÁ — CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA — I REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SOBRE GEOGRAFIA — GEÓGRAFOS DO AMAPÁ — ANAIS DO X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. — Sob a presidência do senhor embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizou-se, no dia 4 de outubro corrente, a reunião quinzenal do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, estando presente a maioria dos seus membros.

Estavam também presentes: o senador Juan Fernando de Lázaro, presidente da Comissão de Educação do Senado argentino e professor de História da Universidade de La Plata; o Sr. José Mercedes Palma, o profes-

sor Horácio Ureta Martinez e o Ten-Cel. Marco Bustamante, delegados à "I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia", de Nicarágua, Uruguai, Equador, respectivamente.

Esses visitantes foram saudados pelo engenheiro Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho, os quais responderam referindo-se aos trabalhos da Reunião de Consulta, onde tiveram oportunidade de testemunhar o progresso da ciência geográfica no Brasil.

Inicialmente foi aprovada a ata da reunião anterior, a que se seguiu a leitura do expediente e do "Diário do Conselho", relativos ao interregno.

O senhor ministro Álvaro Teixeira Soares, representante do Ministério das Relações Exteriores, a propósito de um expediente oriundo do Diretório Regional do Conselho no estado do Rio de Janeiro, teceu comentários sobre a colonização da Baixada Fluminense, que considerou de importância e oportunidade tendo o Diretório declarado por proposta do presidente, que se aguardassem elementos do governo do estado para um pronunciamento do Conselho.

O engenheiro Flávio Vieira, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas, propôs, o que foi aceito, um voto de congratulações ao *Jornal do Comércio*, por motivo da passagem do seu 134.º aniversário.

Por proposta do secretário-geral do Conselho, o Diretório aprovou os seguintes pronunciamentos: de felicitações ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela iniciativa dos cursos comemorativos dos centenários de nascimento de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, de congratulações ao Arquivo Nacional, pela exposição de antigos livros geográficos, destinados especialmente à "I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia"; de aplausos ao Conselho Nacional de Estatística, pelos resultados da participação do Brasil na 26.ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística, realizada em setembro último, em Berna; de regozijo, pelo transcurso do centenário da cidade de Barra Mansa; de congratulações à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, pelo 10.º aniversário da sua fundação; de júbilo, pela realização do 10.º Congresso Brasileiro de Geografia.

Na ordem do dia, foram aprovadas três resoluções: de número 343, pronunciando-se acerca da "I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia", realizada nesta capital em setembro último, e determinando que as resoluções da Reunião sejam encaminhadas, para efeito da sua efetivação no país, pela Seção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, a qual como órgão adjunto à Secretaria-Geral do Conselho, promoverá as medidas necessárias, de

número 344, elegendo os consultores técnicos do Diretório Regional do Conselho, no território do Amapá, por proposta do mesmo Diretório; de número 345, aceitando o encargo da publicação dos anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, realizado pela Sociedade Brasileira de Geografia (ex-Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro).

★

MINISTÉRIO DA GUERRA

Escola de Estado Maior do Exército

MODIFICAÇÃO DO CONCEITO DE SOBERANIA — CONFERÊNCIA SOBRE ESTE TEMA DO MINISTRO RAUL FERNANDES — Especialmente convidado, o embaixador Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores, pronunciou a 26 de setembro último, na Escola de Estado Maior do Exército, uma conferência subordinada ao tema: "A modificação do conceito de soberania".

Além de oficiais-alunos daquele Instituto de especialização militar, estiveram presentes à conferência do ministro Raul Fernandes, inúmeras personalidades de destaque na diplomacia, na política e na administração do país.

★

Instituições Particulares

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO BRASIL

NOVO SÓCIO — HOMENAGEM A VÁRIOS SÓCIOS RECENTEMENTE PROMOVIDOS NA CARREIRA MILITAR — PARECER SOBRE UM LIVRO DO GENERAL KLINGER — O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil esteve reunido em Assembléia-Geral, convocada para tratar de vários assuntos relacionados com a vida da instituição.

Entre outras deliberações tomadas na ocasião, consta a da aprovação do parecer da Comissão de Admissão e exclusão de sócios relativo a aceitação do coronel João Batista

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Serviço Florestal

DECLARADAS PROTETORAS AS FLORESTAS NATIVAS DE CAMPOS DE JORDÃO E SÃO BENTO DE SAPUCAÍ — Por decreto do presidente da República recentemente assinado, foram declaradas protetoras as florestas nativas, de domínio público e propriedade privada existentes nos municípios de Campos de Jordão e São Bento de Sapucaí, no estado de São Paulo. Com este ato do chefe do executivo, ficarão as ditas florestas sujeitas ao regime especial estabelecido pelo Código Florestal para casos idênticos.

★

UNIVERSIDADE DO BRASIL

Faculdade Nacional de Filosofia

BASES GEOGRÁFICAS DA AGRICULTURA NO BRASIL — Prosseguindo na execução do seu programa anual de conferências anuais sobre assuntos de interesse geográfico, a cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia está patrocinando uma série de três palestras pelo Sr. Alvaro Barcelos Fagundes, diretor do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, subordinadas ao tema geral: "Bases geográficas da Agricultura no Brasil", para cuja realização foram designados os dias 13, 19 e 20 do corrente.

★

de Magalhães na categoria de sócio efetivo do Instituto, bem como a designação do major Valdemiro Pimentel para opinar sobre as "Narrativas autobiográficas" do general Bertoldo Klinger, e em que trata o autor das operações de guerra nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, em 1925.

Na ocasião prestou ainda o Instituto, na palavra do seu presidente, homenagem aos sócios: vice-almirante Nogueira da Gama, general de brigada Felício Lima, contra-almirantes Frederico Vilar e Aníbal Gama e capitão da fragata César Xavier, por motivo da recente promoção aos atuais postos daqueles oficiais das nossas forças armadas.

★

Certames

I REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SOBRE GEOGRAFIA

SUA RECENTE REALIZAÇÃO NESTA CAPITAL — Promovida pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História, e organizada pelo governo brasileiro, através do Conselho Nacional de Geografia, acaba de se realizar nesta capital a I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, da qual participaram, representados por cientistas de nomeada, todos os países do continente.

Essa reunião cuja parte ordinária do programa absorveu doze dias, funcionou sob a presidência do embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, tendo como presidente de honra o chefe do governo, general Eurico Gaspar Dutra, e como vice-presidentes de honra, além do próprio embaixador

Macedo Soares, os Srs. ministro Raul Fernandes, titular das Relações Exteriores; ministro Daniel de Carvalho, titular da Agricultura; ministro Clemente Mariani, titular da Educação e Saúde; general Angelo Mendes de Moraes, prefeito do Distrito Federal; Eng.º Robert H. Randall, presidente do Comitê Executivo do Instituto Pan-Americano de Geografia e História; e Dr. William Vogt, representante da Organização dos Estados Americanos.

A instalação solene dos trabalhos verificou-se na noite de 12 de setembro, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo que na parte da manhã do mesmo dia realizou-se noutra dependência do Silogeu uma sessão preparatória, durante a qual o Eng.º Christovam Leite de Castro relatou as atividades da Comissão Organizadora da Reunião, cuja presidência estivera a seu

cargo, efetuando-se nessa mesma ocasião a eleição dos mencionados membros de honra e da Mesa Diretora do certame.

Ao declarar abertos os trabalhos da I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia o embaixador Macedo Soares pronunciou o seguinte discurso:

"Meus senhores. — Neste austero salão, onde, no ano de 1932, realizou-se a Assembléia Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, vai instalar-se, hoje, a I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia.

Aqui se acham reunidos delegados de quase todos os governos dos países das Américas, e membros nacionais da Comissão de Geografia, do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Vemos também presentes, como cooperadores ilustres representantes de numerosas instituições interessadas, merecendo especial menção a representação da Organização dos Estados Americanos.

O labor de tantas inteligências de escola e de tantas culturas especializadas, vai-se desdobrar na atividade dos comitês científicos, e cristalizar-se nas decisões finais do plenário.

Os Estados Unidos do Brasil que têm a honra de vos acolher, se apresentam neste certame com a vaidade, aliás perdoável, de vos oferecer expressivo panorama de atividade geográfica e cartográfica, com repercussões profundas no desenvolvimento da pesquisa geográfica, merecendo ser destacada, nesse particular, a valiosa atuação, na órbita da administração federal, de três organismos especializados, os tradicionais Serviço Geográfico do Exército e Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha e, de recente criação, o Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Possuímos, ainda, duas antigas associações que têm suas raízes na época do Império: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, e que mereceu a presença de Sua Majestade o Imperador Dom Pedro II, em 506 de suas sessões; e a Sociedade Brasileira de Geografia, que data de 1883, e foi beneficiada com a proteção da princesa imperial dona Isabel e de seu ilustre consorte o marechal conde d'Eu.

Depois da fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1936, no governo constitucional de Getúlio Vargas, expandiu-se surpreendentemente no Brasil, o espírito geográfico, que permitiu a excelente floração de geógrafos e cartógrafos, cuja valiosa atividade propiciou ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História atribuir ao Brasil a direção da sua Comissão de Geografia.

Meus senhores — de todos os setores dos conhecimentos sistematizados da ciência moderna, a Geografia foi, indiscutivelmente, daqueles que mais evoluíram nos últimos decênios. Nascida para mera nomenclatura de acidentes geográficos, com que atendia às necessidades da primitiva sociedade humana, passou ao ciclo da descrição, que justificou perfeitamente a origem etimológica da palavra Geografia, para atingir modernamente ao ciclo da explicação, com que se credenciou para o ingresso no templo da ciência.

Depois de se apoiar na memória e, mais tarde, na arte descritiva, a Geografia, baseada no seu moderno arcabouço científico, realiza hoje obra prática de suma importância para a solução de quase todos os problemas de governo, notadamente dos que dizem respeito à felicidade humana quando estuda o planeta em função do Homem.

Nessas condições, dando fundamentos de base à ação humana no globo terrestre, a moderna ciência geográfica colocou-se ao serviço dos estadistas e dos administradores das grandes empresas públicas e privadas; mais ainda, contribui para o equilíbrio da vida internacional, que, em nossos dias, graças as importantes conquistas do Homem, gira em torno de irrefragável interdependência das nações.

A consciência geográfica americana, que, incontestavelmente é marcante no Brasil, vai, sem dúvida, permitir aos cultores da velha Geografia, hoje tão valiosamente rejuvenescida, um eficiente trabalho em comum, graças à presença nesta cidade de figuras exponenciais da geografia continental.

Em nome do governo dos Estados Unidos do Brasil, tenho a subida honra de declarar instalada a I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia."

Este discurso do embaixador Macedo Soares fôra seguido das seguintes palavras do Eng.^o Leite de Castro, em saudação aos membros da Reunião:

"Senhores delegados. — Cabe-me a grande honra e o excepcional prazer de apresentar a Vossas Excelências as saudações da Comissão Organizadora da "I Reunião de Consulta sobre Geografia".

Considero excepcionalmente feliz esse momento em que pela primeira vez se reúnem geógrafos do continente americano para o estudo dos problemas do desenvolvimento da pesquisa geográfica.

Nos tempos atuais, a Geografia tem a desempenhar missão muito importante, porque na nova fase ela procura colocar-se ao lado da vida do Homem, contribuindo assim para a boa solução, naquilo que tenha significação especial das questões relativas ao seu bem estar de envolta, os magnos problemas nacionais.

Não foi, pois, em vão, que a Geografia conseguiu apesar da sua investitura tão recente como ciência — a adjetivação de Humana.

Ela zela por bem corresponder a tão nobre qualificativo e hoje se esmera, quanto possível em ser útil ao homem.

Exemplo de gratidão: Pelo Homem para o Homem.

Para o desempenho dessa nobre missão, a Geografia modificou os seus métodos e a sua filosofia, tornando-se mais ativa, mais pronta, mais atual, mais minuciosa, mais objetiva, para ser mais humana.

Entretanto, esse espírito novo, esse sentido humano, essa preocupação de ser útil, ainda não alcançaram a extensão desejada, nem obtiveram a penetração conveniente.

Dai, a oportunidade e a transcendente significação da presente Reunião de Consulta, que se pronuncia como iniciativa valiosa em favor da difusão da moderna Geografia no nosso continente.

Sejam bemvidos, senhores delegados, e oxalá que das conversações que a Reunião vai proporcionar, surjam iniciativas interessantes e oportunas para que, em cada país das Américas, mais se humanize a conceituação da Geografia, mais se utilizem os recursos da pesquisa geográfica e maior desenvolvimento experimental a nossa ciência. Tenho dito".

Respondendo à saudação do secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, falou em nome dos delegados o tenente-coronel Marcos Bustamente, representante do Equador, que assim se expressou:

"Cumpro o honroso e delicado encargo, posto que imerecido, de dirigir-vos a palavra

em nome e representação dos Srs. delegados dos diferentes países americanos à I Reunião de Consulta sobre Geografia, e sejam minhas primeiras palavras de agradecimento para as eminentes personalidades que se dignaram de honrar com a sua presença este ato, tão transcendental, na vida científico-cultural do continente americano.

Para o governo democrático e progressista desse grande país, para seu povo hospitaleiro e amável; para suas instituições dinâmicas e para tudo que significa e constitui o Brasil, minhas mais ardorosas congratulações e meu vivo desejo de que esta pacífica e exuberante nação irmã e amiga, prossiga sempre na promoção de um continuado progresso, e de que só o bem estar e a felicidade se abriguem em todos os lares desta formosa terra emoldurada pelo verde de esperança e o amarelo de ouro, símbolos da grande bandeira brasileira que, além dos mares, nos campos da Itália e defendendo os 20 séculos de civilização e democracia, brilhou, com singular esplendor de grandeza, de decisão e de coragem pela paz e liberdade mundial.

Ao saudar os organizadores desta Reunião Pan-Americana, não me posso esquecer de que foram os mesmos que, há cinco anos, realizaram com especial acerto, a segunda Reunião Pan-Americana de Cartografia que, repercutiu nos anais do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Impressionam-me ainda a mente e o espírito, as lembranças vivas e eloquentes de suas sessões científicas, de suas conclusões, dos atos sociais e das amáveis e benévolas atenções que aqui nos prodigalizaram e que constituem o cunho e a peculiaridade brasileira.

Devo mencionar especialmente o Conselho Nacional de Geografia do Brasil, que tanto tem realizado pela Geografia Brasileira e que contribuiu excelentemente nas reuniões científicas internacionais, tanto que nelas se acordou em que sua organização e funcionamento devem servir de modelo e norma para a Geografia dos demais países. Intimamente ligados a ele e à ciência geográfica brasileira, acham-se os nomes dos eminentes homens públicos, o excelentíssimo senhor embaixador José Carlos de Macedo Soares e o excelentíssimo senhor engenheiro Christovam Leite de Castro, cujo espírito de iniciativa e dinamismo contribuíram sempre para o êxito alcançado nas reuniões do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

Em agosto de 1944 efetuou-se a segunda Reunião Pan-Americana de Cartografia. A Cartografia, ramo de extraordinária importância e estreitamente vinculado à Geografia científica e que tem por finalidade construir globos, traçar mapas e cartas totais e parciais, da terra e do céu.

Accepta-se hoje em dia o caráter objetivista da Cartografia, em contraste com o caráter conceitualista de antanho. A Cartografia é o estudo da representação gráfica da *situação*. Na definição desta disciplina podemos exprimir seu caráter num sentido mundial, que pode ser ampliado para um sentido universal. A representação gráfica é o esboço que se obtém aplicando os princípios geométricos bem definidos, que originam os chamados sistemas de projeção; bem como, outros arbitrários que deram origem aos sistemas convencionais.

Uns e outros são explicados pelas Matemáticas Puras, que nos dão toda a explicação teórica de sua representação, ou seja das projeções cartográficas.

Os problemas cartográficos nos exigem: 1.º) como *determinar* a projeção mais conveniente; 2.º) como *idear* uma projeção que nos

permita uma concretização dos movimentos da esfera celeste; e 3.º) como *averiguar* qual o melhor sistema que nos permita projetar a topografia humana, etc. Obtemos desse modo os elementos que nos permitam compreender melhor a palavra *situação*.

Situação aplica-se num sentido geográfico vulgar, como poderíamos dizer *conexão*, na feliz definição do grande geógrafo e cartógrafo espanhol Hugo del Vilar.

Define ele a situação cartográfica num sentido geográfico preciso, como "a relação matemática de cada elemento do conteúdo geográfico com a superfície terrestre". Mas, sendo esta definição suscetível de uma generalização, podemos dizer que "situação é a relação matemática que tem com a superfície de referência os pontos do conteúdo superficial". Podemos então compreender perfeitamente que esta relação matemática com a superfície, só é possível em conceitos geométricos. Tais conceitos geométricos são: posições, direções e dimensões; conceitos estes que muitas vezes se resumem no último, pois a direção se exprime por um ângulo e a posição traduz-se pelas distâncias.

Dêsse conjunto de fatores leva-nos a lógica a concluir pela expressão "posição geográfica", cujo valor exprime-se perfeitamente por suas próprias palavras.

A palavra *situação* deriva-se de *situs*, denominação categórica, pois a usamos sempre; os geodestas dizem *situar um ponto*, os pilotos dizem *situar um navio*, ao determinar suas coordenadas.

A Geografia científica, vinculam-se: a Geodésia que nos dá diretamente a situação dos pontos fundamentais da planimetria e os pontos fixos da nivelção; a *Topografia* que situa os pontos do relevo do terreno e de pormenor. A própria Cartografia pode ser dividida em Cartografia elementar e superior; Cartografia projetiva e convencional; Cartografia terrestre ou geográfica e celeste ou uranográfica, que é bem diversa da Cartografia astronômica ou planetária; a Cartografia militar; a Cartografia náutica; a Cartografia geológica, etc.

Tudo isto a que me referi não foi senão uma pálida imagem da ingente tarefa que desde alguns anos tiveram as reuniões de Cartografia já realizadas em: Washington, Rio de Janeiro, Caracas e Buenos Aires. A II levada a efeito no Rio de Janeiro, em agosto de 1944; em que o governo brasileiro, o Conselho Nacional de Geografia, a Comissão Organizadora e os membros das diversas delegações, não pouparam esforços para seu maior êxito que não só foi alcançado, como superado; a maior prova concretiza-se nesta reunião, em que, pela primeira vez nas *Histórias das Américas*, temos uma reunião Pan-Americana de Geografia, e na qual se encontram reunidos eminentes geógrafos americanos, sob os auspícios deste democrático país e numa das mais florescentes capitais da América do Sul, com toda razão chamada de "Cidade Maravilhosa".

A Geografia pode ser considerada atualmente como uma ciência independente, baseada em princípios bem estabelecidos que lhe determinam perfeitamente a finalidade e o método.

Apesar de seu caráter enciclopédico, pois se relacionam com quase todas as ciências, muitas das quais vão haurir nela seus elementos, a Geografia orienta-se num sentido especial.

A esse sentido especial podemos definir como sendo conceito moderno da atual ciência geográfica, cujos princípios podem ser resumidos em:

Localização e extensão os quais permitem ligar os fenômenos físicos e humanos à Terra

e ao mesmo tempo estudar a área que abarca, com sua importância relativa.

Coordenação, que procura estabelecer a relação entre os fenômenos que ocorrem num determinado lugar da Terra, com os que se verificam em outros lugares para deduzir leis gerais que os englobem amplamente.

Princípio da causalidade, que é o que proporcione a investigação das causas que determinam os fenômenos físicos e humanos.

Princípio histórico, que é o que exprime de maneira clara que os fatos que se verificam na atualidade, dependem em parte dos fatos que os precederam donde deduzimos a necessidade de conhecer os últimos para explicar os primeiros.

A fixação destes princípios induz-nos portanto, a saber qual deve ser a finalidade da Geografia que, através de seus imensos recursos, pode e deve representar muito, como elemento de utilidade para a humanidade. Desta reunião, sem sombra de dúvida derivaremos numerosas conclusões e sábias experiências para o melhor entendimento do nosso continente. O principal, na realidade, está constituído das relações entre o Homem e a Terra, que consta de duas faces bem características: a primeira em que a Terra é ainda mais forte do que o homem, cujo trabalho se amolda às condições naturais, e a segunda, em que a situação se inverte, e o homem submete a Terra e faz sentir progressivamente nela os efeitos da sua atividade. No princípio reina a natureza, depois no final, como rei da criação, reina o homem. Na América temos ainda regiões, quem sabe talvez as mais extensas, em que predomina a primeira fase, e para as quais devemos convergir nossas atenções; figuremo-nos de pronto a Hileia Amazônica e o que representa e deve representar para esta reunião, a Geografia da Hileia Amazônica, que devemos tratar com todo o entusiasmo, toda a decisão e em sobranceiro a qualquer falsa apreciação.

Da mesma forma, o antigo conceito de mar territorial está completamente em desuso, hoje em dia, sendo substituído pelo moderno de *plataforma continental*, que necessita de ser incorporado aos estudos da moderna ciência geográfica, sob os diversos aspectos científicos em que se apresenta, e obtendo todo o proveito de utilidade de que o homem e as diversas nações carecem.

A América, este nosso continente, é por sem dúvida algo que nunca será demasiado estudar e tudo que for feito nesse sentido só poderá elevar a cultura americana e contribuir para a ciência mundial. Ainda mais, poderá influir para o respeito mútuo dos povos pan-americanos, garantindo desta maneira a paz universal, pois a união e a compreensão dos países americanos, só poderá assegurar o respeito e a admiração dos povos não americanos.

A finalidade desta reunião será, entre outras, conforme a feliz expressão do grande geógrafo americano Prof. Preston James na sua magistral obra *Latina Americana* "A de proporcionar a todos os povos americanos o conhecimento mútuo, pois o maior perigo nas relações entre os povos, é o de não possuir informações exatas sobre seus vizinhos".

No hemisfério ocidental não existe ainda um perfeito conhecimento entre os luso-americanos e anglo-americanos, entre si. Procurar informar, ilustrar e divulgar através de obras, publicações, cinemas, conferências, congressos, reuniões, etc. A realidade sobre as condições de existência, de vida, de cultura, de evolução política e social, costumes, hábitos, higiene, alimentação, etc., etc., de todos os países

americanos, só poderá contribuir para o maior entrelaçamento dos interesses comuns e da vida de cada país.

A América, tão vasta quanto a Ásia, apresenta sobre esta a vantagem de estender-se desde as regiões árticas até quase a antártica. Apresenta todos os tipos de climas e diversidades de condições meteorológicas, o que a torna apta para o desenvolvimento de toda a vida vegetal e animal. O contraste de estações, verão ao norte quando é inverno no sul, faz com que para o americano, aqui ou ali, haja sempre sol e neve, reuniões de inverno ou escolas de verão. Sua morfologia é típica e inconfundível. Do lado do Atlântico grandes planícies e maciços montanhosos antigos com os Aleanis e Maciço Brasileiro. Na costa do Pacífico, a monumental formação montanhosa dos Montes Rochosos e dos Andes. Sua hidrografia é majestosa, apresentando imensos caudais como o Mississipi, o Orenoco, o Amazonas e o Rio da Prata; e lagos ou mares interiores como Titicaca. Arquipelágos imensos como o das Antilhas. Picos nevados de beleza sem rival como: o Mac-Kinlay, Popocatepetl, Chimborazo, Cotopaxi, Altar, Ilmami, Aconcagua, etc. Planícies férteis e selvas ainda inexploradas, como a Hileia Amazônica com sete milhões de quilômetros quadrados de uma ininterrupta floresta pluvial equatorial e com características próprias, a qual Humboldt e Bonpland aplicaram pela primeira vez o nome de "Hileia", planaltos extraordinários como o do Colorado, o do México e o da Bolívia. Sua fauna é soberba, desde o bisão, o búfalo da América Setentrional, a puma da América Central, até o jaguar, a lhama e o condor, rei dos Andes.

Os recursos naturais são imensos, desde as minas auríferas do Alasca, o cobre dos Estados Unidos, o petróleo da Venezuela, o ferro do Brasil, a prata da Bolívia, o salitre do Chile. O aço e o carvão do norte correspondem a borracha e o estanho do sul. Os plátanos e o café da região tropical, contrastam com o trigo e o gado da zona temperada.

A América deu ao mundo: a batata, o milho, o cacau, a borracha, o fumo e a erva mate.

Suas indústrias alcançaram o maior desenvolvimento possível nos Estados Unidos e continua desenvolvendo-se nos demais países. Os transportes de comunicação alcançaram o máximo de perfeição e desenvolvimento na América do Norte e prosseguem com apreciável desenvolvimento na América Central e do Sul.

Finalmente, o elemento humano sem o qual nada se teria desenvolvido, desde os primitivos povos pré-colombianos, os pele vermelhas, do Canadá e Estados Unidos, a admirável cultura dos Maias, os Astecas e os Incas, continuando-se na obra dos intrépidos descobridores como: Colombo, Cabral, Corte Real, Cabot, Varrazano, Balboa, Magalhães, etc.; os valentes conquistadores como: Cortez, Pizarro, Almagro, Valdivia, Raleigh, etc., que descortinaram a América para o mundo, e, aos quais, se seguiram os tenazes exploradores: De Soto, La Salle, Cartier, Champlain, Orellana, Solís, Tavares, Teixeira, etc.

Na obra da colonização introduziu-se o elemento racial africano que, juntamente com o ameríndio contribuíram para o desenvolvimento da economia colonial; resultando o cruzamento social, a mestiçagem, o caldeamento dos povos.

Prossseguiu a evolução política com a emancipação dos Estados Unidos no século XVIII e da América Latina no século seguinte. Surgiu a liberdade, emanada da mente e do pu-

nho de Washington, Bolívar, Sucre, O'Higgins, San Martín, José Bonifácio, Pedro I. Da liberdade política passou-se à liberdade econômica com a rutura dos monopólios coloniais. Finalmente, o poder político-militar-econômico cabalmente demonstrado nas guerras mundiais da primeira metade deste século.

Definida agora em seus destinos a América só tem um rumo a seguir e este rumo é o caminho da coesão, a unidade, a união, através da solidariedade social, econômica e política de seus membros; caminho este a que nos propomos sulcar e que esta reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia pode e deve contribuir em alto grau para solucionar todos os problemas geográficos a ela afins, o que significa em última análise uma verdadeira prática da doutrina de Monroe, preconizada primeiramente pelo grande valor do século XVIII, o eminente brasileiro Alexandre de Gusmão, precursor do pan-americanismo.

Nos momentos atuais, temos um exemplo nítido do que significa a Paz, a União e a solidariedade continental, que representa um dos mais belos frutos e uma das maiores conquistas sociais da América; refiro-me ao formoso e singular capítulo de Geografia Social pan-americana, demonstrada pelas íntimas nações americanas, quando o meu país, o Equador, ferido desgarrado pela fúria das forças da natureza, de uma maneira catastrófica e pela qual muitos lares ficaram ao desamparo e na mais completa ruína, toda a América se levantou como um só homem como se tratasse de seu próprio país, de seu próprio lar, para ajudar, fortalecer, curar, abrigar, e amparar a quantos tinham sofrido as inclemências da catástrofe.

O homem se mostra ainda impotente para conter ou prevenir as forças da natureza e um país por si só por mais forças que tenha, é-lhe impossível, em curto prazo, reerguer-se e continuar no progresso acelerado que os minutos em que vivemos nos impõem; porém, como já disse de toda a América desde os mais recônditos lugares e dos mais humildes lares saiu a dádiva generosa, a ajuda, o amparo para os acidentados. Governos e povos unidos, de toda a América descreveram uma página de ouro burilada com brilhantes dos mais puros quilates de plerórica ação social continental. O Equador tem uma enorme dívida de gratidão para com toda a América; nesta conferência e, especialmente, nesta cerimônia, quero deixar inscrito o mais profundo e sincero agradecimento de minha pátria, para com todo o continente, que, no momento de provação de uma nação irmã, soube dar um exemplo concreto do que é e significa o verdadeiro pan-americanismo. Minha pátria, como acabo de dizer tem uma enorme dívida que não poderá resgatar materialmente mas se compromete de maneira formal, como sempre o fez, a contribuir para a paz continental e para que sempre impere a liberdade e a democracia a custa de qualquer esforço dos filhos da América.

A Comissão Organizadora desta Reunião trabalhou intensamente e preparou uma agenda, com o temário científico muito bem meditado, no qual se consulta o funcionamento de cinco comitês científicos, dos quais se obterão excelentes resultados. Agradeço à Comissão Organizadora pelo acerto singular que teve ao formular o programa e o temário dos diferentes debates.

Para terminar, faço votos pelo brilhante êxito que será alcançado por esta Reunião Pan-Americana de Geografia, que represen-

tará um rumo a seguir pela Geografia da América, com especial benefício para todos e cada um dos povos deste continente; pois, em síntese, a Geografia não aspira senão ao perfeito conhecimento e utilização da Terra, no só proveito e utilidade do homem em particular das sociedades, instituições, povos e nações em geral; e no caso presente desta reunião, em prol do adiantamento e progresso de nosso continente, o que, em última análise, redundará em benefício da paz universal e império da democracia ao que todos nos achamos inteiramente obrigados, por representar, na atualidade a aspiração máxima de toda a humanidade."

Dentro do seu caráter informativo e consultivo, esse encontro de geógrafos americanos no Brasil considerou assuntos de transcendental importância e interesse comum para os países do hemisfério ocidental, tais sejam os que se distribuíam pelos cinco Comitês especializados, segundo os gêneros e problemas que envolvem, a saber:

Geografia Física. Compreendendo: — 1 — Informações sobre os trabalhos de Geografia Física em cada país (investigação, ensino, aplicações e divulgação). 2 — Informações sobre o preparo em cada país de cartas especiais de Geografia Física (geomorfológicas, climáticas, pedológicas e outras); Parte consultiva (debate de problemas); 2) em geral. 3 — Os métodos de pesquisa e de ensino em Geografia Física. 4 — Problemas e iniciativas quanto à pesquisa, ao ensino, à aplicação e à divulgação da Geografia Física no continente americano; b) em especial. 5 — Terminologia — Uniformização e correspondência dos termos relativos às formas de relevo. 6 — Clima; Tipos de climas dos países americanos, especialmente em suas relações com a vegetação e a agricultura tropicais. 7 — Solo; Os tipos de solos dos países americanos, especialmente em suas relações com a utilização humana; Parte cultural (exame de contribuições): Exame de contribuições científicas e debate sobre assuntos de Geografia Física, sendo recomendados os seguintes temas: 8 — Estudo comparado dos terraços terciários e quaternários (para a determinação de movimentos eustáticos e epirogênicos). 9 — Conceito de aridez e semi-aridez. 10 — Estudo das formas topográficas litorâneas e da plataforma continental (praticabilidade de ancoradouros naturais, pesca, exploração de petróleo, águas territoriais). 11 — Estudos de águas subterrâneas (relações com a vegetação, agricultura e abastecimento d'água). 12 — Planícies de inundação (possibilidades de aproveitamento agrícola, estudo do aluvionamento). 13 — Circulação atmosférica (geral e secundária), como contribuição ao estudo dos climas e da previsão do tempo. 14 — Regime fluvial (tipos, problemas das enchentes), navegabilidade dos cursos d'água e grandes bacias hidrográficas.

Biogeografia. Compreendendo: — 1 — Informações sobre os trabalhos de Biogeografia em cada país (investigação, ensino, aplicações e divulgação). 2 — Informações sobre o preparo em cada país de cartas especiais de Biogeografia (fitogeográficas e zoogeográficas). Parte consultiva (debate de problemas); a) em geral. 3 — Os métodos de pesquisa e de ensino em Biogeografia. 4 — Problemas e iniciativas, quanto à pesquisa, ao ensino, à aplicação e à divulgação da Biogeografia no continente americano; b) em especial. 5 — Tipos de vegetação; Terminologia e características, especialmente dos tipos de vegetação tropical. 6 — Vegetação e agricultura; Correlação entre a vegetação e os tipos de solos mais favoráveis à utilização humana.

7 — Conservação; Problemas da conservação; Problemas da conservação dos recursos naturais, especialmente dos solos, da flora e da fauna (parques nacionais, reflorestamento e silvicultura); Parte cultural (exame de contribuições). Exame de contribuições científicas e debates sobre assuntos de Biogeografia, sendo recomendados os seguintes temas: 8 — Vegetação em relação às zonas de altitude. 9 — Conceitos de formação e de associação vegetal e sua importância para a Geografia. 10 — Caracterização e delimitação da Hileia Amazônica. 11 — Vegetação das regiões áridas e semi-áridas. 12 — Modificações na vegetação causadas pelo homem. 13 — Culturas causadas pelos flagelos de origem biológica. 14 — Zonas zoogeográficas.

Geografia Humana. Compreendendo: — 1 — Informações sobre os trabalhos de Geografia Humana em cada país (investigações, ensino, aplicações e divulgação). 2 — Informações sobre o preparo em cada país de cartas especiais de Geografia Humana (demográficas, econômicas, sociais, políticas e outras). Parte consultiva (debate de problemas); a) em geral. 3 — Os métodos de pesquisa e de ensino da Geografia Humana. 4 — Problemas e iniciativas quanto à pesquisa, ao ensino, à aplicação e à divulgação da Geografia Humana, no continente americano; b) em especial. 5 — Povoamento. Distribuição da população, marcha do povoamento, frentes pioneiras, fatores de movimentos de população, áreas colonizáveis, conceitos e tipos de colonização. 6 — Alimentação. Distribuição geográfica dos tipos de alimentação. Regiões de deficiência de alimentos. 7 — Sistemas agrários; Tipos e regimes de propriedade. Tipos de exploração agrícola e pecuária. Parte cultural (exame de contribuições). Exame de contribuições científicas e debate sobre assuntos de Geografia Humana, sendo recomendados os seguintes temas: 8 — Endemias tropicais (problemas do saneamento). 9 — Conceito de "urbano" e de "rural". 10 — Bases geográficas da industrialização. 11 — Habitat rural (especialmente às suas relações com o problema da difusão cultural). 12 — Imigração e "dry farming". 13 — Transformações dos meios de transportes e suas consequências. 14 — Fontes de energia (especialmente problemas de eletrificação rural). 15 — Estudos da centrografia (demográficos, de produção e outros).

Geografia Regional — Compreendendo: — 1 — Informações sobre os trabalhos de Geografia Regional em cada país (investigação, ensino, aplicações e divulgação). 2 — Informações sobre a divisão regional, comumente usada, em cada país. Parte consultiva (debate de problemas); a) em geral. 3 — Os métodos de pesquisa e de ensino da Geografia Regional. 4 — Contribuições à divisão regional do continente americano; b) em especial. 5 — Estudos especiais. Contribuição da Geografia à solução dos problemas da recuperação de regiões pouco desenvolvidas. 6 — Geografia das Américas. Estudo de um plano de elaboração da Geografia das Américas. 7 — Planejamento. A Geografia e o planejamento regional, urbano e rural. Parte cultural (exame de contribuições) — Exame de contribuições científicas e debate sobre assuntos de Geografia Regional, sendo recomendados os seguintes temas: 8 — Conceito de região e de suas subdivisões (o problema geral da divisão regional). 9 — Estudos de regiões americanas como contribuição à Geografia das Américas. 10 — Estudos comparativos de regiões americanas. 11 — Divisão administrativa dos países americanos.

Didática e Divulgação Geográfica. Compreendendo: — 1 — Informações sobre o ensino da Geografia em cada país, nos diferentes graus. 2 — Informações sobre as instituições oficiais e privadas que se dedicam à Geografia, especialmente sobre aquelas que fazem pesquisas científicas nos moldes da moderna Geografia. Parte consultiva (debate de problemas); a) em geral. 3 — Problemas do ensino da Geografia no continente americano. 4 — Problemas da investigação geográfica no continente americano; b) em especial. 5 — As divisões da Geografia. 6 — Objetivos, métodos e técnicas da pesquisa geográfica, no campo e no gabinete. 7 — A formação de geógrafos profissionais. Parte cultural (exame de contribuições). Exame de contribuições científicas e debate de assuntos sobre metodologia, ensino e divulgação da Geografia sendo recomendados os seguintes temas: 8 — Intercâmbio de professores e geógrafos profissionais. 9 — Utilização da fotografia e do filme como meio de pesquisa e de divulgação geográfica. 10 — Terminologia geográfica: glossários, com equivalências de termos usuais nas línguas oficiais da América. 11 — Toponímia (origem de nomes, grafia, aplicações da toponímia à Geografia, organização de vocabulários geográficos). 12 — Bibliografia e publicações (intercâmbio). 13 — Contribuição da Geografia ao preparo de guias e prospectos de turismo. 14 — Relações entre a Geografia e a Estatística. Mesas Redondas. 1 — Colonização e imigração: êxitos e malogros da colonização, estrangeira nos países americanos; contribuição da Geografia à solução do problema. 2 — Contribuição da Geografia à conservação do solo. 3 — Contribuição da Geografia ao planejamento regional. Conferências. — 1 — A energia atômica e a Geografia. 2 — Endemias tropicais e suas repercussões no povoamento. 3 — A natureza da Geografia. 4 — A Geografia e a nova capital do Brasil.

Além de sessões plenárias ordinárias e reuniões das várias comissões e comitês, constituiu o programa da I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, de conferências, mesas redondas, visitas oficiais a autoridades e instituições científicas, bem como de excursões ao interior do país, com o fim de proporcionar aos geógrafos estrangeiros o conhecimento e oportunidade de examinar *in loco* fatos e fenômenos curiosos de interesse para a ciência, verificáveis nas diversas e distintas regiões do território brasileiro. As mesas redondas, que foram realizadas em número de três, trataram dos seguintes assuntos: Conservação do Solo, Imigração e Colonização, Contribuição da Geografia ao Planejamento Regional. Quanto às conferências, é mister destacar a do Eng.^o Leite de Castro sobre a mudança da capital do país para o Planalto Central e a do Dr. Mário Pinotti, diretor do Serviço Nacional da Malária, sobre o tema "As endemias tropicais e sua repercussão no povoamento", ambas pronunciadas no auditório do Ministério da Educação.

Por iniciativas do Conselho Nacional de Geografia e do Arquivo Nacional foram organizadas duas importantes exposições de livros e documentos de interesse geográfico.

É ainda de assinalar o almôço congratulatório oferecido pelo ministro das Relações Exteriores aos membros da Reunião, e a homenagem prestada pelo Jóquei Clube Brasileiro, constante da corrida do prêmio hípico "Geografia Pan-Americana".

Encerramento — A reunião foi encerrada a 24 de setembro, marcando o fato expressiva solenidade levada a efeito no mesmo local onde se instalara. Do exame e discussão dos assun-

tos constantes do temário adrede anunciado, resultaram resoluções e recomendações do maior alcance relacionados com os problemas carentes de solução científica.

São estas as seguintes:

I) RECOMENDA:

A) — Aos governos dos países americanos:

a) Em assuntos de Biogeografia.

1. Que sejam tomadas medidas visando a maior proteção das reservas florestais e pastagens naturais, tendo em vista o efeito benéfico que as mesmas exercem quanto à conservação dos solos, das águas e das culturas.

b) Em assuntos de Geografia Regional.

2. O desenvolvimento dos estudos regionais, com objetivo de se obterem documentações das distintas áreas, principalmente daquelas menos conhecidas.

3. Que seja facilitado aos geógrafos das Américas a realização de estudos regionais que ultrapassem as fronteiras políticas.

c) Em assuntos de Didática e Divulgação Geográfica.

4. *A instituições de ensino* — A intensificação do ensino da Geografia, tanto quanto possível, em todos os países, especialmente:

- a) o ensino da Geografia das Américas nos cursos primários e secundários;
- b) o ensino da Geografia em todos os anos dos cursos primários e secundários;
- c) o ensino da Geografia nos cursos superior e universitário, para a formação de professores secundários de Geografia e de geógrafos profissionais, com currículos apropriados a um e outro caso;
- d) a inclusão, nos programas de ensino da Geografia, de temas referentes à conservação de recursos naturais.

5. Que, pelos meios convenientes, dêem cumprimento à Resolução n.º 25 da IV Assembleia-Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e determinem, tal como se procede em relação aos depósitos legais de obras para as respectivas Bibliotecas Nacionais, o envio de um exemplar de todas as publicações geográficas editadas ou publicadas nos respectivos países para a Biblioteca do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, e de outro para a Comissão de Geografia e História, e de outro para a Comissão de Geografia do mesmo Instituto, a fim de figurarem no índice bibliográfico da *Revista Geográfica*. Quanto às publicações oficiais, recomenda-se que se enviem exemplares a todas as secções nacionais do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

6. A criação de Serviços Oficiais de Coordenação e Estudos Geográficos, onde possa desenvolver-se permanentemente, a pesquisa geográfica aplicada às necessidades administrativas, legislativas e económicas dos vários países.

B) — A Comissão de Geografia:

a) Em assuntos de Geografia Física.

7. Que promova, junto aos governos dos países americanos, a criação de cursos para a especialização de geógrafos em climatologia, pedologia e particularmente em geomorfologia.

8. Que preconize a conveniência de se adotar nos estudos gerais de clima uma clas-

significação quantitativa, e nos estudos de pormenor, além disso, uma descrição do clima.

9. Que se interesse pela criação de laboratórios de geomorfologia destinados à realização de experiências sobre os movimentos do solo, a erosão e os aluvionamentos fluviais e marinhos.

10. Que promova o estudo da sistematização e da metodização dos ensaios físicos e das medidas a serem realizadas em Geomorfologia.

11. Que encareça aos membros nacionais da Comissão, a conveniência de, nos relatórios informativos a serem apresentados às Reuniões Pan-Americanas de Consulta, sejam incluídos assuntos de Geomorfologia, como parte da Geografia Física e, se possível, também, assuntos de Geofísica e de Hidrologia, quando estes apresentarem interesse geográfico.

12. Que incentive a confecção de mapas geomorfológicos expeditos, divulgando, como requisitos mínimos, as seguintes normas:

- a) aproveitamento dos reconhecimentos de campo e uso de fotografias aéreas;
- b) representação sobre estes mapas geomorfológicos ou em mapa separado das superfícies de erosão, para melhor compreensão da geomorfologia da região no seu aspecto dinâmico;
- c) como ilustração do mapa geomorfológico deve também ser elaborado um mapa geológico, com os mesmos elementos utilizados naquele;
- d) tais mapas devem ser acompanhados de um texto-comentário onde também sejam assinaladas as correlações geográficas, especialmente com a vegetação e a ocupação humana.

13. Que estimule o estudo das superfícies de aplainamento ("surface d'aplanissement") compreendendo as superfícies de pedimento e suas correlações, quanto à gênese, com as condições climáticas em que elas se formaram, a sua extensão e as suas altitudes atuais, o caráter de seu relevo e de seus depósitos superficiais e ao papel que tais superfícies desempenham ou possam desempenhar na ocupação do solo.

14. Que incentive o estudo dos terraços quaternários e terciários do continente, a fim de:

- a) determinar o que é devido ao eustatismo, em particular sobre o litoral atlântico;
- b) estudar o papel exato do diastrofismo nas regiões sísmicas, comparando as deformações de seus terraços com as altitudes de terraços contemporâneos, de regiões supostamente estáveis.

15. Que inclua no temário da próxima Reunião de Consulta o estudo das deformações horizontais e verticais, devidas aos tremores de terra, de tal maneira que se possa determiná-las pela triangulação e pelos níveis de precisão, a fim de estabelecer o seu papel na formação do relevo e a sua interferência no modelado devido à erosão.

b) Em assuntos de Biogeografia.

A difusão das seguintes normas e iniciativas:

16. Que, no estudo e determinação da área ocupada pelas formações vegetais, ou simplesmente das associações de que são compostas, não se fique restrito à descrição ou determinação do aspecto fisionômico, porém, que se procure, indicar, sempre que possível, as espécies características de cada uma.

17. Que, quando forem realizados trabalhos fitogeográficos em áreas muito extensas ou de vegetação complexa, se organizem herbários de caráter ecológico; além de numerar os exemplares colecionados, acrescentar-se-ão também as principais características de cada planta, tais como altura, porte geral, dados fenológicos, etc., a fim de se dar a maior intensidade possível aos estudos ecológicos das áreas consideradas.

18. Que sejam incentivados os estudos e observação visando a determinação da evapotranspiração real e da evapotranspiração potencial, assim como os estudos e confecção de mapas climáticos baseados nessas observações, a fim de serem organizados, em bases semelhantes, outros mapas, abrangendo o Hemisfério Americano e que visem auxiliar os estudos geográficos do continente.

19. Que sejam promenorizadamente estudadas as modificações causadas nos microclimas pelo desflorestamento e pelo reflorestamento artificial.

20. Que se incentive a confecção de mapas zoogeográfico em que sejam representadas as espécies típicas ou índices animais, indicando sempre a formação vegetal em que as referidas espécies ocorrem.

21. Que interceda junto aos governos americanos no sentido de facilitarem o intercâmbio de espécimes vegetais e animais necessários para a pesquisa geográfica.

c) Em assuntos de Geografia Humana.

22. Que solicite aos governos e às instituições privadas a criação de cursos de Geografia Humana no ensino universitário ou superior.

23. Que incentive a confecção de mapas de distribuição da população de cada país, com a finalidade de localizar as zonas fortemente povoadas e as de rarefação demográfica, bem como de delimitar os vazios de população.

24. Que sugira às repartições de estatística e censos a apresentação dos dados estatísticos e censitários, oficiais, referidos às circunscrições político-administrativas menores.

25. Que interceda junto às repartições de Estatística e dos recenseamentos no sentido de apresentarem os dados sobre naturalidade dos habitantes, segundo circunscrições político-administrativas de segunda ordem ("municípios", no caso do Brasil) a fim de que seja possível o estudo das migrações dentro das circunscrições de primeira ordem.

26. Que encareça aos geógrafos das Américas a necessidade de terem estudados os fatos humanos em sua evolução, bem como de se estabelecerem meios cartográficos mais efetivos para a análise e a apresentação desses fatos, inclusive séries de cartas referentes à datas diversas.

27. Que divulgue a necessidade de estudos e investigações sobre Geografia Humana, segundo um ponto de vista ecológico "*latu sensu*", nunca perdendo de vista as relações do homem com o meio.

28. Que incentive os estudos centrográficos especialmente de população, acompanhados das possíveis correlações.

29. Que promova estudos sobre problemas de povoamento e colonização, com a representação cartográfica das frentes pioneiras e das áreas disponíveis para a colonização e das direções e caminhos do povoamento.

30. Que estimule os estudos sobre as causas das migrações das populações rurais para as cidades.

31. Que considere os estudos sobre geografia médica em cooperação com o Bureau Sanitário Pan-Americano, sobretudo os referentes às endemias tropicais, confeccionando-se cartas de ocorrência.

32. Que estimule os estudos sobre Geografia da Alimentação.

33. Que promova o estudo dos sistemas agrários existentes em cada país, tendo em vista especialmente:

- a) a influência por eles exercida na formação da paisagem cultural e as suas repercussões na conservação do solo, na produção e no padrão de vida do homem rural;
- b) a classificação das propriedades rurais segundo tipos, de acordo principalmente com a organização das atividades que caracterizam os diferentes sistemas agrários;
- c) habilitar os governos a formular programas tendentes a melhorar o uso da terra e dos recursos naturais, aumentar e diversificar a produção com diminuição do seu custo e levantar os padrões de vida do meio rural.

34. Que interceda junto à Comissão de Cartografia no sentido de promover trabalhos cartográficos que sirvam de base à organização de um cadastro dos imóveis rurais e ao levantamento de terras devolutas, tendo em vista o estudo dos sistemas agrários e das possibilidades de colonização.

35. Que promova o estudo dos conceitos de urbano e rural, mediante a aplicação de critérios mistos (qualitativos e quantitativos), sobretudo o funcional, considerando-se o caráter da principal atividade econômica dos habitantes, a população absoluta, o número e tipo de construções e outros atributos.

36. Que na próxima Reunião de Consulta sobre Geografia o tema referente aos conceitos de urbano e rural seja colocado tanto na parte informativa, como na consultiva, do temário, de modo que as delegações informem sobre os critérios usuais em seus países e apresentem proposições que resultem dos estudos a respeito de tais conceitos.

37. Que inclua no temário da próxima Reunião de Consulta um item referente às habitações rurais típicas de cada área geográfica, e encareça aos geógrafos os estudos, sobretudo ecológicos, sobre o assunto, com a colaboração dos arquitetos, sociólogos rurais e engenheiros sanitaristas à melhoria das condições de vida das populações rurais.

d) Em assuntos de Geografia Regional.

38. Que crie um Comitê constituído de geógrafos experimentados nas técnicas de campo, destinado ao preparo das recomendações de natureza mais específica com relação às normas de procedimento a serem seguidas nas fases do programa de um levantamento regional de classificação e uso da terra.

Este comitê promoverá, junto aos governos americanos, por intermédio da Comissão de Geografia do I.P.G.H., um estudo da classificação e uso da terra que abranja o hemisfério americano e que deverá ser executado de acordo com as normas aceitas internacionalmente, estabelecidas pelos geógrafos profissionais.

Este estudo deverá compreender três fases:

Primeira fase: Estudos de caráter exploratório que deverão abranger o hemisfério mediante a coleta de dados cartográficos, numa escala não maior do que 1 : 1 000 000.

Esses estudos deverão considerar:
em geral:

- a) a população a seu meios de vida;
- b) os recursos naturais básicos;
- c) os fatores institucionais que afetam a economia regional;
- d) as diretrizes desejáveis para o desenvolvimento ou recuperação regional.

em especial, e, como requisitos mínimos, as seguintes informações deverão ser mapeadas:

- a) formas de relevo;
- b) solos e hidrografia;
- c) condições climatológicas;
- d) vegetação;
- e) densidade e distribuição da população;
- f) inventário do uso da terra e dos recursos naturais.

Segunda fase: Análise e interpretação dos dados coletados durante a primeira fase com o propósito de identificar áreas onde ocorram problemas e de definir os objetivos específicos dos estudos de recuperação.

Terceira fase: Estudos pormenorizados de pequenas áreas específicas, numa escala aproximada de 1 : 25 000 ou maior, capaz de permitir a planificação de um programa de desenvolvimento ou de recuperação.

39. Que promova o aperfeiçoamento de geógrafos quanto às técnicas de campo, com o objetivo de realizarem trabalhos regionais.

40. Que promova, nos países americanos, pesquisas sobre áreas específicas, nas regiões pouco desenvolvidas, por turmas de técnicos das especializações de interesse e que trabalhem em conjunto dentro de objetivos comuns. Os geógrafos devem colaborar com os técnicos em agricultura, indústria, economia, antropologia, sociologia, história e outros, tendo em mente que a técnica geográfica deverá contribuir especialmente para:

a) descrever e interpretar a terra, como um complexo de condições físicas e biológicas, e os problemas resultantes da relação homem-terra;

b) identificar e definir as diferenças principais que distinguem uma área de outra, sob o ponto de vista da totalidade do complexo do homem em relação à terra, delimitando as diferenças regionais de importância e analisando as causas e conseqüências dessas diferenças;

c) tomar a si a responsabilidade do preparo dos mapas necessários à apresentação e análise dos problemas de área;

d) colaborar na escolha e classificação dos elementos característicos das áreas estudadas, seja colhendo informações por observações diretas no campo, seja procedendo a inquéritos e a análise dos problemas de área.

41. Que promova o estudo de um certo número de áreas convenientemente escolhidas que sirvam como exemplos do trabalho (Pilot Studies) a ser realizado nos países americanos e, ao mesmo tempo, como campanha de treinamento e especialização de técnicos nesse tipo de pesquisa.

42. Que promova a criação da cadeira de Geografia Regional nos cursos de Geografia das Universidades dos países americanos, com os objetivos principais do ensino de sua metodologia e da Geografia das Américas.

43. Que promova, como estudo preliminar para a elaboração de uma Geografia das Américas, um inquérito sobre as divisões regionais mais usadas em cada país americano, acompanhadas das respectivas fundamentação, e que as divulgue da maneira mais conveniente, a fim de que possam ser anali-

sadas pelos geógrafos do continente americano; recomenda-se, outrossim, que se inclua na agenda da próxima reunião de consulta a análise dos resultados desse inquérito.

44. Que seja encarecido aos geógrafos do continente que diligenciem no sentido de completarem as suas investigações científicas, ainda que ultrapassem fronteiras políticas. Recomenda-se, outrossim, que sejam facilitados pelos governos americanos os elementos para se alcançar este fim.

45. Que seja encarecido às instituições geográficas e aos geógrafos dos diferentes países que colaborem nos estudos interamericanos, sobretudo realizando:

a) análises dos recursos naturais básicos dos países americanos;

b) análises das áreas econômicas de recente desenvolvimento na América Latina, com o objetivo de se intensificar o comércio;

c) análises dos mercados internos existentes em potencial;

d) análises de mercados externos, com o objetivo de intensificar-se o comércio internacional.

46. Que sugira aos governos dos países americanos possuidores de litorais tropicais, que estimulem pesquisas geográficas, à base de trabalhos de campo, sobre as pequenas planícies costeiras;

47. A criação de um comitê para planificar e promover a elaboração de uma Geografia das Américas.

48. Que promova um inquérito sobre a divisão administrativa usada em cada país americano e a legislação correspondente, especialmente quanto à que fôr utilizada no recenseamento de 1950, bem como, sobre a descrição dos limites e o mapeamento das circunscrições político-administrativas de diferentes ordens e modificações ocorridas nesses limites durante o período entre dois recenseamentos consecutivos.

49. Que encareça aos institutos de investigação e aos pesquisadores, o estudo das zonas de povoamento marginal, seus caracteres físicos bem como os gêneros de vida das populações nelas estabelecidas, as possibilidades de melhoria das condições dessas populações e da instalação de novos grupos.

e) Em assuntos de Didática e Divulgação Geográfica.

50. Que estimule a confecção de textos, atlas e cartas murais destinadas a fins didáticos, mapas mudos e diagramas.

51. Que promova o intercâmbio de professores, de pesquisadores e de estudantes de Geografia entre os países americanos.

52. Que encareça aos seus membros nacionais o intercâmbio de publicações geográficas de cada nação para com todas as outras.

53. Que crie a *Biblioteca Central de Geografia das Américas*, que terá por função executar, no que se refira à Geografia das Américas, as determinações constantes dos incisos ns. 1 e 2 da Resolução n. XXI da IV Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, relativos, respectivamente à formação de uma biblioteca americana e à coordenação de intercâmbio bibliográfico continental em matéria de Geografia, com a inclusão de mapas e cartas geográficas.

54. Que elabore e publique na *Revista Geográfica*, além da bibliografia propriamente dita, um "Índice" dos artigos contidos nos periódicos das instituições geográficas e de ciências afins, do continente.

55. Que interceda junto às instituições oficiais e empresas editoriais que confeccionam guias de viagem e de turismo para que publiquem dados geográficos com a assistência direta dos geógrafos.

56. Que promova a preparação de "mapas-índices" mostrando a precisão e a área coberta pelos estudos geográficos distribuídos pelos diferentes assuntos (físicos, biológicos, econômicos, etc.).

57. Que encareça às instituições geográficas e aos geógrafos dos países americanos que envidem os seus melhores esforços na organização da história da Geografia e do progresso da ciência geográfica dos seus países.

58. Que promova por consenso de geógrafos e instituições geográficas, o estabelecimento de definições claras, precisas e unívocas para os termos geográficos, sejam de origem popular ou técnica, a fim de que em futuras Reuniões Pan-Americanas de Consulta sobre Geografia, seja possível:

- a) uniformizar as definições dos termos técnicos em todos os países de mesma língua;
- b) estabelecer as equivalências dos termos de línguas diferentes.
- f) Em assuntos de caráter geral.

Quanto à orientação das atividades da Comissão o seguinte:

- 59. a) que as iniciativas tenham, quanto possível, caráter objetivo, de modo que haja permanentemente, a preocupação dos problemas de interesse comum para os países americanos;
 - b) que a Geografia considerada como fator de progresso e de aproximação dos povos, ofereça contribuições efetivas à boa solução dos problemas regionais, nacionais e internacionais, que favoreçam o bem estar da sociedade humana.
60. Que, no programa das atividades da Comissão, se dê prioridade às seguintes iniciativas:

- a) cadastro das instituições geográficas do continente americano, que permita a publicação periódica de indicações atualizadas sobre as instituições que nas Américas se ocupem de atividades geográficas, especialmente daquelas que efetivam investigações de campo originais;
- b) cadastro dos geógrafos do continente americano, para a publicação periódica de bio-bibliografias atualizadas, sobretudo das relativas aos geógrafos militantes que, nos seus trabalhos, aplicam a moderna metodologia geográfica.
- c) registo das publicações geográficas sobre o continente americano, possibilitando assim o aparecimento periódico de publicações sobre a bibliografia geográfica interamericana.

61. A efetivação, dentro das possibilidades da Comissão, das iniciativas resultantes dos estudos realizados na presente Consulta.

62. O exame das decisões anteriormente aprovadas pelas Assembléias Gerais do Instituto e pelas Reuniões de Consulta das outras Comissões, que tenham significação geográfica, para que, na medida do possível, sejam tomadas providências relativamente às iniciativas que forem julgadas de interesse e de oportunidade.

63. A publicação, na forma que a Comissão julgar adequada e o mais prontamente

possível, das contribuições científicas apresentadas à presente Consulta.

64. Que dispense especial atenção às relações com os organismos internacionais que se dedicam a estudos geográficos ou de interesse geográfico, merecendo grande destaque, nesse particular, a articulação com a União Geográfica Internacional, que a Reunião considera como da maior importância.

Que a Comissão de Geografia colabore com o Instituto Interamericano de Estatística na realização do recenseamento de 1950 e atenda ao convite que lhe foi dirigido no sentido de comparecer à próxima reunião do Comitê do Censo das Américas e da Assembléia Geral do IASI que se realizará próximamente em Bogotá.

66. Que a Segunda Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia se realize de acordo com os Estatutos do Instituto Pan-Americano de Geografia e História como parte da V Assembléia Geral do mesmo Instituto em Santiago do Chile.

II — RESOLVE:

Manifestar ao governo e ao povo da República irmã do Equador, a sua solidariedade no sentido de pesar pelas catastróficas manifestações sísmicas, de cerente ocorrência.

68. Expressar ao governo brasileiro, o seu reconhecimento pela manutenção da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

69. Manifestar o seu apreço à realização dos censos gerais, no ano de 1950, enaltecendo o valor dos dados censitários para os estudos geográficos, e, nesse particular, reitera a recomendação da IV Assembléia Geral, do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (Resolução XIV) no sentido da preparação de cada censo nacional incluir uma documentação cartográfica adequada à representação das circunscrições censitárias.

70. Consignar ao governo brasileiro caloroso aplauso pela recente conclusão da maior medição geodésica de 1.ª ordem de arco de meridiano do continente sul-americano.

71. Expressar a sua adesão à iniciativa da ereção do Farol de Colombo, na costa da cidade de Trujillo, capital da República Dominicana.

72. Prestar às associações geográficas dos países americanos, a sua homenagem reconhecida às apreciáveis contribuições que têm oferecido ao melhor conhecimento da Geografia do continente.

73. Consignar caloroso aplauso ao Comitê Executivo do Instituto pela iniciativa da criação da Comissão de Geografia.

74. Manifestar à Comissão de Cartografia e à Comissão de História do Instituto, o seu apreço pelo meritório trabalho científico que vêm desenvolvendo.

75. Render ao diretor executivo do Instituto, o eminente cientista engenheiro Dom Pedro C. Sanchez, a sua respeitosa homenagem, reconhecendo os inestimáveis serviços que tem prestado ao Instituto em geral e à Geografia pan-americana em especial.

76. Assinalar o auspicioso reconhecimento, recentemente ocorrido, do Instituto Pan-Americano de Geografia e História como organismo especializado da Organização dos Estados Americanos, à qual manifesta o seu elevado apreço.

77. Agradecer aos governos dos países americanos e às instituições oficiais e priva-

das que se fizeram representar, na Reunião, por essa expressiva solidariedade.

78. Agradecer ao governo brasileiro, pelo seu prestigioso patrocínio à realização da Reunião.

79. Agradecer às autoridades, às instituições e personalidades brasileiras que contribuíram para o desenvolvimento dos trabalhos da Reunião.

80. Agradecer ao Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pela sua valiosa colaboração no preparo da Reunião.

81. Agradecer à Comissão Organizadora, pela excelente organização do certame.

82. Agradecer ao excelentíssimo senhor embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente da Reunião, e aos ilustres membros da Mesa Diretiva, pela maneira esclarecida com que foram orientados os trabalhos.

83. Agradecer aos membros das mesas diretivas dos Comitês Científicos, aos orientadores das mesas redondas, aos autores das

conferências, aos dirigentes das excursões pelas suas apreciáveis contribuições.

84. Agradecer ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em cuja sede se deu, em 1932, a Assembléia Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, pela sessão da sua nobre e tradicional casa.

85. Agradecer aos autores dos trabalhos científicos apresentados à Reunião, pela expressiva participação.

86. Agradecer à Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História pela saída, durante a Reunião, do novo número da "*Revista Geográfica*", com que se retoma a divulgação desse importante periódico.

87. Agradecer à imprensa brasileira em geral, e ao "*Jornal do Comércio*" em especial pela ampla divulgação diária das notícias referentes à Reunião.

88. Agradecer aos funcionários da Secretaria pelos dedicados esforços empreendidos.

★

Unidades Federadas

RIO DE JANEIRO

SUBMETIDA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA FLUMINENSE O ACÓRDO SOBRE OS LIMITES ENTRE O RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO — O governador do estado do Rio de Janeiro submeteu recentemente ao exame do legislativo fluminense o projeto de lei que aprova o termo do acôrdo firmado em 6 de outubro de 1921, entre aquela unidade federada e o estado de São Paulo, para estabelecimento de linhas provisórias de limites entre os respectivos territórios.

Na mensagem que acompanha o referido projeto esclarece o chefe do executivo fluminense que a matéria submetida à deliberação dos legisladores fluminenses decorre de determinação expressa no artigo 6.º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

LIMITES ENTRE OS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E MINAS GERAIS — O governador do estado do Rio de Janeiro, coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, comunicou à Assembléia Legislativa, que está definitivamente resolvida a questão de limites entre aquela unidade federada e o estado de Minas Gerais.

Na mensagem que com esse objetivo enviou ao legislativo estadual, esclareceu ainda o chefe do executivo fluminense que o velho litígio foi solucionado mediante compensação de territórios.

☆

SÃO PAULO

Instituto Histórico e Geográfico

CONFERÊNCIA SOBRE RUI BARBOSA — O INCIDENTE QUE VITIMOU A EUCLIDES DA CUNHA — OUTROS ASSUNTOS —

Na sessão do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, realizada no dia primeiro do corrente, sob a presidência do senhor José Torres de Oliveira, secretariado pelos senhores Carlos Silveira e Bueno de Azevedo Filho, consagrada, em sua primeira parte, à comemoração do centenário natalício do conselheiro Rui Barbosa, que foi presidente honorário do sodalício, foi proferida, pelo orador oficial, Dr. José Pedro Leite Cordeiro, a primeira das projetadas conferências, sob o tema: "Rui Barbosa, o conferencista".

Na segunda fase da sessão, o consócio senhor Tomás Oscar Marcondes de Sousa, leu e fundamentou uma proposta no sentido de o Instituto solidarizar-se com os protestos que estão sendo feitos contra a publicidade pela imprensa, do incidente em que pereceu o Dr. Euclides da Cunha.

Posta em discussão essa proposta, usaram da palavra o proponente e os senhores Alexandre D'Allessandro, Leite Cordeiro e Bueno de Azevedo Filho, sendo, afinal, aprovado o seguinte substitutivo, sugerido e justificado pelo senhor presidente: "O Instituto lamenta profundamente a publicidade que se está dando, pela imprensa, ao trágico incidente em que perdeu a vida Euclides da Cunha, porque essa divulgação, embora pareça ter apenas, por fim, ampliar a defesa do acusado, que, aliás, já foi absolvido, pode marcar o nome da vítima, que foi sócio honorário deste sodalício e cujos trabalhos e valor moral e intelectual o colocam, dignamente, no quadro das grandes glórias nacionais".

Absteve-se de votar o senhor Jorge Bertolaso Estela, porque, tendo chegado tarde, não pôde assenhorear-se do assunto, e foram votos vencidos os dos senhores Alexandre D'Allessandro e Bueno de Azevedo Filho, por entenderem que o Instituto não devia ocupar-se da matéria, que já foi objeto de pronunciamento da Justiça, e porque o autor da pu-

blicidade incriminada tem, apenas, por fim desenvolver a sua defesa e não deprimir o ilustre morto.

Na mesma parte da sessão foram aprovados os seguintes votos, propostos pelo senhor Leite Cordeiro: um de homenagem à memória do senador Cesário Bastos, cujo centenário de nascimento ora ocorria, e dois de congratulações, ao senhor Pedro Caropreso,

por sua efetivação no cargo de diretor da Imprensa Oficial, e ao professor Alfredo Gomes, pela sua nomeação para diretor do 2.º Ginásio do Estado.

Em seguida, o senhor José A. Pereira Jr. procedeu à leitura muito aplaudida, de seu longo e interessante trabalho sobre "O segredo das itaquatiras".

★

Municípios

CUIABÁ (Mato Grosso)

NA CAPITAL MATOGROSSENSE CONHECIDO ANTROPOLOGISTA AMERICANO — Em viagem para a região do Brasil Central aonde o conduz o intuito de estudar usos e costumes aborígenes, transitou recentemente pela capital matogrossense, o explorador e an-

tropologista americano Lewis Cotlow, do Clube de Exploradores de Nova York.

É esta a segunda vez que vem ao Brasil em missão científica o referido explorador: A primeira foi em 1945, quando levou a efeito uma expedição à região amazônica, de cujas tribos observou os costumes e colheu elementos antropológicos e etnográficos de considerável valor.



Este "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia — Praça Mahatma Gandhi, 14 — Edifício Francisco Serrador — 5.º andar — Rio de Janeiro, D. F.

Relatórios de instituições de Geografia

e ciências afins

Relatório dos representantes estaduais, apresentados à IX Reunião Ordinária da Assembléia-Geral do C. N. G.

BAHIA

Pelo Eng. Lauro Sampaio, secretário do Diretório Regional de Geografia no estado da Bahia, foi apresentado à IX Reunião Ordinária da Assembléia Geral do C.N.G. o seguinte relatório das atividades geográficas levadas a efeito naquela unidade federada, no período de julho de 1948 a junho de 1949:

Os trabalhos do Diretório Regional em 1948 não tiveram a atividade que seria de desejar, tendo em vista o fato de o governo do estado ter dado preferência a trabalhos que não os de âmbito propriamente geográfico, ocasionando assim o reduzido número de reuniões verificado.

Diretório Regional: Pequena modificação sofreu o Diretório na sua composição, mantendo-se os mesmos membros do ano anterior, sob a presidência do secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, com exceção do representante do Patrimônio Municipal, engenheiro Gilberto Queirós de Sales que foi substituído pelo engenheiro Armando Carneiro da Rocha, seu atual diretor.

É a seguinte a constituição atual do Diretório:

Dr. Nestor Duarte, presidente
Eng. Civil Lauro de Andrade Sampaio, secretário.
" " João da Mata Barros
" " Armando Carneiro da Rocha
Dr. Filipe Néri do Espírito Santo
" Alvaro Augusto da Silva.

Sua constituição terá que ser modificada, em virtude da reforma do Regulamento Geral do Conselho Nacional de Geografia, verificada no ano passado, por iniciativa da sua Assembléia Geral.

Sessões realizadas — Muito reduzido foi o número de sessões do Diretório, apenas três, sendo uma de parceria com a Junta Regional de Estatística, a 29 de maio, para comemorar o aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e as demais nas datas de 28 de junho e 30 de dezembro.

A estas sessões compareceu o assistente técnico do C.N.G., engenheiro Oscar Carrascosa, prestigiando sempre as realizações do Diretório.

Serviu como secretária das reuniões, a funcionária D. Durvília da Silva Guimarães, do Departamento de Geografia, Engenharia Rural e Açudagem.

Resoluções aprovadas — Nas sessões realizadas aprovaram-se as seguintes resoluções:

N.º 39 — encaminhando ao CNG o relatório do Diretório Regional, relativo ao ano de 1947;

N.º 40 — deliberando sobre a organização de uma comissão especial, para providenciar sobre a reunião próxima das Assembléias Gerais do IBGE, a se realizarem nesta capital em 1949.

Expediente — Relativamente reduzido, o movimento de papéis foi o seguinte, durante o ano:

Ofícios recebidos	47
Telegramas recebidos	19
Ofícios expedidos	14
Telegramas expedidos	14

O serviço continua sendo executado pelo pessoal do Departamento de Geografia, Engenharia Rural e Açudagem, onde tem sede o Diretório.

Diretórios Municipais: Organizada a vida administrativa municipal, com as eleições dos prefeitos, necessária se torna a reorganização dos diretórios municipais, cuja ação tem sido ultimamente de muito pouca eficiência no âmbito geográfico. De grande valia será para eles a colaboração valiosa que lhes poderão prestar os agentes municipais de Estatística, que atualmente de grande importância são na vida dos municípios, pelo papel que representam, com a orientação superior do IBGE.

Divisão territorial: A revisão do quadro territorial administrativo do estado, que pela sua Constituição, foi conservada nos mesmos prazos da lei nacional n.º 311, deveria ter-se processado no ano de 1948, para entrar em vigor a 1.º de janeiro do corrente ano. Para organizá-la, o governo do estado nomeou uma comissão especial, composta dos seguintes membros:

Dr. Alberico Fraga, secretário do Interior — presidente

Eng. Lauro Sampaio, diretor do Departamento de Geografia

Dr. Filipe Néri, diretor do Departamento Estadual de Estatística.

Cornélio Costa, diretor interino do Departamento das Municipalidades

Eng. Oscar Carrascosa, assistente técnico do C.N.G.

Esta apresentou dados para o projeto de lei que faria as retificações necessárias ao quadro territorial, sem modificar o número de municípios, mas criando e suprimindo alguns distritos e modificando linhas divisórias municipais e distritais, no sentido de corrigir erros verificados e atender a necessidades administrativas.

Remetido pelo executivo o projeto de lei respectivo, não foi este votado pela Assembleia Legislativa, presumindo-se seja prorrogada a vigência da lei anterior, apesar dos inconvenientes que possa trazer tal medida.

Visita ilustre: Tivemos no decorrer do ano a visita a este estado do Dr. Rafael Xavier, digno secretário-geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao qual este Diretório procurou homenagear durante os dias de sua estada nesta capital, na medida de suas possibilidades.

Próxima Assembléia Geral do C. N. G.: Em obediência ao disposto na resolução n.º 218, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, este Diretório procurou tomar as providências junto ao governo do estado no sentido de que a próxima reunião da mesma Assembléia, a realizar-se na Cidade do Salvador, em 1.º de julho próximo, fôsse incluída entre as comemorações centenárias desta cidade, o que foi aceito sem restrições, considerando-se a importância das realizações do I.B.G.E. Igual medida foi aceita em relação à reunião do Conselho Nacional de Estatística, esperando-se, pois, o maior brilhantismo e resultados proveitosos da IX Assembléia Geral dos Conselhos.

Serviço de Geografia: O Serviço de Geografia, do Departamento de Geografia, Engenharia Rural e Açudagem teve em parte prejudicado seu trabalho de organização da carta do estado, em virtude de ter o governo dado preferência ao Serviço de Açudagem, iniciado durante o ano, com o propósito de produzir muito, de modo a servir as populações do interior, animando-as a cooperar em tão útil iniciativa. Foram animadores os resultados obtidos neste sentido. Os trabalhos de desenho da carta do estado foram transferidos provisoriamente para a Secretaria de Edu-

cação e Saúde, com o desenhista encarregado desse serviço, que lá trabalha sob a orientação do Departamento de Geografia, Engenharia Rural e Açudagem.

Pouca intensidade houve, portanto, nesta dependência, achando-se, entretanto, bastante adiantado o desenho definitivo da carta do estado, na escala de 1 : 1 000 000, para próxima publicação.

Serviço de cooperação com o C. N. G.: Continuando a política elogiável dos levantamentos territoriais, de parceria com o C.N.G., estiveram estes trabalhos ainda sob a direção do engenheiro Gilvandro Simas Pereira, pôsto à disposição desse Conselho.

Os serviços efetuados, segundo programa anteriormente esboçado, desenvolveu-se na região sanfranciscana que interessa à cachoeira de Paulo Afonso, ocupando uma área bastante extensa dos estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, sendo que a região baiana levantada é superior a 50 000 quilômetros quadrados.

A cooperação por parte do estado foi, nesse ano, apenas de numerário, não sendo possível pôr à disposição do C.N.G. técnicos, como nos anos anteriores. A importância despendida foi de Cr\$ 160 000,00, além de requisições de transportes e passagens nas vias de comunicação.

Publicações recebidas: O Diretório deixa aqui expresso o seu agradecimento aos seus congêneres e aos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística pela remessa de publicações diversas de interesse geral e muito especialmente de assuntos geográficos.

Conclusão: Encerrando este rápido relatório, julga este Diretório não ter sido possível apresentar uma ampla messe de trabalhos geográficos em 1948, por motivos alheios ao seu propósito de sempre trabalhar em prol de realizações úteis, tendo sempre em mira, o exemplo dos órgãos superiores do I.B.G.E. e, especialmente, do Conselho Nacional de Geografia, incentivando-nos ao trabalho profícuo do melhor conhecimento geográfico do país. Cidade do Salvador, junho de 1949. *Lauro Sampaio*, Secretário.



Concorra para que o Brasil seja geograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Bibliografia

Registos e

comentários bibliográficos

Livros e Periódicos

DELGADO DE CARVALHO — *Didática das Ciências Sociais* — Publicações da Secretaria da Educação — Estado de Minas Gerais — Belo Horizonte — 1949.

Minas cuja tradição pedagógica é dos seus melhores títulos de glória, está pondo em prática no setor educacional um plano seguro de orientação metodológica, tendo em vista a preparação do professorado das suas escolas, mediante a utilização dos critérios novos de aprendizagem preconizados pela didática moderna. Com esse propósito a Secretaria de Educação daquele Estado organizou, em 1948 e no corrente ano, cursos de férias para os professores dos seus estabelecimentos de ensino secundário e de ensino normal. Para reger os referidos cursos foram convidadas destacadas figuras do magistério nacional. Ao Prof. Carlos Delgado de Carvalho, orientador da Secção Cultural do Conselho Nacional de Geografia, coube a parte do programa relativa ao ensino das ciências sociais.

As palestras por êle proferidas naquela ocasião formam o presente opúsculo. O autor dispensa apresentação. Delgado de Carvalho tem o seu nome ligado à obra de renovação dos métodos de ensino, sobretudo no tocante ao estudo da Geografia, da História e da Sociologia. A sua contribuição nesse terreno é deveras apreciável e digna de aplausos, produto do seu esforço, inteligente, dedicação e, principalmente, do grande lastro de cultura e experiência pedagógica de que é portador. Além de estudioso apaixonado das ciências sociais, tendo-se formado nos melhores centros culturais do velho continente, apresenta larga fôlha de serviços prestados ao ensino, quer no exercício da cátedra, quer no terre-

no da divulgação, através de livros e revistas.

Em *Didática das Ciências Sociais* Delgado de Carvalho focaliza problemas palpitantes de técnica pedagógica. O índice do livro consta do seguinte: "Prefácio do Prof. Abgar Renault — As ciências sociais e a aprendizagem — Aprendizagem e conteúdo — Processos atuais de aprendizagem — O estudo dirigido — Unidades, pontos e tópicos — O método expositivo e o teste-recitação — A organização de fichas de estudo — Os textos e a leitura explicada — A dissertação histórica — O problema da Geografia — A socialização da sala de aula — A excursão geográfica — O teste-questionário — Provas parciais e provas finais".

O conceito de aprendizagem, seus diferentes aspectos, as várias etapas em que a mesma se desdobra, os processos atuais da aprendizagem, são tratados pelo autor com segurança e maestria. Neste particular cabe ressaltar a crítica justa e objetiva que faz ao sistema clássico de ensino. Atenção especial é dada ao chamado método de estudo-dirigido e outras técnicas especiais cujo emprêgo é da mais alta valia no ensino da Geografia e da História. O volume contém ainda modelos de fichas assim como o trabalho do ilustre Prof. Emílio Willems, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, intitulado "Observações críticas acerca do ensino de Sociologia".

Os assuntos apresentados dizem por si só do seu valor e utilidade, mormente para os estudantes dos nossos institutos de formação pedagógica, que se ressentem da falta de compêndios, obrigados destarte a contentar-se com as notas apressadas de aula.

Neste sentido, pouco ou nada possuímos, e o material existente acha-se esparso em livros ou contribuições isoladas. Faltam-nos manuais e textos didáticos. Aliás tem sido essa uma das deficiências em o nosso ensino universitário. Se esse mal é crônico nas escolas tradicionais de nível superior, que não diremos das faculdades de filosofia, de recente criação?

O volume que o Prof. Delgado de Carvalho entrega agora à publicidade, representa precioso subsídio à expansão das novas técnicas de aprendizagem já pelo acervo de rumos e experiências, que oferece, já porque constitui ponto de partida para estudos de maior fôlego.

A. V. L.

★

GEORGE WYTHER, ROYCE A. WIGHT — HAROLD MIDKIFF — *Brazil, An Expanding Economy*. The Twentieth Century Fund — New York, 1949.

O presente livro resultou das investigações realizadas recentemente pelo autor George Wythe, e seus colaboradores, em nosso país com o propósito de estudar as possibilidades de melhor cooperação econômica entre o Brasil e os Estados Unidos da América, na base do conhecimento objetivo das realidades potenciais e funcionais da economia brasileira.

E' um balanço extenso, em que se traça o panorama das atividades brasileiras nos diversos setores primitivos, qualitativa e quantitativamente, ao mesmo tempo que se estima o seu desenvolvimento desejável, mediante a aplicação de recursos técnicos em larga escala e do aproveitamento racionalizado. Como os problemas de desenvolvimento acham-se interrelacionados, o autor fez bem em não omitir os aspectos sociais e culturais, os problemas de alimentação, saúde, educação, em suma as condições da vida do homem brasileiro, especialmente do trabalhador. Os aspectos legais, legislação trabalhista, critérios de imigração, limitações às empresas estrangeiras bem como as restrições à importação e exportação são considerados pelo autor. Igualmente as condições geográficas são apresentadas, como pano de fundo da paisagem econômica brasileira, quer explicando tendências da nossa econo-

mia, quer autorizando previsões sobre futuros desenvolvimentos.

Os assuntos discutidos no texto distribuem-se pelos seguintes títulos gerais: O Brasil e os Brasileiros. A Economia: Viação de Conjunto, Renda e Emprego, Problemas de Alimentação, Mineração e Energia, Indústrias Manufatureiras, Transporte e Comunicação, Condições Sociais, Finanças Públicas, Organização Bancária e Investimento, Comércio e Trocas Internacionais, o Futuro Econômico.

★

BOLIVAR BORDALO DA SILVA — *Fatores dos Descobrimentos e Conquistas no Século XV* — Belém, Pará — 1946.

No presente trabalho, — tese ao concurso para provimento da cadeira de história no Colégio Estadual do Pará — o autor trata de alinhar, numa sistematização própria, as causas que contribuíram para o advento da época das descobertas marítimas, no século XV, situando-as em momentos marcantes da vida econômica, política e religiosa da Europa. No conjunto dos demais fatores, confere o autor ao fator geográfico um papel apenas instrumental, por isso que o arrola no conjunto dos conhecimentos científicos que possibilitaram as grandes e ousadas expedições marítimas.

★

DADOS SOBRE O MUNICÍPIO DE JEQUIÊ — 1949.

Trata-se de uma pequena corografia do município de Jequiê, em que se estuda a evolução histórica (social, administrativa e econômica) deste município baiano e são apresentados os dados da organização administrativa e judiciária, situação geográfica, principais serviços públicos e outras informações sobre sua vida econômica e cultural.

★

ABELARDO DE UNZUETA — *Historia Geográfica de la Isla de Fernando Poo* — Instituto de Estudios Africanos — Madrid, 1947.

Faz aqui o autor um amplo e bem documentado estudo sobre os sucessos históricos que culminaram na descoberta da ilha de Fernando Poo e os que

se relacionam com a exploração e colonização da mesma ilha. É interessante o sistema de seleção e acumulação de dados, a fim de determinar as diversas fases, tentativas, móveis e determinantes de cada ação tendendo a reconstituir, nos possíveis pormenores, o seguimento histórico. É importante salientar o caráter documental e a riqueza bibliográfica desta obra, que se divide nos seguintes capítulos: África dos Antigos; Antecedentes Históricos do Tratado de El Pardo (1418-1778); Ação Inglesa em Fernando Poo; Expedições Espanholas; Missões Católicas em Fernando Poo; Relações de Fernando Poo com o Exterior; Colonização Espanhola; História Urbana da Cidade de Santa Isabel de Fernando Poo; Apêndices; Bibliografia Consultada e Ilustrações.

★

LA SOCIEDAD DE GEOGRAFIA E HISTORIA DE GUATEMALA — Guatemala, C. A. — 1948.

Por ocasião da data comemorativa de suas “bodas de prata”, a S.G.H.G., fez publicar o presente folheto, em que compendia o resultado das suas atividades científicas, a partir de sua fundação em 15 de maio de 1923. Inclui a relação nominal dos seus sócios atuais, e um índice completo dos trabalhos aparecidos nos diversos números dos *Anais* da Sociedade, compreendendo o período de julho de 1924 a dezembro de 1947.

★

O ENSINO NO BRASIL EM 1942 — Serviço de Estatística da Educação e Saúde — Ministério da Educação e Saúde — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1947.

Em continuação da divulgação dos resultados da estatística educacional, o Serviço de Estatística da Educação e Saúde acaba de lançar mais um volume da sua coleção intitulado “O ensino no Brasil, em 1942”, contendo amplas informações sobre os variados aspectos da educação brasileira.

Como critério geral de determinação dos cálculos, adotou-se a unidade escolar apresentada pelo curso nos diversos graus e natureza. No que diz respeito ao panorama geral, faz-se o cotejo dos resultados estatísticos referentes ao período 1933-1942, deduzindo-se os valores do crescimento e as

respectivas relações. Neste quadro geral, fixa-se ainda a Distribuição Regional do Ensino, e a Concentração do Ensino nas Capitais.

Os demais quadros ilustraram respectivamente os seguintes itens gerais:

Primeira parte — Estatística do Ensino Primário Geral (Organização Geral do Ensino, Organização Didática e Movimento Escolar).

Segunda parte — Estatística Geral do Ensino (Resultados Regionais, Resultados Nacionais).

★

WEBSTER'S GEOGRAPHICAL DICTIONARY — G. C. Merriam Co., Publishers — Springfield, Mass., U.S.A. — 1949.

Trata-se de um volume com 1.300 páginas, no formato dos dicionários Webster, destinado ao uso geral como fonte de referência geográfica, abrangendo informação relativa aos topônimos mais importantes do mundo. Contém mais de 40.000 verbetes e 117 mapas.

★

ANUÁRIO GEOGRÁFICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Diretório Regional do Estado do Rio de Janeiro — N.º 1 — Niterói — 1948.

O aparecimento do *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro* inspira-se em determinação da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, de 1941, que prevê a criação do Anuário Geográfico do Brasil. Com seu lançamento inicia-se portanto uma nova fonte bibliográfica, cuja contribuição para o conhecimento dos problemas geográficos do território fluminense, será por certo a mais valiosa. Distinguindo-se das demais publicações periódicas especializadas pela sua finalidade de fornecer dados os mais atualizados sobre o conjunto de aspectos de que trata a Geografia, o presente número do *Anuário* exemplifica cabalmente o acerto e utilidade da iniciativa. Para melhor orientação, transcrevemos-lhe abaixo o sumário: *Apresentação* — Christovam Leite de Castro; *Regime Pluviométrico do Estado do Rio de Janeiro* — Contribuição da Divisão de Geografia do CNG; *Divisão Regional do Estado do Rio de Janeiro* — Contribuição da Divisão de Geografia do CNG; *Modelado de Campos* — Décio Ferreira Cretton; — *Lagoa de Ara-*

ruama e suas Riquezas — Luís Palmier; *As Furnas do Catete* — Adauto Soares Monteiro; *Orquídeas de Nova Friburgo* — Eduardo di Vita e Rodolfo Fritz; *Denominação e Classificação dos Logradouros Públicos* — Eng.º Valdemar Paranhos Mendonça; *Entrevista do Secretário de Viação e Obras Públicas*, Eng.º Bento Santos de Almeida; *Assinatura do Convênio com o CNG* — *Transcrição da Sessão Especial*; *Linha de Limites Rio de Janeiro-Minas Gerais* — *Convênio de São Lourenço*; *Relação dos Chefes do Poder Executivo, Governantes do Estado do Rio de Janeiro desde a Instalação da República*; *Divisão Administrativa do Estado do Rio de Janeiro*; *Relação dos Topônimos dos Distritos do Brasil*; *Área e População do Brasil*; *Área e População dos Municípios Fluminenses*; *Relação das Estações da Estrada de Ferro Central do Brasil, Existentes no Estado do Rio de Janeiro, com as Respectivas Altitudes*; *Relação das Estações da Estrada de Ferro Leopoldina, Existentes no Estado do Rio de Janeiro, com as Respectivas Altitudes*; *Relação das Estações da Rede Mineira de Viação, Existentes no Estado do Rio de Janeiro, com as Respectivas Altitudes*; *Relatórios do D.R.G. desde a sua Instalação*; *Diversos*.

★

BOLETIM — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado da Bahia — Ano XLV — Segunda fase, n.º 3 — Março de 1949 — Estado da Bahia.

Contém, além de vasta matéria administrativa e estudos sobre problemas afetos àquela Secretaria, um trabalho de interesse geográfico, para o qual chamamos a atenção dos especialistas: "Contribuição ao estudo da classificação e cartografia dos solos" pelo Agr.º Flávio Dias Tavares.

★

ANNALES DE GEOGRAPHIE — Bulletin de la Société de Géographie — N.º 310 — LVIII^e Année — Avril-juin 1949. — Paris.

Sumário: A. Guilcher — "La surface posthercynienne dans l'Europe occidentale"; Anne-Marie Charand: Bocage et plaine dans l'Ouest de la France. Ph. Antoine: "L'industrie de la

pierre précieuse dans le Jura; V. Tanner: Vinland, "Les plus anciens rapports de l'homme blanc et du Nouveau Monde".

★

REVUE INTERNATIONALE DES PRODUITS COLONIAUX ET DU MATERIEL COLONIAL. — 24^e année — N.º 239 — 240 — Août — Septembre — 1949.

Apresenta vários trabalhos sobre importantes problemas da economia mundial. Em relação ao Brasil há uma breve resenha assinada por E. de Rancourt sobre as principais madeiras do nosso país.

★

BOLETIM DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM — N.º 6 — Rio de Janeiro — 1949.

Entre outros trabalhos referentes aos serviços rodoviários e problemas do tráfego rodoviário do país, inclui o quarto artigo da lavra de Afonso Várzea sobre "A Geografia da Estrada (A rodovia de contorno à Guanabara)".

★

ATLAS GÉNÉRAL DU CONGO ET DU RUANDA — *Urundi* — Institut Royal Colonial Belge — Bruxelles — 1948.

Visando a preservar certos conhecimentos relativos à região a que se refere, atendendo às transformações naturais e introduzidas pelo homem, além da conveniência de fixar as etapas da evolução daquela grande região nos domínios históricos e geográficos, o "Institut Royal Colonial Belge", empreendeu a elaboração de uma série de cartas referentes aos títulos gerais de História, Geodésia, Meio Físico, Biogeografia, Ciências Antropológicas e Culturais, Política Administrativa e Social e Economia. Dessa coleção projetada, acabam de ser dadas a público as cartas que se referem à Fitogeografia, Explorações e os Parques Nacionais e reservas naturais, acompanhadas de fascículos que trazem a notícia do problema que a carta representa. Adotou-se a escala padrão de 1:5.000.000, sendo essas diversas folhas adaptadas a permitir um posterior encadernamento do atlas completo.

ANAIS BOTÂNICOS DO HERBÁRIO "BARBOSA RODRIGUES" — Ano I — N.º 1 — Itajaí — Santa Catarina, 22 de junho de 1949.

Cumprir registrar com destaque o aparecimento dos *Anais Botânicos* do Herbário Barbosa Rodrigues, que inaugura no estado de Santa Catarina uma fase auspiciosa de divulgação de estudos botânicos, na oportunidade do 7.º aniversário da fundação dessa sociedade científica. Deve essa iniciativa ser encarada não isoladamente e sim em conexão com importante esforço científico que se vem assinalando naquele estado, que já conta, no setor geográfico, com uma publicação séria e despretensiosa: o *Boletim do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia*.

Sob uma apresentação igualmente despretensiosa, oferece-nos o primeiro número dessa publicação valiosa matéria científica que sobre honrar a instituição que anima as pesquisas neste campo no estado de Santa Catarina, representa contribuições originais ao conhecimento de importantes zonas florísticas, não só daquele estado como de outros vizinhos.

O "sumário" abaixo transcrito, confirma o que vimos dizendo: "Estudos Botânicos em Sombrio" por Pe. B. Rambo S. J.; "História da Botânica Catarinense", por P. Raulino Reitz; "A flora de Cambará", por Pe. Balduino Rambo S. J., "Itajaí significa "Rio dos Taiós", de P. Raulino Reitz.

★

PROCEEDINGS OF THE GEOLOGIST'S ASSOCIATION — Edited by K. S. Sandford — 29th September, 1949 — London.

Reunindo os trabalhos apresentados à Geologist's Association, esse órgão constitui um repositório de importantes contribuições no campo de sua especialização. Nesse número, além de outros comunicados sobre trabalhos de campo, temos os seguintes artigos: "Note on a possible origin of the Alps", por A. J. Bull; "The denudation Chronology of the Dip-Slope of the South Downs", por B. W. Sparks, B. A.; "The Trimmingham Chalk", por J. E. Sainty, B. Sc.; "The Supposed Silurian foraminifera from Cardiganshire", por Alan Wood.

★

CATÁLOGO DAS CARTAS E OBRAS DIVERSAS — Serviço Geográfico do Exército — Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 1949.

Com o presente catálogo das publicações editadas pelo Serviço Geográfico do Exército, reúne-se uma bibliografia vasta e valiosa que representa o muito que vem fazendo esse órgão em prol do melhor conhecimento das nossas realidades. Abrange, como indica seu título, de modo geral, as edições cartográficas elaboradas e publicadas pelo SGE e outras publicações técnicas e informativas, além de estudos interpretativos de caráter geral.

A parte destinada às cartas de diversos tipos, contém especificações de ordem técnica e indicações sobre o plano de ordem a que pertencem. Enumeram-se, assim, as que decorrem do levantamento normal do S. G. E., que se destina à confecção da carta do Brasil na escala de 1:50.000, e as que são elaboradas em outras escalas, de acordo com os critérios de significação econômica e estratégica. (Carta de comunicação: 1:250.000, etc.).

Indicam-se para as cartas publicadas pelo S. G. E., os seguintes dados: o formato das folhas e a sua reunião em mapas índices; o modo de representação do relevo do terreno, e o número das cores em que é feita a impressão.

Essas cartas como as especiais e outras elaboradas por outros órgãos e publicadas pelo S. G. E. acham-se agrupadas por ordem de escala.

As publicações diversas compreendem: catálogos, publicações técnicas, obras de série, obras separadas, tabelas, abacos e listas de coordenadas e obras diversas.

★

SEGUNDA SESSÃO DO COMITÊ DO CENSO DAS AMÉRICAS DE 1950 — Rio de Janeiro, D. F., fevereiro 14 — 25, 1949. (edição em inglês, espanhol e português) — Inter-American Statistical Institute — Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

As reuniões da Segunda Sessão do Comitê do Censo das Américas de 1950, realizadas em fevereiro último nesta capital, com a presença de delegados de 17 países americanos, além

de observadores de organizações internacionais, constituíram marcante acontecimento cultural que autoriza a prever o maior êxito para aquele certame, que deverá permitir a comparabilidade dos resultados dos censos das nações do hemisfério ocidental. Compendiando os trabalhos desenvolvidos nessa oportunidade pelo Comitê, o presente volume inclui a agenda, as resoluções, a lista de participantes e o resumo diário das atas das 14 reuniões da sessão do Rio. Ademais, os documentos que serviram de base às discussões, acham-se relacionadas numa lista anexa, na qual se indicam as fontes dos mesmos.

★

PIRINEOS — Consejo Superior de Investigaciones científicas — Revista del Instituto de Estudios Pirenaicos — Año IV — Nums. 9 y 10 — Saragosa, julio-diciembre, 1948.

Inseridos em vasta matéria sobre temas histórico-culturais referentes à região dos Pirineus, a que estende sua profícua investigação o Instituto de Estudios Pirenaicos, encontramos nesse número alguns trabalhos de interesse geográfico que importa salientar, como o estudo de Juan Reglá Campistol, "Cuestiones Demográficas del Valle de Arán en la Edad Média", além das notas informativas sobre a "Primera Reunión para el Estudio de la Toponimia Pirenaica" e "Cartografía Americana Reciente sobre los Pirineos".

★

COLEÇÃO BRASIL-LÍBANO-SÍRIA — Obras Organizadas por Jamil Sa-fady — Julho — 1949.

Constitui o presente documentário um esforço cultural destinado à divulgação entre os membros das colônias sírio-libanesas no Brasil, de assuntos e problemas referentes ao mundo árabe e sua civilização.

Encerra informações sobre atualidade política, literária, econômica, etc., dedicando também muitas páginas à fixação de aspectos sociais e acontecimentos de interesse da população de origem sírio-libanesa no Brasil. São

estampados parcialmente dois estudos que representam de certo contribuições originais nesse campo: "História da imprensa árabe no Brasil" e "Os povos árabes no século XIX", compreendendo este uma descrição geográfica dos países árabes.

★

REVISTA GEOGRÁFICA AMERICANA — Año XVI — Vol. XXXII — Número 192 — Buenos Aires — Septiembre, 1949.

Apresenta, juntamente com outros trabalhos sobre temas descritivos e de divulgação geográfica, um artigo em que seu autor, Maria Luisa Recúpero, estuda o mate. — Nota para o estudo do mate — sob os pontos de vista Botânico, Geografia Econômica, Elaboração, História, Fisiologia (Medicina e Farmacopéia), Lendas, Folclore, Etnografia, Recetotografia e Paremiologia. Embora se trate, como adverte o título, de ligeiras notas, as observações sobre usos e costumes populares ligados àquela cultura, podem muito bem servir para um estudo de comparação em relação às áreas do nosso país dominadas pela erva-mate, a que se acham sem dúvida vinculados estimáveis valores sociológicos ou de geografia humana.

★

HUMAN PROBLEMS IN BRITISH CENTRAL — AFRICA — VII — The Rhodes — Livingstone Journal — Number seven — Oxford University Press, 1949.

Este periódico do "Rhodes — Livingstone Institute", propõe-se publicar estudos sobre problemas humanos na África Central e análises sobre o desenvolvimento de pesquisas neste sentido, em exposições claras, mas sem perder o rigor científico. Este número contém as seguintes contribuições: "The Development of Central and Southern Africa" — por J. D. Rheinallt Jones; "Luo Tribes and Clans" — por E. E. Evans — Pritchard; "Trial by Jury in Southern Rhodesia", por Roger Howman; "Some Problems of the Use of African Vernaculars" — por S. Davidson.



Use o serviço de informações do Conselho Nacional de Geografia para dissipar suas dúvidas e completar os seus informes sobre a geografia em geral e a geografia do Brasil em especial.

Índice dos trabalhos sobre colonização existentes no Arquivo Corográfico do C.N.G. (*)

(Publicados in Revista Brasileira de Geografia, Boletim Geográfico, Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e O Observador Econômico)

I PARTE

Colonização — Brasil

(Pasta B-733)

- 1 — BRASIL, LEIS, DECS., ETC. — *Decreto-lei n.º 2009, de 9 de fevereiro de 1940. Dá nova organização aos núcleos coloniais.* (In Diário Oficial, Rio de Janeiro, 12/2/540).
- 2 — VIDAL, ADEMAR — *Desambientação do meio agrário* — (In O Jornal, Rio de Janeiro, 23/3/48) — O problema da fixação do homem ao solo.
- 3 — BRASIL, LEIS, DECS., ETC. — *Decreto-lei disposto sobre a criação de grandes colônias agrícolas.* (In Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 15/2/41).
- 4 — LAMBERT, JACQUES — *As colônias alemãs do Rio Grande do Sul.* (In O Estado de S. Paulo, S. Paulo, 28/5/1939) — Importância da população alemã nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.
- 5 — PINTO, RICARDO — *O homem e a terra.* (In Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 6/3/1941) — Benefícios proporcionais aos trabalhadores das colônias agrícolas.
- 6 — *Colonização nacional* — (In Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 25/3/1941) — Definição do termo colonizar. Colônia no vale do Camaratuba.
- 7 — BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES — *Imigração e colonização.* (In Brasil, p. 36/41, Rio de Janeiro, 1940/1941) — Imigração. Colonização — período colonial, imperial e republicano. Número de imigrantes entrados no Brasil, 1884/1939. Japoneses entrados no Brasil, 1904/1940. 6 p. dactilografado.
- 8 — RIBEIRO DE CASTRO, ORLANDO — *Formação da propriedade imobiliária no Brasil.* (In Diário de S. Paulo, São Paulo, 8/12/1940) — Estudo da evolução da propriedade imobiliária no Brasil.
- 9 — TUDO QUANTO É PRECISO ESTÁ SENDO FEITO. (In Correio da Noite, Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1943) — Medidas para a solução do problema da Amazônia.
- 10 — BRASIL. LEIS, DECS., ETC. — *Decreto-lei n.º 2681, de 7 de outubro de 1940.* Dispõe sobre os planos de colonização dos estados e municípios. (In Diário Oficial Bahia, 9/10/1940).
- 11 — BRASIL. LEIS, DECS., ETC. — *Decreto-lei n.º 3266, de 12 de maio de 1941.* Institui a colonização mediante a organização de "granjas-modelo", em terras per-

N. R. — Trabalho organizado pelo Prof. Antônio José de Matos Musso, Assistente do diretor da Divisão de Geografia do Serviço de Geografia e Cartografia do C.N.G., com a colaboração dos funcionários do Arquivo Corográfico, da Secção de Documentação do C.N.G.

- tencentos à União, e funda um núcleo colonial. (*In* Diário Oficial, Rio de Janeiro, 14/5/1941).
- 13 — DÓRIA DE VASCONCELOS, HENRIQUE — *A criação de colônias agrícolas nacionais*. (*In* A Gazeta, Vitória, 22/2/1941). Declarações do diretor do Serviço de Colonização e Imigração do estado de São Paulo sobre a criação de colônias agrícolas nacionais. Localização das colônias.
- 16 — *Colonização agrícola* — (*In* A Manhã, Rio de Janeiro, 27/1/1942) — Núcleos coloniais existentes no país. Dados sobre o núcleo "Cruz Machado", no Paraná. PAULA, RAUL DE — concessões territoriais (*In* Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 29/9/35). — Concessões territoriais — Constituição de 91. — Principais concessões dadas pelos estados aos estrangeiros. — Japoneses e americanos na Amazônia — As restrições da Constituição de 34 — Brasil e China. Comunicado do Sr. Raul de Paula à Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.
- 20 — PENA, BELISÁRIO — *Os latifúndios*. (*In* Boletim de Agricultura, Zootécnica e Veterinária, Rio, setembro e outubro de 1929). — Comentários acerca da conferência de Belisário Pena na Sociedade Nacional de Agricultura, sobre latifúndios.
- 22 — ENOUT, PEDRO — *Pequena propaganda e proletarização*. (*In* O Diário, Belo Horizonte, 11/3/1934) — Notas de Pedro Enout, de uma viagem feita pelo norte do Paraná. Observações em torno da "pequena propriedade" existente nessa região. Colonização.
- 23 — *FIXAÇÃO DA FAMÍLIA RURAL*. (*In* Fôlha da Manhã, Recife, 23/7/1942) — Comentários acerca da criação de núcleos coloniais no país. Criação do núcleo colonial agro-industrial de São Francisco.
- 24 — ABREU FILHO, JÚLIO — *Colonização*. (*In* Diário Popular, S. Paulo, 21/2/1940) — Comentários sobre forma de colonização.
- 25 — TAUNAY, AFONSO DE E. — *Condições do trabalho, 1883*. (*In* Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 8/10/39) — Organização do trabalho escravo nas fazendas, 1883.
- 26 — COSTA NETO, LUÍS — *Um problema vital para o Brasil*. (*In* O Jornal, Rio de Janeiro, 22/10/1940) — Entrevista do coronel Costa Neto, superintendente do acervo da Brazil Railway e empresas subsidiárias a "O Jornal" sugerindo um vasto plano de ação para povoamento das ricas glebas que pertenciam àquelas sociedades.
- 27 — *NÚCLEOS DE COLONIZAÇÃO*. (*In* Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 10/10/40) — Comentários acerca do recente decreto-lei estabelecendo a orientação a ser seguida por parte dos municípios no referente à política de colonização.
- 29 — FRANCO DE CARVALHO, P. — *A angústia do colono*. (*In* Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 7/4/1940) — A colonização do sul do Brasil. O colono em Santa Catarina.
- 31 — *Os latifúndios no Brasil*. (*In* Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15/9/1944) — Definição do termo latifúndio. Conceito de grandeza. O problema da concessão ou aproveitamento da terra.
- 32 — *Colonização e pequena propriedade*. (*In* Gazeta de Notícias. Fortaleza, 4/6/1939).
- 33 — GAVIÃO GONZAGA, ANTÔNIO — *Sistemas de colonização*. (*In* Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 31/10/1941) — Estudo do Dr. Gavião Gonzaga sobre os diversos sistemas de colonização que o Brasil comporta.
- 34 — MATE, MIGUEL — *Os problemas da colonização por iniciativa particular*. (*In* A Manhã, Rio de Janeiro, 14/8/1942) — Entrevista do Sr. Miguel Mate sobre sua iniciativa de colonização no sul do país. Fotografia do entrevistado.
- 36 — *A conquista do sertão do Brasil*. (*In* O Radical, Rio de Janeiro, 6/4/1940) — Mapa da estrada, cuja construção o Serviço de Proteção aos Índios vai iniciar, ligando os sertões do Brasil a Manaus. Estrada de Cuiabá a Vilhena. Exploração das jazidas de ouro de Urucumaquã. Nomeação dos membros da comissão que executará os serviços acima mencionados.

- 38 — SALES, APOLÔNIO — *Colonização agro-industrial*. (In *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 6/6/46) — Artigo de Apolônio Sales sobre a colonização agro-industrial, no trabalho desorientado do sertanejo e na necessidade de se orientar a colonização.
- 39 — MONTEIRO CAMINHOA, LUÍS — *Fazendas padrões de antanho*. (In *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 9/4/939) — Transcrição feita por Afonso Taunay da descrição das fazendas de café: *Gavião e Aldeia*, em Cantagalo, pelo Dr. Luis Monteiro Caminhoa.
- 40 — LEITE FILHO, SOLIDÔNIO — *Os degredados e a colonização no Brasil*. (In *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 15/12/1929) — Os degredados de Portugal constituíram, nos primeiros tempos, um dos principais elementos na obra de povoamento do Brasil.
- 42 — *A nova lei de colonização e a divisão da gleba rústica*. (In *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13/2/40) — Decreto-lei imprimindo novas diretrizes à colonização brasileira.
- 43 — RÊGO LINS, ALBERTO — *Terras devolutas*. (In *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27/7/1940).
- 44 — *A pasta da Agricultura na realidade nacional*. (In *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 4/3/1943) — Comentários acerca da gestão do Sr. Apolônio Sales na pasta da Agricultura. Ponto de vista do Sr. Apolônio Sales em relação à colonização do São Francisco, cidade agro-industrial de Itaparica.
- 45 — COSTA NETO, LUÍS — *Colonização intensiva*. (In *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26/10/1940) — Entrevista concedida pelo coronel Costa Neto, sobre as áreas dos estados de Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina, outrora pertencentes à Brazil Railway, e sua transformação em núcleos coloniais.
- 46 — AMORA, GIL — *Aspectos da colonização*. (In *A Manhã*, Rio de Janeiro, 13/9/1946) — Erro da política imigratória em não ter previamente estabelecido um sólido plano de colonização nacional. Colonização orientada.
- 47 — FREYRE, GILBERTO — *Von Koseritz e o problema do trabalho livre no Brasil*. (In *Jornal do Comércio*, Recife, 26/11/1941) — Comentários de Gilberto Freyre acerca do livro de Von Koseritz e o problema do trabalho livre no Brasil.
- 48 — COSTA, RENATO — *O problema da localização do "colono nacional"*. (In *Correio do Povo*, Pôrto Alegre, 6/12/1941) — Colonização estrangeira. Necessidade do aproveitamento do "trabalhador rural" brasileiro na colonização.
- 49 — BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — *Portaria n.º 60, de 27 de janeiro de 1944*. (In *Boletim do Conselho Nacional de Geografia*, p. 126, ano I, n.º 10, Rio de Janeiro, janeiro de 1944) — Disposição do art. 7.º do decreto-lei n.º 5 153, de 31 de dezembro de 1942, baixando instruções para a desapropriação de lotes ou áreas de terras nos núcleos coloniais.
- 50 — SOUSA LIMA, FRANKLIN DE — *Núcleos agrários*. (In *A Noite*, Rio de Janeiro, 15/8/1942) — Exposição do professor Franklin de Sousa Lima à "Noite" sobre os problemas agrários no Brasil — Problema do transporte. Produções padronizadas. Gráfico do movimento da Cooperativa de Reajustamento Financeiro do Patrimônio do Trabalho e da Produção.
- 51 — BRASIL. LEIS, DECS., ETC. — *Decreto-lei n.º 4 504, de 22 de julho de 1942*. Dispõe sobre a criação de núcleos coloniais agro-industriais.
- *Decreto-lei n.º 4 505, de 22 de julho de 1942*. Cria o núcleo colonial agro-industrial São Francisco e autoriza a aquisição de imóveis no município de Itaparica, estado de Pernambuco, necessários à sua instalação. (In *Diário Oficial*, Bahia., 29/7/42).
- 52 — OLIVEIRA MARQUES — *Colônias nacionais para impedir a formação de quistos estrangeiros*. (In *O Radical*, Rio de Janeiro, 8/2/1942) — A superioridade numérica das famílias brasileiras medida indispensável em todos os centros de colonização — fala a "O Radical" o Sr. Oliveira Marques, diretor de Terras e Colonização.
- 53 — *A redenção do caboclo* (s.n.t.) — Comentários em torno do problema da colonização no passado e no presente. Proteção ao colono

- estrangeiro e abandono ao colono nacional. Decreto-lei do governo providenciando a instalação de uma colônia agrícola nacional em terras situadas entre os rios Negro e Solimões. 1 p. dactilografado.
- 54 — NUNES, OSÓRIO — *Colonização de fronteiras*. (In *A Manhã*, Rio de Janeiro, 22/7/1947) — Necessidade de uma nova política de povoamento no Brasil. Criação de territórios federais. Colonização das fronteiras.
- 55 — *Um exemplo de colonização benéfica ao desenvolvimento de nossa pátria — Nos primórdios de nossa história — Vantagens e perigos da colonização — A ação dinâmica de um grande colonizador e amigo do Brasil — O que são as indústrias Renaux S. A. — Ouvindo o Sr. Oto Renaux, diretor-presidente da primeira fábrica fundada em Santa Catarina e de uma das maiores organizações industriais do país*. (In *A Manhã*, Rio de Janeiro, 28/10/1942).
- 59 — *Os núcleos agro-industriais*. (In *A Manhã*, Rio de Janeiro, 15/8/1942) — Repercussão no país da criação do núcleo agro-industrial do São Francisco.
- 60 — *Colonização e assimilação*. (In *A Manhã*, Rio de Janeiro, 10/1/1943) — Comentários acerca de um discurso pronunciado pelo embaixador Frederico Castelo Branco Clark, ao assumir a presidência do Conselho de Imigração e Colonização.
- 61 — LIMA, JORGE DE — *Missionários etnólogos e apóstolos*. (In *A Manhã*, Rio de Janeiro, 4/2/1943) — O papel dos missionários no Brasil.
- 62 — *Financiamento e colonização*. (In *A Noite*, São Paulo, 20/2/1943) — A concessão de lotes em núcleos coloniais exercendo uma apreciável atração sobre os imigrantes europeus. Colonização em São Paulo e Rio Grande do Sul.
- 65 — *Núcleos agro-industriais*. (In *A Notícia*, Rio de Janeiro, 30/11/1942) — Núcleo agro-industrial do São Francisco.
- 67 — *A batalha com a floresta e o sertão*. (In *A Manhã*, Rio de Janeiro, 2/3/1943) — Movimento de expansão — norte e sul. Colonização.
- 70 — *A morte do latifúndio*. (In *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30/1/1942) — Desmembramento das grandes propriedades nas zonas agrícolas do país.
- 72 — MENDES BARROS, GERALDO. *A política partidária e assimilação dos núcleos coloniais*. (In *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29/11/1941). Medidas tomadas pelo Estado Nacional no sentido da proibição das atividades políticas dos núcleos estrangeiros. Nacionalização do ensino nas zonas coloniais.
- 73 — CAVALCANTI, PLÍNIO. *Paraná e Santa Catarina de relance*. (In *A Gazeta*, São Paulo, 13/3/1942) — Comentários acerca de uma viagem pelo interior do Paraná e Santa Catarina.
- 76 — *A colonização estrangeira*, (In *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8/1/1943) — Desapropriação de áreas pertencentes a estrangeiros nocivos.
- 78 — *Núcleos agrícolas coloniais*. (In *A Manhã*, Rio de Janeiro, 18/3/1943) — Valor da produção dos núcleos existentes, segundo os dados constantes do relatório do diretor da Divisão de Terras e Colonização.
- 81 — LIMA FIGUEIREDO, JOSÉ. — *O exército e o sertão*. (In *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7/9/1938) — Primeiros desbravadores do nosso sertão. Opinião do autor sobre a formação de um exército sertanejo que serviria para colonizar os nossos sertões.
- 82 — MENDES BARROS, GERALDO. — *A marcha para o Oeste*. (In *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 2/6/1940). — Expansão geográfica do Brasil nos primeiros tempos. Necessidade da expansão demográfica e econômica dentro do próprio território brasileiro, focalizada pelo Sr. Getúlio Vargas em uma entrevista.
- 83 — LABORIAU, F. — *Uma grande nobre e feliz idéia*. (In *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18/9/1927) — Artigo do prof. F. Laboriau, com citações de Belisário Pena, sobre latifúndio e plano de colonização no norte do Paraná.
- 87 — MENESES, DJACIR. — *Requisitos para a proteção ao trabalho rural*. (In *A Manhã*, Rio de Janeiro, 10/8/1943).

- 88 — BRASIL, LEIS, DECS., ETC. Decreto-lei n.º 4504, de 22 de julho de 1942. Dispõe sobre a criação de núcleos coloniais agro-industriais. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943. 3 p., 22 cm.
- 89 — *Auto-colonização do país*. (In Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 9/10/1943). — Como devem ser fundados os núcleos de colonização.
- 90 — *Aviação e unidade nacional*. (In Diário de São Paulo, São Paulo, 14/11/1943). — Criação de territórios. Quanto mais subdividida for a área de uma nação de baixa densidade demográfica, tanto mais fácil será a sua conquista pelo homem. Meios de comunicação facilitando a civilização.
- 95 — *O operariado rural*. (In A Manhã, Rio de Janeiro, 20/5/1943). — Amparo do governo ao trabalhador rural.
- 98 — BRASIL, LEIS, DECS., ETC. — *Terrenos de Marinha*. — Decretos-leis referentes aos terrenos de marinha. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1943. 77 p., 22 cm.
- 100 — CORREIA FILHO, VIRGÍLIO. — *Aquisição de terras devolutas*. (In Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 17/8/1947). — Silvícolas que habitavam o território do Brasil. Sesmarias — Condições em que eram dadas. Cópia de uma carta de D. João III a Martim Afonso de Sousa, dando-lhe as terras que descobrisse no Brasil.
- 102 — CARVALHO, HERNANI DE. — *Necessário retorno à mentalidade rural*. (In Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 27/6/1944). — Primeiros colonos aqui chegados. Necessidade de fixar o trabalhador rural à sua gleba.
- 105 — *Colônias agrícolas*. (In Diário Carioca, Rio de Janeiro, 2/6/1943). — Comentários em torno do trabalho do Sr. Oliveira Marques, apresentado ao Conselho de Imigração e Colonização, sobre criação de colônias agrícolas em várias regiões do país, prevalecendo o critério de localiza-las nas proximidades dos grandes centros de consumo.
- 110 — *Terras da União aos agricultores*. (In A Notícia, Rio de Janeiro, 27/1/1844). — Condições para aquisição de terras da União destinados à lavoura. Criação de "granjias-módulo".
- 112 — *Ofensiva contra os "quistos"*. (In Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1/2/1944). — Desapropriação das terras compreendidas nas áreas dos núcleos coloniais nas quais existam "aglomerados" de colonos indesejáveis.
- 113 — BRASIL, LEIS, DECS., etc. Decreto-lei n.º 3 059, de 14 de fevereiro de 1941. Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942. 5 p., 23 cm.
- 120 — BARBOSA LIMA SOBRINHO. — *Origens do latifúndio no Brasil*. (In Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9/4/1944).
- 121 — MAIA, ÁLVARO — *A terra e o caboclo*. (In Dos Jornais, abril de 1943). — Latifúndios. Leis dos estados de Pernambuco e Amazonas protegendo os caboclos que se dedicam à agricultura.
- 123 — CHEGOIN, RAVARY DE. — *Comment se développe la colonisation dans les États de S. Paulo et de Santa Catarina*. (Brasília, Paris, juillet 1939). — Colonização em S. Paulo e em Santa Catarina.
- 124 — *A ocupação do Oeste*. (In Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 10/6/1943). — Colonização do Oeste.
- 125 — REIS, FIDÉLIS. — *O Brasil do futuro*. (In Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 20/11/1943). — Problemas de imigração e colonização.
- 126 — *Importância do campo*. (In Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 9/12/1943). — Necessidade de se povoar o Brasil por colonos afeitos à vida do campo e que ofereçam pelo seu passado condições próprias a dar-lhe crédito no sentido da atividade que virão aqui desenvolver. Importância da atividade rural no desenvolvimento de uma nação.
- 130 — MATE, MIGUEL. — *O maior desbravador de terras do Brasil*. (In Diário da Noite, Rio de Janeiro, 10/11/1943). — Palestra do Sr. Miguel Mate com o redator do Diário da Noite, sobre o problema de colonização. Fotografia.
- 131 — SALES, APOLÔNIO. — *Colonos holandeses*. (In A Manhã, Rio de Janeiro, 28/11/1948). — Artigo de Apolônio Sales sobre a vinda de colonos holandeses para o Brasil. Despesas que serão necessárias.

- Comentário pela falta de proteção ao colono nacional.
- 132 — O *colono nacional*. (In *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2/3/1944). — Denúncias que recebeu o Departamento Nacional de Imigração, relativas à precária situação de trabalhadores nordestinos encaminhados para a lavoura no estado de São Paulo.
 - 134 — *Aforamentos rurais*. (In *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18/5/1944). — Valor dos fôros por hectare no Brasil.
 - 136 — OLIVEIRA, BENEVAL DE. — *Povoamento e colonização*. (In *Brasil-Portugal*, Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1944). — Estudo rápido dos fatores que, ligados aos solos, têm sua influência maior ou menor na questão de fixação do homem à terra.
 - 139 — TOURINHO, EDUARDO. — *Primeiros povoadores do Brasil*. (In *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29/7/1948). — João Ramalho, um dos primeiros povoadores do Brasil. Fundação da povoação de Santo André da Borda do Campo, da qual se originou a capital bandeirante, 1560.
 - 141 — DELGADO DE CARVALHO, CARLOS. — *Colonização e núcleos em expansão*. (In *Revista Brasileira de Geografia*, pp. 125/136, ano III, n.º 1, Rio de Janeiro, 1941).
 - 143 — *Núcleos e quistos*. (In *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17/12/1943). — Sistema de núcleos coloniais como regime de cooperação agrícola. O italiano, o mais assimilável de todos os colonos que entram no Brasil.
 - 144 — *Núcleos coloniais*. (In *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24/12/1943). — Comentários acerca de um decreto-lei regulando a criação e a existência dos núcleos coloniais. Necessidade de pessoal técnico e de famílias pioneiras nesses núcleos.
 - 146 — *Terra mineira. O latifúndio e a nossa história econômica*. (In *Fôlha de Minas*, Belo Horizonte, 19/5/1944).
 - 147 — BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. — *Colonização*. (In *Brasil* pp. 216/220, Rio de Janeiro, 1948). — Núcleos coloniais. Vantagens concedidas aos colonos no Brasil. Quadro demonstrativo dos colonos localizados e capacidade de absorção futura. Situação da população dos núcleos federais em 1946. Núcleos coloniais e colônias agrícolas nacionais criados depois de 1926.
 - 148 — FRANCA, ANTÔNIO. — *Colonização e formação do Brasil*. (In *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8/10/44).
 - 149 — OLIVEIRA, BENEVAL DE. — *Povoamento e colonização*. (In *Brasil-Portugal*, Rio de Janeiro, 15/7/44). — Áreas de povoamento.
 - 150 — SOUSA ANDRADE, OLÍMPIO DE. — *O Brasil venceu mais uma etapa da sua história*. (In *A Manhã*, Rio de Janeiro, 16/5/1943). — Entrevista concedida à "A Manhã" pelo norte-americano Roy Nash, dando suas impressões sobre a necessidade da expansão brasileira para o oeste.
 - 153 — NEIVA MOREIRA. — *Desapropriar as terras sem utilidade social*. (In *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8/2/1945). — A colonização do vale do São Francisco e o exemplo de uma nova política econômica e demográfica. Análises regionais do território brasileiro para sustar o desequilíbrio entre as cidades e os campos — Eliminação das barreiras que beneficiam a poucos e prejudicam a muitos.
 - 155 — BRASIL. LEIS, DECS., ETC. — *Decreto-lei n.º 6 117, de 16 de dezembro de 1943. Regula a fundação dos núcleos coloniais e dá outras providências*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. 10 p., 22 cm.
 - 156 — MATOS, ARQUIMIMO. — *Colonização e recolonização do Brasil, conforme as idéias de Alberto Torres*. (In *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 25/3/1934). — Conferência do Dr. Arquimimo Matos no Núcleo Espiritossantense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, sobre colonização e recolonização.
 - 158 — OLIVEIRA, BENEVAL DE. — *Povoamento e colonização*. (In *Brasil-Portugal*, Rio de Janeiro, 24/6/1944). — Considerações preliminares em torno do problema de povoamento e colonização.
 - 159 — CRUZ CORDEIRO. — *Sesmarias e léguas*. (In *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19/8/1945). — Algumas

- medidas agrárias brasileiras que têm origem na *sesmaria*.
- 161 — MAIA, DELMIRO. — *Origens dos latifundiários*. (In A União, João Pessoa, 9/12/1947). — Palestra realizada na Semana Ruralista, no Aprendizado Agrícola Vidal de Negreiros, sobre origens dos latifundiários.
- 163 — ALVES, AMIL. — *Latifúndios*. (In Tribuna de Petrópolis, Petrópolis, 1/7/1945). — Problema dos latifúndios.
- 164 — *A colonização do São Francisco*. (In A Manhã, Rio de Janeiro, 30/6/1943). — Dados relativos ao andamento do núcleo agro-industrial do São Francisco.
- 165 — MARTINS E SILVA. — *Os problemas da Amazônia*. (In Visão Brasileira, Rio, outubro de 1940). — Os problemas do latifúndio e do trabalhador rural.
- 166 — MAGALHÃES, AGAMENON. — *Colonização*. (In A Fôlha da Manhã, Recife, 17/8/1944). — Fatores indispensáveis à colonização.
- 167 — *Divisão de terras*. (In Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 10/8 1945). — A questão dos latifúndios. Loteamento de terras da União.
- 167 — A — DIEGUES JÚNIOR, MANUEL. — *Monocultura e população*. Rio de Janeiro, s.d. — Povoamento no Brasil. Influência da monocultura na formação da população. 3 pp. Dactilografado.
- 168 — WAIBEL, LEO. — *Memorandum ao Coordenador de Geografia do C.N.G.* — Definições de geografia geral e regional. *Colonização* — problema fundamental do Brasil. Normas a serem obedecidas Sugestões para a elaboração de um atlas — sua importância como fonte de informações. 6 pp. Dactilografado. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1947.
- 169 — ANDRADE, HELENIR F. — *Bibliografia sobre colonização no Brasil*. — Relação do assunto inserto na coleção do "Boletim Geográfico" e "Revista Brasileira de Geografia". Rio de Janeiro, agosto de 1949. 4 pp. Dactilografado.
- 170 — FERREIRA DA CUNHA (CÉSAR DE ANDRADE), HELOÍSA. — *Índice dos trabalhos sobre colonização, publicados nos ns. 1 a 164 do Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, agosto de 1949. 12 pp. Dactilografado.
- 171 — LIMA DE OLIVEIRA, FLAVITA. — *Índice dos trabalhos sobre colonização publicada na Revista de Imigração e Colonização*. Rio agosto de 1949. 15 pp. Dactilografado.
- 172 — MARTINS, CARLOS ALBERTO. — *Índice de alguns trabalhos sobre colonização, da Revista "O Observador Econômico e Financeiro" do ano I ao XIII*. Rio, agosto de 1949. 2 pp. Dactilografado.

Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário das leis e decretos publicados no período de 1 a 31 de janeiro de 1949

Leis

- Lei n.º 225, de 3 de fevereiro de 1948 — "Acrescenta o § 4.º ao artigo 81, e modifica a redação dos artigos 82 e 84 do decreto-lei n.º 9760, de 1946, que dispõe sobre bens imóveis da União.
"Diário Oficial" de 31-1-1949.
- Lei n.º 567, de 21 de dezembro de 1948 — "Autoriza a abertura de crédito especial para atender às despesas com a construção do ramal ferroviário Lima Duarte-Bom Jardim".
"Diário Oficial" de 7-1-1949.
- Lei n.º 599 A, de 26 de dezembro de 1948 — "Dá nova redação aos artigos 22, 23, 44, 95 e 112, do decreto-lei n.º 7036, de 10 de novembro de 1944".
"Diário Oficial" de 5-1-1949.
- Lei n.º 602, de 28 de dezembro de 1948 — "Dispõe sobre o julgamento da aptidão para oficialato dos alunos do Curso Prévio e do 1.º e 2.º anos do Curso Superior da Escola Naval".
"Diário Oficial" de 4-1-1949.
- Lei n.º 603, de 2 de janeiro de 1949 — "Autoriza a abertura de crédito especial para despesas de amparo às populações de municípios dos estados de Pernambuco e Alagoas".
"Diário Oficial" de 5-1-1949.
- Lei n.º 604, de 3 de janeiro de 1949 — "Transforma em estabelecimento federal de ensino superior a Faculdade de Direito de Goiás".
"Diário Oficial" de 4-1-1949.
- Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949 — "Dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriadados civis e religiosos".
"Diário Oficial" de 14-1-1949.
- Lei n.º 606, de 6 de janeiro de 1949 — "Altera o § 1.º do art. 6.º do decreto-lei n.º 3448, de 23 de julho de 1941, que criou o Quadro de Oficiais Auxiliares".
"Diário Oficial" de 6-1-1949.
- Lei n.º 607, de 6 de janeiro de 1949 — "Altera a carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 7-1-1949.
- Lei n.º 608, de 10 de janeiro de 1949 — "Torna extensivas aos sub-oficiais e sargentos do 1.º Grupo da F.A.B., vantagens concedidas ao pessoal da F.E.B. pelo decreto-lei n.º 8159, de 1945 e pela lei n.º 11 de 1946".
"Diário Oficial" de 22-1-1949.
- Lei n.º 611, de 13 de janeiro de 1949 — "Cria na Divisão do Fomento da Produção Animal do Departamento Nacional da Produção Animal, duas inspetorias regionais nos estados de Mato Grosso e Goiás".
"Diário Oficial" de 22-1-1949.
- Lei n.º 612, de janeiro de 1949 — "Cria um horto florestal no município de Silvânia, no estado de Goiás".
"Diário Oficial" de 22-1-1949.
- Lei n.º 613, de 23 de janeiro de 1949 — "Autoriza a abertura, pelo Ministério da Guerra de crédito especial para pagamento de despesas realizadas em 1946".
"Diário Oficial" de 22-1-1949.

Decretos executivos

- Decreto n.º 22 786, de 20 de março de 1947 — "Autoriza estrangeiro a adquirir fração de domínio útil de terreno de marinha e de acrescidos de marinha que menciona, situado nesta capital".
"Diário Oficial" de 19-1-1949.
- Decreto n.º 24 817, de 14 de abril de 1948 — "Outorga concessão à Prefeitura Municipal de Tarumirim, para aproveitamento da energia hidráulica de um desnível existente no rio Caratinga, distrito de Tarumirim, município de igual nome, estado de Minas Gerais".
"Diário Oficial" de 10-1-1949.

Decreto n.º 25 166, de 10 de janeiro de 1949 —
 “Abre ao Poder Judiciário, o crédito de Cr\$ 780 000,00 suplementar ao orçamento de 1948, para pagamento de substituições na Justiça do Trabalho”.

“Diário Oficial” de 10-1-1949.

Decreto n.º 25 170 A, de 2 de julho de 1948 —
 “Dá nova denominação ao aeroporto de Recife”.

“Diário Oficial” de 22-1-1949.

Decreto n.º 25 350, de 10 de agosto de 1948 —
 “Outorga à Prefeitura Municipal de São Sepé, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Pulquéria, existente no rio São Sepé, no município de São Sepé, estado do Rio Grande do Sul”.

“Diário Oficial” de 27-1-1949.

Decreto n.º 25 399, de 27 de agosto de 1948 —
 “Outorga concessão à Rádio Correio da Manhã Ltda., para estabelecer uma estação radiodifusora nesta capital”.

“Diário Oficial” de 8-1-1949.

Decreto n.º 25 523, de 16 de setembro de 1948 —
 “Concede à sociedade econômica “I.B. E.C. Technical Services Corporation” autorização para funcionar na República”.

“Diário Oficial” de 27-1-1949.

Decreto n.º 25 771, de 4 de novembro de 1948 —
 “Abre ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 270 000,000 para ocorrer às despesas resultantes da organização e realização do III Pentation Militar Moderno Sul-Americano”.

“Diário Oficial” de 3-1-1949.

Decreto n.º 25 838, de 16 de novembro de 1948 —
 “Outorga concessão à Rádio Xavantes S.A., para estabelecer uma estação rádio-difusora na cidade de Ipameri, estado de Goiás”.

“Diário Oficial” de 15-1-1949.

Decreto n.º 25 878, de 29 de novembro de 1948 —
 “Concede reconhecimento ao curso ginasial do Ginásio Figueiredo Costa, de Niterói”.

“Diário Oficial” de 10-1-1949.

Decreto n.º 25 892, de 2 de dezembro de 1948 —
 “Autoriza a Estrada de Ferro Sorocabana a construir uma linha de transmissão entre as estações de Ipanema e Bernardino de Campos, no estado de São Paulo”.

“Diário Oficial” de 8-1-1949.

Decreto n.º 25 993, de 10 de dezembro de 1948 —
 “Autoriza o ginásio São Luís, com sede em Bragança Paulista, no estado de São Paulo, a funcionar como colégio”.

“Diário Oficial” de 24-1-1949.

Decreto n.º 26 023, de 14 de dezembro de 1948 —
 “Dispõe sobre promoção na carreira de agente fiscal do Imposto de Consumo do Ministério da Fazenda”.

“Diário Oficial” de 5-1-1949.

Decreto n.º 26 042, de 17 de dezembro de 1948 —
 “Promulga os atos firmados em Nova

York a 22 de julho de 1946, por ocasião da Conferência Internacional de Saúde”.

“Diário Oficial” de 25-1-1949.

Decreto n.º 26 043, de 17 de dezembro de 1948 —
 “Concede reconhecimento ao curso de bacharelado da Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo”.

“Diário Oficial” de 4-1-1949.

Decreto n.º 26 044, de 17 de dezembro de 1948 —
 “Concede autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, geografia e história, letras clássicas, letras neo-latinas e letras anglo-germânicas, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino, de Uberaba”.

“Diário Oficial” de 28-1-1949.

Decreto n.º 26 064, de 22 de dezembro de 1948 —
 “Concede à firma “Duarte Maranhão Ltda.”, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o decreto-lei n.º 2 784, de 20 de novembro de 1940”.

“Diário Oficial” 8-1-1949.

Decreto n.º 26 065, de 22 de dezembro de 1948 —
 “Concede a “Cabral Machado & Cia.”, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o decreto-lei n.º 2 784, de 20 de novembro de 1940”.

“Diário Oficial” de 8-1-1949.

Decreto n.º 26 066, de 22 de dezembro de 1948 —
 “Concede à “Empresa Navegação Tocantina Darci Gomes Marinho Ltda.”, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o decreto-lei n.º 2 784, de 20 de novembro de 1940”.

“Diário Oficial” de 8-1-1949.

Decreto n.º 26 080, de 23 de dezembro de 1948 —
 “Autoriza estrangeiro a revigorar aforamento de terreno de marinha que menciona, situado nesta capital”.

“Diário Oficial” de 29-1-1949.

Decreto n.º 26 081, de 23 de dezembro de 1948 —
 “Autoriza o cidadão polonês Alfredo Henberg a comprar pedras preciosas”.

“Diário Oficial” de 8-1-1949.

Decreto n.º 26 082, de 27 de dezembro de 1948 —
 “Aprova o aumento de capital e as alterações introduzidas nos estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Indenizadora”.

“Diário Oficial” de 17-1-1949.

Decreto n.º 26 083, de 27 de dezembro de 1948 —
 “Revoga o decreto que concedeu à sociedade anônima “Liquid Carbonic do Brasil, Inc.” autorização para funcionar na República, e cassa a respectiva carta”.

“Diário Oficial” de 7-1-1949.

Decreto n.º 26 107, de 30 de dezembro de 1948 —
 “Autoriza estrangeira a aforar o terreno de acrescido de marinha que menciona, situado nesta capital”.

“Diário Oficial” de 29-1-1949.

Decreto n.º 26 108, de 30 de dezembro de 1948
— “Autoriza estrangeiros a revigorarem o aforamento do terreno de marinha que menciona, situado no estado do Rio de Janeiro”.

“Diário Oficial” de 15-1-1949.

Decreto n.º 26 109, de 30 de dezembro de 1948
— “Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado nesta capital”.

“Diário Oficial” de 25-1-1949.

Decreto n.º 26 110, de 30 de dezembro de 1948
— “Cria função na Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário Mensalista da Escola Técnica de Pelotas, da Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde”.

“Diário Oficial” de 4-1-1949.

Decreto n.º 26 111, de 30 de dezembro de 1948
— “Aceita doação de terrenos situados na cidade de Campos dos Goitacases, estado do Rio de Janeiro”.

“Diário Oficial” de 4-1-1949.

Decreto n.º 26 112, de 30 de dezembro de 1948
— “Aprova os projetos, especificações e orçamentos para obras complementares no porto de Itajaí”.

“Diário Oficial” de 4-1-1949.

Decreto n.º 26 113, de 30 de dezembro de 1948
— “Suprime cargo vago”.

“Diário Oficial” de 4-1-1949.

Decreto n.º 26 114, de 30 de dezembro de 1948
— “Suprime cargo vago”.

“Diário Oficial” de 4-1-1949.

Decreto n.º 26 115, de 30 de dezembro de 1948
— “Suprime cargo vago”.

“Diário Oficial” de 4-1-1949.

Decreto n.º 26 116, de 30 de dezembro de 1948
— “Suprime cargo vago”.

“Diário Oficial” de 4-1-1949.

Decreto n.º 26 117, de 30 de dezembro de 1948
— “Suprime cargo vago”.

“Diário Oficial” de 4-1-1949.

Decreto n.º 26 118, de 30 de dezembro de 1948
— “Suprime cargo vago”.

“Diário Oficial” de 4-1-1949.

Decreto n.º 26 119, de 30 de dezembro de 1948
— “Suprime cargo vago”.

“Diário Oficial” de 4-1-1949.

Decreto n.º 26 120, de 30 de dezembro de 1948
— “Suprime cargo vago”.

“Diário Oficial” de 4-1-1949.

Decreto n.º 26 121, de 30 de dezembro de 1948
— “Suprime cargo vago”.

“Diário Oficial” de 4-1-1949.

Decreto n.º 26 122, de 30 de dezembro de 1948
— “Suprime cargo vago”.

“Diário Oficial” de 4-1-1949.

Decreto n.º 26 123, de 30 de dezembro de 1948
— “Suprime cargo vago”.

“Diário Oficial” de 4-1-1949.

Decreto n.º 26 124, de 30 de dezembro de 1948
— “Suprime cargo vago”.

“Diário Oficial” de 4-1-1949.

Decreto n.º 26 125, de 30 de dezembro de 1948
— “Suprime cargo vago”.

“Diário Oficial” de 4-1-1949.

Decreto n.º 26 127, de 31 de dezembro de 1948
— “Concede à Selzinick Releasing Organization of Brazil Ltd.” sociedade anônima, autorização para funcionar na República”.

“Diário Oficial” de 19-1-1949.

Decreto n.º 26 130, de 31 de dezembro de 1948
— “Altera a lotação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores”.

“Diário Oficial” de 3-1-1949.

Decreto n.º 26 131, de 31 de dezembro de 1948
— “Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 500,00 para o fim que especifica”.

“Diário Oficial” de 5-1-1949.

Decreto n.º 26 132, de 31 de dezembro de 1948
— “Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 13 700,00 para indenização do Dr. Mário Kroeff”.

“Diário Oficial” de 5-1-1949.

Decreto n.º 26 133, de 31 de dezembro de 1948
— “Abre pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 16 703,20, para pagamento de diferença de gratificação de magistério”.

“Diário Oficial” de 5-1-1949.

Decreto n.º 26 134, de 31 de dezembro de 1948
— “Abre pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 660 000,00 para pagamento de gratificação de magistério”.

“Diário Oficial” de 5-1-1949.

Decreto n.º 26 135, de 31 de dezembro de 1948
— “Fixa vencimentos e salários dos servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências”.

“Diário Oficial” de 3-1-1949.

Decreto n.º 26 136, de 31 de dezembro de 1948
— “Declara perempta a concessão outorgada à Rádio Clube do Rio Claro pelo decreto n.º 1 307, de 28 de dezembro de 1936”.

“Diário Oficial” de 5-1-1949.

Decreto n.º 26 137, de 31 de dezembro de 1948
— “Altera as Tabelas Numéricas Suplementares de Extranumerário-Mensalista do Departamento Administrativo do Serviço Público e do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura”.

“Diário Oficial” de 5-1-1949.

Decreto n.º 26 140, de 31 de dezembro de 1948
— “Revoga o decreto n.º 6 311, de 20 de setembro de 1940”.

“Diário Oficial” de 5-1-1949.

Decreto n.º 26 140 A, de 31 de dezembro de 1948
— “Abre pelo Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 9 000,00 para o fim que especifica”.

“Diário Oficial” de 4-1-1949.

Decreto n.º 26 142, de 4 de janeiro de 1949
— “Concede reconhecimento aos cursos de ciências econômicas e ciências contábeis e atuariais das Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará”.

“Diário Oficial” de 15-1-1949.

Decreto n.º 26 144, de 4 de janeiro de 1949
— “Concede autorização para funcionamento dos cursos de geografia, história, letras clássicas, letras neo-latinas, letras anglo-germânicas e pedagogia da Faculdade de Filosofia de Goiás”.

“Diário Oficial” de 14-1-1949.

Decreto n.º 26 145, de 4 de janeiro de 1949
— “Convoca o Congresso Nacional para reunir, extraordinariamente, no dia 15 de janeiro corrente”.

“Diário Oficial” de 5-1-1949.

Decreto n.º 26 146, de 4 de janeiro de 1949
— “Dispõe sobre gratificação de representação no estrangeiro a servidores civis e militares da União”.

“Diário Oficial” de 17-1-1949.

Decreto n.º 26 147, de 5 de janeiro de 1949
— “Extingue cargos vagos”.

“Diário Oficial” de 10-1-1949.

Decreto n.º 26 148, de 5 de janeiro de 1949
— “Aceita a doação gratuita dos imóveis que menciona, situados no município de Teresina, estado do Piauí”.

“Diário Oficial” de 7-1-1949.

Decreto n.º 26 149, de 9 de janeiro de 1949
— “Dá nova publicação do decreto-lei n.º 7 404, de 22 de março de 1945, consolidando as alterações posteriores, e regulamentos a execução das isenções de que trata o artigo 13 da lei n.º 494, de 26 de novembro de 1949”.

“Diário Oficial” de 8-1-1949.

Decreto n.º 26 150, de 6 de dezembro de 1948
— “Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 8 500 000,00, para o fim que especifica”.

“Diário Oficial” de 6-1-1949.

Decreto n.º 26 151, de 6 de janeiro de 1949
— “Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Belo, no estado de Minas Gerais, a ampliar as instalações na usina de sua propriedade”.

“Diário Oficial” de 8-1-1949.

Decreto n.º 26 152, de 6 de janeiro de 1949
— “Renova o decreto n.º 21 404, de 9 de julho de 1946”.

“Diário Oficial” de 13-1-1949.

Decreto n.º 26 153, de 6 de janeiro de 1949
— “Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Júnior, a pesquisar calcários dolomíticos e associados no município de Itabirito, estado de Minas Gerais”.

“Diário Oficial” de 13-1-1949.

Decreto n.º 26 154, de 16 de janeiro de 1949
— “Concede à Mineração Itabapoana Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração”.

“Diário Oficial” de 8-1-1949.

Decreto n.º 26 155, de 6 de janeiro de 1949
— “Concede a Irmãos Caniere Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração”.

“Diário Oficial” de 8-1-1949.

Decreto n.º 26 156, de 6 de janeiro de 1949
— “Concede à Companhia Industrial de Mineração, autorização para funcionar como empresa de mineração”.

“Diário Oficial” de 8-1-1949.

Decreto n.º 26 157, de 6 de janeiro de 1949
— “Aprova a tabela de gratificação a título de representação de que trata o decreto-lei n.º 9 202, de 26 de abril de 1946”.

“Diário Oficial” de 7-1-1949.

Decreto n.º 26 159, de 7 de janeiro de 1949
— “Suspende a entrada em território nacional de farinha de trigo de qualquer qualidade de procedência”.

“Diário Oficial” de 7-1-1949.

Decreto n.º 26 160, de 8 de janeiro de 1949
— “Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1 933 913,00, para atender à despesa com a delegação brasileira à Conferência de Comércio e Emprêgo reunida em Havana”.

“Diário Oficial” de 8-1-1949.

Decreto n.º 26 161, de 8 de janeiro de 1949
— “Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1 500 000,00, para pagamento de despesas realizadas durante a visita do governador-geral do Canadá ao Brasil”.

“Diário Oficial” de 8-1-1949.

Decreto n.º 26 162 de 8 de janeiro de 1949
— “Abre ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 71 300,00, para pagamento de gratificações de representação a membros da Justiça Eleitoral nos estados do Paraná e Pernambuco”.

“Diário Oficial” de 8-1-1949.

Decreto n.º 26 163, de 8 de janeiro de 1949
— “Abre ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 139 300,00, para ocorrer ao pagamento de despesa de pessoal e aluguel de casa, em 1947”.

“Diário Oficial” de 8-1-1949.

Decreto n.º 26 164, de 10 de janeiro de 1949
— “Abre ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 11 200,00, para pagamento do alugel do prédio onde funciona o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe”.

“Diário Oficial” de 10-1-1949.

Decreto n.º 26 165, de 10 de janeiro de 1949
— “Abre ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 84 000,00, para pagamento de gratificações de representações”.

“Diário Oficial” de 10-1-1949.

Decreto n.º 26 167, de 10 de janeiro de 1949
— “Abre ao Poder Judiciário, o crédito

de Cr\$ 102 700,00 suplementar ao orçamento de 1948, para pagamento de despesas realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte".

"Diário Oficial" de 10-1-949.

Decreto n.º 26 168, de 10 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 12-1-949.

Decreto n.º 26 169, de 10 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 12-1-949.

Decreto n.º 26 170, de 10 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 12-1-949.

Decreto n.º 26 171, de 10 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 12-1-949.

Decreto n.º 26 172, de 10 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 12-1-949.

Decreto n.º 26 173, de 10 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 12-1-949.

Decreto n.º 26 174, de 10 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 12-1-949.

Decreto n.º 26 175, de 10 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 12-1-949.

Decreto n.º 26 176, de 10 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 12-1-949.

Decreto n.º 26 177, de 10 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 12-1-949.

Decreto n.º 26 178, de 10 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 12-1-949.

Decreto n.º 26 179, de 10 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 12-1-949.

Decreto n.º 26 180, de 10 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 12-1-949.

Decreto n.º 26 181, de 10 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 12-1-949.

Decreto n.º 26 182, de 10 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 12-1-949.

Decreto n.º 26 183, de 10 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 12-1-949.

Decreto n.º 26 184, de 10 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 12-1-949.

Decreto n.º 26 185, de 12 de janeiro de 1949
— "Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 33 000,00, para pagamento de gratificação de magistério a Luís Amadeu Capriglione".

"Diário Oficial" de 14-1-949.

Decreto n.º 26 186, de 12 de janeiro de 1949
— "Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100 000,00, para atender ao pagamento com a impressão dos Anais do VI Congresso Brasileiro de Higiene".

"Diário Oficial" de 14-1-949.

Decreto n.º 26 187, de 12 de janeiro de 1949
— "Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 26 000,00, para pagamento de gratificação de magistério a Cláudio Ferreira de Melo".

"Diário Oficial" de 14-1-949.

Decreto n.º 26 188, de 12 de janeiro de 1949
— "Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5 322,60, para pagamento de gratificação de magistério a Francisco Luís da Silva Campos".

"Diário Oficial" de 14-1-949.

Decreto n.º 26 189, de 12 de janeiro de 1949
— "Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de..... Cr\$ 1 122,60, para pagamento de gratificação de magistério a José Furtado Simas".

"Diário Oficial" de 14-1-949.

Decreto n.º 26 190, de 12 de janeiro de 1949
— "Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 30 000,00, para pagamento da publicação dos Anais da IV Conferência Regional de Tuberculose".

"Diário Oficial" de 14-1-949.

Decreto n.º 26 191, de 12 de janeiro de 1949
— "Declara de utilidade pública a forma de terreno de marinha que menciona, a fim de ser desapropriado por "The Great Western of Brazil Railway Company, Limited".

"Diário Oficial" de 14-1-949.

Decreto n.º 26 192, de 12 de janeiro de 1949
— "Abre pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr\$ 63 000,00 (sessenta e três mil cruzeiros)".

"Diário Oficial" de 13-1-949.

Decreto n.º 26 193, de 12 de janeiro de 1949
— "Abre ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 10 000 000,00 (dez milhões de cruzeiros), para intensificação da campanha contra a mosca do fruto".

"Diário Oficial" de 14-1-949.

Decreto n.º 26 195, de 12 de janeiro de 1949
— "Concede à "Italcable Servizi Cabografici Radiotelegrafici e Radioelettrici Società per Azioni", autorizada para continuar a funcionar na República".

"Diário Oficial" de 24-1-949.

Decreto n.º 26 196, de 12 de janeiro de 1949
— "Aprova alterações introduzidas nos estatutos da Segurança Industrial Companhia Nacional de Seguros".

"Diário Oficial" de 20-1-949.

Decreto n.º 26 197, de 12 de janeiro de 1949
— “Concede à “Navegação Tavares Ltda.” autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o decreto-lei n.º 2 784, de 20 de novembro de 1940”.

“Diário Oficial” de 26-1-1949.

Decreto n.º 26 198, de 15 de janeiro de 1949
— “Autoriza o cidadão brasileiro Henrique da Cunha Melo, a pesquisar minério de ferro e associados no município de Colombo, estado do Paraná”.

“Diário Oficial” de 20-1-1949.

Decreto n.º 26 199, de 15 de janeiro de 1949
— “Retifica o artigo 1.º do decreto n.º 25 556, de 23 de setembro de 1948”.

“Diário Oficial” de 20-1-1949.

Decreto n.º 26 201, de 15 de janeiro de 1949
— “Autoriza o cidadão brasileiro Valdor Andrade, a pesquisar amianto no município de Pomba, estado de Minas Gerais”.

“Diário Oficial” de 20-1-1949.

Decreto n.º 26 202, de 15 de janeiro de 1949
— “Autoriza o cidadão brasileiro Romualdo de Sousa Coelho, a pesquisar mica e associados no município de Conselheiro Pena, estado de Minas Gerais”.

“Diário Oficial” de 20-1-1949.

Decreto n.º 26 203, de 15 de janeiro de 1949
— “Autoriza o cidadão brasileiro Laurentino Silva, a pesquisar minério de ouro e associados no município de Jacobina, estado da Bahia”.

“Diário Oficial” de 20-1-1949.

Decreto n.º 26 204, de 15 de janeiro de 1949
— “Autoriza o cidadão brasileiro Laurentino Silva, a pesquisar ouro e associados no município de Saúde, estado da Bahia”.

“Diário Oficial” de 20-1-1949.

Decreto n.º 26 205, de 15 de janeiro de 1949
— “Renova o decreto n.º 20 777, de 19 de março de 1946”.

“Diário Oficial” de 20-1-1949.

Decreto n.º 26 206, de 15 de janeiro de 1949
— “Renova o decreto n.º 21 570 de 31 de julho de 1946”.

“Diário Oficial” de 20-1-1949.

Decreto n.º 26 207, de 17 de janeiro de 1949
— “Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense, a lavar minério de manganês no município de Nova Lima, estado de Minas Gerais”.

“Diário Oficial” de 19-1-1949.

Decreto n.º 26 208, de 17 de janeiro de 1949
— “Autoriza o cidadão brasileiro José Pena Carollo, a pesquisar ilmenita no município, de Ilhabela, estado de São Paulo”.

“Diário Oficial” de 19-1-1949.

Decreto n.º 26 213, de 17 de janeiro de 1949
— “Outorga à Empresa Eleitoral do Itapira S.A., concessão para distribuir energia elétrica no município de Lavínia, estado de São Paulo”.

“Diário Oficial” de 20-1-1949.

Decreto n.º 26 214, de 17 de janeiro de 1949
— “Outorga à Companhia Força e Luz de Jacutinga S.A., concessão para o aproveitamento, da energia hidráulica da cachoeira Poço Fundo situada no rio Moji-Guaçu, município de Jacutinga, estado de Minas Gerais”.

“Diário Oficial” de 29-1-1949.

Decreto n.º 26 215, de 17 de janeiro de 1949
— “Prorroga por 10 anos a concessão outorgada à Rádio Clube Paranaense, atualmente denominada “Rádio Clube Paranaense Ltda.”, para estabelecer uma estação radiodifusora”.

“Diário Oficial” de 27-1-1949.

Decreto n.º 26 216, de 17 de janeiro de 1949
— “Acréscencia dispositivos ao regulamento para as capitânicas de portos, baixados com o decreto n.º 5 798, de 11 de junho de 1940”.

“Diário Oficial” de 19-1-1949.

Decreto n.º 26 217, de 17 de janeiro de 1949
— “Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, terrenos e benfeitorias necessários à defesa nacional, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul”.

“Diário Oficial” de 19-1-1949.

Decreto n.º 26 218, de 17 de janeiro de 1949
— “Retifica o decreto n.º 25 883, de 30 de novembro de 1948, que alterou a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista do Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências”.

“Diário Oficial” de 19-1-1949.

Decreto n.º 26 219, de 17 de janeiro de 1949
— “Concede à Western Electric Company of Brazil, sociedade americana, autorização para continuar a funcionar na República sob denominação de Western Company of Brazil”.

“Diário Oficial” de 31-1-1949.

Decreto n.º 26 221, de 17 de janeiro de 1949
— “Concede à firma “Martins Irmão & Cia.”, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o decreto-lei n.º 2 784, de 20 de novembro de 1940”.

“Diário Oficial” de 18-1-1949.

Decreto n.º 26 222, de 17 de janeiro de 1949
— “Suprime cargo vago”.

“Diário Oficial” de 19-1-1949.

Decreto n.º 26 223, de 17 de janeiro de 1949
— “Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial para atender ao pagamento das dívidas do território federal do Guaporé, relativas ao exercício de 1947”.

“Diário Oficial” de 18-1-1949.

Decreto n.º 26 224, de 19 de janeiro de 1949
— “Altera a Lista de Concessões Tarifárias III Brasil, a que se refere a lei n.º 313, de 30 de julho de 1948”.

“Diário Oficial” de 21-1-1949.

Decreto n.º 26 225, de 19 de janeiro de 1949
— “Abre ao Ministério da Fazenda, o

crédito especial de Cr\$ 150 000 000,00, destinado ao financiamento do consumo nacional de borracha".

"Diário Oficial" de 21-1-1949.

Decreto n.º 26 226, de 19 de janeiro de 1949
— "Autoriza estrangeiro a aforar o terreno de acrescido de marinha que menciona situado nesta capital".

"Diário Oficial" de 21-1-1949.

Decreto n.º 26 227, de 19 de janeiro de 1949
— "Aceita doação, feita à União de imóvel situado na vila Santa Rita Durão, e município de Mariana, estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 21-1-1949.

Decreto n.º 26 228, de 19 de janeiro de 1949
— "Autoriza a firma Smith & Horfouche Ltda., a comprar pedras preciosas".

"Diário Oficial" de 21-1-1949.

Decreto n.º 26 229, de 19 de janeiro de 1949
— "Declara existente a Confederação Brasileira de Motociclismo".

"Diário Oficial" de 21-1-1949.

Decreto n.º 26 230, de 19 de janeiro de 1949
— "Autoriza o Ginásio Santo Agostinho com sede em São Paulo, a funcionar como colégio".

"Diário Oficial" de 21-1-1949.

Decreto n.º 26 231, de 19 de janeiro de 1949
— "Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 8 000 000,00, para o fim que especifica".

"Diário Oficial" de 21-1-1949.

Decreto n.º 26 232, de 20 de janeiro de 1949
— "Torna pública a denúncia do Protocolo de Câmbios entre o Brasil e o Uruguai, firmado no Rio de Janeiro a 1.º de julho de 1939".

"Diário Oficial" de 24-1-1949.

Decreto n.º 26 233, de 20 de janeiro de 1949
— "Promulga os Atos firmados em Neufchâtel, Suíça, a 8 de fevereiro de 1947, relativos à Proteção dos Direitos da Propriedade Industrial".

"Diário Oficial" de 22-1-1949.

Decreto n.º 26 234, de 20 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 22-1-1949.

Decreto n.º 26 235, de 20 de janeiro de 1949
— "Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20 000 000,00, destinado à aquisição de trilhos para a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e Rede de Viação Paraná-Santa Catarina".

"Diário Oficial" de 22-1-1949.

Decreto n.º 26 236, de 20 de janeiro de 1949
— "Fixa vencimentos de salários dos dirigentes e servidores dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 22-1-1949.

Decreto n.º 26 238, de 26 de janeiro de 1949
— "Altera a redação da alínea a) do §

2.º do artigo 28 do regulamento para a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, baixado com o decreto n.º 25 648, de 11 de outubro de 1948".

"Diário Oficial" de 28-1-1949.

Decreto n.º 26 239, de 26 de janeiro de 1949
— "Altera a alínea B da § 2.º do artigo 174 do regulamento para as capitânias de Portos, aprovado pelo decreto n.º 5 798, de 11 de junho de 1940".

"Diário Oficial" de 28-1-1949.

Decreto n.º 26 240, de 26 de janeiro de 1949
— "Torna pública a denúncia do Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Uruguai, firmado no Rio de Janeiro, a 25 de agosto de 1933".

"Diário Oficial" de 28-1-1949.

Decreto n.º 26 241, de 26 de janeiro de 1949
— "Promulga o Convênio Cultural entre o Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte firmado no Rio de Janeiro, a 16 de abril de 1947".

"Diário Oficial" de 28-1-1949.

Decreto n.º 26 242, de 26 de janeiro de 1949
— "Torna pública a suspensão do Acordo Comercial entre o Brasil e os Estados Unidos da América assinado em Washington, a 2 de fevereiro de 1939".

"Diário Oficial" de 28-1-1949.

Decreto n.º 26 245, de 27 de janeiro de 1949
— "Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado nesta capital".

"Diário Oficial" de 31-1-1949.

Decreto n.º 26 247, de 27 de janeiro de 1949
— "Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 14 000 000,00 para despesas com amparo às populações de municípios dos estados de Pernambuco e Alagoas".

"Diário Oficial" de 29-1-1949.

Decreto n.º 26 248, de 27 de janeiro de 1949
— "Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 66 000,00, para pagamento de gratificação de magistério de Anibal Cardoso Bittencourt".

"Diário Oficial" de 29-1-1949.

Decreto n.º 26 249, de 27 de janeiro de 1949
— "Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200 000,00, para o fim que especifica".

"Diário Oficial" de 29-1-1949.

Decreto n.º 26 250, de 27 de janeiro de 1949
— "Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3 048,40, para pagamento de gratificação de magistério".

"Diário Oficial" de 29-1-1949.

Decreto n.º 26 252, de 27 de janeiro de 1949
— Altera a lotação do Ministério da Educação e Saúde".

"Diário Oficial" de 29-1-1949.

Decreto n.º 26 253, de 27 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 29-1-1949.

Decreto n.º 26 254, de 27 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 29-1-949.

Decreto n.º 26 255, de 27 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 29-1-949.

Decreto n.º 26 256, de 27 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 29-1-949.

Decreto n.º 26 257, de 27 de janeiro de 1949
— "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 29-1-949.

Decreto n.º 26 258, de 27 de janeiro de 1949
— "Fixa vencimentos e salários dos dirigentes e servidores da Caixa de Crédito Cooperativo".

"Diário Oficial" de 29-1-949.

Decreto n.º 26 260, de 27 de janeiro de 1949
— "Cassa autorização concedida à Companhia de Seguros Vitória com sede nesta capital, para funcionar na República".

"Diário Oficial" de 29-1-949.

Decreto n.º 26 263, de 28 de janeiro de 1949
— "Suprime e cria funções na Agência Nacional e D.F.S.P.".

"Diário Oficial" de 28-1-949.

Decreto n.º 26 264, de 28 de janeiro de 1949
— "Concede à Mineração Cearense S.A., autorização para funcionar como empresa de mineração".

"Diário Oficial" de 21-1-949.

Decreto n.º 26 266, de 27 de janeiro de 1949
— "Fixa vencimentos e salários dos agentes e servidores do Instituto Nacional do Mate".

"Diário Oficial" de 29-1-949.

Íntegra da legislação de interêsse geográfico

Leis

Lei n.º 874, de 18 de outubro de 1949

Autoriza a abertura de crédito especial, ao Ministério da Educação e Saúde, para restauração de monumentos e bens históricos da Cidade do Salvador.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Educação e Saúde, um crédito especial de Cr\$ 20 000 000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para custear a participação da União nas comemorações do 4.º centenário da fundação da Cidade do Salvador e instalação do governo geral do Brasil.

Art. 2.º — A importância desse crédito será atribuída à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para ser aplicada em despesas extraordinárias de reparo e restauração de monumentos e bens de valor histórico e artístico, e na instalação e organização de museus em que possam estes últimos ser reunidos, inclusive na aquisição de imóveis históricos ou artísticos indicados para aquela fim.

Parágrafo único — Os monumentos históricos e artísticos situados na Cidade do Salvador, que devem ser reparados e restaurados, são os seguintes: Paço do Saldanha, Palacete Ferrão, Casa dos 7 Candieiros, Seminário de São Dâmaso, Solar da Rua Inácio Acioli, Solar do Unhão, Solar do Coronel, Catedral Basílica do Bonfim, Igreja e Convento de Santa Teresa, Igreja e Convento do Carmo e Ordem 3.ª, Igreja de N. S. do Pilar, Igreja do Rosário da Baixa do Sapateiro, Sobrado-Capela e Telheiro do Engenho Freguesia, Sobrado e Telheiro do Engenho Matoim, Igreja e Casa de Misericórdia e restauração dos Museus do Arquivo da Cúria e Edifício da Prefeitura Municipal de Maragojipe.

Art. 3.º — Do crédito a que se refere o artigo 1.º, destacar-se-á a importância de Cr\$ 4 000 000,00 (quatro milhões de cruzeiros), que

será entregue ao estado da Bahia como auxílio da União às comemorações dos centenários da fundação da Cidade do Salvador, da instalação do governo geral e do nascimento de Rui Barbosa.

Art. 4.º — A organização de museus poderá ser feita em regime de cooperação com os governos do estado da Bahia e do município do Salvador, a arquidiocese da Bahia e instituições civis e religiosas.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1949; 128.º da Independência e 61.º da República.

EURICO G. DUTRA
Clemente Mariani
Guilherme da Silveira

"Diário Oficial" de 22-10-1949.

★

Lei n.º 875, de 19 de outubro de 1949

Considera de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — É considerado de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1949; 128.º da Independência e 61.º da República.

EURICO G. DUTRA
Adroaldo Mesquita da Costa

"Diário Oficial" de 22-10-1949.

 Concorra para que o Brasil seja geograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Decretos

Íntegra das leis, decretos e demais atos de interesse geográfico

BAHIA

Decreto n.º 14 410, de 16 de agosto de 1940

Designa o dia 20 do andante para a instalação das comarcas de Cipó, Irará e Santa Inês.

O Governador do Estado da Bahia no uso de suas atribuições, resolve designar o dia 20 do andante para a instalação das comarcas de Cipó, Irará e Santa Inês de 2.ª entrância, criadas pela lei n.º 247, de 2 de julho de 1949.

Palácio do Governo do Estado da Bahia, em 16 de agosto de 1949.

"Diário Oficial" da Bahia, 17-8-949.

OTÁVIO MANGABEIRA
Alberico Fraga

Decreto n.º 14 430, de 5 de setembro de 1949

Marca para o dia 25 do corrente mês a instalação da comarca de Irará, criada pela lei n.º 175, de 2 de julho deste ano.

O Governador do Estado da Bahia no uso de suas atribuições, resolve marcar para o dia 25 do corrente mês a instalação da comarca de

Irará, de 2.ª entrância, criada pela lei n.º 175, de 2 de julho deste ano.

Palácio do Governo do Estado da Bahia, em 5 de setembro de 1949.

OTÁVIO MANGABEIRA
Alberico Fraga

"Diário Oficial" da Bahia, 5-9-949.

Decreto n.º 14 438, de 12 de setembro de 1949

Transfere, provisoriamente, a sede do distrito de Campinarana para o arraial de Itabaí no termo de Itambé.

O Governador do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo n.º 1 967-49, resolve transferir, provisoriamente, a sede do distrito de paz de Campinarana para o arraial de Itabaí, no termo de Itambé.

Palácio do Governo do Estado da Bahia, 12 de setembro de 1949.

OTÁVIO MANGABEIRA
Alberico Fraga

"Diário Oficial" da Bahia, 13-9-949.

★

Leis

ESPIRITO SANTO

Lei n.º 252

O Governador do Estado do Espírito Santo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1.º — Serão concedidos, gratuitamente, nos termos desta lei, lotes rurais aos que atualmente ocupam, com morada habitual e benfeitorias, terras devolutas do estado, situadas nos braços sul e norte do rio São Mateus e seus afluentes, a partir do rio Muniz Freire, em direção oeste, nos municípios de São Mateus, Barra de São Francisco, Ametista e Joazeirana.

Art. 2.º — Cada ocupante terá, no máximo, direito a medir a área correspondente a cinco vezes a ocupada com abertas para utilização agro-pastoril, não podendo ultrapassar o limite previsto no artigo 6.º da lei 1 711, de 18 de fevereiro de 1929.

Art. 3.º — Não serão beneficiados com os favores dos artigos precedentes os ocupantes localizados dentro de uma faixa de cinco quilômetros para cada lado das estradas rodoviárias do estado.

Art. 4.º — Nas zonas onde existirem grandes áreas de terrenos devolutos, o governo poderá mandar proceder à demarcação de lotes de vinte e cinco hectares para o fim de doá-los a lavradores nacionais ou estrangeiros, aptos para o trabalho agrícola, que o requererem.

Parágrafo único — o governo adiantará as despesas de medição e demarcação desses lotes e organizará o processo de doação, independentemente das formalidades previstas nos capítulos V e VI, da lei n.º 1 711, de 18 de fevereiro de 1929.

Art. 5.º — O colono concessionário obrigarse-á a cultivar e residir no lote requerido, pelo prazo mínimo de dez anos; receberá um título provisório e terá o prazo de 2 anos, a contar da data do despacho de aprovação no processo, para cultivar o lote, nele edificar, residir e pagar o restante do custo da medição.

Parágrafo único — Serão cancelados, mediante decreto do governo, os títulos provisórios expedidos a colonos que, no prazo referido neste artigo, não houverem satisfeito aquela exigência.

Art. 6.º — Os requerimentos para a concessão dos lotes deverão ser dirigidos ao senhor secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas.

Art. 7.º — Apresentado o requerimento, o pretendente fará, na Delegacia de terras respectiva, o pagamento da taxa especial de expediente fixa de Cr\$ 200,00:

Parágrafo único — A taxa especial de expediente se destina: a metade para as despesas internas da Delegacia de Terras e a outra metade será para o agrimensor que procedeu à demarcação do lote.

Art. 8.º — As escrituras de doação de terras de que trata esta lei, gozarão de isenção do imposto de transmissão e taxas adicionais.

Art. 9.º — Após o decurso de dois (2) anos, contados da data da publicação desta lei, não mais poderão ser concedidos, aos ocupantes de terras do estado, nos municípios de que trata, os favores aqui outorgados.

Art. 10 — As doações a que se referem os artigos 1.º e 4.º serão concedidas uma vez a cada ocupante ou colono.

Art. 11 — Os atuais processos de terras, em andamento, requeridos pela lei n.º 1 711, poderão gozar os favores desta lei, uma vez se enquadrarem no dispositivo do artigo 1.º, sem que haja nenhuma restituição das importâncias já recolhidas anteriormente aos cofres públicos.

Art. 12 — As despesas com a execução da presente lei correrão à conta das verbas próprias da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas.

Art. 13 — Revogam-se as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O secretário do Interior e Justiça faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, em 10 de outubro de 1949.

CARLOS FERNANDO MONTEIRO LINDENBERG
Napoleão Fontenelle da Silveira
Nelson Goulart Monteiro
Messias Chaves

Selada e publicada nesta Secretaria do Interior e Justiça do estado do Espírito Santo, em 10 de outubro de 1949.

Dário Araújo

Diretor da Divisão do Interior
e Justiça

"Diário Oficial" do Espírito Santo, 12-10-949.

Lei n.º 257

O Governador do Estado do Espírito Santo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a conceder gratuitamente à empresa mista de imigração e colonização que se organizar, uma área de terras devolutas com 65 000 (sessenta e cinco mil) hectares, situada nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, compreendida entre o rio Braço Norte do São Mateus, ao sul, as serras do Presidente, da Botelha e Cabeceiras do Rio Itauninhas a oeste; a faixa fronteiriça da cidade de São Mateus, a leste; e ao norte na bacia hidrográfica do Itauninhas, até completar a área supracitada.

Art. 2.º — A empresa deverá ter o capital registrado mínimo de dez milhões de cruzeiros, e obrigar-se a colonizar a área concedida com o número de 500 famílias de agricultores imigrantes, organizados em um núcleo agro-industrial.

Art. 3.º — A concessão ficará subordinada às disposições legais, que regem a matéria, com especialidade o decreto-lei federal n.º 7 967, de 18 de setembro de 1945, e a legislação estadual sobre terras devolutas.

Art. 4.º — Será de quinze anos o prazo da concessão e durante ele a empresa gozará da isenção dos impostos estaduais, pelo prazo de cinco anos, para cada estabelecimento industrial ou comercial que fôr montado na área concedida, visando facilitar o bem estar e a fixação dos colonos.

§ 1.º — A isenção de que trata este artigo não será concedida a mais de um estabelecimento industrial do mesmo ramo.

§ 2.º — Os estabelecimentos comerciais terão isenção para os negócios realizados entre o pessoal do núcleo agro-industrial.

§ 3.º — A isenção, uma vez concedida, vigorará até se esgotar ainda que ultrapasse o prazo normal da concessão ou a data de rescisão se esta ocorrer.

Art. 5.º — O governo do estado proverá a manutenção dos colonos nacionais e estrangeiros e de suas famílias, desde a chegada à cidade de Vitória, até a sede da colonização, inclusive o transporte de pessoas e bagagens.

Art. 6.º — A empresa concessionária ressaltará as benfeitorias de todos os chamados invasores, porventura existentes na área da concessão, incluindo-os no plano de colonização, como parte dos 30% de nacionais a que é obrigada, e lhes vendendo os lotes ao preço e no prazo da legislação estadual vigente, podendo adicionar o valor das obras de interesse público que fizer, na mesma proporção em que as cobrar dos demais colonos.

Art. 7.º — A empresa reservará e loteará as áreas que o governo julgar convenientes para a fundação de povoações, considerando-se excluídos da concessão os lotes que o mesmo governo destinar para edifícios e logradouros públicos, campos de esportes e templos religiosos, bem como os que, fora das povoações, ele indicar para estabelecer fazendas modelos, campos de demonstração agrícola, escolas agro-técnicas e estabelecimentos semelhantes, julgados convenientes ao desenvolvimento da colônia.

Art. 8.º — O governo do estado construirá as estradas de rodagem necessárias à ligação das povoações e da sede do núcleo colonial entre si e com as vias de comunicação mais próximas do plano rodoviário ou de viação nacional ou estadual.

Art. 9.º — Além das condições previstas nesta lei, o governo do estado poderá, no contrato que fôr lavrado, incluir outras necessárias ao desempenho do plano de colonização.

Art. 10 — Revogam-se as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O secretário do Interior e Justiça faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, em 13 de outubro de 1949.

CARLOS FERNANDO MONTEIRO LINDENBERG
Napoleão Fontenelle da Silveira
Nelson Goulart Monteiro
Messias Chaves

Selada e publicada nesta Secretaria do Interior e Justiça do Estado do Espírito Santo, em 13 de outubro de 1949.

Dario Araújo

Diretor da Divisão do Interior e Justiça

"Diário Oficial" do Espírito Santo, 15-10-1949.

★

MINAS GERAIS

Lei n.º 420, de 28 de setembro de 1949

Abre ao Departamento Geográfico o crédito especial de Cr\$ 9 387,70.

O povo do estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica aberto ao Departamento Geográfico o crédito especial de Cr\$ 9 387,70 (nove mil e trezentos e oitenta e sete cruzeiros e setenta centavos), para pagamento de adicionais de 10% ao Dr. Benedito Quintino dos Santos, relativos ao período de 15 de julho de 1948 a 31 de dezembro de 1949.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 28 de setembro de 1949.

MILTON SOARES CAMPOS
José Rodrigues Seabra
José de Magalhães Pinto

"Minas Gerais" de 29-9-1949.

Decreto n.º 3 175, de 13 de outubro de 1949

Fixa a data para instalação da comarca de Itambacuri.

O Governador do estado de Minas Gerais, usando de atribuição que lhe confere o artigo 6.º do decreto-lei número 1 630, de 15 de janeiro de 1946, e considerando que foram cumpridas pela municipalidade de Itambacuri as exigências constantes dos artigos 3.º, § 2.º e 4.º, § 4.º, do citado decreto-lei, mediante doação ao estado de prédios para fóro e para prisão pública, o primeiro remodelado de acordo com planta aprovada pela Secretaria de Viação e Obras Públicas e o segundo construído conforme planta organizada e fornecida pela mesma Secretaria, bem como mediante prova de existência de próprio estadual destinado a quartel do destacamento policial, doado ao estado,

Decreta:

Art. 1.º — Fica marcado o dia 6 de novembro do corrente ano, para instalação da comarca de Itambacuri, criada pela lei número 336, de 27 de dezembro de 1948.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução deste decreto pertencer, que o cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nele se contém.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, 13 de outubro de 1949.

MILTON SOARES CAMPOS
Pedro Aleixo

"Minas Gerais" de 14-10-1949.

★

PIAUI

Lei n.º 232, de 20 de julho de 1949

Restaura os antigos símbolos do estado

O Governador do estado do Piauí:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo único — Revogadas as disposições em contrário, ficam restaurados os antigos símbolos do estado.

O secretário-geral do estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Piauí, em Teresina, 20 de julho de 1949; 61.º da República.

JOSÉ DA ROCHA FURTADO
Eurípides Clementino de Aguiar

Selada, numerada, sancionada e promulgada a presente lei, nesta Secretaria-Geral do Estado, aos vinte dias do mês de julho do ano de mil novecentos e quarenta e nove.

João Damasceno Soares
Diretor Geral do Expediente

"Diário Oficial" do Piauí, 23-7-1949.

★

RIO DE JANEIRO

Lei n.º 591, de 14 de outubro de 1949

A Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito especial da importância de Cr\$ 17 500,00, a fim de atender às despesas com o pagamento de prêmios em dinheiro aos três primeiros classificados no concurso histórico e geográfico, subordinado ao tema "Caminhos Fluminenses" instituído pelo governo do estado.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Niterói, 14 de outubro de 1949.

(aa.) EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA
Hélio Cruz de Oliveira
Moacir Gomes de Azevedo
Francisco Bittencourt Silva
Vasco de Freitas Barcelos
Valfredo Martins
Bento Santos de Almeida
Edgar Teixeira Leite

"Diário Oficial" do Rio de Janeiro, 15-10-1949.

 A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Resoluções do Instituto Brasileiro
de Geografia e Estatística

Conselho Nacional de Geografia
Assembléia Geral

Íntegra das resoluções de ns. 182 a 191

Resolução n.º 182, de 12 de julho de 1946

Baixa disposições sobre o Concurso de Informações sobre Aspectos Geográficos dos Municípios, de 1947.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando que cabe à Assembléia fixar, em cada ano, as instruções do concurso anual de monografias municipais (art. 3.º da resolução n.º 88 da Assembléia);

Considerando a experiência dos concursos anteriores;

RESOLVE:

Art. 1.º — Passa a chamar-se "Concurso Anual de Informações sobre Aspectos Geográficos dos Municípios" o concurso instituído na resolução n.º 88 desta Assembléia, cujas normas continuarão a ser observadas no que não contrariarem os dispositivos da presente.

Art. 2.º — Esse concurso anual destinar-se-á doravante à coleta de dados e informações sobre aspectos da paisagem e da vida municipal, reservando-se para a organização prevista na resolução n.º 152 da Assembléia a obtenção de monografias propriamente ditas, de cunho científico.

Art. 3.º — Dadas as dificuldades das comunicações no interior, o Concurso Anual de Informações sobre Aspectos Geográficos dos Municípios obedecerá em todos os anos às normas da presente resolução, a partir de 1947.

Art. 4.º — A Secretaria providenciará a elaboração, impressão e distribuição de editais, folhetos explicativos e instruções, com o objetivo de se difundirem no país, por intermédio das Prefeituras, as condições permanentes do concurso anual para o devido conhecimento dos municípios.

Art. 5.º — Na intensa propaganda do concurso que a Secretaria providenciará, haverá o concitamento dos brasileiros para colaborarem na campanha do melhor conhecimento do território pátrio, através dos concursos anuais.

Art. 6.º — Será também solicitada a participação das Prefeituras na organização dos concursos anuais, e para esse efeito os Diretórios Regionais promoverão junto às Prefeituras a instituição de prêmios nos municípios,

a realização de solenidades locais, a afixação de editais e cartazes, a reunião de intelectuais do município e outras iniciativas para o melhor êxito dos concursos anuais.

Art. 7.º — Fica sugerido aos Diretórios Regionais que, para maior difusão da campanha dos concursos anuais, seja aproveitada a colaboração dos técnicos da administração estadual, em excursão pelo interior do estado, no sentido da realização de entendimentos pessoais, os quais melhor elucidarão a campanha, dando-lhe maiores condições de êxito.

Art. 8.º — Os temas do concurso anual serão livres, podendo cada interessado apresentar qualquer trabalho ou estudo referente ao território municipal.

Art. 9.º — Poderão também ser aceitos trabalhos de natureza geográfica, que ofereçam dados e informações sobre acidentes ou regiões abrangendo território de mais de um município.

Art. 10 — Fica sem efeito o disposto no artigo 3.º e na alínea a do artigo 4.º da resolução n.º 88 da Assembléia, que determina à Assembléia baixar, cada ano, as instruções do concurso municipal relativo ao ano seguinte.

Art. 11 — Em cada ano serão conferidos os seguintes 1 881 prêmios:

- a) — um prêmio de Cr\$ 1 000,00;
- b) — dez 2.ºs prêmios de Cr\$ 500,00;
- c) — vinte 3.ºs prêmios de Cr\$ 200,00;
- d) — cinquenta 4.ºs prêmios de Cr\$ 100,00;
- e) — cem 5.ºs prêmios de recebimento dos números do *Boletim Geográfico*, correspondente ao ano do concurso;
- f) — duzentos 6.ºs prêmios de recebimento dos números da *Revista Brasileira de Geografia*, referente ao ano do concurso;
- g) — quinhentos 7.ºs prêmios de recebimento de exemplar dum mapa do Brasil, a cores, na escala de 1:5 750 000;

h) — mil 8.º prêmios de recebimento de exemplares dos folhetos *Tipos e Aspectos do Brasil* e *Vultos da Geografia do Brasil*.

Art. 12 — Os prêmios serão conferidos aos autores dos trabalhos na ordem da classificação final, que o Diretório Central baixará, independentemente de limites de notas de julgamento.

Art. 13 — As despesas correspondentes correrão por conta da verba própria do orçamento vigente do Conselho.

Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1946, Ano XI do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *Heitor Bracet*, Presidente do Instituto em exercício.

★

Resolução n.º 183, de 12 de julho de 1946

Institui um serviço de excursões de estudos, destinado a facilitar o conhecimento das paisagens brasileiras pelos interessados.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições; Considerando que a difusão do conhecimento das paisagens brasileiras oferece apreciáveis vantagens de natureza cultural e científica;

Considerando que o estudo geográfico local cumpre ser facilitado;

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica instituído na Secretaria-Geral do Conselho e subordinado à sua Seção Cultural um serviço de excursões de estudos, destinado a facilitar aos interessados o estudo local de paisagens brasileiras.

Art. 2.º — Cada excursão terá organização e programa fixados em portaria do secretário-geral, por proposta da Seção Cultural.

Art. 3.º — De cada excursão serão feitos os devidos anúncios públicos, para o conhecimento dos interessados, que deverão inscrever-se, mediante o pagamento da quota prefixada e o preenchimento de outras formalidades.

Art. 4.º — Encerrada a inscrição, para cada excursão dentro dos prazos e limites preestabelecidos, os inscritos receberão os *dossiers* relativos à excursão, preparados pelo Conselho, e bem assim as explicações prévias, de ordem geográfica e cultural, cabíveis em cada caso, as quais serão ministradas por técnicos especializados nos assuntos e paisagens respectivas.

Art. 5.º — Para cada excursão o Conselho designará um ou mais técnicos, que se incumbirão da orientação dos estudos nela objetiva-

dos, cabendo-lhes não só ministrar em excursão as preleções prévias e intercorrentes de interesse e oportunidade, como também atender as consultas formuladas pelos excursionistas.

Art. 6.º — Para maior êxito cultural de cada excursão, o Conselho promoverá o concurso dos governos e das instituições privadas e oficiais, a fim de que proporcionem aos excursionistas maior soma de conhecimentos úteis e de visitas e viagens proveitosas.

Art. 7.º — De cada excursão a Seção Cultural organizará documentação comprobatória, em que conste um relatório da parte cultural a ser elaborado pelo técnico que a tenha dirigido.

Art. 8.º — O Serviço de Excursões terá a seu cargo também proporcionar aos Diretórios Regionais do Conselho os planos das excursões que queiram realizar.

Art. 9.º — A Secretaria-Geral promoverá a ida de técnicos às excursões a serem realizadas pelos Diretórios Regionais, sobretudo aquelas que tiverem por objeto o estudo do Distrito Federal e dos seus arredores.

Art. 10 — Na realização das execuções de estudos serão especialmente consideradas aquelas destinadas aos professores de Geografia, nos diferentes graus do ensino.

Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1946, Ano XI do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *Heitor Bracet*, Presidente em exercício do Instituto.

★

Resolução n.º 184, de 12 de julho de 1946

Promove a realização de cursos de informação geográfica nas unidades da Federação.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando ser meritório todo esforço em favor da difusão dos conhecimentos geográficos;

Considerando os resultados satisfatórios das iniciativas culturais do Conselho, na capital da República;

RESOLVE:

Art. 1.º — A Secretaria-Geral estudará a organização de cursos regionais de informação geográfica, destinados à difusão, nos meios culturais das unidades da Federação, dos conhecimentos da moderna geografia, da sua

metodologia e da sua didática e bem assim dos conhecimentos da geografia regional brasileira.

Art. 2.º — Os cursos serão organizados com a cooperação dos governos estaduais, a ser promovida por intermédio dos Diretórios Regionais do Conselho, que também se entenderão com as autoridades superiores e com as instituições locais de ensino e de cultura, oficiais e privadas.

Art. 3.º — A direção técnica dos cursos caberá à Seção Cultural da Secretaria-Geral, que, em cada caso, fixará o plano do curso, os programas das preleções e demais particularidades de ordem didática.

Art. 4.º — Será considerada com particular interesse a organização de cursos sucessivos, a serem realizados por grupos de professores selecionados, que, em missão do Conselho, percorrerão diferentes cidades, em roteiro previamente fixado, e nelas ministrarão ensinamentos geográficos de interesse e oportunidade.

§ 1.º — A cooperação dos estados será promovida, sobretudo, em torno de facilidades para a locomoção e alojamento dos professores, em caravana.

§ 2.º — Em cada cidade, haverá preparo prévio do curso de informação, através, sobretudo, do governo municipal, no que toca

à publicidade, à inscrição de interessados, ao local das preleções e a demais particularidades locais.

Art. 5.º — A Secretaria providenciará o preparo e impressão de publicações geográficas e didáticas, adequadas aos cursos que se instituírem em virtude da presente resolução.

Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1946, Ano XI do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *Heitor Bracet*, Presidente do Instituto em exercício.

★

Resolução n.º 185, de 12 de julho de 1946

Renova o apêlo para a criação de órgãos geográficos nas unidades da Federação.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando a necessidade de se desenvolverem no país os estudos geográficos;

Considerando que, pela natureza mesma de sua estrutura, os Diretórios Regionais do Conselho não são órgãos executivos e, por isso, não podem realizar investigações, estudos e planos, por conta própria, porque para tal dispõem de verbas;

Considerando que muitos estados, em iniciativa louvável e digna de ser imitada, já criaram os seus serviços ou departamentos geográficos;

RESOLVE:

Art. 1.º — É reiterado aos governos dos estados onde não houver serviço geográfico encarecido apêlo, no sentido da criação de órgãos competentes destinados ao estudo e à

investigação dos assuntos de natureza geográfica e cartográfica, pertinentes aos respectivos âmbitos territoriais.

Parágrafo único — Para tal fim o Conselho coloca-se à disposição dos governos interessados, oferecendo com prioridade a sua colaboração no estudo da organização dos novos serviços.

Art. 2.º — Fica sugerido à Presidência do Instituto que promova a instalação efetiva de um Departamento de Geografia e Estatística em cada um dos territórios federais, a exemplo do que já ocorre com os territórios do Acre e do Iguçu.

Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1946, Ano XI do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *Heitor Bracet*, Presidente em exercício do Instituto.

★

Resolução n.º 186, de 12 de julho de 1946

Faz recomendações acêrca da nomenclatura dos logradouros públicos.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando os inconvenientes da adoção de nomes pessoais em designações de uso público;

Considerando os critérios de toponímia já adotados na legislação relativa à nomenclatura das cidades e vilas brasileiras;

RESOLVE:

Art. 1.º — O Conselho considera aplicável à nomenclatura dos logradouros públicos o critério adotado na legislação vigente quanto à nomenclatura das cidades e vilas, e, por isso, determina o uso do mesmo critério aos seus órgãos, sempre que se lhes ofereça oportunidade.

Art. 2.º — É recomendado às Prefeituras brasileiras não darem nomes, de pessoas vivas a ruas e logradouros públicos, nem substituírem os de tradicional aceitação do povo.

Art. 3.º — O presidente do Instituto providenciará em tal sentido, dirigindo-se ao prefeito do Distrito Federal e aos chefes dos governos das unidades federadas.

Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1946, Ano XI do Instituto. — Conferido e nume-

rado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *Heitor Bracet*, Presidente em exercício do Instituto.

ANEXO A RESOLUÇÃO 186 DA ASSEMBLÉIA GERAL

Relação aneza ao officio P-42 de 6 de janeiro de 1947

Art. 7.º do decreto-lei n.º 5 901 — de 21 de outubro de 1943:

Alínea III: "Como novos topônimos, deverão ser evitadas designações de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de pessoas vivas, expressões compostas de mais de duas palavras, sendo, no entanto, recomendável a adoção de nomes indígenas ou outros com propriedade local".

Alínea IV: "Não se consideram nomes e, portanto, não estão sujeitos ao disposto no item precedente, os casos de restabelecimento de antigas designações ligadas às tradições locais, vedadas porém as composições de mais de três palavras.

Resolução n.º 187, de 12 de julho de 1946

Sugere a criação da Cadeira de Geografia Regional nas Faculdades de Filosofia e renova a recomendação quanto à separação nessas faculdades dos cursos de Geografia e de História.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando a importância fundamental que a Geografia Regional vem tomando na evolução do pensamento geográfico, como moderno processo metodológico;

Considerando que, a exemplo do que se observa nos países de acentuado progresso geográfico, os problemas de Geografia Regional se estão multiplicando no Brasil;

Considerando o interesse do Conselho na preparação dos geógrafos nacionais, em condições de prestarem serviços à obra cultural que realiza;

Considerando que a cadeira de Geografia Regional existia na Universidade do Distrito Federal, na qual teve origem a atual Faculdade de Filosofia;

Considerando a oportunidade que oferece a renovação dos estatutos e regimentos da Universidade do Brasil e das suas Faculdades, em virtude da autonomia que lhes conferiu o governo recentemente;

RESOLVE:

Art. 1.º — A sua excelência, o ministro da Educação e Saúde, o Conselho encarece a inclusão, no currículo mínimo das Faculdades de Filosofia do país, da cadeira de Geografia Regional.

Art. 2.º — Ao magnífico reitor da Universidade do Brasil sugestão análoga será presente, para que seja considerada na reforma da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, que ora se processa.

Art. 3.º — É solicitado às mesmas autoridades superiores, em renovado apêlo, a separação, nos currículos das Faculdades de Filosofia, dos Cursos de Geografia e História, para melhor preparação dos especialistas nos dois ramos.

Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1946, Ano XI do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *Heitor Bracet*, Presidente do Instituto em exercício.

★

Resolução n.º 188, de 15 de julho de 1946

Oferece sugestões quanto à organização e às atividades da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições:

Considerando que o Instituto Pan-Americano de Geografia e História conferiu ao Conselho o encargo de dirigir a sua "Comissão de Geografia", interamericana;

Considerando que o mesmo Instituto, na resolução que criou a referida Comissão, previu que o Conselho elaboraria "o plano definitivo da organização e das atividades da Comissão de Geografia", a ser submetido à consideração da próxima Assembléia Geral, do Instituto;

RESOLVE:

Art. 1.º — A Assembléia referenda, com especial satisfação, a resolução n.º 242, do Diretório Central, com a qual o Conselho aceita formalmente a incumbência de dirigir a "Comissão de Geografia" do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

Art. 2.º — Ao presidente da Comissão Pan-Americana de Geografia a Assembléia oferece as sugestões constantes desta resolução, para o seu devido encaminhamento à IV Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, com as adaptações que julgar convenientes.

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3.º — A Comissão de Geografia, parte integrante do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, será constituída dos seguintes órgãos:

- a) — a Presidência;
- b) — a Secretaria Executiva;
- c) — o Conselho Consultivo;

d) — os Comitês Científicos Permanentes, a saber:

- 1) — Comitê de Metodologia,
- 2) — Comitê de Didática e Divulgação Geográfica,
- 3) — Comitê de Geografia Física,
- 4) — Comitê de Geografia Humana,
- 5) — Comitê de Geografia Econômica,
- 6) — Comitê de Correlações,
- 7) — Comitê de Geografia Regional;
- e) — Comitês Especiais.

Art. 4.º — O presidente da Comissão seria eleito pela Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, mediante escolha entre os técnicos do país americano ao qual esteja a "Comissão de Geografia" confiada.

Art. 5.º — O mandato do presidente responderia ao intervalo das Assembléias Gerais do Instituto Pan-Americano, permitida a reeleição.

Art. 6.º — Em caso de falecimento ou destituição do presidente, o substituto até à reunião da Assembléia seria eleito pelo Comitê Executivo do Instituto Pan-Americano, por proposta da instituição nacional do país encarregado da Comissão, sobre a qual repoussem as atividades desta.

Art. 7.º — O presidente teria por missão dirigir os trabalhos da Comissão, tomar as providências relativas à vida administrativa, técnica e científica da Comissão, podendo para isso admitir e demitir pessoal, autorizar e efetuar despesas, baixar instruções de serviços e programas de trabalhos.

Art. 8.º — Anualmente, o presidente da Comissão apresentaria à direção do Instituto Pan-Americano o relatório das atividades da

Comissão no ano anterior, em que constariam justificativas dos atos da Presidência, comprovações das despesas realizadas, plano sobre a atuação da Comissão no ano seguinte com o respectivo orçamento.

Art. 9.º — A Secretaria Executiva seria o órgão central da Comissão, encarregada de executar os trabalhos administrativos, técnicos e científicos afetos à Comissão.

Art. 10 — A Secretaria teria funcionários admitidos pelo presidente, formando o seguinte quadro: um secretário-geral, um assistente, auxiliares de gabinete, operadores de campo.

Art. 11 — Anualmente o presidente fixaria o quadro de servidores da Comissão, de acordo com o programa de trabalho que se estabeleceria na proporção dos recursos.

Art. 12 — Os operadores de campo seriam sobretudo os técnicos e geógrafos convocados pela Comissão para realizarem determinados estudos e pesquisas, que forem encomendados à Comissão por governos interessados dos países americanos.

Art. 13 — O Conselho Consultivo seria formado pelos representantes dos países americanos na Comissão, designados pelos respectivos governos.

Art. 14 — O representante nacional teria por incumbência oferecer sugestões e atender a consultas sobre as atividades da Comissão e sobretudo contribuir com as informações, dados e colaborações relativos ao respectivo país, que fossem de interesse da Comissão.

Art. 15 — Cada comitê permanente teria por missão estudar problemas, de interesse e atualidade, compreendidos no respectivo âmbito de especialização.

Art. 16 — Os estudos dos comitês teriam por objeto não a realização de pesquisas geográficas, senão a planificação de trabalhos, a serem promovidos segundo a moderna metodologia pela Comissão, em cooperação com os governos dos países americanos e com os seus geógrafos especializados.

Art. 17 — Cada comitê teria cinco membros, escolhidos pelo presidente da Comissão entre os melhores especialistas existentes nos países americanos.

Art. 18 — O presidente da Comissão designaria para cada comitê um presidente (*chairman*), que teria por encargo dirigir os trabalhos do comitê, prestando sobre os mesmos informes oportunos e relatórios anuais à Comissão.

Art. 19 — O Presidente da Comissão, sempre que possível, fixará temas para o estudo anual dos comitês, ouvidos os respectivos presidentes.

Art. 20 — O presidente da Comissão poderia constituir temporariamente um comitê especial, formado de membros à sua escolha e no número que entender, sempre que se impuser à Comissão o estudo de determinada questão geográfica especializada, sem se revestir tal estudo de caráter permanente.

Art. 21 — O Comitê de Metodologia trataria dos modernos métodos da pesquisa geográfica, quanto à sua aplicação e difusão nos países americanos.

Art. 22 — O Comitê de Didática e Divulgação Geográfica trataria dos modernos métodos da pedagogia geográfica, nos diferentes graus do ensino, e dos meios da difusão dos conhecimentos geográficos em proveito da cultura popular, tendo em vista a aplicação

e divulgação de tais métodos e meios nos países americanos.

Art. 23 — O Comitê de Geografia Física trataria dos problemas fisiográficos e biogeográficos de maior importância, com o objetivo de serem promovidos os estudos de maior interesse para os países americanos.

Art. 24 — O Comitê de Geografia Humana trataria dos problemas sociais e políticos, a fim de que a Comissão promovesse o estudo daquelas questões geográficas que mais se impusessem à consideração dos países americanos.

Art. 25 — O Comitê de Geografia Econômica trataria dos problemas econômicos, indicando as questões geográficas que a Comissão estudasse, em proveito dos interesses dos países americanos.

Art. 26 — O Comitê de Correlações trataria das relações da geografia com técnicas e ciências afins (Cartografia, Sociologia, etc.), de modo à Comissão proporcionar, em proveito próprio, o estudo no continente americano de contribuições efetivas ao progresso de outras disciplinas.

Art. 27 — O Comitê de Geografia Regional teria por finalidade indicar as regiões do continente americano mais merecedoras de estudos geográficos, para que a Comissão promovesse a sua realização com o concurso dos governos dos países nêles interessados.

DAS ATIVIDADES

Art. 28 — Os fundos com que a Comissão contaria para efetivar as suas atividades seriam os seguintes:

- 1) — as dotações que lhe destinaria o Instituto Pan-Americano de Geografia e História;
- 2) — os recursos que lhe proporcionaria o governo do país ao qual esteja entregue a direção da Comissão;
- 3) — os auxílios e contribuições que lhe confeririam os países americanos, sobretudo para a realização de trabalhos do seu interesse, em regime de cooperação;
- 4) — os donativos que seriam concedidos por instituições privadas e por particulares, com determinadas finalidades.

Art. 29 — Os recursos de caráter permanente seriam consignados no orçamento anual da Comissão e os fundos especiais teriam aplicação específica em instruções que o presidente da Comissão baixaria.

Art. 30 — A atividade da Comissão teria em apêgo a difusão dos modernos conhecimentos geográficos em favor da escola, da cultura popular e da pesquisa científica.

Art. 31 — Em favor da difusão geográfica nos meios escolares do continente americano, a Comissão incluiria nos seus programas de trabalhos:

- 1) — ampla divulgação dos modernos métodos da pedagogia geográfica, nos diferentes graus de ensino;
- 2) edição de publicações sobre a didática da Geografia;
- 3) — publicação de mapas escolares;
- 4) — publicação de textos geográficos adequados às escolas;
- 5) — Obtenção de bolsas de estudos nos centros geográficos mais adiantados;
- 6) — criação da cadeira de Geografia das Américas nos cursos superiores;
- 7) — instituição de cursos especiais, em intercâmbio cultural;

8) — facilitação de viagens aos professores de Geografia;

9) — organização de planos de aulas;

10) — preparo de ilustrações legendadas para a projeção em aula.

Art. 32 — Em proveito da cultura popular seriam consideradas as seguintes iniciativas:

1) — a publicação de cada país dum mapa geral do seu território, a preço acessível;

2) — a publicação de guias de viagens e excursões, ao alcance de todos;

3) — o preparo de filmes documentários sobre as paisagens americanas;

4) — a realização de conferências e de cursos de extensão cultural, de interesse geral;

5) — a incentivação das excursões de estudos;

Art. 33 — Para o desenvolvimento da pesquisa científica no continente americano, a Comissão promoveria o seguinte:

1) — a divulgação dos modernos métodos da pesquisa, que colocam a geografia ao serviço do homem;

2) — a organização duma equipe de geógrafos da Comissão, para efetuar os estudos que forem solicitados pelos governos americanos;

3) — o preparo de técnicos especializados na moderna metodologia da pesquisa geográfica, de interesse para os diferentes países.

Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1946, Ano XI do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *Heitor Bracet*, Presidente do Instituto em exercício.

★

Resolução n.º 189, de 15 de julho de 1946

Promove a realização de inquéritos de natureza geográfica.

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando a necessidade de se intensificar a investigação dos fatos geográficos brasileiros;

Considerando a importância científica que os inquéritos geográficos alcançam em diversos países;

RESOLVE:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Geografia levará a efeito, anualmente, inquéritos geográficos sobre assuntos de importância para o conhecimento dos fatos de geografia humana do Brasil.

Art. 2.º — O Diretório Central traçará a orientação dos inquéritos, procurando interes-

sar nos mesmos, além dos Diretórios Regionais, os Diretórios Municipais e seus informantes e bem assim os professores de Geografia e todos que possam ser úteis;

Art. 3.º — O Diretório Central estudará a forma adequada de se premiarem as melhores respostas aos inquéritos empreendidos.

Art. 4.º — Recomenda-se, inicialmente, os inquéritos relativos a transporte, habitação e alimentação.

Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1946, Ano XI do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *Heitor Bracet*, Presidente do Instituto em exercício.

★

Resolução n.º 190, de 15 de julho de 1946

Determina a participação do Conselho no II Congresso Pan-Americano de Engenharia de Minas e Geologia.

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando que se realizará em outubro vindouro, nesta capital, o II Congresso Pan-Americano de Engenharia de Minas e Geologia, sob os auspícios do governo brasileiro;

Considerando que ao estudo da Geografia interessem bastante as contribuições da geologia e da engenharia de minas e vice-versa, a estas disciplinas são valiosos os ensinamentos da geografia regional;

Considerando que o Conselho poderá apresentar contribuições expressivas, em condições de serem incluídas na participação científica do Brasil, no certame;

RESOLVE:

Art. 1.º — O Conselho adere ao II Congresso Pan-Americano de Engenharia de Minas e Geologia, devendo o seu presidente baixar para isso os atos necessários.

Art. 2.º — O Serviço de Geografia e Cartografia preparará contribuições, que apresentem os resultados das pesquisas de geomorfologia empreendidas pelo Conselho no território nacional.

Art. 3.º — Através de comunicação hábil, o Conselho tratará no Congresso da organização da pesquisa geomorfológica e da formação de novos pesquisadores, tendo em vista a colaboração mútua que deve reinar entre os operadores da geografia, da geologia e da engenharia de Minas.

Art. 4.º — A Secretaria providenciará a distribuição aos congressistas de publicações editadas pelo Conselho, que lhes sejam de interesse.

Art. 5.º — Nas publicações periódicas do Conselho será dado circunstanciado noticiário acerca da preparação e da realização do certame pan-americano.

Art. 6.º — Oportunamente, o presidente do Instituto designará a delegação que apresentará o Conselho no certame.

Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1946, Ano XI do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *Heitor Bracet*, Presidente do Instituto em exercício.

Resolução n.º 191, de 16 de julho de 1946

Aprova o plano da participação do Brasil na IV Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História..

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando que, nos termos da resolução n.º 139, da sua Assembléia Geral, o Conselho vem ativamente se ocupando dos preparativos da participação do Brasil na IV Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, a realizar-se em Caracas em agosto vindouro;

Considerando que a proximidade da realização do certame recomenda a adoção de um programa intensivo de trabalhos;

RESOLVE:

Art. 1.º — A participação do Brasil na IV Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, a realizar-se em Caracas, capital da República da Venezuela, em agosto vindouro, obedecerá ao plano e às normas estabelecidas nesta resolução.

Art. 2.º — A participação do Brasil ao certame compreenderá os seguintes cometimentos:

- 1) a ida de uma delegação a Caracas;
- 2) a apresentação de teses, versando os temas oficialmente recomendados;
- 3) a apresentação de relatórios sobre atividades brasileiras, especializadas;
- 4) a remessa de publicações de interesse;
- 5) o encaminhamento de moções, indicações e propostas;
- 6) a participação na exposição anexa à Assembléia;

- 7) a exibição de filmes brasileiros;
- 8) a proposta da organização da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano.

Art. 3.º — O presidente do Instituto apresentará às altas autoridades sobre a necessidade da ida a Caracas de uma delegação de técnicos que, em proveito do Brasil, não só demonstrem o adiantamento da geografia, da cartografia e da história, como também recolham da reunião os ensinamentos que nos sejam proveitosos.

§ 1.º — Os entendimentos se orientarão no sentido de as despesas da participação do Brasil se reduzirem ao mínimo possível e serem feitas à custa de verbas existentes, independentemente da abertura de crédito especial.

§ 2.º — A escolha dos técnicos terá por objetivo compor a delegação brasileira dos

melhores conhecedores dos assuntos a serem estudados em Caracas.

Art. 4.º — As teses e comunicações científicas a serem levadas a Caracas são os trabalhos obtidos pelo Conselho dos geógrafos, historiadores e cartógrafos brasileiros, versando matéria incluída no programa da Assembléia.

Art. 5.º — Relatórios levará a delegação brasileira, fazendo explanações acerca das atividades geográficas e cartográficas do Brasil, nos termos do programa oficial da Assembléia.

Art. 6.º — Publicações brasileiras de interesse geográfico, histórico e cartográfico serão levadas a Caracas, com triplice objetivo: preparo duma exposição de livros especializados brasileiros; ofertas a bibliotecas e instituições culturais da Venezuela, distribuição aos delegados à Assembléia.

Art. 7.º — Moções, indicações e propostas relacionadas com os acontecimentos da geografia, da cartografia e da história das Américas serão oferecidas à consideração do plenário da Assembléia pela delegação brasileira, que reflitam o pensamento dos nossos geógrafos, cartógrafos e historiadores, manifestado nas reuniões realizadas pela Comissão Especial encarregada dos preparativos do certame de Caracas.

Art. 8.º — Na Exposição de Cartografia anexa à Assembléia serão exibidos dois tipos de mapas elaborados no Brasil, com as principais indicações do seu preparo.

Art. 9.º — A delegação brasileira fará em Caracas exibições públicas e gratuitas de filmes sobre aspectos da vida brasileira e do seu território, obtidos dos serviços especializados de filmagem.

Art. 10 — A Assembléia de Caracas será proposta a organização da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano, nos termos da resolução 188 da presente Assembléia.

Art. 11 — A delegação brasileira terá um chefe, que apresentará um relatório sobre a Assembléia Pan-Americana.

Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1946, Ano XI do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *Heitor Bracet*, Presidente do Instituto em exercício.

 Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

Diretório Central

Íntegra das resoluções ns. 339 a 343

Resolução n.º 339, de 20 de junho de 1949

Dispõe sobre o pagamento do salário-família aos dependentes dos servidores falecidos.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º — O salário-família referente aos dependentes dos servidores do Quadro Permanente e das Tabelas Numéricas do Conselho que venham a falecer, continuará a ser pago, de acordo com as normas em vigor, ao cônjuge sobrevivente ou ao responsável pela guarda e educação dos aludidos dependentes, até que estes atinjam a maioridade.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente resolução correrão à conta das verbas próprias do Orçamento do Conselho Nacional de Geografia.

Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1949, Ano XIV do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.



Resolução n.º 340, de 20 de junho de 1949

Fixa as atribuições dos chefes dos serviços de campo.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições,

Considerando a necessidade urgente de serem referidas atribuições aos dirigentes responsáveis pelos serviços de campo, que lhes assegurem a devida autoridade nos trabalhos;

Considerando a natureza especial desses serviços;

RESOLVE:

Art. 1.º — As atribuições dos chefes das Seções do Serviço de Geografia e Cartografia, quando no exercício das suas funções no campo, serão reguladas até à aprovação final do Regimento do Serviço de Geografia e Cartografia e da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia, pelo disposto na presente resolução.

Art. 2.º — O chefe da Seção, no campo, terá as atribuições de delegado da direção do Conselho.

Art. 3.º — Aos chefes das Seções, quando no exercício de suas funções fora da sede do Conselho, no campo, compete:

I — determinar as normas de serviço e o horário mais conveniente aos trabalhos a cargo da Seção;

II — admitir e dispensar, no local, trabalhadores e arbitrar-lhes as respectivas diárias, de acordo com as instruções vigentes;

III — contratar tarefas e prestação de serviços, de conformidade com as instruções vigentes;

IV — aplicar, de acordo com as normas vigentes, penalidades disciplinares aos servidores admitidos na forma das alíneas II e III do presente artigo;

V — aplicar aos servidores lotados na Seção, que pertencerem ao Quadro Permanente e às Tabelas Numéricas do Conselho, penalidades disciplinares, inclusive a de suspensão até ao máximo de 8 dias;

VI — promover a responsabilidade técnica e financeira dos funcionários que hajam causado prejuízo à execução dos trabalhos a cargo da Seção;

VII — conceder licenças até o prazo de quinze dias (15) para tratamento de saúde, observadas as instruções que forem baixadas;

VIII — conceder folgas, como compensação por serviço extraordinário, ao pessoal admitido na forma da alínea II;

IX — justificar faltas, atrasos, saídas antecipadas durante o expediente, de acordo com as normas vigentes;

X — organizar e alterar, por conveniência do serviço, a escala de férias dos servidores lotados na Seção;

XI — organizar as folhas de pagamento e visar recibos de vencimentos, diárias e gratificações do pessoal da Seção;

XII — prestar caução ou fazer seguro de fidelidade, nos termos da legislação;

XIII — receber adiantamentos destinados a atender às despesas da Seção com o pessoal, material e serviços de terceiros de acordo com as instruções em vigor;

XIV — efetuar o pagamento de vencimentos, diárias e gratificações, descontadas as importâncias relativas a faltas, atrasos, saídas antecipadas e durante o expediente, impontualidades, consignações, contribuições para instituições de previdência social e outras deduções autorizadas por lei;

XV — providenciar a aquisição direta de material permanente e de consumo de maior urgência, de acordo com as instruções em vigor;

XVI — providenciar o registo do material adquirido diretamente;

XVII — comunicar imediatamente ao diretor da Divisão de Cartografia qualquer anormalidade ocorrida na Secção, bem como as providências tomadas;

XVIII — prestar contas dos adiantamentos recebidos e fazer remessa dos comprovantes das despesas efetuadas, na conformidade das instruções vigentes;

XIX — remeter, periodicamente, a documentação relativa ao exercício das atribuições enumeradas nas alíneas I a V, VII, VIII e X.

Art. 4.º — O seguro fidelidade, poderá ser pagos pelos cofres do Conselho, se o chefe da Secção foi designado para exercer as suas funções no campo, sem quaisquer vantagens além das inerentes ao seu cargo.

Art. 5.º — Aos chefes das Secções de Campo compete também exercer as atribuições que

o Regimento reconhecer aos chefes de Secção, em geral, desde que não contrariem o disposto nesta resolução.

Art. 6.º — Aos chefes das Secções de Campo, bem como aos demais servidores do Quadro Permanente, lotados na Secção de Campo, será assegurado, por sistema de rodízio, permanência periódica na sede do Conselho.

Parágrafo único — O diretor de Divisão, ao fixar anualmente o rodízio previsto neste artigo, terá sempre em vista a conveniência do serviço, as possibilidades orçamentárias e o tempo de serviço, no campo, dos servidores.

Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1949, Ano XIV do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 341, de 20 de junho de 1949

Regulamenta a concessão de diárias aos servidores do Conselho.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições,

Considerando a necessidade de sistematizar-se a concessão das diárias, atualizando-se-lhes valores e normas;

RESOLVE:

Art. 1.º — Tem direito ao recebimento de diárias, a título de indenização das despesas de alimentação e pousada, o servidor que se afastar em objeto de serviço, da sede de qualquer órgão do Conselho em que habitualmente exercer as suas funções.

Art. 2.º — O servidor tem direito à diária desde o dia em que se afastar da sua sede até à data do seu regresso, inclusive.

Art. 3.º — A concessão de diárias obedecerá aos seguintes trâmites: o chefe de serviço a que estiver subordinado o funcionário representará à autoridade imediatamente superior sobre a necessidade do seu afastamento da sede, justificando-a devidamente; se essa autoridade concordar, encaminhará o processo, com o seu pronunciamento, ao chefe da Secção de Administração e Serviços Gerais da Secretaria-Geral, que o instruirá com as informações devidas e o remeterá ao secretário-geral, ou diretor-geral, acompanhado das minutas dos atos necessários a serem baixados ou pelo presidente, ou pelo secretário-geral, ou pelo diretor-geral, conforme o caso.

Art. 4.º — A ordem de afastamento da sede só será dada ao servidor depois de assinados os atos da concessão de diárias, salvo ordem expressa da autoridade competente, em caso de urgência.

Art. 5.º — O valor da diária será fixado em cada caso, no ato da sua concessão, observados os seguintes critérios:

a) as diárias estão sujeitas aos limites máximos de Cr\$ 300,00 para o secretário-geral e o diretor-geral; de Cr\$ 200,00 para o secretário-assistente, o sub-diretor e os dire-

tores do Serviço de Geografia e Cartografia; de Cr\$ 150,00 para os chefes de Secção e os servidores de cargos técnicos; de Cr\$ 100,00 para os demais servidores;

b) o valor mínimo da diária é de Cr\$ 60,00.

Art. 6.º — Os servidores do Conselho sujeitos a trabalho permanente no campo terão direito a diárias, até o prazo máximo de quinze dias, prorrogável a critério do secretário-geral ou do diretor-geral, quando vierem à sede do Conselho, a chamado dos superiores.

Art. 7.º — As diárias serão arbitradas e concedidas.

a) Pelo presidente do Instituto, para o secretário-geral e o diretor-geral;

b) Pelo secretário-geral ou pelo diretor-geral, nos demais casos;

Art. 8.º — Ao servidor que se ausentar da sede, em objeto de serviço, é facultada a concessão de um adiantamento correspondente às diárias a que tiver direito, em face do tempo provável do afastamento.

Parágrafo único — Regressando à sede, o servidor devolverá, dentro de 15 dias, as diárias recebidas em excesso que, em caso contrário, serão descontadas de uma só vez em seu vencimento, remuneração ou salário.

Art. 9.º — Os casos não previstos nesta resolução serão resolvidos pela Secretaria-Geral que procurará seguir as normas adotadas para o funcionalismo da união.

Art. 10 — A presente resolução entra em vigor na data da sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1949, Ano XIV do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 342, de 30 de agosto de 1949

Dispõe sobre a remuneração do cargo em comissão de secretário-geral.

O Diretório Central, no uso de suas atribuições,

Considerando que a lei n.º 756, de 8 de julho de 1949, transformou a função gratificada de secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia em cargo em comissão;

Considerando que a Junta Central de Estatística, em sua reunião de 28 de julho de 1949, pela resolução n.º 330, decidiu atribuir ao cargo em comissão de secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística vencimentos correspondentes ao padrão CC-2, estabelecido pela lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948;

Considerando, também, que a referida Junta resolveu manter a gratificação de representação para o cargo de secretário-geral,

Considerando a conveniência de se adotarem normas uniformes no Instituto,

RESOLVE:

Art. 1.º — O cargo em comissão de secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, criado pela lei n.º 756, de 8 de julho de 1949, terá remuneração correspondente ao padrão CC-2, fixado pela lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948.

Art. 2.º — Ao secretário-geral é também assegurada uma gratificação de representação de mil cruzeiros por mês.

Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1949, Ano XIV do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 343, de 4 de outubro de 1949

Expressa pronunciamentos acerca da I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições,

Considerando que, conforme estava previsto, se realizou, nesta capital, a I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia;

Considerando que foram excelentes os resultados desse certame científico;

RESOLVE:

Art. 1.º — O Conselho assinala o êxito da I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia que se realizou nesta capital, de 12 a 24 de setembro último, sob os seus auspícios.

Art. 2.º — Ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História e, em particular, à sua Comissão de Geografia, são consignadas

calorosas congratulações pelos excelentes resultados dos trabalhos científicos daquela Reunião.

Art. 3.º — A Seção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, órgão da Secretaria Geral do Conselho, promoverá as providências que forem da alçada do Conselho, no sentido de, no nosso país, serem atendidas as recomendações aprovadas pela I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia.

Rio de Janeiro, em 4 de outubro de 1949, Ano XIV do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.



Concorra para que o Brasil seja geograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Conselho Nacional de Estatística

Junta Executiva Central

Íntegra da resolução n. 329

Aprova o Regimento do Serviço Nacional do Recenseamento e dá outras providências.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições e tendo em vista o disposto na legislação censitária vigente, resolve:

Art. 1.º — Fica aprovado o anexo Regimento do Serviço Nacional de Recenseamento.

Art. 2.º — São criados no quadro da Secretaria Geral do Conselho, em caráter transitório, e lotados no Serviço Nacional de Recenseamento, os cargos isolados seguintes, de livre provimento, em comissão, pelo presidente do Instituto:

2 cargos de diretor de Divisão, padrão CC-4.

4 cargos de chefe de Sub-Divisão, padrão O.

Art. 3.º — Além das disposições regulamentares vigentes, serão observadas, relativamente ao pessoal admitido para a execução do recenseamento, as seguintes normas gerais, a serem complementadas mediante instruções do secretário-geral;

I — A remuneração será feita por tarefa, de acordo com a produção por unidade, fixando-se oportunamente a nomenclatura das funções e o salário base para efeito de descontos.

II — Serão excetuadas da norma anterior as funções de chefia e supervisão, de alta especialização técnica, de natureza burocrática ou de controle, de portaria, e outras para as quais não seja possível estabelecer planos de remuneração por tarefa.

III — As funções referidas no item anterior serão preenchidas mediante contrato bilateral, observando-se os níveis de salários vigentes para funções equivalentes nos órgãos permanentes do Instituto.

Art. 4.º — A organização das Inspetorias Regionais de Estatística Municipal será adaptada aos trabalhos do recenseamento mediante instruções do secretário-geral, inclusive no que se refere à classificação, lotação e remuneração do pessoal censitário.

Parágrafo único. Incumbe à Inspetoria Regional, no território da respectiva jurisdição e observadas as normas de trabalho que forem expedidas:

a) promover a instalação e o aparelhamento dos órgãos censitários;

b) movimentar os recursos destinados à execução do recenseamento e proceder à sua escrituração;

c) prover à admissão, treinamento, movimentação, remuneração e dispensa do pessoal;

d) providenciar, em cooperação com a Comissão Censitária Regional, quanto à propaganda do recenseamento;

e) aprovar a divisão dos municípios em setores censitários;

f) efetuar a coleta censitária no município da capital;

g) dirigir a coleta censitária nos demais municípios;

h) providenciar sobre a conferência, revisão, verificação e devolução dos questionários preenchidos.

Art. 5.º — Ao inspetor regional, como responsável direto pela execução dos trabalhos, compete, na respectiva unidade federada e observadas as instruções que forem baixadas:

a) orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos a cargo da Inspetoria e Agências;

b) cumprir e fazer cumprir a legislação censitária e as deliberações das autoridades superiores;

c) manter o secretário-geral informado sobre o andamento dos trabalhos e propor as medidas que julgue convenientes à sua boa marcha e eficiência;

d) manter e promover entendimentos visando à execução das disposições concernentes ao recenseamento;

e) secretariar a Comissão Censitária Regional e promover a propaganda do recenseamento;

f) admitir, movimentar, elogiar, punir e dispensar pessoal censitário;

g) autorizar e visar certidões e averbações;

h) requisitar transportes e passagens em objeto de serviço;

i) requisitar receber, depositar e movimentar os recursos destinados ao recenseamento;

j) efetuar despesas autorizadas e prestar contas ao secretário-geral;

l) impor as penalidades de sua alçada, referentes à obrigatoriedade das informações censitárias, julgar recursos e encaminhá-los ao secretário-geral, nos termos do regulamento;

m) propor a concessão das distinções honoríficas a que se refere o artigo 35 do regulamento;

n) inspecionar ou fazer inspecionar *in loco* o andamento dos trabalhos;

o) apresentar relatório final;

p) exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas em decorrência da legislação ou da natureza das tarefas a seu cargo.

Art. 6.º — Incumbe ao agente municipal de Estatística, ou a quem o substituir, para os fins do recenseamento, e observadas as instruções que forem expedidas:

a) secretariar a Comissão Censitária Municipal e promover a propaganda do recenseamento;

b) propor a divisão do município em setores censitários;

c) cadastrar os elementos necessários à execução da coleta;

d) providenciar sobre a admissão, treinamento e dispensa dos recenseadores;

e) promover a distribuição dos instrumentos de coleta, adotando medidas nos casos de falta ou excesso;

f) orientar os recenseadores e fiscalizar o respectivo trabalho;

g) conferir e verificar o preenchimento dos questionários recolhidos, providenciando sobre a revisão da coleta;

h) manter a autoridade superior informada quanto ao andamento dos trabalhos, propondo as medidas que julgue convenientes à sua rapidez e regularidade;

i) aplicar as penalidades de sua alçada, promover a aplicação das que não lhe incumbam e encaminhar recursos à autoridade superior, nos termos do regulamento;

j) efetuar pagamentos aos recenseadores e prestar as respectivas contas;

l) apresentar relatório final;

m) cumprir e fazer cumprir as determinações das autoridades superiores.

Art. 7.º — A coleta censitária na capital da República será realizada pela Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento, de acordo com o que for estabelecido oportunamente, podendo os trabalhos preliminares do levantamento ser confiados ao Serviço de Coleta do Distrito Federal.

Rio de Janeiro, em 27 de julho de 1949, ano 14.º do Instituto. — Conferido e numerado. — *Valdemar Lopes*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. — *Rafael Xavier*, Secretário-Geral do Instituto. — Publique-se. — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto e do Conselho.

I — DA FINALIDADE

Art. 1.º — O Serviço Nacional de Recenseamento é órgão técnico-administrativo da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística, e tem por finalidade realizar o sexto recenseamento geral da República.

Parágrafo único. Incumbe ao Serviço Nacional de Recenseamento:

a) Na ordem técnica, superintender o preparo e a execução da coleta e centralizar os trabalhos de elaboração e divulgação dos resultados censitários.

b) Na ordem administrativa, exercer diretamente as atividades-meios necessárias à eficiência do seu funcionamento.

II — DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2.º — O Serviço Nacional de Recenseamento constitui-se dos seguintes órgãos:

I — Divisão Técnica.

II — Divisão Administrativa.

Art. 3.º — A Divisão Técnica compreende:

1. Subdivisão do Censo Demográfico, composta de:

- a) Seção de Crítica;
- b) Seção de Codificação;
- c) Seção de Revisão;
- d) Seção de Sistematização.

2. Subdivisão dos Censos Econômicos, composta de:

- a) Seção do Censo Agrícola;
- b) Seção do Censo Comercial;
- c) Seção do Censo Industrial;
- d) Seção do Censo dos Serviços.

3. Subdivisão de Apuração Mecânica, composta de:

- a) Seção de Controle;
- b) Seção de Perfuração e Conferência;

c) Seção de Classificação e Apuração.

4. Subdivisão de Propaganda.

Art. 4.º — A Divisão Administrativa compreende:

- a) Seção de Comunicações;
- b) Seção de Pessoal;
- c) Seção de Material;
- d) Seção de Órgão e Contabilidade;
- e) Pagadoria.

§ 1.º — Junto à Seção de Pessoal funcionará um gabinete médico para assistência aos servidores.

§ 2.º — A portaria, a administração da sede e os serviços correlatos ficam subordinados à Seção de Material.

Art. 5.º — Os órgãos integrantes do Serviço Nacional de Recenseamento funcionarão perfeitamente articulados, em regime de mútua cooperação e sob a direção do secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística.

Art. 6.º — Os vários órgãos serão instalados e extintos de acordo com o programa de trabalho, a critério do secretário-geral, que poderá, outrossim, estabelecer as turmas, setores e turnos necessários.

III — DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

1. Da Divisão Técnica

Art. 7.º — Compete à Divisão Técnica planejar, orientar, executar, coordenar e controlar as tarefas técnicas do recenseamento.

Art. 8.º — Cabe à Subdivisão do Censo Demográfico, relativamente ao seu campo específico de atividades:

- a) projetar os instrumentos de coleta e controle, instruções e planos de trabalho;
- b) acompanhar os trabalhos de coleta;
- c) ordenar, classificar e arquivar a documentação técnica;
- d) controlar o movimento interno de documentos;

e) projetar os planos de divulgação, com o concurso da Subdivisão de Apuração Mecânica;

f) fornecer os elementos necessários à elaboração dos códigos para a apuração mecânica;

g) organizar, articular e executar a crítica, codificação e revisão dos questionários;

h) criticar os resultados apresentados pela Subdivisão de Apuração Mecânica;

i) emitir pareceres sobre assuntos de natureza técnica;

j) organizar registros de controle das suas atividades.

Parágrafo único. Incumbe:

a) à Seção de Crítica, examinar as respostas registradas nos instrumentos de coleta e prepará-las para a codificação;

b) à Seção de Codificação, codificar as referidas respostas, segundo o plano que for adotado;

c) à Seção de Revisão, conferir e retificar os trabalhos das Seções de Crítica e Codificação, assegurando a unidade dos critérios;

d) à Seção de Sistematização, criticar os resultados pela Subdivisão de Apuração Mecânica e preparar os quadros finais de publicação.

Art. 9.º — A Subdivisão dos Censos Econômicos tem as mesmas atribuições discriminadas no artigo 8.º, no que se refere à sua especialização.

Parágrafo único. — As Seções do Censo Agrícola, do Censo Comercial, do Censo In-

dustrial e do Censo dos Serviços incumbem, relativamente a matéria de sua especialização, a crítica e codificação dos instrumentos de coleta, a revisão e verificação dos trabalhos e a sistematização dos quadros de publicações.

Art. 10 — É da competência da Subdivisão de Apuração Mecânica:

- a) preparar os planos de apuração mecânica, na conformidade do programa de divulgação dos dados;
- b) elaborar os códigos necessários à apuração mecânica, utilizando os elementos fornecidos pelos órgãos interessados;
- c) centralizar a apuração mecânica das informações;
- d) executar outros trabalhos em que seja conveniente o emprêgo do equipamento mecânico.

§ 1.º — Cabe à Secção de Contrôlo:

- a) manter o arquivo geral da Subdivisão;
- b) controlar o movimento interno de documentos;
- c) controlar a produção do pessoal e a execução das tarefas;
- d) verificar a exatidão numérica dos resultados apurados;
- e) preparar fôlhas e cheques de pagamento.

§ 2.º — Cabe à Secção de Perfuração e Conferência e à Secção de Classificação e Tabulação executar as tarefas de sua especialização.

Art. 11. — São atribuições da Subdivisão de Propaganda:

- a) organizar, orientar e coordenar a propaganda censitária e o preparo da opinião pública;
- b) preparar instruções às Comissões Censitárias e prover a que colaborem na propaganda do recenseamento;
- c) promover entendimentos com pessoas, entidades, empresas e associações que possam contribuir para o bom êxito da publicidade censitária;
- d) planejar e fazer executar trabalhos de desenho e representação gráfica de interesse publicitário.

2. Da Divisão Administrativa

Art. 12. — Compete à Divisão Administrativa planejar, orientar, executar, coordenar e controlar as atividades relativas a comunicações, pessoal, material, orçamento, finanças e demais aspectos administrativos do recenseamento.

Art. 13. — Incumbe à Secção de Comunicações:

- a) controlar a entrada, distribuição e andamento da correspondência, processos e demais documentos;
- b) expedir a correspondência, publicações, comunicados e demais documentos;
- c) prestar informações sobre o andamento de processos e papéis e orientar os interessados quanto ao modo de apresentar solicitações, reclamações ou sugestões;
- d) ordenar, classificar e arquivar a documentação administrativa;
- e) redigir o expediente que não seja peculiar aos demais órgãos;
- f) rever as minutas da correspondência para fins de padronização;
- g) centralizar os trabalhos de dactilografia, cópia e reprodução de documentos;
- h) promover a divulgação dos atos e decisões;
- i) promover ou executar outros trabalhos, relacionados com as suas atribuições.

Art. 14. — Incumbe à Secção de Pessoal:

- a) organizar as tabelas numéricas, classificar as funções, estudar a lotação e a remuneração do pessoal e fornecer elementos para as propostas orçamentárias;
- b) providenciar sobre o recrutamento e seleção de pessoal;
- c) cooperar, com os órgãos interessados, na elaboração de planos, instruções e programas para aperfeiçoamento dos servidores;
- d) organizar, orientar e manter registros de pessoal;
- e) lavrar os atos de sua alçada referentes a pessoal;
- f) controlar a frequência do pessoal e preparar fôlhas e recibos de pagamento;
- g) estudar os assuntos relativos a direitos e vantagens, deveres e responsabilidades e demais aspectos da administração de pessoal;
- h) fiscalizar as condições de higiene das dependências do Serviço;
- i) verificar as condições físicas dos servidores;
- j) estudar os problemas de assistência social;
- l) promover ou executar outros trabalhos atinentes à administração de pessoal.

Art. 15. — Incumbe à Secção de Material:

- a) estudar os assuntos referentes a requisição, especificação, compra, entrega, recebimento, registro, guarda, distribuição e utilização do material;
- b) estudar os projetos de instalação e aparelhamento, em cooperação com os órgãos interessados;
- c) organizar e realizar concorrências e coletas de preços e promover a aquisição do material necessário;
- d) lavrar os atos, ajustes e contratos relativos à aquisição, recuperação ou reparo de material e instalação de serviços, bem assim fiscalizar o seu cumprimento;
- e) elaborar estimativas do consumo de material, fornecer elementos para as propostas orçamentárias;
- f) providenciar sobre o conserto, conservação, cessão e venda de material;
- g) organizar inventários e manter depósitos e almoxarifados;
- h) receber, conferir e examinar o material adquirido, opinando sobre a conveniência de sua aceitação;
- i) efetuar a distribuição, expedição e recebimento do material, promovendo a requisição dos transportes e a obtenção dos descontos e facilidades previstos em lei;
- j) administrar o edifício-sede do Serviço e zelar pelo seu asseio, conservação e segurança;
- l) executar os serviços relativos a portaria e veículos;
- m) promover ou executar outros trabalhos relativos à administração de material.

Art. 16. — Incumbe à Secção de Orçamento e Contabilidade:

- a) coligir e sistematizar os elementos necessários à elaboração do orçamento e controlar a execução dêste;
- b) extrair e registar empenhos referentes às despesas do recenseamento;
- c) examinar, conferir, processar e contabilizar os documentos referentes às despesas do recenseamento;
- d) organizar, sistematizar, controlar e fiscalizar os serviços de escrituração dos órgãos regionais;
- e) promover ou executar outros trabalhos de natureza orçamentária e contábil.

Art. 17. — Incumbe à Pagadória:

- a) receber fianças, cauções e depósitos;
- b) efetuar pagamentos, recolhimentos e restituições;
- c) efetuar depósitos e saques, suprimentos e demais serviços bancários;
- d) executar outros trabalhos relacionados com o recebimento de numerário, sua movimentação e emprego.

IV — DAS ATRIBUIÇÕES DO PESSOAL

1. Do secretário-geral

Art. 18. — Compete ao secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística:

- a) superintender e coordenar a execução dos trabalhos técnicos e administrativos do recenseamento;
- b) cumprir e fazer cumprir a legislação censitária e as deliberações da Junta;
- c) manter a Junta informada sobre o desenvolvimento dos trabalhos e propor-lhe as providências necessárias ao bom êxito da operação;
- d) manter e promover entendimentos visando à plena execução das disposições legais e regulamentares concernentes ao recenseamento;
- e) organizar os trabalhos e determinar providências para que sejam executados com eficiência e regularidade;
- f) fixar, para cada unidade federada, os prazos dentro dos quais os trabalhos de coleta devam ser ultimados;
- g) expedir instruções para o recenseamento dos brasileiros pertencentes às Forças Armadas e ao Corpo Diplomático e Consular, quando em serviço no estrangeiro;
- h) prover a que a admissão ao exercício das funções censitárias se realize mediante verificação de capacidade e idoneidade moral;
- i) homologar provas de seleção e aprovar a lotação do pessoal;
- j) requisitar, admitir, contratar e dispensar o pessoal executivo do Serviço Nacional de Recenseamento;
- k) Designar, mediante proposta dos diretores das Divisões, os ocupantes das funções de chefia;
- m) fixar vantagens, arbitrar fianças e autorizar indenizações;
- n) elogiar e impor, quaisquer penas disciplinares;
- o) determinar a instauração de inquéritos administrativos;
- p) submeter à Junta o projeto de orçamento das despesas e as prestações de contas do recenseamento;
- q) receber, depositar no Banco do Brasil e movimentar os recursos financeiros;
- r) autorizar pagamentos, bem assim aquisição de material;
- s) fiscalizar as aquisições de transporte e a utilização da franquia postal-telegráfica, encaminhando providências para que se tornem efetivas as facilidades previstas em lei;
- t) despachar e assinar o expediente que lhe competir;
- u) propor ao Conselho Nacional de Estatística a concessão das distinções honoríficas a que se refere o artigo 35 do regulamento;
- v) impor as penalidades da sua alçada referentes à omissão ou sonegação de informações e conhecer dos recursos ou encaminhá-los à Junta, nos termos do regulamento;
- w) fornecer os dados referentes ao andamento dos trabalhos censitários, para o relatório anual do presidente do Instituto, e apresentar à Junta o relatório final da operação;

z) delegar competência, exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou decorram da legislação e resolver os casos omissos que se incluam na sua alçada.

2. Dos diretores de Divisão

Art. 19. — A cada diretor de Divisão compete:

- a) auxiliar o secretário-geral na orientação e coordenação dos trabalhos;
 - b) cumprir e fazer cumprir a legislação censitária e as decisões da Junta e do secretário-geral;
 - c) comparecer, quando convocado, às sessões da Junta;
 - d) adotar providências para que os trabalhos da Divisão sejam executados com eficiência e regularidade;
 - e) despachar com o secretário-geral;
 - f) tomar conhecimento do expediente relativo aos trabalhos da Divisão, prestando esclarecimentos e emitindo parecer sempre que julgue conveniente ou lhe seja determinado;
 - g) baixar portarias, instruções e ordem de serviços;
 - h) propor a antecipação ou prorrogação remunerada do expediente;
 - i) assinar o expediente de rotina;
 - j) elogiar e aplicar penas disciplinares, inclusive a de suspensão até 15 dias;
 - k) movimentar o pessoal lotado na Divisão;
 - m) apresentar relatórios sobre o andamento dos serviços;
 - n) exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas ou decorram da sua posição hierárquica e da natureza das tarefas sob sua responsabilidade.
- Art. 20. — Ao diretor da Divisão Administrativa compete, ainda:
- a) dar posse e exercício a servidores;
 - b) justificar faltas e impuntualidades;
 - c) visar os documentos relativos a operações financeiras;
 - d) autorizar e visar certidões e averbações;
 - e) firmar os atos, ajustes e contratos de aquisição, venda e reparo de material;
 - f) requisitar passagens e transportes em objeto de serviço.

3. Dos chefes das Subdivisões

Art. 21. — A cada chefe de Subdivisão compete:

- a) elaborar os planos de trabalho e submetê-los à aprovação do diretor da Divisão;
- b) orientar, coordenar e fazer executar os trabalhos sob sua responsabilidade;
- c) cumprir e fazer cumprir as determinações da autoridade superior;
- d) indicar os servidores que devam exercer funções de chefia, bem como os seus substitutos eventuais;
- f) movimentar o pessoal, conforme as necessidades do serviço;
- g) aplicar as penas de advertência e repreensão;
- h) submeter ao diretor da Divisão propostas, sugestões, informações, pareceres e relatórios;
- i) rubricar informações, minutas e documentos que tenham de ser expedidos ou divulgados;
- j) executar ou fazer executar outros encargos não expressamente enumerados, mas decorrentes da sua posição hierárquica e da natureza dos trabalhos sob sua responsabilidade.

4. Dos chefes de Secção e demais supervisores

Art. 22. — Compete aos chefes de Secção e demais servidores investidos na chefia de setores, turmas e turnos;

a) auxiliar o respectivo chefe na direção, coordenação e controle dos trabalhos;

b) distribuir as tarefas e orientar e fiscalizar a sua execução;

c) distribuir o pessoal de acôrdo com a conveniência do serviço;

d) antecipar ou prorrogar, até uma hora diária, o período normal de trabalho;

e) propor a constituição de turmas com horário especial;

f) submeter ao superior imediato propostas, sugestões, informações, pareceres e relatórios;

g) responder, perante o superior hierárquico, pela execução dos trabalhos a seu cargo, bem assim pela ordem e disciplina do pessoal;

h) impor a pena de advertência;

i) opinar quanto à justificação das faltas e impontualidades do pessoal;

j) cumprir e fazer cumprir as determinações dos superiores hierárquicos.

5. Dos servidores em geral

Art. 23. — Aos servidores sem funções especificadas neste Regimento, cabe observar as prescrições legais e regulamentares e cumprir as ordens e instruções superiores.

V — DO HORÁRIO

Art. 24. — O horário de trabalho do Serviço Nacional de Recenseamento será fixado pelo secretário-geral.

Parágrafo único. — Os diretores das Divisões e os chefes das Subdivisões e Secções trabalharão em regime de tempo integral.

VI — DAS SUBSTITUIÇÕES EVENTUAIS

Art. 25. — Serão substituídos, em suas faltas e impedimentos ocasionais, até 30 dias:

I — O secretário-geral, pelo diretor da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística;

II — O diretor-técnico, pelo chefe de Subdivisão por ele indicado;

III — O diretor da Divisão Administrativa, pelo chefe de Secção por ele indicado;

IV — O chefe de Secção por um servidor por ele indicado;

V — Os demais servidores, segundo a designação da autoridade imediata superior.

Parágrafo único. — Haverá sempre, servidores previamente designados para as substituições.

VII — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. — Os casos omissos serão resolvidos pelo secretário-geral, que submeterá à apreciação da Junta os assuntos mais importantes, propondo as soluções que melhor atendam aos interesses do serviço.

Art. 27. — As normas de trabalho serão oportunamente fixadas em resoluções, portarias, instruções e ordens de serviço baixadas pela Junta e pelos órgãos executivos do recenseamento.

Diretórios Regionais

São Paulo

Íntegra das resoluções ns. 106 e 107

RESOLUÇÃO N.º 106

Aprova as despesas efetuadas pelo D.R.G. durante o 2.º semestre de 1949.

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, no estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições e,

Considerando que, na presente reunião, foram tomadas as suas contas referentes às despesas efetuadas no 1.º semestre de 1949;

Considerando que, por força do disposto no parágrafo único do artigo 2.º da resolução n.º 103, de 26 de julho de 1941, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, compete ao Diretório Regional aprová-las, uma vez esteja de acôrdo com as mesmas;

RESOLVE:

Artigo único: — Aprovar as contas das despesas efetuadas pela Secretaria do Diretório Regional, durante o 1.º semestre de 1949, na importância total de Cr\$ 36 680,30 (trinta e seis mil seiscentos e oitenta cruzeiros e trinta centavos), de acôrdo com os documentos encaminhados a esta Presidência, pelo ofício n. 180, de 20 do mês em curso, do secretário do D.R.G.

Niterói, 22 de setembro de 1949. — Conferido e numerado — *Jefferson Ferreira dos Santos*, Secretário-Assistente do D.R. Geografia; Visto e rubricado — *Luis de Sousa*, Secretário do Diretório Regional de Geografia; Publique-se — Presidente do Diretório Regional de Geografia.

★

RESOLUÇÃO N.º 107

Plano de colonização dirigida para a Baixada Fluminense.

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, no estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições e,

Considerando a necessidade imperante de se estabelecerem métodos de colonização que permitam, com eficiência, o trato e o povoamento do solo;

Considerando que nos estudos de colonização o problema dos transportes é um dos mais importantes, convindo promover a colonização, preferencialmente, nas regiões cortadas por ferrovias e rodovias;

Considerando que é lícito esperar sejam colonizadas, primeiramente as grandes áreas situadas, em abandono, nas proximidades dos principais centros de consumo;

Considerando que a Baixada Fluminense é uma área despovoada, que comporta uma acomodação de colonos, da ordem de cem a cento e cinquenta mil famílias, em tórno da qual está alojada cerca da metade da população do Brasil, distribuída pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal e os habitantes do próprio estado do Rio de Janeiro;

Considerando que a colonização da Baixada Fluminense é de interesse nacional, uma vez se reconheça que a sua efetivação visa beneficiar, com farta produção de cereais, frutas e legumes, uma população que, como foi afirmado acima, se estima na metade da de todo o Brasil;

Considerando que o Conselho Nacional de Geografia, conforme demonstração feita por ocasião dos trabalhos, ainda em curso, da 1.ª Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, tem mobilidade para dispor, ou realmente dispõe de técnicos especializados em colonização, em conservação do solo e em planejamento rural, com cabedal de estudos, já realizados no território nacional, o que de muito pode valer para facilitar a tarefa que se procura cristalizar, de programar um plano de colonização;

Considerando que os vultosos recursos financeiros invertidos pelo governo federal no saneamento da Baixada Fluminense só podem ser bem aproveitados, desde que se estabeleça uma colonização intensiva da região, por meio da qual os colonos, no interesse próprio, colaborem na conservação das obras executadas;

RESOLVE:

Artigo único: — Apelar para o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no sentido de, pelos seus ótimos ofícios, promover os meios pelos quais seja apresentado ao excelentíssimo senhor presidente da República, um plano de colonização dirigida para a Baixada Fluminense.

Niterói, 22 de setembro de 1949. — Conferido e numerado — *Jefferson Ferreira dos Santos*, Secretário-Assistente do D.R. Geografia; Visto e rubricado — *Luis de Sousa*, Secretário do Diretório Regional de Geografia; Publique-se — Presidente do Diretório Regional de Geografia.

 **AOS EDITORES:** Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registrará ou comentará as contribuições sobre geografia ou de interesse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.